

OPINIÃO PÚBLICA

ISSN 0104-6276

R
E
V
I
S
T
A

D
O

C
E
S
O
P

Vol. IX, nº 2

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
UNICAMP**

Reitor

Carlos Henrique de Brito Cruz

Coordenador Geral

José Tadeu Jorge

Coordenador dos Centros e Núcleos de Pesquisa

Eduardo Guimarães

**CENTRO DE ESTUDOS
DE OPINIÃO PÚBLICA**

Conselho Orientador

Marcus Faria Figueiredo
(IUPERJ)

Antônio Flávio Pierucci
(FFLCH – USP)

Carlos Eduardo Meirelles Matheus
(PUC-SP)

Fernando Antônio Lourenço
(IFCH – UNICAMP)

Hélgio Trindade
(NUPERGS – UFRGS)

Leandro Piquet Carneiro
(FFLCH-USP, ISER)

Mauro Francisco Paulino
(Inst. DATAFOLHA)

Márcia Cavallari Nunes
(IBOPE)

Ney Lima Figueiredo
(CEPAC)

Örjan Olsén
(Ipsos_Opinion)

Rachel Meneguello
(IFCH – UNICAMP)

Regina Moran
(IMECC – UNICAMP)

José Roberto Rus Perez
(FE-UNICAMP)

Maria Inês Fini
(FE-UNICAMP)

Gustavo Venturi

(Criterium Consultoria em Pesquisas)

OPINIÃO PÚBLICA
está no SciELO

www.SciELO.org/op

Equipe Técnica

Coordenação

Rachel Meneguello

Equipe de Projetos Permanentes

Fabiola Brigante del Porto

Simone da Silva Aranha

Vítor Luís Cooke Vieira

Rosilene Sydney Gelape

Clécio da Silva Ferreira

Fernando Alves da Silva

Estagiários

Janaina de Rezende Barreto

Vivian Vencel dos Santos

Secretaria Geral

Regiane Aparecida de Melo
Ferreira

OPINIÃO PÚBLICA
VOL. IX, Nº2,
Outubro, 2003

Conselho Editorial:

Amaury de Souza (IDESP), Antônio Lavareda (MCI), Carlos Vogt (IEL e LABJOR/UNICAMP), Charles Pessanha (IUPERJ), Fábio Wanderley Reis (DCP/UFMG), Frederick Turner (University of Connecticut, EUA; Universidad de San Andrés, Ar.), Juarez Rubens Brandão Lopes (IFCH/UNICAMP, FFLCH/USP), Leôncio Martins Rodrigues (IFCH/UNICAMP, FFLCH/USP), Lúcia Avelar (DCP/UNB), Nelly de Camargo (IA/UNICAMP), Nelson do Valle e Silva (LNCC/CNPq/IUPERJ), Ruy Martins Altenfelder Silva (Instituto Roberto Simonsen-FIESP)

Comitê Editorial:

Leandro Piquet Carneiro
(FFLCH/USP)
Márcia Cavallari Nunes (IBOPE)
Marcus Faria Figueiredo (IUPERJ)
Rachel Meneguello
(IFCH e CESOP/UNICAMP)

Editora responsável:

Rachel Meneguello

Editoração Gráfica:

Fernando Alves da Silva

Opinião Pública é uma publicação do CESOP e está aberta a propostas de artigos e colaborações que deverão ser submetidas ao Conselho Editorial.

Os artigos assinados são de responsabilidade de seus autores, não expressando a opinião dos membros do Conselho Editorial ou dos órgãos que compõem o CESOP.

ISSN 0104-6276

Outubro de 2003

Publicação Indexada no Sociological Abstracts, IBSS (International Bibliography of the Social Sciences) e Data Índice - IUPERJ

**Centro de Estudos de
Opinião Pública**

Universidade Estadual
de Campinas
Cidade Universitária
“Zeferino Vaz”
Caixa Postal: 6110
Campinas – São Paulo
13081-970

Tel: (55-19) 3788-1712/ 3788-7093

Tel/Fax: (55-19) 3289-4309

e-mail: cesop@unicamp.br

Home-Page:

<http://www.unicamp.br/cesop/>

Tiragem
400 exemplares

OPINIÃO PÚBLICA

Outubro de 2003

Vol. IX, nº2

ISSN 0104-6276

SUMÁRIO

	<i>Pág.</i>
<i>Sobre a comunicação nas grandes cidades</i> Mabel Piccini	01
<i>Dimensões da Cibercultura no Brasil</i> Fabián Echegaray	20
<i>Os Partidos Uruguaios: transição na transição</i> Jorge Lanzaro	46
<i>O conservadorismo patronal da grande imprensa brasileira</i> Francisco Fonseca	73
<i>A eleição de 2002</i> Ciro Coutinho e Rubens Figueiredo	93
TENDÊNCIAS <i>Encarte de Dados de Opinião Pública - Ano 9, nº 2</i>	119



OPINIÃO PÚBLICA
Campinas
Vol. IX, nº 2 - p. 1-276
Outubro 2003
ISSN 0104-6276



OPINIÃO PÚBLICA/ CESOP/ Universidade Estadual de Campinas – vol.
IX, nº 2, Outubro 2003 – Campinas: CESOP, 2003.
Revista do Centro de Estudos de Opinião Pública da Universidade
Estadual de Campinas.

Semestral

ISSN 0104-6276

1. Ciências Sociais 2. Ciência Política 3. Sociologia 4. Opinião Pública
I. Universidade de Campinas II. CESOP

Sobre a comunicação nas grandes cidades

Mabel Piccini

Departamento de Educación y Comunicación, Universidad
Autónoma Metropolitana-Xochimilco

Resumo

Este artigo examina as transformações culturais do final do século XX a partir de uma análise dos espaços urbanos e sua íntima relação com os dispositivos audiovisuais. Neste sentido, define o surgimento de novos cenários: mudanças nos estilos de vida, na percepção do tempo e do espaço e nos usos da cidade. Do mesmo modo, descreve a emergência de diferentes regimes de visibilidade e enunciação e a construção de lugares híbridos – sem filiação "territorial" – através das tecnologias e dos relatos fundados na primazia da imagem e da velocidade.

Palavras-chave: espaço público, estilo, redes audiovisuais, cidades.

Abstract

This article examines the cultural changes at the end of the XXth century, focusing the urban spaces and its narrow relationship with audiovisual apparatus. In this sense, it establishes the emergence of new sceneries: changes in life-style, in the perceptions of time and space, and in the uses of the city. In the same way, it describes the emergence of distinct courses of visibility and expression, and the building of hybrid places – without "territorial" affiliation – through technologies and reports based on the importance of the image and the velocity.

Key words: public space, style, audiovisual networks, cities.

Comunidades abstratas

“O poder político do Estado é apenas secundariamente o poder organizado de uma classe para a opressão de outra; no sentido mais material é *polis*, pólis, isto é, rede de comunicações.” (Paul Virilio, *Vitesse et Politique*).

Quero situar o problema das tecnologias culturais, e o conjunto de redes audiovisuais em geral, em um campo em que se entrecruzam diferentes dimensões da vida social na atualidade. As culturas da imagem representam um lugar excepcional para compreender alguns dos fenômenos mais significativos das políticas e das formações simbólicas do final do século. No entanto, esse lugar que podemos lhe atribuir não é um lugar próprio ou isolado. É parte de uma cadeia de situações – sítios onde os problemas se materializam e se revelam – que parecem definir, em boa medida, as alternativas e o rumo que adotam as sociedades de nossa época.

Deste ponto de vista, as redes audiovisuais e os terminais eletrônicos fazem parte de um processo que poderíamos descrever como a proliferação do urbano sobre o tecido social; o urbano entendido, segundo Françoise Choay¹, em seu caráter de sistema operatório que se desenvolve em todos os lugares: nas cidades e no campo, nas vilas e nos bairros, a partir de redes materiais e imateriais e de um conjunto de objetos técnicos que põem em circulação um mundo de imagens e informações que transformam os vínculos que as sociedades mantêm com o espaço, com o tempo e com os indivíduos. Esse avanço do urbano sobre os demais espaços geográficos, sociais e simbólicos, começa a redefinir os limites e a própria materialidade das comunidades, as quais, sustenta Choay, não se fundam mais na proximidade nem na densidade demográfica local. Transportes e telecomunicações nos envolvem em relações cada vez mais numerosas e diversas. Agora integrantes de coletividades abstratas, as implantações espaciais não mais se apresentam nem coincidem com a estabilidade na duração².

¹ Citado por ROMAN, 1994, p. 6.

² Sem dúvida, é necessário esclarecer que a proliferação do urbano assim entendido é um fenômeno que se pode perceber em toda a sua amplitude em sociedades pós-industriais. De todo modo, com outros ritmos de expansão e outras repercussões, esses processos de urbanização estão presentes ou em vias de desenvolvimento em nossos países.

Já existe uma vasta literatura que situa alguns dos problemas que redefinem as relações sociais, sobretudo em sociedades pós-industriais, a partir desse avanço de técnicas e tecnologias, assim como dos modernos estilos de urbanização e do crescimento acelerado das cidades, dos sistemas de alta velocidade e da proliferação de novos objetos culturais entre híbridos e transnacionais. Entre outros indícios, costumam-se mencionar, com metáforas de certa intensidade, “o desmoronamento do social” e da vida pública, o florescimento do individualismo e o retorno à vida privada, o predomínio de lógicas de supressão do espaço e de “aceleração” dos tempos históricos, a proliferação dos espaços do anonimato e, finalmente, o triunfo da comunicação à distância como novo vínculo com o mundo.

De qualquer modo, qualquer que seja o ângulo a partir do qual se adote um ponto de vista, existe uma certa coincidência em um aspecto que nos parece essencial: assistiríamos a uma crise do que tradicionalmente se entendeu por vida coletiva, sobretudo nas grandes cidades, crise de uma forma de sociabilidade ligada às relações no espaço público e às formas instituídas da comunicação social, o intercâmbio político e a ação política em sua máxima latitude. Tudo isso leva também a recolocar a questão das identidades individuais e coletivas, porque se a identidade dos grupos, por diversas que sejam suas origens, depende do dispositivo espacial que os funda e os reúne, as novas configurações urbanas e os dispositivos de comunicação planetária, ao questionar a estabilidade do território, colocam, por sua vez, novos problemas relativos a uma idéia e a um sentimento de comunidade e pertencimento.

Sobre esses aspectos, que são considerações relativas a sociedades do capitalismo tardio, é preciso estabelecer alguns contrastes e diferenças que se apresentam nas sociedades urbanas periféricas. Embora com outros ritmos e ressonâncias, poderíamos adiantar que algumas das novas sintaxes das urbes do primeiro mundo estão em certa relação com nossas cidades. Tratarei de aproximar-me dessas semelhanças que marcam, por sua vez, as distâncias com nossos espaços urbanos.

Urbanização e marginalidade

México, Distrito Federal: megalópole? Coletividade abstrata ou cidade multicultural? Uma trans-cidade, ou como dizem alguns, uma pós-cidade? A última cidade tal como a designam os poetas desse espaço, embora não admitam totalmente a idéia do apocalipse?

Desde a tradição consagrada pelos conquistadores hispânicos, a cidade é superposição de poderes que se implantam com violência sobre os existentes para produzir uma realidade nova e erradicar, diante das regularidades previstas, as “irregularidades” da sociedade dos colonizados: a catedral barroca dos conquistadores sobre as pirâmides antigas dos conquistados; a cidade colonial, no presente, junto aos edifícios *art-déco* de princípios de século e, já no ocaso da centúria, as catedrais de vidro do capital financeiro; as luxuosas residências dos novos poderosos, mansões cercadas por grades de ferro ao lado das favelas da marginalidade. Este traçado contrastante é o que leva Peter Ward a dizer que a Cidade do México é um *palimpsesto* das lutas anteriores e, poderíamos acrescentar, das atuais (WARD, 1990). Porque, com efeito, a ampliação dos conflitos e contradições, a extensa trama de contrastes que hoje exhibe a Cidade do México, continua sendo expressão de variadas lutas que, embora diferentes das anteriores, manifestam, por um lado, o multiculturalismo e, por outro, como sua sombra, os abismos da desigualdade e a diferença de oportunidades entre os diferentes setores sociais. Uns no cume, outros no desenraizamento urbano.

O crescimento acelerado e anárquico das últimas décadas produziu toda sorte de deslocamentos das relações sociais. O mapa é a *cidade mosaico* onde, junto com uma industrialização selvagem, e em boa medida por essa razão, misturam-se estilos de convivência, mesclas de culturas, populações transplantadas e também disparidades insuperáveis de níveis econômicos e fronteiras sociais. É preciso recordar, com respeito a isso, como se disse, que “*um mosaico de territórios é algo completamente diferente de um espaço organizado ao redor de um centro com uma periferia*”(JOSEPH, 1988, p.24). Trata-se de uma cidade construída a partir de *justaposições*, resultado de uma ordem que responde tanto ao centralismo político como à concentração extrema da riqueza, ao desequilíbrio das migrações, ao crescimento demográfico desordenado e ao que se designa, nos termos do urbanismo governamental, uma “alta concentração de assentamentos irregulares”. Os fluxos populacionais – e as políticas que os tornam possíveis – provocaram uma desarticulação crescente da sintaxe e dos ritmos urbanos que, como efeito de território, expressam-se finalmente na descentralização da vida urbana e em um resultado magnético de dispersão dos segmentos sociais.

Ao mesmo ritmo em que os marginalizados de diferentes latitudes do país chegam ao centro, à capital do poder político e econômico, efetua-se um contínuo deslocamento das fronteiras urbanas para vilas e zonas rurais, o que, de maneira singular e sem dúvida muito sugestiva, os topógrafos aéreos passaram a chamar de expansão da *mancha urbana*.

Os resultados manifestam-se em estilos imprevisíveis de hibridização no melhor dos casos, quando não de segregação na maioria, econômica, social e, naturalmente, espacial. A multiplicação dos micromeios exigiria ter à disposição uma língua nova, a *língua dos intervalos*, que permitisse a avaliação das relações sociais atendendo às distâncias³. Os intervalos devem ser entendidos como distâncias de segregação e desenraizamento em nossos países. E, em uma diferente aproximação, como estados de estrangeirice para aqueles que não pertencem nem pertencerão, com as políticas neoliberais, à nova ordem internacional.

A cidade antiga dos palácios é hoje uma cidade sem centro que, não por acaso, manifesta-se em uma geografia deslocada e em deslocamentos recorrentes. O que fica do antigo esplendor – como espaço de congregação e localização – é o centro histórico, hoje espaço de mesclas – sociais, culturais durante o dia – e uma fantasmagoria noturna quando os turistas, os transeuntes e os funcionários locais desalojam o teatro colonial e pré-hispânico. Junto com o esvaziamento do centro, como enclave ordenador, orientador do território urbano, estendem-se, sem ordem nem controle, as periferias: o subúrbio como submundo da extrema pobreza e da extrema riqueza, espaço tanto dos marginalizados que habitam os chamados cinturões de miséria, como o lugar escolhido para os novos empreendimentos urbanos, onde imensos complexos comerciais e as torres de espelhos elevam um novo culto à acumulação material, seletiva e exclusiva da modernidade.

Os processos contraditórios de socialização e dessocialização – chaves para entender um processo de instabilidade permanente – não só produzem uma excentricidade exuberante na cidade, como ameaçam o mesmo espaço público e as identidades de grupos e indivíduos. Em certo sentido, todos somos imigrantes na Cidade do México. Assistimos a novas formas de desenraizamento e à lenta desarticulação de boa parte dos espaços tradicionais de encontro coletivo, espaços que não somente se ligavam a rituais públicos e gregários (festas de vizinhos, celebrações religiosas, intercâmbios coloquiais entre a vizinhança, compra e venda nos mercados, reunião nos parques, encontros em cantinas e cafés etc.) como constituíam a base de orientação e pertencimento das diferentes comunidades no território.

3 Sobre estes temas, consultar, por exemplo, o capítulo "Intervalo" mencionado de JOSEPH, *Op. Cit.*

De tal modo, poder-se-ia dizer que a cidade fragmenta-se em inumeráveis pontos, apenas sustentados por traçados viários que dão à paisagem uma idéia de continuidade e movimento. Parece que o espaço urbano converteu-se em lugar de trânsito e de passagem entre um lugar e outro, entre zonas de produção e localizações de vida cotidiana, entre um espaço de lazer e o regresso para casa. Talvez não seja exagerado dizer, em certo sentido, que os eixos viários, projetados como rotas velozes para o trânsito rápido, representam a metáfora mais expressiva da circulação da energia urbana: trata-se de chegar, não de se deter; de circular e não de passear ou perambular. Assim, a arte de deslocamento dos habitantes da capital é, no melhor dos casos, ir e vir por rotas pré-fixadas para lugares pré-fixados. A possibilidade de contato com a cidade e com os outros está a tal ponto restrita a rotinas fixas que a “liberdade de mobilizar-se”, o “direito à cidade” e até o simples fato de conhecê-la – e habitá-la – reduzem-se dia a dia.

A dispersão urbana, que representa um novo estilo da dessocialização das práticas coletivas, não somente se expressa nos itinerários forçados e na super-exploração do tempo de vida, como também nas representações e nos afetos dos que a habitam e lhe dão sentido. Poder-se-ia dizer que a única cidade realmente existente como espaço urbano contínuo é a que aparece nos mapas de trânsito do *Guía Roji*, ou em algumas reportagens com vistas aéreas, e isso com muitas dificuldades. Dificilmente existe uma imagem global do território urbano nas práticas e representações cotidianas de seus habitantes. Estes não o conhecem. A cidade realmente habitada, para a maioria da população, é medida pelo intervalo existente entre os espaços de trabalho, o bairro onde se mora e alguns escassos lugares públicos de lazer; o resto são prolongamentos ou extensões, em geral conhecidas de oitiva ou pela televisão.

E essa é uma linguagem comum nas diversas representações de seus habitantes, que manifestam em seus relatos a intensificação das disciplinas da indiferença na Cidade do México, assim como dos lugares do anonimato e do vazio impessoal. Esses estilos de uso da cidade alcançam sua consumação com os traçados das redes audiovisuais, *o lugar do não lugar*, em que o rumor anônimo da rua ou do escritório é substituído por vozes anônimas ou personalizadas – conforme o caso – que, de qualquer modo, a partir dessas novas disciplinas da indiferença (ou da inércia), reclamam o enraizamento dos espectadores.

Dentro dessa perspectiva, quero sublinhar a idéia de que os meios, particularmente os audiovisuais, fazem parte dos equipamentos coletivos dos espaços urbanos. Embora com diferenças marcadas pela natureza de sua função social, cabe observar que, como qualquer outro equipamento (a fábrica, a escola, os bancos ou os hospitais, os centros comerciais ou os eixos viários), as tecnologias da imagem têm por objetivo produzir integração mas, ao mesmo tempo, tendem a uma distribuição do território, a produzir divisões e subdivisões no corpo social, a

reorganizar o espaço e o tempo; em suma, a fixar tudo aquilo que é capaz de fluir. Como equipamento coletivo, a televisão e suas tecnologias representam uma codificação do corpo social: instituem uma maneira de diagramar os espaços coletivos, a vida íntima e a pública, o tempo livre e o tempo de trabalho. Nesse sentido, as novas tecnologias exibem uma tendência marcante a encerrar e a enquadrar os fluxos populacionais em determinados espaços e a fixar e regular os ritmos temporais da vida cotidiana. Esses equipamentos são uma espécie de híbridos sociais, espaços de interseção entre as esferas pública e privada. Submetidos a poderes fortemente centralizados são, ao mesmo tempo, suporte da vida doméstica e da privatização das práticas culturais.

Os novos regimes de visibilidade dos dispositivos audiovisuais instituem, como foi dito, sistemas que definem a habitabilidade dos espaços. Por isso, é possível falar de territórios televisivos, aqueles lugares em que as sociedades atuais passam a maior parte de seu tempo. Esses novos territórios formam um círculo sobre as sociedades íntimas – a família, as redes amplas de parentesco, os micromeios – enquanto iluminam com novos matizes as cenas de todos os dias. O objeto técnico – e suas projeções narrativas e simbólicas – muda nossa relação com o espaço e, neste ponto, cabe recordar o caráter móvel dos territórios audiovisuais, sua essência intimamente fragmentária, sua condição perecível que se implanta, precisamente, em espaços de extrema solidez como são os que compõem a vida cotidiana e as relações familiares, com sua perseverança ou sua relativa inércia.

Dentro desse panorama geral, tentarei uma aproximação, por certo fragmentária, a partir de diversos ângulos, a saber: a aparição do que chamarei de culturas sedentárias e pólos de inércia; em segundo lugar, o que se podem designar como culturas do esquecimento sobre a base de regimes de máxima visibilidade e, finalmente, uma abordagem dos gostos (e de certas "estéticas") como espaços de hierarquização e desigualdade.

Mediações (fragmentos)

Culturas sedentárias e pólos de inércia

Há algum tempo, desenvolvo uma pesquisa de campo, de caráter etnográfico, sobre práticas culturais e vida urbana na Cidade do México⁴. Do traçado de estilos de vida que essas explorações permitiram vislumbrar, tomarei alguns dados para as observações seguintes. Essas informações também sustentaram boa parte das idéias da seção anterior.

Embora sejam de certa generalidade, os relatos que utilizarei aqui permitem estabelecer um marco relativamente consistente de hipóteses sobre os novos estilos de vida urbana na Cidade do México no chamado “tempo livre”, particularmente no que se refere ao consumo cultural. Por razões de espaço, os relatos não aparecem – até o final – nas vozes de seus protagonistas, mas subjazem, como substrato de inteligibilidade, em todas as idéias que estou expondo⁵. Como foi possível notar, sobretudo nos setores populares, surge com alguma nitidez uma tendência mais ou menos generalizada para atitudes de refúgio na intimidade doméstica. São os segmentos mais despossuídos da população que se refugiam nesses âmbitos por razões que, embora heterogêneas, respondem a situações parecidas de privação e marginalidade: jornadas extenuantes de trabalho, salários ou rendas exíguas, baixos níveis de escolaridade, desorientação perante os traçados urbanos, estranheza diante dos bens da cultura superior e dos equipamentos culturais públicos e, sobretudo, uma passagem difícil de estilos pré-modernos de vida (a maioria das famílias entrevistadas procede, em primeira ou segunda geração, de outros estados do país, de zonas rurais ou semi-rurais) para as incitações da modernidade urbana.

Nessa espécie de pausado declínio da vida pública que se conecta de algum modo com o ocaso de estilos tradicionais de convivência em vias de diluir-se no anonimato da grande cidade, as tecnologias de comunicação à distância cumprem um papel relevante. Não é exagero dizer que as novas culturas audiovisuais, como dispositivos de múltiplas redes, redefinem em larga medida os traçados modernos de conexão com o mundo a partir da intimidade da casa. Assim como os equipamentos culturais públicos tendem a um declínio mais ou menos irreversível, as auto-estradas da comunicação – espaços onde se manifestam as dimensões econômicas, estéticas e lúdicas da sociabilidade coletiva – começam a converter-se,

4 O estudo de campo consistiu, em traços largos, em observações diretas e entrevistas em profundidade de vinte famílias, a maioria de setores populares e, como contraste, algumas de setores médios. Ao mesmo tempo, selecionaram-se unidades que viviam em diferentes pontos da cidade e também se considerou a pirâmide geracional no núcleo familiar, entre 60 e 18 anos aproximadamente. Em circunstâncias em que foi possível, também se incorporou ao estudo a população infantil.

5 Segundo indicam as últimas cifras do Banco Mundial, esses setores representam 85% da população urbana que oscilam entre a pobreza e a pobreza extrema (“BM: se extingue la clase media mexicana”. *Jornada*, México, 4238, 24 jun. 1996).

de maneira crescente, em lugares diferenciais de consagração, reafirmação ou simplesmente sobrevivência, social e simbólica, de diversos segmentos da população.

É sabido que, em relação à cultura, e me refiro em particular aos países latino-americanos, assistimos a um lento ocaso da tradição do livro; os grandes cinemas dão lugar a salas pequenas nos centros comerciais; os museus, os teatros, as salas de concerto convertem-se em espetáculos oficiais que renovam velhas glórias do passado. As culturas populares, por sua vez, sobretudo nas grandes urbes, mudam seus estilos de existência e adaptam-se aos novos ritmos da vertigem tecnológica. O que parece evidente, em um e outro caso, é uma política de redistribuição dos bens culturais, que reafirma as hierarquias de classe e poder entre a população, bem como as distâncias e a desigualdade nos mapas sociais. As minorias, de diferentes classes, continuam mantendo o privilégio de sê-lo em relação ao gosto que desenvolvem pela cultura escrita, os museus e as últimas expressões cinematográficas ou musicais, as redes informáticas e as autopistas da comunicação. Paralelamente, o resto dos grupos sociais, os que pertencem à base da pirâmide (sem exagerar, aqueles que teriam de ser, nas dimensões imaginárias da política, os destinatários do sonho da revolução tecnológica, a chamada modernização) vivem em um estado que flutua entre o ceticismo (ou a desesperança) e o alarme, a passagem da pré-modernidade e das tradições de origem para os novos estímulos das culturas urbanas.

Em nossos países, a ilusão de comunidade, fundada, em boa medida, nas redes audiovisuais como vínculo com os "outros", não somente significa, às vezes, a renúncia a espaços coletivos de convivência como também a emergência de novos estilos da cultura da pobreza. É a cultura que se estende dia a dia, desde o imaginário audiovisual, sobre as comunidades marginalizadas das diversas ordens da vida coletiva. E com isso me refiro não somente a práticas específicas da maioria da população – os públicos cativos que se integram fluidamente, perante a inexistência de alternativas reais, a circuitos culturais centralizados que comandam o que é preciso ver e ouvir, como também à pobreza da cultura tal como circula na programação de quase todos os canais privados de televisão, bem como nos sistemas de cabo e finalmente nas ofertas das videolocadoras, grandes armazéns de filmes freqüentemente intercambiáveis, anônimos, descartáveis, que atualizam uma espécie de degradação da linguagem e dos símbolos coletivos.

Este é um ponto de inflexão das culturas contemporâneas, que representa novas modalidades de manifestação e concentração do poder e o surgimento, quase em linha paralela, de modernos estilos de vida. Trata-se de uma política, mas também uma estética e uma ética de final de século. Diz-se com freqüência que, na atualidade, os grandes centros de poder e decisão das sociedades estão estreitamente vinculados ao controle da informação e das redes eletrônicas. Saber e

poder, talvez de uma maneira inédita nos processos históricos, estão hoje inextricavelmente associados. Mas o poder estende-se, gradualmente, com base em enclaves que fortalecem de maneira crescente o que Paul Virilio denomina “pólos de inércia”. O instante privilegiado substitui a extensão do espaço ou, de outro modo, contrai o território, favorecendo o deslocamento em um mesmo lugar: este é o objetivo dos veículos audiovisuais que instauram a inércia nos espaços privados e instituem o triunfo de “culturas sedentárias que estabelecem o predomínio do tempo sobre o espaço: a mobilidade sem deslocamentos”(VIRILIO, 1990, p.37ss).

Este mesmo autor sustenta ainda que passamos do tempo extensivo da história ao tempo intensivo de uma instantaneidade sem história, a partir das tecnologias do momento e das técnicas da velocidade dos transportes, das redes audiovisuais e da informática. Ele formula a metáfora desta tensão da vertigem e da contração das durações com uma simples pergunta: como ir para lugar nenhum, sempre menos distante, mas sempre com mais velocidade ?

O que está em questão, dirão de sua parte os sociólogos dos micromeios que medem e avaliam os intervalos que regulam a interação urbana, é a unidade dialética de distância e proximidade, constitutiva de toda relação social⁶. O que está em questão, para dizê-lo de outra maneira, é o recuo dos cidadãos para a vida privada, a desmobilização progressiva que permite pôr uma certa distância para com a esfera do público ou, ao menos, conectar-se, de um modo radicalmente diferente, com os assuntos da comunidade.

O estreitamento do espaço público não somente conduziria a uma crise do mesmo espírito do urbano, como também a uma espécie de despolitização dos costumes, à desagregação dos laços de solidariedade que, em muitos casos, não transcendem os laços de parentesco, ao mesmo tempo em que cambaleiam algumas das chaves que asseguram os princípios de identidade, como por exemplo, aquelas que definem a comunidade como um grupo social composto por membros que acreditam compartilhar algo. Hoje, “compartilhar algo” tem outras dimensões que, em geral, estão relacionadas com um âmbito comum, o das redes audiovisuais e seus relatos sem fechamento.

⁶ A propósito desses temas pode-se consultar o capítulo "Intervalos", já citado, de JOSEPH, *Op. Cit.*

Regimes de visibilidade e culturas do esquecimento

Diz-se, com certa frequência, que os saberes contemporâneos tendem a transformar-se em um reflexo: o espelhismo sempre renovado da ilusão cinematográfica. Desse modo, a repetição de informação já conhecida perturbará cada vez mais os estímulos da observação, extraindo-os automaticamente e rapidamente não somente da memória mas, sobretudo, do olhar, até o ponto em que, a partir de então, a velocidade da luz limitará a leitura da informação e *o mais importante na eletrônica informática será o que se apresenta na tela e não o que se guarda na memória* (VIRILIO, 1988, p.60-61)⁷.

Com a revolução das telecomunicações, enfrentamos o ideal da transparência: se tudo é visível, nada escapa ao controle do olhar, ou seja, a um certo saber do que acontece sob esta vigilância, o que nos leva a imaginar a abolição do segredo nas culturas analógicas: *vemos o que é e a realidade é isso que vemos*. Ou, dito de outro modo, o mundo aparenta estar à nossa disposição, a informação parece ser instantânea, ao mesmo tempo em que experimentamos a sensação de uma certa onipotência sobre o que acontece fora de nossas fronteiras individuais, ou seja, uma nova noção do controle e do poder sobre o entorno, contra o desamparo ou o não saber.

A imagem torna-se penhor do verdadeiro: ver para crer e, simultaneamente, a renovação dos laços sociais nessas comunidades imaginárias. A visibilidade de certos cenários, multiplicada pela transmissão direta, tende a produzir um efeito de participação à distância que purifica os temores essenciais, entre outros, o contato como fantasia de contaminação; permite, do mesmo modo, despojar o corpo na mesma medida em que o Outro se converte – pelo menos nos atalhos imaginários – em espécie em vias de extinção e a imagem em imagem de si mesma. Para Debray, nas nossas culturas prevalecem os olhares sem sujeito na mesma proporção em que nossas imagens diminuem, gradualmente, sua dependência da realidade exterior. O visual procura certezas (DEBRAY, 1994, p.254ss).

Na época da cultura do visual, parece que somente o visível é objeto de credibilidade, com o acréscimo do que a afirmação anterior nos sugere como consequência ou, pelo menos, como probabilidade que emerge dos novos campos culturais. De tal modo, poderíamos agregar, somente o que se vê (o que fica registrado nos novos campos de visibilidade) se pode esquecer porque os registros da memória já não são os da memória interior, mas os que se guardam na repetição de imagens sempre renovadas, um presente absoluto, na televisão ou nos arquivos eletrônicos da computação. Essas culturas da máxima visibilidade são culturas do esquecimento?

⁷ Os grifos são meus.

É o que parecem sustentar alguns pesquisadores quando estabelecem a distinção (que não é senão uma oposição) entre “sociedades com memória” (cujo referente é a história lenta como longa duração e densidade cultural) e “sociedades sem memória” (cujo referente seria a comunicação e seu paradigma, a publicidade, o efeito de realidade construído sobre a curta duração)”⁸. O que se suprime é a percepção da duração e, por conseguinte, a temporalidade histórica. Tratam-se de culturas efêmeras ou, como alguns preferem chamá-las, de culturas frágeis, projetadas para sustentar sua indeclinável caducidade. Há muitos anos, Jameson (1988) já havia alertado para esses aspectos, quando afirmou que a lógica profunda do capitalismo multinacional radicava no desaparecimento de um sentido da história, na medida em que todo o sistema social contemporâneo, em suas diversas manifestações, começava a perder gradualmente sua capacidade de reter seu próprio passado, vivendo em um presente constante e em uma constante mudança que arrasa tradições de classe, que todas as anteriores formações sociais tiveram de preservar de um modo ou de outro.

É preciso acrescentar que os discursos televisivos caracterizam-se pela ausência de fechamento ou, pelo menos, pela intenção de negar toda forma de fechamento, o que representa uma propensão a prolongar-se até o infinito (REQUENA, 1988). Esse discurso sem limites, sem começo nem fim porque é de uma fluência ininterrupta – o macrodiscurso televisivo, como o chama uma corrente da semiótica –, apresenta, por essas características, um isomorfismo com as rotinas da vida cotidiana. É um jogo de espelhos em que se jogam as tarefas sem fim, os afazeres que uma vez resolvidos começam novamente pelo princípio e encontram um atenuante nessa projeção das imagens. Também são os efeitos de deslocamento, a fuga do sentido, esse estado de deriva das imagens, o que permite pôr sob um cone de luz a própria condição efêmera, perecível das tarefas domésticas, onde a fluidez – das imagens, dos afazeres – vai no sentido contrário ao da acumulação.

Em relação às proposições anteriores, caberia fazer uma série de perguntas. Em primeiro lugar, a questão é saber se existe uma *reapropriação imaginária* das representações televisivas ou se existe, dadas as atuais condições de vida dos setores populares, uma certa criatividade nas táticas dos usuários para elaborar leituras e respostas diante da proliferação das mensagens audiovisuais. Numa segunda ordem de idéias, trata-se de analisar o efeito de desterritorialização que as culturas da imagem podem causar nos destinatários. A aparente multiplicidade das mensagens audiovisuais favorece a abertura a outros mundos, que habitualmente designam-se como os da globalização? Assistimos à possibilidade de viver

⁸ Estes temas são propostos por MONS (1994). Ver, em particular, o capítulo "El alunizaje del bicentenario", p. 93 ss.

experiências multiculturais, polifonias e sincretismos, diante dessas redes que supostamente projetam diferentes códigos simbólicos e registros culturais?

Se existe uma reapropriação dos bens multiculturais da pós-modernidade por parte dos setores populares, em que termos ocorre essa reapropriação? As identidades se renovam e se transformam nos novos cenários comunicacionais, em que se apagam as fronteiras territoriais e simbólicas? É possível falar de culturas híbridas (para todos)? E, em caso positivo, é possível definir sujeitos que podem transcender os limites e as limitações urbanas e os das culturas da pobreza para inscrever-se na ordem da hibridação de estilos de vida, formações simbólicas, rituais da ordem cotidiana? Voltarei a essas questões.

De imediato, tenho a impressão, a partir da experiência de campo, de que os meios audiovisuais, através de uma sintaxe rotineira e de recursos discursivos próprios de culturas efêmeras que pretendem promover sempre efeitos de realidade, próximos, familiares, íntimos, favorecem uma fixação profunda em um repertório de saberes consagrados e em resíduos de ideologias que fazem parte do sentido comum e das idéias dominantes em certos setores urbanos. Se a arte é uma forma de choque, como diz Walter Benjamin, e não pode senão cultivar, como próprio de sua natureza profunda, uma situação de *estranhamento* ou desenraizamento, os relatos efêmeros produzidos para o esquecimento, fundidos nos diversos mecanismos de verossimilhança, têm ou teriam o objetivo oposto, qual seja, arraigar a percepção e a visão a estados de certa continuidade com o *já conhecido* (isto é, o registro do “normal”, do aceitável, que induz à crença em uma certa estabilidade das coisas e do mundo).

Nesse sentido, é possível reconhecer, em primeira instância, que a vida familiar, o enclave das redes audiovisuais nos espaços íntimos tem, segundo indicam as observações de campo, um efeito de território sobre o traçado de uma narrabilidade que, embora contínua, é quase sempre fragmentária, impondo pelo próprio curso das rotinas cotidianas uma determinada orientação à possível dispersão das mensagens. Ademais, a fixação nesse centro magnético que é a família (e o familiar, por extensão) pode causar uma mutação sobre os efeitos desterritorializados de outros mundos, porque essa visão planetária que tem lugar em um não-lugar desdobra-se (e redobra) sobre um horizonte estável de ideologias, fragmentos de saberes, opiniões de uso cotidiano, sentido comum ou, se se quiser, a moral corrente em estado prático dentro desses segmentos de espectadores.

Já há muito tempo, Roland Barthes tentou marcar a enorme diferença entre cinema e televisão, a qual aludia como a domesticação que finalmente penetrava nas esferas da intimidade, destruindo os estados hipnóticos da fantasia (BARTHES, 1986). No cinema, escreveu Metz (1979), a participação afetiva pode ser particularmente viva, conforme a ficção do filme, conforme a personalidade do espectador, mas como mediadora desses matizes e, no melhor dos casos,

manifesta-se em certo grau a “transferência perceptiva”, durante breves instantes de fugaz intensidade:

“A consciência do sujeito é radicalmente diferente na contemplação televisiva; os estados de transferência são mais que fugazes e sofrem a interferência, são bloqueados, por uma escuta que a cada momento cede lugar a uma interrupção doméstica. Já não se trata de intensidades: nos referimos a existência de rotinas fixas, do encontro e reencontro com o mesmo, da necessidade de confirmar, na maioria dos casos, certezas elementares” (METZ, Op. Cit., p.91).

Falei, em páginas anteriores, de pólos de inércia para situar uma modalidade de vida e de escuta que parece, por momentos, não somente remeter ao esquecimento como também, poder-se-ia acrescentar, a um tipo de seletividade pouco reflexiva. A maioria das experiências de campo parece sugerir uma espécie de entrega voluntária, e às vezes relativamente inconsciente, dos espectadores ao que se oferece. Os pólos ou estados de inércia adquirem outra ressonância se os colocamos sob o novo prisma. Não se trata, nesse caso, de uma sala de cinema escura, anônima e silenciosa que situa a experiência da decifração e o gozo estético: ao contrário, a escuta e a visão são regidas pelo próprio centro de equilíbrio e regulação das energias afetivas e morais da família. É lugar de certezas que se restabelecem cada vez perante os gestos – e os rituais – repetidos e conhecidos da convivência e que traçam uma continuidade sem sobressaltos. A hipnose não ocorre; a identificação e a projeção acontecem dentro de outros registros. Sempre existe a possibilidade de recorrer à ancoragem no conhecido: a casa, a família, os objetos de uso corrente. Pode-se falar então de *atos*, no sentido que lhe dá Metz: o de uma entrega, uma descarga motriz que permanece sob controle (METZ, *Op. Cit.*, p.92).

Os gostos: espaços de hierarquização e desigualdade

Creio que as cenas multiculturais das cidades periféricas, em particular, podem ser concebidas como efeito de conjunto e da enorme superposição de geologias simbólicas que manifestam-se nos novos espaços sem fronteiras. É menos convincente pensar o multiculturalismo como próprio de todos os setores sociais ou o conjunto multinacional como uma montagem de traços que qualquer cidadão de qualquer país, etnia, sexo, religião ou ideologia pode ler e usar (CANCLINI, 1995, p.16). Como o próprio Canclini reconhece – pondo o acento nos conflitos derivados da globalização -, o mercado, ao reorganizar a produção e o consumo para obter maiores lucros e concentrá-los, converte as diferenças

nacionais, embora não homogêneas pelo pólo transnacional, em desigualdades (CANCLINI, *Op. Cit.*, p.18).

Neste ponto, parece-me necessário voltar a algumas das categorias que Bourdieu (1988) cunhou sobre a distinção para entender os estilos de vida e os gostos dos diferentes setores sociais. Não ignoro que Bourdieu foi fortemente criticado, sobretudo por estudiosos da América Latina, no que se refere à sua maneira de conceber as práticas, os usos e costumes dos setores populares. Algumas dessas críticas são pertinentes, posto que nossos países de fortes contrastes culturais exibem ainda a imensa capacidade de suas comunidades – particularmente das que ainda não foram conquistadas pela urbanização selvagem – de reinventar, a partir de tradições profundas, novos estilos de criar e viver as experiências estéticas, lúdicas e rituais, reincorporando elementos da modernidade. No entanto, creio que, na atualidade, é de toda pertinência voltar a algumas das proposições de Bourdieu para entender as experiências de vida, o uso do tempo e do espaço, as práticas cotidianas e os gostos de amplos setores entre marginais e integrados dos espaços urbanos. Refiro-me, naturalmente, às maiorias silenciosas, aos indivíduos da rua, que vivem amarrados às rotinas cotidianas, em especial às rotinas de sobrevivência, espaços das histórias menores, aquelas que apenas deixam traços em face dos grandes episódios da vida social.

Na pesquisa que citei anteriormente, os resultados de numerosas entrevistas e práticas de observação parecem confirmar, na maioria das dimensões da vida cotidiana, o que poderíamos designar como a presença generalizada das culturas da privação. Com escassos matizes de diferença, encontramos na maioria das famílias entrevistadas uma espécie de *afinidade de estilo* (BOURDIEU, *Op. Cit.*, p.172) em que umas e outras podem reconhecer-se como no espelho. As variações não são significativas, antes ratificam a repetição obrigada de certas práticas que excluem, às vezes, a possibilidade de uma escolha crítica e racional. Porque, e nisso concordo com Bourdieu, se os estilos de vida e os gostos, como categorias tipicamente burguesas, supõem uma liberdade de escolha, como conceber então o gosto por necessidade, aquele que é o resultado da privação da possibilidade aberta de escolhas?

“*Fazer da necessidade virtude*”, diz-se com frequência; em termos mexicanos, a tradução seria: “*do perdido o que aparece*”. Sugeri antes a existência de servidões; talvez fosse melhor falar de cativo: aqueles que, cativos no lugar a que pertencem (em termos reais, ao que foram reduzidos), estão condenados a ser escravizados pelas mensagens efêmeras que caem do céu e povoam de algum modo as fronteiras, cada dia mais estreitas, dos que estão fora de toda possibilidade de escolher. “*Eu ando sempre mudando e mudando, passeio por toda a televisão até que encontro algo... Quer dizer, não estou vendo uma coisa, estou mudando, ponho um canal e fico vendo o que tem...*”, conta uma das entrevistadas.

Sobreviver. Como sobrevivem os marginalizados, que representam quase a maioria da população de nossos países ? Essa é a única realidade com base na qual se pode pensar a cultura (ou será preciso escrever *A Cultura?*), uma rede de privilégios que, ao definir o gosto, está também definindo – junto com as hierarquias que separam e asseguram as diferenças entre os que detêm o poder e os que não o têm – os horizontes de vida da maioria da população. O que significa dizer, para não entrar nos dados duros e decisivos da economia: a vida com algum sentido, a fantasia, os sonhos, a ficção, a sociabilidade entre os indivíduos. Há um gosto pelas coisas de primeira necessidade? Quais são as necessidades primeiras? As que têm prioridade? Não é preciso dar respostas. Seria preciso perguntar como se vive em um espaço que se estreita dia a dia, no qual é necessário dar respostas *somente* de primeira necessidade.

“O gosto”, escreve Bourdieu em relação aos setores populares, “é amor fati, escolha do destino, mas uma escolha forçada, produzida por certas condições de existência que, ao excluir como puro sonho qualquer outra possível, não deixa outra opção senão o gosto do necessário” (BOURDIEU, *Op. Cit.*, p.177, destaque do autor, grifos meus). “*Não vou querer aquilo que não posso ter*”, costuma-se pensar, dizer ou sentir; as versões são variadas: “*quero aquilo que posso ter*”; e mais: “*me contento com o que tenho, não? para começar, que tenhamos para viver, poder educar os filhos, ter saúde*”, explica Pedro. Poder viver ao menor custo, isto é, sobreviver. “*Vou te dizer uma coisa*”, conta Chela, “*quase não gosto de andar muito assim de passeio... então quase não saio... Como toda a semana ando, seja lavando, passando, tirando os passarinhos, então, para mim, sábado e domingo são dias de descanso, deixo que os meninos façam o que quiserem e como tem filmes aos domingos na televisão, então me deito e fico vendo a tevê*”. As culturas da privação ou, como antes quis designá-las, as culturas da pobreza, não somente marcam a fogo e excluem os praticantes de quase toda e qualquer esperança; estão aí – como a violência inerte das coisas – e permanecerão nos termos que sociedades cada dia mais injustas decidirem sua existência, ou até que os “desiguais” possam decidir mudar os termos da desigualdade.

O gosto por necessidade, pensa Bourdieu, apenas pode engendrar um estilo de vida em si, que só pode ser definido negativamente pela *relação de privação* que mantém com os demais estilos de vida (BOURDIEU, *Op. Cit.*, p.178). Emblemas eletivos ou estigmas... À falta de capitais culturais (mas também, como é óbvio, econômicos e sociais), à força de viver à margem de uma cidade que devora a si mesma e que marginaliza a maioria, os gostos convertem-se nessa condenação (ou em destino?) de que falamos antes. O universo povoa-se de alguns dados que são significativos para compreender as práticas dos marginalizados: “*do tempo livre nem me fale*”; “*o que é o tempo livre?*”; “*eu, descansar não descanso nunca, ando no corre e corre todos os dias...*”, “*que te digo, sempre encontro algo para fazer, eu não me encontro*

se não tenho algo entre as mãos...” O que em inglês se denomina *sense of one's place*. Poderíamos falar, se queremos designar com maior propriedade esta situação, da existência de um *tempo intersticial*, que se resgata com diferentes táticas entre os intervalos que separam as múltiplas atividades de reprodução e sobrevivência. Esses tempos intersticiais não se manifestam somente nos espaços cotidianos da jornada semanal. Instalam-se, de maneira decisiva, em todos os espaços de vida, inclusive nos fins de semana. “*Programas que te possa dizer que vejo diariamente. Diariamente, em pedaços não? ...*” – diz Verônica. Algo similar contam as demais entrevistadas: “*que eu fique mil horas vendo televisão, isso não; vejo um pouquinho e no anúncio saio rápido e volto...*”

Nesse ponto, é importante destacar que a amplitude pluricultural de sociedades como a mexicana pode exibir traços extremos de criatividade em regiões que de algum modo estão relativamente distantes do urbano como sistema operatório que coloniza mentalidades e culturas sedimentadas. Os habitantes dos espaços urbanos, muitos deles desenraizados de seu território de origem, mas ao mesmo tempo das culturas sobre as quais edificaram princípios de pertencimento e identidade, parecem demonstrar algumas das teses de Bourdieu e o que chamei, apelando para uma velha designação antropológica, de a presença da “cultura da pobreza”. Em numerosos casos ocorreu um salto, que é realmente uma fratura de proporções, entre as culturas de origem, particularmente camponesas com características pré-modernas, às vezes orais, e as culturas e técnicas da velocidade que representam um estágio qualitativamente diferente nos ordenamentos simbólicos da época.

Esse salto cultural parece manifestar-se como um processo de paulatino empobrecimento de certos códigos vitais e simbólicos e, de algum modo, é consequência dos meios de comunicação, isto é, da imposição de uma regularidade de formas materiais e discursivas que tendem a suprimir a possibilidade da *distinção* (de distinguir valores e hierarquias como exercício de reconhecimento de bens culturais “legítimos”, ou ainda os chamados populares, que exigem, uns e outros, uma recriação crítica e uma elaboração permanente). Desse modo, ocorreria uma dupla perda que se manifesta no que se poderia chamar de uma fratura, quase sem mediações, da oralidade primária à oralidade secundária: a passagem dos relatos orais das comunidades, que desse modo se reconhecem e perduram por esse reconhecimento, à oralidade audiovisual⁹, que em muitos casos pode ser traduzida – em um país com altos índices de analfabetismo real ou funcional – em uma adesão acrítica ou com escassas perspectivas de leitura das mensagens da insignificância. E se quiséssemos estender ainda mais esta idéia, o que prevalece, a meu juízo, é a aceitação – por necessidade ou por privação – das

⁹ Sobre estes temas pode-se consultar ONG (1987).

regras de uma cultura em que se manifesta, sem termos atenuantes, o predomínio da fórmula sobre a forma, os rituais da repetição, uma fala coagulada que parece falar a todos para despojar de sentido aquilo que se chama ou que se poderia chamar de os sentimentos de uma comunidade: o *grau zero da cultura*, como poderíamos dizer parafraseando Barthes.

A isso é preciso acrescentar que os estados de empobrecimento cultural que essas redes propiciam na maioria dos casos não somente suscitam paixões cotidianas e absorventes, como não têm contrapesos em outras práticas culturais. Não há seletividade nessa entrega, que prefere o existente ao nada ou ao vazio, ao mesmo tempo em que se desvanecem dia a dia as relações de sociabilidade urbana, as formas interpessoais de contato e, em muitos casos, os níveis de politização das massas, de organização e de encontros coletivos. Isto é, a possibilidade do diálogo, a luta comum, certas redes de solidariedade, a abertura ao mundo e aos assuntos comuns, ou seja, o que comunica e amplia os horizontes de visibilidade e enunciação de uma comunidade.

E, para voltar ao começo desta seção, caberia retomar certas perguntas: pode-se falar, nesses casos, de disposições do gosto para certas experiências lúdicas ou estéticas, para certas formas da ficção ou das narrações televisivas, ou simplesmente nos encontramos com uma rede de determinações que fazem da disposição uma imposição? A pergunta valeria por um duplo motivo, o primeiro, porque na maioria dessas situações não há liberdade de escolha; o segundo, porque as culturas de nossos tempos têm a capacidade – sobretudo nos meios audiovisuais – de saturar todos os espaços da experiência e do desejo por meio de uma narratividade incessante que responde basicamente às estéticas da repetição.

Nesses aspectos, torna-se necessário, quase imprescindível, fazer uma história das relações de poder nestas esferas. E, em particular, em nossos países. Se, como ocorre, a maioria da população vive submersa na história de relatos anódinos, em um sonho que é provavelmente o único que não lhes dá pânico sonhar – sobretudo se se trata dos sonhos dos marginalizados ou dos que são objeto conseqüente, cotidiano, de marginalização – de que modo estudar essas culturas da pobreza sem “incorrer” no que os especialistas do campo estigmatizaram como uma visão simplificada do poder? Creio que os estudos da vida cotidiana permitem distinguir poderes insidiosos que penetram por todos os resquícios e se convertem em estilos de vida, como jogo de cumplicidades em que o poder é transfigurado em prazer ou em pequenas compensações diante da privação. Mas também é certo que, se aceitamos que o poder do mago radica na crença coletiva nas propriedades da magia, os abusos do poder somente podem ser sustentados se aqueles, como nós, em condições de vê-los, não contribuirmos para desmontar seus mecanismos.

Bibliografia

BARTHES, Roland. **Lo obvio e lo obtuso. Imágenes, gestos, voces.** Espanha: Paidós Comunicación, 1986.

BOURDIEU, Pierre. **La distinción. Criterios y bases sociales del gusto.** Madri: Taurus, 1988.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Consumidores y ciudadanos. Conflictos multiculturales de la globalización.** México: Grijalbo, 1995.

DEBRAY, Regis. Vida y muerte de la imagen. Historia de la mirada em Occidente. Espanha: Paidós, 1994.

JAMESON, Frederic. Posmodernismo y sociedad de consumo. In HAL FOSTER, HABERMAS, J. *et al.* (orgs.). **La Posmodernidad.** México: Kairós, 1988.

JOSEPH, Isaac. **El transeúnte y el espacio urbano.** Barcelona: Gedisa, 1988.

METZ, Christian. **El significativo imaginario.** Barcelona: Anagrama, 1979.

MONS, Alain. **La metáfora social – Imagen, territorio, comunicación.** Buenos Aires: Nueva Visión, 1994.

ONG, Walter. **Oralidad y escritura. Tecnologías de la palabra.** México: Fondo de Cultura Económica, 1987.

REQUENA, Jesús González. **El discurso televisivo. Espectáculo de la posmodernidad.** Espanha: Cátedra, 1988.

ROMAN, Joel. La ville: chronique d'une mort annoncée?. **Esprit**, Paris, jun.1994.

VIRILIO, Paul. **Estética de la desaparición.** Barcelona: Anagrama, 1988.

_____. EL último vehículo. In ANCESCHI; BAUDRILLARD *et al.* (orgs.) **Videoculturas de fin de siglo.** Madri: Cátedra, 1990.

WARD, Peter. **México: uma megaciudad.** México: Consejo Nacional para la Cultura y Artes, Alianza Editorial, 1990.

Tradução e publicação autorizadas pela FLACSO – México do artigo “Acerca de la Comunicación em Las Grandes Ciudades”. *Perfiles Latinoamericanos* – Revista de La Sede Académica de México de la Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, ano 5, nº9, dez/96.

*Tradução do original de Pedro Maia Soares
Texto aprovado para publicação em julho de 2002.*

Dimensões da Cibercultura no Brasil

Fabián Echegaray

Market Analysis Brasil

Resumo

Este artigo ilustra os efeitos do uso da Internet sobre aspectos atitudinais e comportamentais e descreve diferentes formas nas quais o modo de relação dos usuários com a Internet podem ser descritas e classificadas para os propósitos da análise de segmentação, no Brasil. Primeiro, diferenças entre grupos de usuários e não-usuários são examinadas baseadas em um conjunto de surveys com a população global. Em seguida, uma nova categorização de modos de relacionamento com a Internet, é proposta, usando padrões de informação de uso. Finalmente, o peso relativo desta abordagem, vis-à-vis classificações padrão, explicando hábitos e posturas dos usuários sobre questões relacionadas às esferas do consumo e da política.

Palavras-chave: Internet, análise de segmentação, comunicação, cidadão digital

Abstract

This paper illustrates the effects of Internet usage on attitudinal and behavioral aspects and describes different ways in which users' mode of relationship with the Internet can be profiled and classified for segmentation and analysis purposes, in Brazil. First, differences between-groups of users and non-users are examined based on series of general population sample survey studies. Following this, a new categorization of modes of relationship with the Internet is proposed using information of usage patterns. Finally, I test the relative leverage of this approach, *vis-à-vis* more standard classifications, in explaining users' habits and postures on issues related to the spheres of consumption and politics.

Key words: Internet, targeting approach, communication, digital citizen

Introdução

A expansão da Internet no Brasil constitui-se um dos maiores fenômenos econômicos dos últimos tempos, ainda mais se pensada no contexto de recessão ou lento crescimento da economia. Atualmente, a mídia relata notícias relacionadas à Internet com a mesma normalidade e frequência que qualquer empreendimento econômico ou fenômeno social. As empresas alinham seus investimentos relacionados à Internet em conjunto com outros gastos anuais cotidianos e o governo compõe a propaganda tanto quanto os programas sociais.

Atualmente, o Brasil representa mais de 40% de usuários da América Latina e a indústria da Internet movimentava bilhões de dólares no país em compras negociadas entre empresas (B2B-business to business), entre consumidores (C2C) e em negócios diretos com o consumidor (business to consumer-B2C), com a expectativa de alcançar 2.7 bilhões de dólares em 2003¹.

Sabemos cada dia mais sobre seus efeitos econômicos, mas, e sobre suas repercussões culturais? Qual é seu efeito sobre grupos de consumidores individuais e cidadãos na sociedade brasileira? Como a Internet impacta os aspectos cotidianos da vida? Este artigo objetiva discutir essas questões sob uma perspectiva empírica², com base em duas hipóteses mais amplas: a primeira, que os efeitos da Internet podem ser claramente distinguidos entre usuários e não-usuários, e a segunda, que os usuários da Internet não compõem um bloco homogêneo, no sentido de que as formas de relacionamento entre o usuário e a Internet apresentam distinções importantes que requerem melhor medida e compreensão sobre seu impacto.

¹Cf. Jornal **Folha de S.Paulo**, 2 jan. 2001; Jornal **Gazeta Mercantil**, 11 fev. 2001

² Todos os dados apresentados provêm de estudos de surveys, coletados pela Market Analysis Brasil, uma organização brasileira de pesquisa de opinião e mercado. Em todos os casos, as amostras refletem características reais da população residente adulta, com idade entre 18 e 69 anos, em 5 dos 8 principais centros urbanos do país: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre. As entrevistas foram realizadas face-a-face ao nível domiciliar, a partir de uma amostragem de clusters pré-estratificados selecionados aleatoriamente com aplicação de cotas no nível dos entrevistados. O tamanho das amostras varia entre 509 e 669 casos, distribuídos proporcionalmente ao tamanho da população de cada cidade.

O fenômeno da Internet

O aumento da familiaridade

A familiaridade com novos produtos e serviços tem tradicionalmente servido como medida básica para avaliar a dimensão das inovações. A extensão na qual os indivíduos desenvolvem pouca ou muita familiaridade revela o grau de penetração subjetiva que cada categoria obteve. A familiaridade é uma pré-condição, assim como um preditor-chave de uso e adoção. Nesse sentido, familiaridade é um tipo de variável com probabilidade de ilustrar as perspectivas para os novos bens.

Durante os 12 meses entre dezembro de 1999 e dezembro de 2000, os não informados sobre a Internet despendaram de quase um terço da população urbana adulta para ínfimos 6%. Isso significa que a familiaridade não é mais uma questão, dado que transformou-se de variável em constante: quase todo mundo já ouviu falar sobre ela.

Tabela 1
Familiaridade com a Internet

	Dez.1999	Jul. 2000	Dez.2000
Conhece muito sobre ela	7%	15%	19%
Já ouviu falar mas não sabe muito	63%	77%	75%
Não ouviu falar + não sabe/não respondeu	30%	9%	6%
Total	100%	100%	100%
N=	669	509	541

(questão: *Tem-se falado sobre a Internet. Algumas pessoas devem ter ouvido ou lido sobre a Internet, outras não. E você? Você diria que....?*)

Tal evolução significa que a Internet enquanto um fenômeno tornou-se familiar para pessoas de todas as classes sociais, idades e regiões do Brasil. Pequenas diferenças permanecem, mas não são mais significativas.

Tabela 2
Falta de familiaridade entre sub-grupos entrevistados que responderam ‘não ouviram’ ou ‘não sabe/ não respondeu’

Sub-Grupos	Dez.1999	Julho 2000	Dez.2000
Segmentos A e B	1%	<1%	<0%
Segmentos D e E	16%	11%	4%
Coorte mais jovem (18-35)	4%	5%	2%
Coorte mais velha (36-69)	14%	12%	4.5%

A familiaridade pode predizer a adoção, o que é diferente de garanti-la. No Brasil, o acesso à Internet envolve mais do que apenas atitude; requer acesso a ambientes específicos (trabalho, escola, amigos e parentes “ligados”, consumo mínimo em cibercafés), quando essas infra-estruturas não estão presentes em casa. Isso ocorre porque, infelizmente, na maioria das vezes o acesso público às bibliotecas não é disponível. Como resultado, a crescente familiaridade combina-se a um lento crescimento do uso real da Internet.

Tabela 3
Uso da Internet nas principais capitais

	Dez.1999	Março 2000	Julho 2000	Dez.2000
Usuários da Internet-último mês	17%	19%	18%	20%
Segmento D e E	4%	7%	7%	6%
Coorte mais jovem	69%	63%	69%	69%
Coorte mais velha	31%	37%	31%	31%

Questão: Você acessou a Internet no último mês/ 30 dias?

Esse crescimento apresenta duas características:

- a) tem sido muito tímido, embora consistentemente crescente em um período mais longo, e
- b) está ainda longe de definir uma expansão horizontal/vertical: em outras palavras, ainda é predominantemente um “jogo de elite” (os segmentos sociais A, B e C, que representam perto de 60% dos setores mais altos da sociedade, mas que respondem por quase 95% dos usuários); e ainda é a opção para a metade mais jovem da população adulta (18-35 anos de idade)

Então... estamos olhando para uma nova cultura?

As visões sobre o lado cultural da Internet têm permanecido tanto incompletas quanto pouco confiáveis no Brasil. Algumas apresentam-no como mais outra manifestação da sofisticação do consumo pelas classes mais altas; outras interpretam-no como restrito aos hábitos de lazer de coortes adolescentes; outras ainda atribuem a explosão cultural da Internet à uma inclinação psicológica interna, que a torna um fenômeno exclusivo dos tímidos e antisociais e, finalmente, algumas a apresentam como uma realidade apenas do mundo seletivo das corporações.

Em qualquer caso, quase todas as referências compartilham duas características comuns: foram circunscritas basicamente a artigos e interpretações feitas pela mídia, e tratadas como parte ou projeção de um outro aspecto de maior relevância (classes altas, adolescência, mundo dos negócios, etc), isto é, como um fenômeno sem vida própria. A única exceção, parcial, é o trabalho de Nicolaci da Costa (1998), que claramente fala de um novo fenômeno cultural, após uma descrição semi-antropológica da linguagem, usos e rituais de alguns usuários. O esforço inicial, entretanto, teve difícil ressonância entre estudiosos e pesquisadores de mercado, exceto por uma tendência regular de descrever o perfil brasileiro dos usuários de Internet (COSTA, 1998).

Mesmo quando um importante periódico trouxe o debate vívido que acontecia nos Estados Unidos sobre a “nação digital”, nenhum esforço foi feito para observar empiricamente esse fenômeno de maneira ampla. Em contraste com as entusiásticas interpretações inspiradas pelo famoso survey “Wired/Merril Lynch Forum do Cidadão Digital”, o fenômeno da Internet no Brasil permaneceu sem estudo e sem mensuração.

Essa ausência de discussão empírica obstruiu as afirmativas de que um profundo evento cultural tem emergido. Observadores, clientes e pesquisadores de mercado têm dito que observar a nova elite é como ter uma janela olhando para o futuro sobre como consumidores e cidadãos agem e reagem. Dessa forma, as comparações empíricas sobre os hábitos e orientações da minoria 'plugada' contra a maioria 'não plugada' ficam sempre para um momento posterior, como uma promessa a ser cumprida.

Meu argumento é que o uso da Internet constitui um fenômeno cultural em si mesmo e, é claro, usuários da Internet são distintos dos não-usuários para além dos dados demográficos, com diferenças amplas: da sua capacidade de articular opiniões a estilos de vida, do impacto das marcas à definição de prioridades, de suas visões sobre a economia às preferências políticas.

Para sustentar essas afirmações, apresento dados comparados dos que são usualmente chamados de usuários de Internet 'ativos' (aqueles que acessaram a Internet ao menos uma vez nos últimos 30 dias) com aqueles que afirmam não tê-la acessado nunca.

Em todos os casos, considero as diferenças iguais ou maiores que 5% entre os dois grupos que, como regra, apresentam-se estatisticamente significantes ($p < .10$ ou melhor).

Hipóteses 1 a e 1 b: Contrastes na capacidade de opinar e níveis de informação

Um aspecto essencial é o grau com que as pessoas verbalizam e expõem respostas a estímulos e questões que, mais ou menos, fazem parte de sua vida cotidiana. Meu argumento é que existem diferenças importantes entre usuários e não-usuários na capacidade de emitir julgamentos e formar e expressar preferências.

Em um nível cumulativo e agregado, tais diferenças básicas distinguem consumidores, que podem de forma ativa e independente conectar vontades e necessidades a produtos e escolhas de marcas, e cidadãos, que podem comportar-se de maneira participativa em vez de simples sujeitos.

Uma forma de testar isso é pela comparação de índices somatórios de respostas "não sei/ não respondeu" a questões de comércio e político-econômicas entre grupos.

Tabela 4
Contrastes em articulação de opinião e conhecimento entre usuários e não-usuários de Internet
(diferença percentual para não-usuários)

<i>A – questões de não-opinião</i>	<i>% Dif.</i>
Principais marcas internacionais (% média de 5 marcas)	+ 29%
Temas básicos sobre economia e governo democrático (% média de 10 temas)	+28%
Principais marcas internacionais II (% média de 6 marcas)	+ 21%
Confiança nas 6 principais instituições globais/atores (média)	+ 8%
Atribuição a país pelo melhor desempenho na produção de produtos e serviços gerais (média de 8 itens)	+ 7%
<i>B – Questões sobre diferença de conhecimento</i>	<i>% Dif.</i>
Proposta do Terceiro Mundo para cancelamento da dívida	+38%
Alimento geneticamente modificado	+36%
Organização Mundial de Comércio	+ 32%
Conflito do Oriente Médio	+ 21%
Efeito Bug 2000	+ 20%
Efeito do envolvimento dos EUA na política mundial (média de 3 áreas)	+12 %
Efeitos da expansão do comércio mundial para o Brasil	+10%
Desinformação sobre quem é responsável pela segurança alimentar no Brasil	+ 9%
Impacto dos EUA sobre o Brasil (média de 2 áreas)	+7.5%

Média= valor médio

Os achados para os itens selecionados mostram a falta de capacidade em formar opiniões que enfraquece os não-usuários, uma falta de capacidade igualmente forte para aspectos comerciais e sócio-políticos. Do lado dos usuários, encontra-se o grupo com maior probabilidade de identificar marcas e posicionar-se frente a aspectos básicos econômicos e políticos – pré-condições para escolher tanto produtos quanto idéias, serviços e programas de governo e, também, influenciar o resto da sociedade.

Tal especulação é reforçada pela extensão na qual membros dos dois grupos expõem níveis diferentes de conhecimento sobre questões contemporâneas. Quanto mais informado sobre questões, maior a probabilidade de que as opiniões expressas estejam embasadas em informação ou no uso de chaves de julgamento para tomar decisões. Como ensinam os psicólogos cognitivos e pensadores da

escolha racional, sem algum grau de informação, dificilmente podem ser constituídas atitudes ou comportamentos.

Pode-se testar a diferença de conhecimento entre os dois grupos sobre questões específicas da agenda do país, observando a porcentagem de respostas que revelam ignorância ou perda de informação (ou seja, 'não ouvi nada sobre', 'não sei', 'não saberia o que dizer/ não pensei o suficiente sobre', 'não tenho informação suficiente').

Os dados reforçam a idéia de uma clivagem formada pelo uso da Internet, revelando quão ampla é a desinformação entre os não-usuários.

Hipótese 2: Contraste de hábitos e crenças individuais entre usuários e não-usuários

A experiência da Internet vai além do simples aspecto dos graus ou meios de informação e formação de opinião e reflete contrastes-chave de costumes e visões de mundo, uma vez que sua prática de acesso é internalizada. Essas disparidades podem ser reconhecidas através do exame de inclinações individuais no domínio privado.

Diferenças importantes entre usuários e não-usuários podem ser encontradas no domínio dos hábitos e crenças individuais, o que pode ser confirmado através do enfoque sobre um conjunto de reações e comportamentos habituais.

Tabela 5
Contrastes entre Hábitos e Crenças individuais
entre usuários e não-usuários de Internet
(% diferença para não-usuários)

<i>Tipo de Costume/Hábito</i>	<i>% Difer.</i>
Não gasta tempo com exercícios	+ 33%
Tempo médio gasto assistindo TV (horas por semana)	+ 9.5*
Tempo médio lendo jornal(horas por semana)	+ 0.9*
Tempo médio lendo revistas (horas por semana)	- 0.5*
<i>Crenças individuais</i>	
Acho que o modo antigo de viver e fazer as coisas é melhor	+ 24%
Antes de comprar algum produto novo tenho que ver alguém usando-o	- 17%
Avanços tecnológicos tornam nossas vidas mais fáceis	- 8%
As pessoas deveriam gastar mais tempo vivendo o presente do que se preocupando com o futuro.	- 5%

* diferenças médias são estatisticamente significantes a $p < .10$ ou mais

Diferenças entre os dados apontam que a vida dos usuários de Internet parece ser mais policromática do que a dos não-usuários: fazem mais exercícios e gastam menos tempo assistindo TV para fazer outras coisas (como por exemplo, o uso da Internet, mas não apenas isso). Além disso, os usuários de Internet destacam-se pelo seu pioneirismo, abertura a novos estímulos, e adoção precoce do ambiente digital e, de forma menos marcante, pelo entusiasmo pela tecnologia e pelo que pode ser chamado de “ethos do imediato”. Por sua vez, os não-usuários são mais apegados aos “velhos costumes” e revelam um maior conservadorismo moral e de consumo, tanto no que se refere a tradições sociais como à sua relação com a tecnologia e produtos em geral.

As implicações desses achados são muito relevantes: os usuários da Internet são expostos a uma gama mais ampla de fontes de socialização. Essa pluralidade de estímulos de conhecimento provavelmente os torna menos convencionais em suas preferências. Por outro lado, não usuários são mais propensos a exibir visões estandardizadas comunicadas através da TV – algo que é especialmente verdade no Brasil, onde uma emissora, a Rede Globo, detém mais de 80% de audiência.

Hipótese 3: Contrastes de prioridades de temas e políticas e preferências por política

As diferenças entre níveis de informação e capacidades de formar opiniões, ao lado de distintos costumes e crenças, projetam-se sobre as escolhas que as pessoas podem fazer. Não é apenas um problema de recurso a diferentes mecanismos de aquisição de dados, mas que envolve diferentes agendas entre públicos. Nesse sentido, emergem prioridades e posicionamentos conflitantes sobre políticas entre usuários e não-usuários da Internet, resultantes de uma divisão nas oportunidades para acessar novos estímulos e do diferente perfil cultural desenvolvido a partir de tal divisão.

Examinando essa proposição revisando concordâncias com afirmações distintas por parte de cada subgrupo para um conjunto específico de tópicos.

Tabela 6
Contrastes de prioridades e preferências por políticas
(% diferenças para não-usuários)

<i>Questões/ Aspectos sobre políticas</i>	% Difer.
<i>Prioridades governamentais</i>	
Educação/escolas	- 14%
Economia (geral)	- 5%
Crime / violência	+ 8%
Pobreza	+ 6%
Empregos/Desemprego	+ 5%
<i>Governo deveria gastar mais em ...</i>	
Defesa	+ 19%
Benefícios aos pobres	+ 8%
Infra-estrutura pública	- 7%
Arte & cultura	- 13%
<i>Prioridades Nacionais para os próximos 5 anos</i>	
Manter a ordem pública	- 5%
Proteger a liberdade de expressão	+ 5%
Lutar contra os preços	+ 7%
<i>Objetivos dos governantes para os próximos 5 anos</i>	
Reduzir a desigualdade social deixando o crescimento econômico em 2º lugar (em vez de favorecer o crescimento econômico e deixar a desigualdade em 2º lugar)	- 7%
<i>Preocupado com o desemprego</i>	
% "muito preocupado"	+10%
<i>Preferências sobre impostos / gastos</i>	
Governo deveria gastar menos em serviços sociais de forma a reduzir os impostos (em vez de gastar mais e taxar mais)	+18%
<i>Melhor forma de melhorar a situação da economia e do emprego no Brasil</i>	
Retirar as restrições às importações para expandir o comércio com os outros países (em vez de proteger indústrias locais e restringir importações)	- 11%

Usuários da Internet preocupam-se com questões de impacto a longo prazo, tais como a educação, e com expressões mais amplas da economia atual. Ao contrário, os não-usuários estão centrados nas conseqüências materiais e físicas de suas preocupações econômicas, como desemprego e taxas de criminalidade, além dos meios mais imediatos de reverter tais preocupações (ou seja, maior crescimento econômico, mais benefícios aos pobres, combate à alta de preços, menor pressão fiscal). São também mais propensos a apoiar gastos em defesa e mais sensíveis a argumentos protecionistas – preferências que acompanham o que tem sido denominado matriz estado-cêntrica de pensamento econômico, que prevaleceu no Brasil e em outros países da América Latina durante a segunda metade do século passado.

Comparativamente, os usuários parecem levemente mais inclinados a fazer uma escolha responsável por governos que gastam em serviços sociais (aceitando seus custos) e dão prioridade à questão da desigualdade social. Esta posição, entretanto, não significa apenas uma opção pela causa social mas, à luz de suas prioridades gerais, centradas na educação, infra-estrutura e aspectos econômicos globais, significa uma preocupação com as bases de longo prazo desses problemas.

Uma leitura conjunta dos achados revela um quadro sobre os usuários da Internet que mostra preferências liberais responsáveis em favor da liberdade de expressão na esfera individual (e, consistentemente com isso, apostando na educação, arte e cultura) e livre comércio sem restrições na esfera econômica, sem perder de vista as conseqüências que isso acarreta, a longo prazo, para o desenvolvimento econômico. Por outro lado, os não-usuários emergem como um grupo com valores materialistas tradicionais e na defensiva, centrado em resultados imediatos e caracterizado pelo conservadorismo.

Hipótese 4: Contraste de atitudes com relação a atores e instituições

Preferências contrárias também tendem a projetar orientações divergentes com relação a instituições existentes, com importantes conseqüências quanto à confiança e investimento psicológico. Há uma divisão que separa usuários e não-usuários quanto à credibilidade em instituições e atores globais.

Tabela 7
Falta de Confiança em instituições entre usuários e não-usuários de Internet
(% diferença para não-usuários)

<i>Instituições</i>	<i>% Difer.</i>
<i>Confiança em instituições internacionais</i>	
Efeitos do comércio mundial para o Brasil ('ajuda')	- 13%
Nações Unidas	- 11%
Empresas multinacionais	- 10%
Organização Mundial do Comércio	- 9%
Banco Mundial	- 9%
<i>Confiança nas realizações locais</i>	
Situação do meio ambiente (muito boa + boa)	+ 13%
Trabalho do governo sobre meio ambiente(muito bom + bom)	+ 9%
<i>Confiança em grupos (profissionais) no país</i>	
Autoridades religiosas	+ 18%
Jornalistas	+ 15%
advogados	+ 11%
Médicos	+ 10%
Policiais	+ 9%
Professores	+ 6%
Políticos	+ 5%

Os usuários não são ingênuos nem tampouco cegamente negativos em relação a instituições e grupos, mas são distintos do cidadão médio. Em termos comparativos, sustentam um misto de crença internacionalista em atores globais com uma suspeição contra grupos institucionais brasileiros.

Ao nível doméstico, parecem estandartes de uma cultura adversária, não conformista, afetada por uma menor confiança em dois níveis, quais sejam, com relação às respostas governamentais a problemas coletivos específicos, como o meio ambiente, e com relação a grupos-chave que agem localmente. Portanto, na esfera local prevalece a não-conformidade; mas, ao nível global, exibem um importante grau de otimismo. Não se pode dizer, porém, se isso é uma manifestação de prévio reconhecimento de instituições globais visíveis emergentes ou apenas uma outra forma de convencionalismo.

Hipótese 5: Contraste entre níveis de engajamento coletivo

Todas as diferenças previamente analisadas têm conseqüências na esfera da ação, para consumidores e para cidadãos. Cada grupo apresenta uma inclinação distinta para o engajamento coletivo e participação, e isso pode ser examinado observando como reagem a vários cenários.

Tabela 8
Diferenças em engajamento entre usuários e não-usuários de Internet
(% diferença para não-usuários)

<i>Tipo de Atividade</i>	<i>% Dif.</i>
Discutir sobre política com amigos/parentes (muito+quase sempre)	- 24%
Engajado em boicote contra empresa de produtos específicos	- 13%
Há formas em que pessoas como eu influenciam a política (concorda)	- 11%
Auto-posicionamento ideológico (% não sabe/não responde)	+9%
Nunca lê rótulos de produtos	+ 8%
Identificação partidária (% nenhuma + não sabe/não responde)	+ 6%

Os dados mostram que os usuários de Internet são mais envolvidos e sentem-se mais competentes do que os não-usuários para manifestar seus pontos de vista. São consumidores pró-ativos e poderiam ser cidadãos participativos, prontos para mobilização.

Efeitos da Internet ou efeitos de classe?

Essa rápida análise dos achados endossa as hipóteses das diferenças entre usuários e não-usuários da Internet no Brasil. Mas, à luz do quase monopólio do acesso pelas classes mais altas, poder-se-ia perguntar em que medida esses contrastes não refletiriam divergências de classe, ao invés de efeitos reais da Internet? Em outras palavras, como podemos saber que isso não é apenas um produto de associação espúria?

Argumento que esses efeitos são reais. Sua verificação pode ser feita checando se as diferenças mantêm-se quando itens são contrastados entre usuários e não-usuários dentre membros das classes A e B:

Tabela 9
Efeitos da Internet dentro dos segmentos A e B
(% diferença para não-usuários A+B comparados a usuários A+B)

<i>Questão de não-opinião</i>	% Dif.
Não ouviu sobre a proposta de cancelamento da dívida do Terceiro Mundo	+ 31%
Não ouviu sobre alimento geneticamente modificado	+ 28%
Desinformação sobre as principais marcas internacionais II (%média de 6 marcas)	+ 21%
Sem Opinião/Não Sabe sobre a OMC	+ 20%
Não ouviu /não sabe sobre o conflito no oriente médio	+ 16%
Nunca ouviu/ não sabe sobre o efeito Bug no Brasil	+ 11%
Desinformação sobre as principais marcas internacionais I (% média de 5 marcas)	+ 11%
<i>Hábitos e crenças individuais</i>	
Avanços tecnológicos tornam nossas vidas mais fáceis (concorda)	- 12%
Não gasta tempo com exercícios	+ 22%
<i>Prioridades –Prioridades governamentais</i>	Economia
Geral	- 10%
Governo deveria gastar mais em ...	Infra-estrutura
	+12%
Meta nacional para os próximos 5 anos	Proteger a liberdade de
expressão	- 16%
<i>Posicionamentos sobre questões</i>	
	Confiança na OMC
	+ 23%
	Situação do meio ambiente (muito boa+boa)
	+ 13%
<i>Tipo de Atividade</i>	Engajado em boicote: contra empresas de produtos
específicos	- 12%

Uma comparação de diferenças de subgrupos igual ou maior que 10% entre itens selecionados mostra que a maioria dos efeitos da Internet mantém-se³, particularmente em relação à articulação de opinião e preferências por questões e políticas.

Isso significa que os usuários de Internet podem ser tratados como um grupo excepcional em si mesmo – a forma com que se comportam e percebem a realidade é singular e isso tem a ver com a maneira em que se dá sua interação com a Internet. Essa vanguarda digital pode vir a refletir as futuras modalidades de

³ Uso uma diferença percentual mais exigente devido ao menor número de casos em cada célula, facilitando, assim, o uso do teste de significância estatística.

consumo e comportamentos sócio-políticos. Mais ainda, isso ocorre em oposição às formas como as tradicionais elites de classe alta tem se comportado no Brasil.

Dimensões da Cibercultura

O mundo digital é caracterizado por uma cultura monolítica? Deveria ser tratado como um bloco homogêneo? É usual que as discussões feitas pela mídia considerem as pessoas que utilizam a Internet como um grupo só. Por outro lado, as poucas análises existentes, freqüentemente, têm utilizado alguns aspectos peculiares para classificar tipos específicos de usuários, isto é, admitindo divisões suficientemente fortes entre os internautas, de modo a encorajar a construção de tipologias.

Naturalmente, uma fonte multifacetada de socialização como a Internet tende a abrigar diferenças de objetivos e premissas entre o público que nela interage. De forma análoga, pode-se ter a expectativa de gerar padrões específicos de relacionamento e compreensão sobre o que a Internet representa e como se permite que molde as escolhas e pontos de vista. Isso significa que a atenção às diferenças internas pode ter conseqüências para compreender e abordar essa elite.

Nos últimos anos, emergiu o debate entre mídia e atores da indústria sobre esse tema, como tentativas de mapear e definir tanto o núcleo como os aspectos exclusivos dessa nova cultura, tendo por dilema tratar os usuários da Internet como um único grupo social ou admitir a existência de diferenças decisivas que justifiquem a segmentação dos sujeitos.

A intensidade da dimensão de uso

Ensaio clássico sobre segmentação em marketing ensinam a pensar a intensidade de uso de um produto como a variável de corte. Isso ocorre com os usuários de Internet, tendo como divisor de águas os usuários considerados 'intensos' e os considerados 'leves', em função do número de dias/horas ou qualquer unidade de tempo de uso. Isso é clássico e familiar e assim tem sido usado e abusado.

Mas isso realmente ajuda? Dois problemas emergem, um relacionado à medida e outro ao conteúdo:

- a) *Sobre a medição*: como decidimos sua medição, dado que não há um padrão único? Ou seja, qual número de horas? Número de dias? Número de acessos? Em uma semana? Em um mês? E quando estabelecemos a linha limítrofe? Mais de quantas horas distinguiriam um "usuário intenso" de um "usuário leve"? E o que seria pior, essas múltiplas medidas estariam apontando na mesma direção? Isso

não parece ocorrer quando observamos o cruzamento de duas dessas medidas, como mostra a Tabela a seguir:

Tabela 10
Cruzamento de duas medidas diferentes de intensidade de uso
(distribuição do total de casos)

		Frequência de acesso por mês	
		Usuários intensos	Usuários leves
Número de horas por semana	Usuários intensos	25%	6%
	Usuários leves	11%	57%

A Tabela 10 mostra que apenas um quarto dos usuários intensos classificados segundo um critério são classificados da mesma forma na outra categoria⁴. Dados não agrupados (ordinais X intervalo) produzem uma correlação Pearson não-significativa de .015.

b) *Sobre conteúdo*: A intensidade revela alguma coisa substantiva sobre a natureza da interação do usuário de Internet, ou seja, além dos graus contrastantes de estímulo pelo uso e disponibilidade de tempo? Em teoria, não. O que é decisivo para os dois protagonistas – usuários ‘intensos’ e ‘leves’ – é que estão do lado da equação em que está o usuário. Dentro desse grupo, o exame dos padrões de intensidade de uso, como uma forma de compreender as diferenças intra-grupos, tende a produzir resultados mistos: alguns podem ser usuários intensos porque têm mais tempo disponível, enquanto para outros sua ocupação pode forçá-los a acessar a Internet mais freqüentemente do que a média. Em outras palavras, intensidade pode ser uma função de fatores exógenos para a interação do usuário e da Internet em si.

O contexto da dimensão de uso

Uma abordagem mais sociológica enfatiza que o ambiente no qual ocorre a interação entre usuário e Internet é o que mais importa: condições ambientais moldariam o uso. Elas moldam o alcance e os tipos de usos que podem ser desenvolvidos, de forma que terminam por moldar a agenda de interesses ligados à Internet, da mesma forma que as orientações básicas com relação a ela.

⁴ Apesar do fato de ambas renderem proporções aproximadas de usuários ‘intensos’ e ‘leves’: 36,5% de ‘intensos’ quando se usa o indicador de “frequência de acesso por mês” e 31% quando se usa “número de horas por semana”. O restante, nos dois casos, eram usuários ‘leves’.

Mesmo que não esteja explicitamente colocado, parece plausível o argumento por trás da intenção de distinguir entre “usuários domésticos” e “não-domésticos”, estes últimos tendencialmente denominados “usuários ocupacionais”, dado que seu acesso ocorre predominantemente em seus trabalhos ou escolas/faculdades. Em alguma medida, este é o ponto de vista apresentado pelo jornal Folha de São Paulo e seu servidor UOL, ambos tendo usado e retratado o mundo da Internet a partir desta perspectiva (*Folha de S. Paulo*, 1999). É certo que a diferença entre usuário ‘doméstico’ e “não-doméstico” é relevante e pode-se facilmente concordar com o raciocínio proposto. Então, como se adequa o processo de escolha do indivíduo por trás de qualquer ação, quando utilizando a Internet pelos usuários? Todas essas trocas são meros resultados de causas exógenas – as limitações /oportunidades definidas pelo ambiente de acesso? Pode-se, de forma válida e realista, reduzir todas as relações com a Internet a um único determinante, o contexto? Infelizmente, essas questões permanecem não elaboradas. Dessa forma, essa abordagem tornou-se útil para ilustrar as imperceptíveis ligações presentes na cultura da Internet, mas incapaz de propiciar uma resposta substantiva para o tema das dimensões influentes envolvidas.

A dimensão da conectividade

Há pouco tempo jornalistas especializados e observadores da indústria, sobretudo dos Estados Unidos, preferiram enfatizar o grau de conectividade como uma variável decisiva para mapear as diferenças internas entre usuários da Internet.

Essa medida foi construída sobre um índice somatório de equipamentos tecnológicos usados ou possuídos por usuários, criando uma polaridade entre os hiper-conectados (aqueles que usam/possuem todos os equipamentos) e os moderadamente conectados (os que usam/possuem ao menos um deles). Deixamos de lado os “não-conectados”, que coincidem com o conjunto de “não-usuários”. Uma série de fóruns de discussão financiada pela Wired a partir de 1997 conduziu o caminho desse enfoque.

O problema deste enfoque é que o grau de conectividade parece mais uma medida de riqueza e curiosidade tecnológica do que uma pista que ajude a pensar as diferentes atitudes e comportamentos. Como resultado, proporciona uma contribuição não clara à questão de como a interação dos usuários com a Internet promove diferenças e como explicar tais diferenças.

Em conclusão, essas tentativas em revelar diferenças dentro da cibercultura emergente propiciaram taxonomias interessantes, mas avaliações não-práticas ou não-válidas das dimensões internas da cultura de uso da Internet.

Tais estratégias sofrem de problemas distintos. O mais importante e básico deles é que são levadas a descrever as condições previamente necessárias ao

desenvolvimento de uma prática de Internet. São todas relacionadas ao que faz um indivíduo tornar-se um usuário: disponibilidade de tempo, motivação para ‘ligar-se’, disponibilidade de ambiente ou infra-estrutura, disponibilidade de recursos para adquirir bens instrumentais para conectar-se. Mas são medidas pobres de cibercultura, ou seja, de como este usuário de Internet de fato se relaciona e interage com o meio, e que impacto a Internet tem sobre ele/ela nas suas esferas básicas de vida: como consumidores e como cidadãos.

Medidas regularmente usadas conduzem, portanto, a dois erros básicos:

- a) “colocam o carro na frente dos bois”, interpretando como efeito o que de fato vem primeiramente como causa ou pré-condição para tais práticas e usos. De fato, os padrões de interação entre usuário e Internet são possíveis uma vez que a infra-estrutura, acesso e tempo estão disponíveis, e não de outro modo;
- b) elas reificam o que é comumente entendido como cultura, ligando-a à quantidade de práticas e usos ou à base física/material que torna possível tais práticas e usos, ao invés de revelar significados peculiares e correlatos atitudinais dessas práticas e usos. Mas o conteúdo da interação usuário-Internet dificilmente pode ser resumido pela quantia de tempo gasto ou de bens tecnológicos possuídos ou utilizados.

A dimensão funcional: intelectual e recreativa

Minha sugestão é que padrões de uso, ou seja, os motivos e a frequência com que os usuários acessam a Internet, é uma forma muito melhor de abordar essas diferenças e de construir uma segmentação válida tanto para as pesquisas político-sociais como para as iniciativas de marketing. O foco vai para a funcionalidade dada pelos usuários à Internet, que emerge como um problema de dimensões de engajamento entre ela e os usuários.

A premissa é que as pessoas abordam e usam a Internet por razões distintas, sem levar em conta suas oportunidades de tempo, materiais e contextuais. Não se trata daquilo que faz com que usem a Internet, mas de como terminam relacionadas a ela. E a proposição aqui é que duas dimensões básicas estão presentes em cada usuário com maior ou menor intensidade:

- 1) a primeira, que pode ser denominada “intelectual” e envolve atividades mais instrumentais, extrativas, orientadas por objetivos, como “baixar” arquivos e programas, buscar informações, coletar e ler notícias e as rotinas de correio eletrônico;
- 2) a segunda, que pode ser denominada “recreativa” e envolve atividades de comunicação auto-contidas, orientadas para o lazer, como assistir vídeos e filmes, ou escutar música, conversar e usar o ICQ.

Para medir esse construto, a seguinte questão foi aplicada em surveys com a população geral em duas ocasiões recentes:

“Em um mês típico, com que frequência você diria que realizou as seguintes atividades na Internet?” sempre/quase sempre; algumas vezes; raramente/quase nunca; nunca?

enviar/receber mensagens

ouvir música

discussão

‘baixar’ arquivos

fazer pesquisa (para trabalho ou escola)

utilizar o ICQ

ver vídeos e filmes

A vantagem desta questão em relação às medidas anteriores é que ela contém tanto a avaliação qualitativa quanto a quantitativa. Minha hipótese é que tal variável de interação usuário-Internet tem o potencial de revelar as duas dimensões funcionais decisivas do uso da Internet, cada uma delas definindo um foco específico de prática e projetando-se com diferenças importantes sobre disposições políticas e comerciais. Esses não são conjuntos ou segmentos distintos de usuários, mas representam dimensões distintas de uso ou tendências sub-culturais.

Verificando a validade da abordagem dimensional

Para obter a validade empírica desse construto, realizei uma análise de componentes principais, utilizando a mais simples opção de rotação (Varimax com normalização Kaiser), e retirando da análise os ‘scores’ menores que .40, com objetivo de ganho em destaque em cada fator. Esse procedimento foi realizado com duas diferentes amostras para checar a validade. Os dois surveys foram realizados nos cinco maiores centros urbanos brasileiros, com uma amostra representativa da população adulta, sendo o primeiro em Julho de 2000 e o segundo em Novembro/Dezembro de 2000.

A análise de componentes principais foi aplicada apenas na sub-amostra dos chamados usuários de Internet, e nas duas situações foram encontrados dois fatores com as seguintes características:

Tabela 11
Análise de Componentes Principais das funções do uso da Internet

Amostra 1				Amostra 2			
Componentes	Eigen value	% Variância Explicada	Variância explicada acumulada	Componentes	Eigen value	% Variância Explicada	Variância explicada acumulada
1	3.03	37.9	37.9	1	2.68	33.4	33.4
2	1.24	15.5	53.4	2	1.22	15.3	48.8
Matriz Rotada de Componentes							
Variável	Fator 1	Fator 2	Fator 1	Fator 2			
Enviar/receber e-mail	.77		.67				
Ler notícias	.76		.67				
pesquisar	.68		.68				
“baixar “ arquivos	.67		.71				
Ouvir música		.77		.76			
Assistir vídeos		.74		.75			
Usar ICQ	.41	.59		.62			
conversa		.49		.55			

Os resultados para as duas amostras produziram achados razoavelmente similares. Em primeiro lugar, há dois grupos distintos atrás da diversidade de ações funcionais assumidas pelos usuários, e essas duas dimensões correspondem aos modos de uso em hipótese. Em segundo lugar, esses grupos são razoavelmente consistentes entre as diferentes amostras e períodos, revelando um grau de confiabilidade – se é verdade que a ordem das variáveis rodadas varia entre as amostras para o primeiro componente, o grau de desvio é mínimo e não define uma contradição à proposição básica. Finalmente, os ‘scores’ são muito estáveis no tempo e entre amostras.

Isso revela que uma abordagem bi-dimensional centrada nas relações funcionais com os usuários da Internet é válida. O que ainda se deve provar é que isso também é substantivo do ponto de vista de sua contribuição para nossa compreensão sobre a mente dos usuários e os efeitos da Internet.

Avaliando o efeito relativo da abordagem funcional

Para medir o peso relativo dessa abordagem dimensional enfocada nos modos de uso frente às abordagens tradicionais, realizei uma análise multivariada de seus efeitos sobre uma série de variáveis com relevantes implicações sócio-políticas e comerciais.

Essas ferramentas analíticas multivariadas (regressão múltipla e regressão logística simples) buscam examinar a significância estatística dos efeitos dos diferentes modos de interação entre usuário e Internet em termos de sua relativa força de co-variação com medidas-chave comportamentais e atitudinais.

Efeitos não-significativos para uma abordagem específica denotariam quão marginalmente ela influencia os usuários de Internet nas suas escolhas comerciais e sócio-políticas. De outro lado, quanto mais alta a variação significativa de alguma dessas abordagens com tais manifestações da vida cotidiana, mais isso revelará quão central é tal abordagem para a compreensão das ações e opiniões dos usuários.

A hipótese aqui é que há implicações sócio-políticas e comerciais decisivas geradas pelos efeitos da perspectiva funcional nas questões do dia-a-dia. Além disso, as perspectivas alternativas (ou seja, intensidade, contexto e conectividade) são incapazes de explicar a dinâmica de uso da Internet⁵.

Uma vez que a dimensionalidade intelectual-recreativa define efeitos diferentes para cada função particular, optei por apresentar os resultados por componente de forma individual. Meu entendimento é que isso permitiria tanto avaliar o efeito relativo da abordagem funcional quanto ilustrar as variações internas.

⁵ A dimensão da intensidade foi medida usando as seguintes questões: "Em um mês regular, com que frequência você diria que acessa a Internet". As opções de resposta eram: "menos que uma vez por mês, uma vez por mês, 2 a 3 vezes por mês, uma vez por semana, 2 a 3 vezes por semana, 4 a 6 vezes por semana, uma vez por dia, mais que uma vez por dia". Todas as primeiras 5 alternativas, mais a resposta 'não sei' foram agrupadas em uma única categoria denominada 'usuários leves', enquanto as 3 últimas alternativas, por sua vez, foram agrupadas como 'usuários intensos'.

A dimensão contextual foi medida pela questão: "Algumas pessoas acessam a Internet de casa, outros acessam do trabalho ou escola, enquanto outros acessam de outros locais, tais como a casa de alguém, a biblioteca pública, centro comunitário, órgão do governo, bar/café etc. De qual local, principalmente, você acessa a Internet?". As alternativas de resposta: de casa, do trabalho, da escola, casa de outra pessoa, biblioteca pública, centro comunitário, órgão do governo, bar/café, loja de computador, outro lugar". As respostas foram agrupadas em duas categorias principais: 'de casa' e 'do trabalho/escola/outros'. Cabe dizer que todas as alternativas exceto 'de casa' somaram menos que 5% das respostas.

A dimensão da conectividade foi medida como um índice somatório que incluía envio e recepção de e-mail "sempre/quase sempre"; posse de telefone celular e linha telefônica fixa, e posse/uso de computador. Cada variável adicionava um ponto ao índice, e este foi definido como uma escala ordinal com o máximo de 5 pontos (de 0 a 4).

Tabela 12
Efeitos dos enfoques sobre hábitos e atitudes comerciais

Variável chave	Enfoque				
	Conectividade	Intensidade	Contexto	Intelectual	Recreativa
Comprou on-line					
Fora da temporada	.18				.14
Alta temporada		-.17		.10	
Visitou páginas comerciais				-.15	
Interesse em comprar on-line (índice de 11 itens)	-.20			-.24	-.19
Desinformação sobre marcas	-.24				

*Dados são pesos beta ou correlações parciais estatisticamente significantes ($p < .05$ ou melhor)
Células vazias significam efeitos não-significativos para aquele enfoque sobre aquela variável*

Como mostra a Tabela 12, o peso relativo das distintas abordagens sobre hábitos específicos do consumidor está condicionado pela sazonalidade. Fora da estação, o grau de conectividade e das orientações recreativas molda significativamente a experiência de compra on-line – quanto mais conectado e mais orientado pela dimensão recreativa, maior é a incidência de compradores eletrônicos.

Mas as coisas mudam no ponto alto da estação: qualquer que seja o grau de conectividade, os usuários demonstram que não ajudarão a prever seus dados de compra on-line. Tampouco fariam isso de forma a deixar conhecer seu contexto de interação com a Internet (o mesmo resultado que durante períodos fora da estação).

Ao contrário, a intensidade de uso ajudaria a fazer isso, com uma relação negativa peculiar, o que significa que, nesse período do ano, usuários ‘leves’ são proporcionalmente mais influentes comprando bens através da Internet.

Outro efeito relevante é apresentado pela dimensão intelectual: quanto menos o usuário é orientado intelectualmente, maior é a incidência de compra on-line. Uma conclusão preliminar é que a abordagem funcional está presente de uma forma que é estatisticamente significativa, independente da estação. Isso não pode ser dito das demais abordagens.

Outras questões importantes para análise do consumidor são os hábitos de visita a páginas de comércio, o nível de informação sobre marcas (nesse caso, eu meço o oposto: o grau de ignorância sobre as principais marcas) e o interesse em realizar compras on-line.

O que os dados revelam é que tanto a dimensão intelectual quanto recreativa delineiam de forma significativa intenções e curiosidades on-line, e que apenas o grau de conectividade aproxima-se em uma situação com resultados não significativos para os demais. Por outro lado, conectividade é a única variável que ajuda a compreender o que delinea o déficit de lembrança de marcas.

Diferenças também ocorrem no âmbito da vida social e política. Entre vários itens e índices testados que produzem coeficientes estatisticamente significantes, o cenário confirma a centralidade de dimensões funcionais caracterizando orientações de usuários.

Tabela 13
Efeitos de enfoques sobre atitudes sociais e políticas

Variável chave	Enfoque				
	conectividade	Intensidade	Contexto	Intelectual	Recreativa
Satisfação com trabalho (índice de 6 itens)			-.22	-.21	
Crime como principal prioridade		.20			
Auto-suficiência tecnológica	.20		.18		-.15
Democracia sem partidos políticos	-.12				.14
Confiança em partidos políticos		-.23	-.31	.29	
Envolvimento político				.22	

*Dados são pesos beta ou correlações parciais estatisticamente significantes ($p < .05$ ou melhor)
Células vazias significam efeitos não-significativos para aquele enfoque sobre aquela variável*

Os achados mostram que vinculações “intelectuais” são extremamente importantes para delinear níveis de satisfação com o trabalho, envolvimento político e confiança nas instituições políticas, enquanto ligações “recreativas” são decisivas para entender a relação dos usuários de Internet com a tecnologia, e seu modelo de democracia. Como mostram os dados, essas dimensões podem não definir o mais alto ‘score’ na sua variação com cada item mas são claramente as que têm incidência mais freqüente.

As dimensões funcionais são melhor avaliadas do que as abordagens alternativas na definição de orientações e decisões comerciais e não comerciais, pois incorporam contornos substantivos de seu aspecto relacional com a Internet, em adição à inclusão de um sentido de intensidade. Essa perspectiva desenha de forma mais completa os esquemas de como usuários organizam seus pontos de vista e escolhas. Sendo assim, é mais provável prometer melhores resultados no momento da pesquisa sobre a forma em que os usuários reagirão às proposições comerciais e não-comerciais.

As implicações práticas de confirmar que os usuários ativos cultivam uma relação mais intelectual ou mais recreativa com a Internet, ao invés de focar o valor agregado da freqüência, contexto ou conectividade, parecem claras e importantes.

Conclusões

Falar sobre qualquer aspecto do mundo da Internet no Brasil representa um desafio e um risco, à luz do que sabemos sobre a sua velocidade de crescimento e sobre os ciclos de vida. Nos vinte minutos de leitura que levou este artigo, por exemplo, trinta e cinco novos brasileiros aderiram às fileiras dos usuários ativos de Internet. Entraram com seus próprios hábitos, conhecimento, prioridades e preferências mas, assim que o fizeram, começaram a combiná-los com os estímulos e a dinâmica de comunicação e pensamento propostos pelo mundo da Internet. Com o tempo, isso vai colocá-los à parte do fluxo dominante dos não-usuários, embora não vá escamotear certas diferenças específicas entre eles, relacionadas principalmente a como e por quais razões vieram a utilizar ativamente a internet.

Essa breve ilustração de aspectos dos novatos condensa os três principais resultados da discussão desenvolvida nesse artigo:

1. Existe uma profunda diferença quanto aos hábitos, disposições político-econômicas e orientações de consumo entre usuários e não-usuários de Internet. Hoje, essa é a maior clivagem na sociedade brasileira, capaz de transformar-se, provavelmente, em tão importante quanto as clivagens regionais e de classe eram no passado recente. Usuários compram de forma distinta, têm diferentes relações com as marcas, mostram pontos de vista mais articulados e persuasivos, engajam-se mais profundamente na política e são menos convencionais em suas posturas sócio-políticas. As consequências de dar atenção a essa divisão deveriam ser claras para os atores de mercados políticos e de serviços e produtos.
2. Além disso, os usuários de Internet não conformam um grupo homogêneo e monolítico. Pode-se certamente encontrar sustentação empírica para as segmentações intra-grupos de todos os tipos: a intensidade de uso, os limites contextuais, ou os dados de sofisticação conectiva têm sido até agora as variáveis de corte populares encontradas pela indústria da Internet e de pesquisa de mercado. Entretanto, a contribuição dessas abordagens para compreender as subculturas divergentes abrigadas no uso da Internet e suas implicações para os investimentos comerciais e as iniciativas sócio-políticas são, em sua maior parte, pouco substantivas, se não enganosas.
3. O que importa é em que meios e por quais razões usuários de Internet tornam-se ativos e permanecem como tais. A ênfase poderia ser funcional, as dimensões poderiam estar relacionadas a seus padrões de interação com a Internet. Tal abordagem produz duas principais proposições contendo uma classificação mais substantiva e de maior significação dos usuários: uma premissa “intelectual” e uma premissa “recreativa”. Cada uma representa um enfoque peculiar sobre como viver e cultivar a Internet, e essa classificação tem claras vantagens quando comparada com os efeitos dos modelos alternativos de perfilar usuários em aspectos-chave comerciais e políticos da vida.

Bibliografia

Perfil do internauta Brasileiro, 1998-2000. **Cadê/Ibope**, Relatório Especial. Disponível em <www.ibope.com.br>.

Metade dos internautas brasileiros é carona. **Folha de S.Paulo**, Relatório Especial, 22 dez.1998.

GONÇALO JÚNIOR. E o cidadão digital brasileiro? **Gazeta Mercantil**, 4 abr. 1998.

KATZ, Jon. The birth of the digital nation, **Wired**, 5 abr. 1997.

_____. The digital citizen. **Wired**. The Resource Center for Cyberculture Studies, 1997.

LUNTZ, Frank. The WIRED/Merrill Lynch Forum Digital Citizen Survey. Merrill Lynch&Co., Inc. 1997. Disponível em: <http://www.ml.com/woml/forum/results.htm>.

NICOLACI DA COSTA, Ana Maria. **Na malha da rede**. Rio de Janeiro: Ed.Campus, 1998.

Texto recebido em abril de 2002

Texto aprovado para publicação em dezembro de 2002

Os Partidos Uruguaios: a transição na transição

Jorge Lanzaro

Instituto de Ciencia Política,
Universidad de la República, Uruguai

Resumo

Este artigo analisa a transição e a vitalidade atual do sistema partidário uruguaio. Após um período de crise, que culminou com o rompimento da democracia nos anos sessenta, nos anos noventa o sistema partidário recupera sua centralidade conduzindo o processo de transição democrática. Durante esse processo, observa-se o realinhamento do sistema partidário, que tende a tornar-se um sistema de multipartidarismo moderado, com o amadurecimento e fortalecimento da esquerda, representada sobretudo pelo Frente Amplio. O crescimento deste último deveu-se à sua capacidade de confrontar os partidos tradicionais e também por seu desenvolvimento como partido “*catch-all*”, marcado pela reconversão ideológica e competição pelo centro, conforme aumentavam suas chances eleitorais. O crescimento do Frente Amplio implicou ainda, para os partidos tradicionais, o ingresso em um processo de aprendizagem de compromisso e participação em governos de coalizão e, para o processo de transição liberal, a formação de um quadro de distâncias ideológicas moderadas, sem polarização. Todavia, a clivagem esquerda-direita serve ainda de eixo para a competição eleitoral.

Palavras-chave: partidos políticos, democratização, Frente Amplio, sistema partidário

Abstract

This article analyses the political transition and the current vitality of the Uruguayan party system. After a period of crisis that lead to the rupture of democracy in the seventies, in the nineties the party system retrieved its centrality in the process of the democratization. During this process, the party realignment resulted in a moderate multipartysm, with a strengthened left, mainly represented by the Frente Amplio. The rise of the Frente Amplio resulted of its capacity to confrontate the traditional parties, its evolution as a *catch-all* organization, its ideological transformation and electoral performance. To the traditional parties this process promoted the learning of political compromises and participation in government coalitions; to the process of liberal transition, it resulted in a political scenery with moderate ideological distances, without polarization. However, the left-right parameters still defines the axis of electoral competition.

Key words: political parties, democratization, Frente Amplio, party system

Em tempos de *changement d'époque*, como o que estamos vivendo atualmente na América Latina e em todo o mundo, as transformações na política e nos modelos de desenvolvimento exigem e provocam mudanças nos partidos, que podem ser analisadas caso a caso – levando-se em conta a evolução de um único partido –, mas que também estão relacionadas com as características e mudanças registradas em todo o sistema partidário¹.

Análises comparativas oferecem exemplos de partidos ou sistemas partidários que não sobreviveram às fases de transformação aguda – as “conjunturas críticas” (COLLIER e COLLIER, 1991), que podem ser vistas como períodos de “darwinismo político” (COPPEDGE, 2002). Há também exemplos de partidos e sistemas partidários que conseguem atravessar essas fases e liderar as mudanças, ao abraçar um caminho de auto-transformação, com as dificuldades de serem “mutantes” eles mesmos e com graus variados de sucesso. Isso pode envolver todos ou alguns dos membros anteriores do sistema partidário, ou criar espaço para o surgimento de novos partidos ou mesmo sistemas partidários inteiramente novos.

Os tempos atuais, tal como outras fases históricas de mudança, delineiam uma “estrutura de oportunidades” que não provoca necessariamente um declínio dos partidos, como algumas abordagens sugerem. Talvez leve a situações de crise, mas pode abrir caminho para a renovação dos partidos e para o desenvolvimento do sistema partidário onde se tenham mostrado consistentes, e mesmo nos países onde partidos e sistemas partidários eram débeis. Essas alternativas (*party-ness – party-less*) são fatores determinantes para a qualidade da democracia e a qualidade dos processos de reforma.

O sistema partidário uruguaio, originalmente um sistema bipartidário com uma história de 150 anos e um alto grau de institucionalização (MAINWARING e SCULLY, 1995), gozou de longos períodos de prosperidade². Porém, experimentou um período de dificuldades durante a década de 1930 e uma grande crise nos anos 60, que terminou num rompimento da democracia.

¹ Uma análise sobre a “persistência e mudança” em partidos e sistemas partidários que abrange as duas dimensões, pode ser encontrada em MAIR (1997).

² Sotelo (1999) confirma que os partidos tradicionais uruguaios estão entre os mais antigos das Américas e da Europa ocidental (segundo ou terceiro lugar, dependendo do critério usado). Com relação aos sistemas partidários, se forem classificados de acordo com uma “longevidade exitosa” – idade média dos dois partidos mais votados na última eleição incluída no estudo (1994) – o Uruguai está em primeiro lugar, seguido pelos Estados Unidos e pela Colômbia. O crescimento do FA e o fato de ter sido o partido mais votado em 1999, “rejuvenescem” o sistema partidário uruguaio e lhe fazem descer pontos no ranking internacional de antigüidade, sem que perca, não obstante, a consistência que os anos lhe têm dado.

Nas duas últimas décadas, entretanto, os partidos e o sistema partidário recuperaram seu papel e sua centralidade, proporcionando as chaves para o “governo de partidos” (*party government*³) durante um período de transição “dual”: a) restauração da democracia após mais de dez anos de ditadura; b) agenda de reformas estruturais (Estado, economia, políticas sociais). Essa “segunda” transição está dominada pelas tendências neoliberais, mas, devido à competição política, as reformas têm uma inclinação gradualista e moderada, que põe limites à liberalização e mantém, em boa medida, a centralidade do Estado (LANZARO, 2000a).

Nesse contexto, os partidos uruguaios sofreram uma espécie de “*transição na transição*” com duas dimensões. Em primeiro lugar, há um realinhamento do sistema partidário, do bipartidarismo tradicional para um multipartidarismo moderado, em consequência do desenvolvimento da frente política de esquerda *Frente Amplio* (FA) que desafia os “decanos” do clube – o *Partido Colorado* (PC) e o *Partido Nacional* (PN). Estes continuam no páreo, mas tendem a formar um bloco político. Em segundo lugar, produzem-se mudanças substanciais nas funções dos partidos, em sua organização e estratégias políticas.

Ligando as duas dimensões, este artigo analisa a evolução dos dois blocos partidários e a “prosperidade” que cada um consegue, tanto no governo como na oposição, apontando para os paradoxos resultantes de seus próprios desempenhos:

1. Os partidos tradicionais (*colorados* e *blancos*) lideraram o esforço para realizar reformas estruturais e, assim fazendo, sofreram uma alteração substantiva. Afastaram-se das práticas do keynesianismo e do “welfare state” (propensas à intervenção estatal e ao protecionismo, clientelismo e corporativismo) e impulsionaram a liberalização e a “volta ao mercado”, no que se refere à economia e à reforma do Estado. Estes processos implicam mudanças na política e na intermediação política, nos padrões de liderança e cidadania, “*linkages*” e legitimação. Na medida em que a oposição de esquerda cresceu, os modos de governo também foram inovados - com a formação de coalizões no regime presidencialista - e foi promovida uma grande reforma do sistema eleitoral, a partir de 1996.

³ O “governo de partidos” - “*party government*” (cf. entre outros, Castles e Wildenmann, 1986) – envolve a predominância de partidos na representação política e tomada de decisões, recrutamento, socialização e disciplina das equipes políticas e autoridades públicas, formação de opinião, desempenho eleitoral e ligações com cidadãos e grupos, capacidade de governo e oposição, liderança e autonomia, legitimação e *accountability* dentro do quadro das instituições políticas (regras formais e informais) e um sistema de competição que assegura, ao mesmo tempo, integração e fidelidade. Esses elementos referem-se a um processo permanente de produção e reprodução (produtividade política, acomodação e controle), mas estão sujeitos a desafios extraordinários em tempos de mudança, que envolvem a transformação da política e, ao mesmo tempo, exigem a reestruturação dos partidos.

Essas estratégias revelaram-se custosas. Enquanto bloco, os partidos tradicionais ainda mantêm um importante apoio eleitoral, mas vêm, sistematicamente, perdendo votos (de um total combinado de 76% em 1984 para 55% em 1999).

Pretendo explicar essa tendência com base nos efeitos combinados de dois fatores em jogo: a) a transição liberal que os próprios partidos promoveram, em particular a transformação de sua antiga condição de partidos de Estado e partidos “keynesianos”, por meio de um processo que, embora apresente alguns resultados positivos, implica uma redução de seus recursos políticos tradicionais e b) os padrões de competição e cooperação – provocados pelo desenvolvimento do Frente Amplio como um terceiro partido desafiante – que levaram os partidos tradicionais à associação política e à convergência ideológica. E, na esteira disso, os efeitos do novo sistema eleitoral, que tende a reforçar a competição bipolar, baseada na clivagem esquerda-direita.

2. À esquerda do espectro, o Frente Amplio torna-se a força hegemônica de oposição e consegue uma notável ascensão eleitoral (de 21% em 1984 para 40% em 1999). Essa prosperidade pode ser explicada em função de: a) seu desenvolvimento como partido “*catch-all*” e “eleitoral”, mantendo, contudo, a “fraternidade” com sindicatos e movimentos sociais; b) sua estrutura de “partido de coalizão”, unificando todos os grupos de esquerda e c) sua estratégia oposicionista, contra a liberalização e as privatizações, em defesa da tradição estatista, que está combinada, de fato, com as tendências para a moderação ideológica e a competição pelo centro.

Porém, o FA precisa agir num contexto de competição exigente e deve encarar as contradições que derivam de seu próprio desenvolvimento: a) afirmando-se na oposição e, ao mesmo tempo, apresentando-se como uma alternativa de governo e b) avançando na reconversão ideológica e assumindo posições políticas que são cada vez mais “pragmáticas”, mantendo ao mesmo tempo sua identidade e a “lógica da diferença” para com os outros partidos.

Com esses parâmetros, a experiência da esquerda uruguaia pode ser comparada à de outros partidos de esquerda da Europa e da América Latina, levando-se particularmente em conta os diferentes “caminhos” para o governo que seguiram as agrupações de esquerda mais exitosas da região, especialmente no Brasil e no Chile.

Este trabalho oferece uma visão geral dos padrões de mudança e da vitalidade do sistema partidário uruguaio, que estão condicionados pelo passado histórico e que surgem do processo político distinto que comanda a transição nas últimas décadas. O caso uruguaio possui certas vantagens quando comparado com outros países latino-americanos, quais sejam, as questões derivadas das estratégias

partidárias no governo e na oposição, em um quadro de competição bipolar, reforçado por novas regras eleitorais e animado pela divisão esquerda-direita e o caminho gradualista da transição liberal no interior de um padrão de mudança que preserva a centralidade do Estado e os recursos políticos em maior medida do que em outros países.

O sistema político do bipartidarismo tradicional

Os Partidos Colorado e Nacional surgiram no século XIX como fundadores do Estado-nação e, baseados numa equação de poder relativamente equilibrada, construíram uma democracia pluralista, do tipo “*consociacional*”⁴.

Esse sistema baseava-se em quatro pilares: a) regime eleitoral com “voto simultâneo duplo” (no partido e nos candidatos do partido)⁵; b) eleição presidencial por pluralidade e representação proporcional “integral” no parlamento; c) “*co-participação*” de ambos os partidos nos conselhos de serviços estatais e juntas de controle (com uma distribuição de assentos entre maiorias e minorias semelhante à “*propoz*” austríaca)⁶; d) maiorias parlamentares especiais para leis e nomeações estratégicas. A maior parte desses princípios de competição e co-participação foi resultado de acordo entre as elites partidárias antes da democratização e do sufrágio universal, seguindo o caminho de uma “poliarquia” (DAHL, 1971), sem hegemonia ou relações privilegiadas com os trabalhadores e os outros setores populares “incluídos”.

“*Os vencedores não levam tudo*”: as regras constitucionais garantem a competição efetiva e, apesar de os colorados terem dominado durante muitas décadas, os partidos mantiveram um certo equilíbrio eleitoral, num contexto de

⁴ Lijphart (1969) cunhou seu bem conhecido conceito de democracia “*consociacional*” em referência aos processos de construção nacional “associativa”, em sociedades atravessadas por divisões sociais (de nacionalidade, etnia, religião, classe). Creio que essa noção possa ser aplicada aos processos de construção nacional que se baseiam numa clivagem centro-periferia, mesmo em casos como o do Uruguai, em que os partidos não representam simplesmente divisões sociais e econômicas, mas funcionam como partidos *catch-all*, articulados em conflitos realmente políticos, referidos originalmente ao estabelecimento do poder central do Estado. Assim, as linhas de clivagem baseiam-se em tradições e subculturas políticas, numa composição similar à da Colômbia.

⁵ As eleições nacionais incluem as eleições “internas”: as frações dentro do partido competem umas com as outras, ao mesmo tempo em que acumulam votos juntas para competir com os outros partidos. Essa fórmula valia para todos os postos – com vários candidatos de cada partido (para a presidência, o parlamento e os municípios) – favorecendo a permanência de frações e redes de arregimentação eleitorais.

⁶ Em dois períodos (1913-33 e 1951-67), a co-participação chegou ao ápice do Poder Executivo, por meio de um conselho de governo semelhante ao da Suíça.

poderes compartilhados, com acesso plural ao Estado e ao processo governamental, que abrangia a maioria e proporcionava lugares para as minorias.

O Uruguai possui um regime presidencialista “pluralista”, que inclui algumas experiências de governo de coalizão, mas funciona, em larga medida, como um “*presidencialismo de compromisso*”, moldado pela “co-participação” e por acordos “transversais” entre governo e oposição⁷.

Os dois partidos são partidos de Estado num Estado de partidos (*Parteienstaat*), com a função dupla de representação e governo, mantendo o domínio dos circuitos públicos para a tomada de decisões políticas e a alocação de recursos⁸. Ligado à sua “captura” do Estado, os partidos tinham suas próprias organizações densamente estruturadas e estavam firmemente implantados nas mais diversas áreas da sociedade civil⁹.

No Uruguai, como em outros países pequenos e dependentes, o Estado desempenhou historicamente um notável papel central e desde o começo do século XX tornou-se um Estado “ampliado”, assumindo funções estratégicas no desenvolvimento da economia e da sociedade (nacionalização de bancos, empresas e serviços, regulamentação de mercados e do trabalho, educação pública, previdência social). As evoluções sucessivas multiplicaram as intervenções do Estado e moldaram nosso keynesianismo “crioulo”¹⁰. Desde a democratização originária, a integração política está amarrada à integração social, mediante

⁷ Levando em conta a experiência do Uruguai e dos Estados Unidos, bem como a recente evolução de alguns países latino-americanos, sustentei que os regimes presidencialistas – bem como os parlamentaristas – podem ser classificados como democracias “majoritárias” ou “populistas”, mas também “pluralistas” com base em distribuição do poder, instituições governamentais e sistemas partidários, estilos de liderança e cultura política (LANZARO, 2000 e 2001). Essa abordagem segue Dahl (1956) e Lijphart (1984), mas diverge da crença de que os sistemas presidencialistas são por natureza majoritários. Nos textos mencionados, também faço a distinção entre “*presidencialismo de coalizão*” (ABRANCHES, 1988) – com gabinetes multipartidários – e “*presidencialismo de compromisso*”, em que um executivo partidário busca acordos parlamentares com outros partidos, frações legislativas ou representantes individuais, caso a caso ou segundo linhas de alianças, mas sem montar um governo de coalizão.

⁸ Embora possa haver certas semelhanças, a noção de partidos de Estado não se identifica com a de partidos “cartel” (KATZ e MAIR, 1995), uma abordagem polêmica que busca caracterizar a evolução recente dos partidos em democracias avançadas. A idéia de partidos de Estado é mais ampla e remonta a extensos períodos da história, abrangendo diferentes modelos de desenvolvimento, formas de Estado e funções partidárias.

⁹ Na década de 1930, as instituições estatais dominadas pelos partidos tradicionais no regime de “co-participação” se articularam com outros organismos reguladores, com representantes de classe, formando um segmento corporativo (*co-participação corporativa*). Contudo, blancos e colorados mantiveram seus perfis de partidos de cidadãos, de representação individual e territorial. Nesse contexto, recebiam amplo apoio eleitoral da classe trabalhadora, mas não controlavam os sindicatos, cuja liderança continuava nas mãos dos partidos de esquerda.

¹⁰ A partir de 1930, vemos um avanço do capitalismo “assistido”, com uma economia “fechada”, que mantém seu foco agroexportador ao mesmo tempo em que desenvolve uma industrialização voltada para o mercado interno (ISI).

ligações que deixam marcas duradouras na cidadania (política e social) e na cultura cívica.

Os partidos tradicionais participam da construção do Estado e negociam sua expansão, moldando sua estrutura política e agindo como “governantes permanentes”, numa posição de dominação em relação à burocracia e com uma forte conexão com agentes sociais e grupos de interesse. Mais do que qualquer outro fator, os partidos agem como detentores da liderança política - ancorada no Estado - que se torna o principal motor dos projetos nacionais, do desenvolvimento econômico e da integração social, num país “novo” e “pequeno”, encravado entre dois vizinhos grandes e altamente dependente dos centros de poder do mundo.

Desde a crise de 1930 – e mesmo antes, *avant la lettre* – eles se desenvolveram como partidos “keynesianos” (LANZARO, 1994)¹¹, isto é, projeto nacional, liderança política e governo combinavam-se com responsabilidades diretas na produção e distribuição de bens públicos, regulação econômica e mediação dos conflitos sociais. Os partidos conduziam essas atividades mediante programas públicos gerais, benefícios sociais universais e serviços estatais, mas também por meio de prestações seletivas, particularismo, clientelismo e ligações corporativas, com uma ampla margem para decisões discricionárias.

Esses fenômenos selam a relação Estado-sociedade e mantêm as alianças de classe e o “compromisso nacional” no qual se baseia o modelo de desenvolvimento. Também marcam os poderes e estratégias dos partidos, seus recursos políticos e articulações, seus apoios e os padrões de legitimação. Os partidos controlam o Estado e, por sua vez, dele dependem, em larga medida.

Em resumo, ao longo do século XX, o regime eleitoral e as regras de competição entre os partidos e as frações partidárias, a “co-participação” e o sistema pluralista de governo, junto com o papel central do Estado, a reitoria “keynesiana” e os benefícios do bem-estar social contribuíram para perpetuar a hegemonia dos partidos tradicionais – em sua condição de partidos de Estado e ligações com a sociedade civil – possibilitando uma participação eleitoral muito alta e um compromisso dos cidadãos com a política e os partidos. Como veremos, as mudanças políticas em curso e as ações dos próprios partidos tradicionais, em relação às reformas estruturais e ao desafio do Frente Amplio, solaparam as bases dessa supremacia.

¹¹ Aplico aos partidos o nome que Pizzorno (1980) atribui aos sindicatos da “era keynesiana”.

Realinhamento do sistema de partidos

Nos anos 60, o esgotamento do modelo de desenvolvimento levou a uma crise econômica estrutural e abriu caminho para a crise política. O fracasso do sistema partidário foi decisivo nesse processo. Os partidos tradicionais não conseguiram descobrir um modo de renovar-se ou renovar seu projeto político, o Estado e a economia, perdendo centralidade, seu papel de liderança e sua capacidade de combinar interesses. A “inércia” de seus hábitos anteriores e o fardo do particularismo pesou sobre eles. Assim, encontraram dificuldades insuperáveis para montar um projeto alternativo, um novo compromisso político e novas alianças sociais. As iniciativas de reforma foram bloqueadas pela competição entre os partidos e frações partidárias em um ciclo que intensificou a fragmentação política e as oposições sociais. Houve um intenso ativismo de grupos de pressão e associações de classe, que se transformou numa espécie de “corporatização” da política. Os sindicatos reuniram suas forças em uma única confederação e passaram a atuar como um eixo da mobilização política.

Foi nesse contexto que ocorreram os primeiros avanços da esquerda, por meio de eleições e movimentos de massa, em paralelo a algumas ações guerrilheiras. Em 1971, os velhos partidos “ideológicos” (socialistas, comunistas, democratas cristãos) uniram-se com grupos independentes e com frações dos partidos tradicionais para fundar o Frente Amplio, que nas eleições daquele ano abriu uma brecha no domínio bipartidário.

Em consequência da competição centrífuga, do distanciamento ideológico e de oposições radicais, o Uruguai entrou – de acordo com a “cartografia” de Sartori – em um pluralismo “polarizado”, que desembocou no golpe de 1973 e na ditadura militar, da qual o país só sairia em 1985.

O realinhamento foi preservado no novo estágio da democracia, mas com um pluralismo “moderado”, tendo em vista o número de partidos, suas posições ideológicas e o padrão de competição em direção ao centro¹².

O FA desenvolveu-se como um terceiro partido graças à sua metamorfose e ao seu desempenho eleitoral. Apesar da separação que originou o *Nuevo Espacio* (NE), um partido pequeno, composto por grupos centristas, o FA apresentou um crescimento sustentado, com dois saltos eleitorais importantes em nível nacional e três vitórias consecutivas para o governo de Montevideu, onde vivem 42% da população do país, além de uma expansão mais recente no resto do país.

¹² O número efetivo de partidos no parlamento aumentou de 2.7 em 1971 para 3.1 em 1999. Uma pesquisa de 1999 (Equipos-Mori) registra uma distância ideológica relativamente moderada no espectro partidário: Frente Amplio 3.3, Nuevo Espacio 4.94, Partido Nacional 7.48, Partido Colorado 7.59. A máxima distância ideológica é 4.3 e nenhum partido está localizado em um extremo.

Tabela 1
Votos em eleições nacionais - 1971-1999 (%).

	1971	1984	1989	1994	1999-I	1999-II
Partido Colorado	41	41	30	32	33	54
Partido Nacional	40	35	39	31	22	.
Frente Amplio	18	21	21	31	40	46
Nuevo Espacio	.	.	9	5	5	.

Tabela 2
Eleições nacionais: Votos em Montevideo (%).

	1971	1984	1989	1994	1999-I	1999-II
Partido Colorado	39	36	25	27	30	44
Partido Nacional	30	27	27	21	13	.
Frente Amplio	30	34	34	44	52	56
Nuevo Espacio	.	.	13	7	5	.

Tabela 3
Eleições nacionais: Votos no Interior (%).

	1971	1984	1989	1994	1999-I	1999-II
Partido Colorado	42	46	35	37	35	62
Partido Nacional	48	42	49	40	30	.
Frente Amplio	10	10	10	19	31	38
Nuevo Espacio	.	.	6	4	4	.

Tabela 4
Eleições municipais: Montevideo (%).

	1971	1984	1989	1994	2000
Partido Colorado	40	36	25	27	28
Partido Nacional	30	27	25	21	12
Frente Amplio	30	34	37	45	58
Nuevo Espacio	.	.	13	7	1

Como se pode ver, o FA tem apresentado uma implantação principalmente urbana – e fortemente concentrada em Montevideo – embora recentemente tenha também expandido-se em nível nacional, com dois saltos eleitorais importantes no conjunto dos departamentos do interior do país (1994 e 1999).

Tabela 5

***Distribuição de votos do FA: Montevidéu - Resto do País (%)
Eleições nacionais - 1971-1999.***

Votos do FA	1971	1984	1989	1994	1999
Montevidéu	70	74	75	65	56
Resto do País	30	26	25	35	44

Fonte: Instituto de Ciência Política, Banco de Dados.

No nível nacional, a volatilidade eleitoral é bastante moderada¹³. O realinhamento do sistema partidário ocorreu mediante uma série de eleições “críticas”, mas desdobrou-se gradualmente, sem mutações abruptas, como mostra a própria evolução do FA, incluindo três períodos na prefeitura de Montevidéu e outras experiências de iniciação política (Parlamento, Corte Eleitoral, Tribunal de Auditores), que promoveram a socialização entre os quadros do FA e relações com outros centros da elite, embalando um eventual estágio no governo nacional.

Tabela 6

Volatilidade eleitoral 1971-1999 (Índice Pedersen).

	1971	1984	1989	1994	1999
Volatilidade	8.9	5.2	13.3	11.6	10.0

Fonte: Chasquetti 2000.

Tabela 7

Volatilidade eleitoral inter-blocos 1971-1999 (Índice Pedersen).

	1971	1984	1989	1994	1999
Volatilidade	4,6	3,9	8,0	5,6	8,7

Fonte: Instituto de Ciência Política - Banco de Dados.

O processo ocorreu, portanto, em um contexto de estabilidade democrática e não provocou a desarticulação do sistema partidário. Os partidos mais antigos continuam em funcionamento e o FA tem se movido em um cenário de integração política e competição rigorosa, comparável ao das sociais-democracias européias e outros partidos de esquerda latino-americanos (Brasil, Chile, México).

¹³ Uma tabela de Mainwaring e Scully (1995), que abrange doze países latino-americanos para o período 1971-89, mostra que o Uruguai tem a volatilidade mais baixa (9,1%).

A “segunda” transição

Os partidos se reconstituíram como principais atores da transição democrática. Finalizada a ditadura, eles enfrentaram os desafios de uma “segunda” transição, com o processo de reformas estruturais – longo e laborioso – que alterou o modelo de desenvolvimento predominante durante a maior parte do século XX e que acarretou mudanças significativas no desenho político e no próprio sistema partidário.

O bloco dos partidos tradicionais

O PC e o PN tomaram a iniciativa de levar a cabo a transição liberal. Atuando como “agenda setters”, promoveram a reforma política, estatal e econômica através das ações de governo, do debate ideológico e das campanhas eleitorais e por meio de políticas “negativas” e “positivas”: ajuste fiscal, privatização, mudanças nas funções do Estado e liberalização econômica, com novas formas de regulação da economia e da sociedade. Dessa forma, os partidos precisaram, ao mesmo tempo, reverter-se e deixar de lado sua condição de partidos “keynesianos”.

Esses processos foram atravessados pela competição entre partidos e entre frações de partidos, envolvendo os setores “modernizadores” e “conservadores”. Para impulsionar as reformas e enfrentar a resistência provocada por esse processo, ocorreram movimentos no sentido da centralização dentro dos partidos e do governo, tendendo a reforçar o Executivo. Porém, apesar dessas tendências no sentido de concentração, que são universais e têm efeitos perversos em outros países latino-americanos, o Uruguai manteve um certo equilíbrio de poder. Não houve governo “por decreto” e as reformas passaram regularmente pelo Parlamento e por negociações entre partidos. Além disso, houve vários casos relevantes de participação dos cidadãos em consulta “direta”, como plebiscitos sobre questões constitucionais e referendos para bloquear a privatização de grandes empresas públicas.

Na medida em que a oposição de esquerda crescia, a aliança entre o PN e o PC se reforçou, dando origem a uma “política de blocos”. Os partidos tradicionais revezaram-se na Presidência, entraram num processo de aprendizagem de cooperação e compromisso e começaram a montar governos de coalizão¹⁴. Isso

¹⁴ O caso uruguaio soma-se às experiências de coalizão em regimes presidencialistas registradas em outros países latino-americanos, como novidade ou com precedentes (LANZARO, 2001). A partir dos anos 80, o *presidencialismo de coalizão* (ABRANCHES, 1988) surge como um produto de certas condições políticas da nova “onda” de democracia: sistemas multipartidários, geralmente com eleições majoritárias do presidente, em dois turnos, ajustes econômicos e reformas estruturais, em um ciclo de transformações substantivas da política e dos partidos. Ao contrário do que alguns autores prevêm, a “combinação difícil” de presidencialismo e multipartidarismo (MAINWARING, 1993) não conduz necessariamente a um “impasse” ou a ameaças à

lhes permite compor maiorias parlamentares, sustentar políticas liberais e promover reformas do Estado que são, todavia, “incrementais”: a competição entre os parceiros da coligação e a oposição do FA tendem a impor um caminho gradualista, com moderação das iniciativas políticas (*ex ante* e *ex post*).

Com o objetivo de retardar o acesso do FA ao governo – ou para tornar essa possibilidade dependente de um apoio político maior (evitando a “síndrome de Salvador Allende”) – os partidos tradicionais promoveram uma reforma constitucional em 1996, que desmantelou o regime eleitoral que havia possibilitado seu desenvolvimento desde o início do século XX. O novo modelo eliminou o duplo voto simultâneo e, em vez do antigo princípio da pluralidade, adotou a regra da maioria com dois turnos para as eleições presidenciais (*ballottage*), que permite apenas um candidato por partido (escolhido em eleições primárias compulsórias e simultâneas para todos os partidos). Porém, mantém o sistema de representação proporcional nas eleições parlamentares, que coincidem com o primeiro turno da eleição presidencial.

A dupla lógica desse sistema favorece a pluralidade partidária e também o alinhamento em blocos. Todos podem competir no primeiro turno para a representação proporcional no Parlamento e por uma chance no segundo turno presidencial. Os partidos próximos podem reagrupar-se para o segundo turno e o modelo induz às coalizões eleitorais – destinadas a se tornarem coalizões de governo, tendendo para a bipolaridade: multipartidarismo bipolar, não necessariamente bipartidarismo ou polarização¹⁵.

A evolução do Frente Amplio

A “segunda” transição delineia uma “estrutura de oportunidade”. O FA mostrou-se capaz de tirar vantagem desse “momentum” e, mediante uma evolução política proveitosa, tornou-se um partido exitoso, com expansão eleitoral sustentada, alimentando expectativas de que poderia conquistar o governo nacional.

Esse progresso pode ser explicado, em primeiro lugar, pelo fato de que o FA capitalizou o “descontentamento” criado pelas principais orientações do governo (GONZÁLEZ, 1999) e mostrou-se como uma alternativa. Isso ocorreu, em larga

democracia, mas pode encontrar rotas apropriadas para o governo e as reformas, mesmo em períodos de turbulência e mudança brusca. Também fica claro que as coalizões de governo não são exclusivas do sistema parlamentarista, como geralmente se acredita.

¹⁵ Esses são os efeitos encontrados comumente em eleições majoritárias de dois turnos, combinadas com representação proporcional (DUVERGER, 1951; SARTORI, 1994). Os sistemas multipartidários bipolares – que “dão ordem” à pluralidade no sistema partidário – também prosperam em outros países latino-americanos, em composições mais rígidas (Chile) ou mais flexíveis (Brasil).

medida, porque o FA se apresentou como paladino dos valores que estão profundamente arraigados na cultura política do país, defendendo posições estatistas, distributivas e igualitárias que se desenvolveram no Uruguai durante o século XX. Com efeito, o FA compete por essas tradições contra os partidos tradicionais¹⁶.

Mas o avanço do FA responde também à transformação política pela qual a esquerda uruguaia se desenvolve como um partido “*catch-all*”, com as características que Kirchheimer (1966) descreve, embora com traços específicos decorrentes de sua história e trajetória atual (LANZARO, 1996 e 2000b).

O Frente Amplio conseguiu afirmar sua identidade ao mesmo tempo em que passava por uma significativa metamorfose, combinando o velho e o novo na linhagem da esquerda:

- 1) Ele afastou-se das características dos partidos “ideológicos” para adotar posições políticas mais pragmáticas e cada vez mais moderadas. Não obstante, manteve um grau de formalização programática relativamente alto (ALCÁNTARA & FREIDENBERG, 2001), reivindicando os elementos genéricos do repertório da esquerda, alguns dos quais – em particular o estatismo e o igualitarismo – são velhos componentes da cultura política uruguaia.
- 2) Embora retenha em parte seus traços de partido de massa, tornou-se mais um partido “eleitoral” (PANEBIANCO, 1982).
- 3) Sua convocatória diversificou-se e sua condição de partido de “integração” (NEUMANN, 1980), com referentes de classe e uma forte “fraternidade” com o movimento operário, deu lugar a uma “política dos cidadãos” e um novo perfil “popular”, com maior espaço para a representação individual e os votantes “soltos”. Contudo, manteve os laços com os sindicatos, ainda que as relações mútuas sejam cada vez mais autônomas e, por vezes, conflitantes. Cultivou também sua vocação de esquerda “social”, mediante temas de discurso e por meio de uma rede de relações com grupos velhos e novos, renovando suas antigas raízes e tomando alguns espaços onde os partidos tradicionais costumavam reinar;

¹⁶ A defesa do Estado e a oposição às privatizações é um dos cavalos de batalha do FA (embora isso seja menos forte no contexto do governo municipal). Essa situação combina bem com a forte cultura estatista do povo uruguaio, indo muito além do âmbito dos partidários do FA. Os eleitores de esquerda têm uma clara preferência pelo Estado e se opõem às privatizações, mas nem todos os cidadãos a favor do Estado estão alinhados com a esquerda. Em um referendo de 1992, mais de 70% dos eleitores foram a favor da anulação da lei que autorizava a privatização de algumas empresas públicas (em particular, a venda da companhia telefônica). Oito anos depois, 81% dos uruguaio acreditavam que o Estado deveria ter maioria na propriedade das grandes empresas públicas, opinião compartilhada por 90% dos que se identificavam como de esquerda, 82% dos que se diziam centristas e 71% dos que afirmavam ser de direita. Porém, a “desmonopolização” é vista com melhores olhos (50% dos respondentes a consideram positiva, inclusive 44% dos que se consideram de esquerda). Ao mesmo tempo, 48% dos respondentes acham que é positivo incorporar capital privado para desenvolver as empresas públicas e 35% consideram essa opção negativa (Cf. CIFRA, 2000).

4) Ao mesmo tempo, ocorreram mudanças em sua organização, em seus processos de decisão e estrutura de liderança. Ao nível do conjunto do FA, a organização de massas é mais flexível do que era há alguns anos (ou, pode-se dizer, até mais “fina”, de acordo com as categorias de Gunther & Diamond, 2003). Mas o grau de “articulação” política (DUVERGER, 1951) permanece bastante forte, em termos de organismos comuns de decisão e de bancada parlamentar, do líder partidário, assim como da disciplina e coesão (embora neste plano haja focos visíveis de discordância e desobediência).

Em todo caso, há um certo declínio do “apparatchik”, dos “devotos” e dos militantes do comitê, acompanhado da emergência de uma nova geração de “profissionais”. Continuamente surgem novos líderes que constroem carreiras e conquistam o poder como candidatos eleitorais e autoridades públicas.

Da coalizão de partidos ao “partido de coalizão”

O Frente Amplio, que começou como uma coalizão de partidos, transformou-se num “partido de coalizão” (LANZARO, 1996)¹⁷. Ao lado dos partidos fundadores do FA, os grupos que surgiram como novos setores dentro da coalizão têm peso político. Nem os novos, nem os velhos são partidos autônomos: são, na verdade, frações de um conglomerado que é maior do que a soma de suas partes e que constitui uma estrutura unificada com uma identidade abrangente e tradição própria.

Mesmo enquanto partido “novo”, o FA construiu uma identidade forte e sua própria tradição (um processo de “tradicionalização”), com base nos legados históricos e trajetórias que começaram com sua criação, por meio da resistência contra a ditadura e desde a transição democrática. Afirma-se assim o processo de integração política do movimento de esquerda e sua “nacionalização” (no sentido de Gramsci, 1971), que começou nos anos 60 e que, inclusive, deu origem ao FA em 1971. Em anos recentes, o FA é comparativamente o partido que retém a maioria de seus eleitores e cultiva melhor a socialização através de gerações, família, organizações coletivas (sindicatos, movimentos sociais, ONGs), da “captura” da educação pública e sua influência no ambiente cultural, bem como sua inserção nos circuitos institucionais, em particular no governo de Montevideú.

¹⁷ A natureza híbrida de um “partido de coalizão” pode ser comparada à de outros agrupamentos de esquerda. Mas o esquema coligacional ou federativo (“tribal”) pode ser encontrado em partidos de outras tendências, especialmente durante períodos de formação.

Os processos de tomada de decisões seguiram essa parábola de unidade mediante uma árdua disputa. O regime “federal” e baseado em consenso, com representação igual e direitos de veto, deu lugar ao princípio da maioria, com os caudais de votos nas eleições internas e nacionais ganhando cada vez mais peso.

A estrutura de liderança contribuiu para consolidar essa evolução. Embora persista a prática da tomada de decisão coletiva, a liderança personalizada se destaca, exercida pelos candidatos presidenciais comuns, que ganham autonomia e representam o todo. Esses perfis se tornaram mais agudos com a ascensão de Tabaré Vázquez a candidato presidencial, com uma inclinação “populista” e um novo “caudilhismo” de esquerda.

Com essa unidade baseada na coalizão, o FA exhibe um alto nível de fracionamento, com vários grupos políticos coexistindo em seu âmago. Isso, em última análise, serve como uma forte rede de arrasto eleitoral, possibilitando que o FA diversifique seus atrativos e mantenha partidários, ao mesmo tempo em que conquista novos eleitores.

Uma estratégia a duas pontas: oposição e competição pelo centro.

A estratégia de acumulação baseia-se numa certa “dualidade”. O êxito do FA deve-se, em larga medida, ao seu desempenho como força hegemônica de oposição e ao seu confronto com os partidos tradicionais, que rejeita compromissos e cresce à medida que aumentam suas chances eleitorais. Mas essa estratégia está articulada com sua transformação política e seu desenvolvimento como partido “catch-all”, marcado pela reconversão ideológica e a competição pelo centro.

Passo a passo, a competição inter e intra-partido, o aprendizado político e a experiência de governar Montevideú levaram à moderação ideológica e a posições pragmáticas, em um movimento que afirma uma nova identidade ideológica e, ao mesmo tempo, conquista eleitores do centro. Com efeito, de 1988 a 1999, o FA dobrou seus votos (chegando a 40% no primeiro turno de 1999 e a 46% no segundo turno), mas a proporção de cidadãos que se identificam com a esquerda ou centro-esquerda permanece em torno dos 25%¹⁸.

Isso significa que o Frente Amplio estendeu-se para o centro – sem ter ainda sofrido “fugas” para a esquerda¹⁹ – e a fronteira de seu crescimento está

¹⁸ Canzani (2000) mostra que, entre 1988 e 1999, os segmentos da auto-identificação ideológica dos cidadãos mantiveram proporções relativamente estáveis: um terço no centro e sem que a esquerda/centro-esquerda ultrapassasse um quarto do eleitorado.

¹⁹ A única divisão que ocorreu (1989) veio da ala mais moderada, mas não deteve o crescimento do FA. A unidade da esquerda foi recentemente recomposta por meio de um acordo com o Nuevo Espacio. Ao mesmo tempo, manteve-se o apoio entre os trabalhadores e, apesar das contradições, por enquanto não ocorreu o

nesse segmento do eleitorado. Esses parâmetros condicionam as estratégias da esquerda para conquistar o governo, tal como aconteceu em outros países e, de modo mais notável, na disputa que deu a vitória a Lula no Brasil.

É relevante mencionar aqui as observações de Duverger sobre o crescimento da esquerda na França na década de 1930 (deslizamento “real” e “aparente” para a esquerda), que servem como uma espécie de “teorema” político aplicável a evoluções como as que ocorrem no Uruguai e no Brasil: “*Sous la Troisième République, les Français ont glissé à gauche, bien sûr; mais la gauche a glissé vers les Français, également: elle a fait la moitié du chemin*” (DUVERGER, 1951, p. 340)²⁰.

Meu argumento – igual à sentença de Duverger – coaduna-se com os modelos espaciais de Downs sobre as pautas de votação e os formatos de competência partidária, em casos tais como o do Uruguai, que mostram uma curva “normal” de distribuição ideológica, com a maioria dos votantes localizados em posições de centro, na escala esquerda-direita (DOWNS, 1957).

Numa competição de bloco versus bloco, dentro de um formato não-polarizado, a lógica de “diferença” e oposição coexiste com as tendências no sentido da moderação ideológica e disputa pelo centro.

Paradoxos da prosperidade

Custos e benefícios do reformismo moderado

O bloco dos partidos tradicionais desempenhou-se razoavelmente bem na inovação da maneira de governar, na gestão da agenda de reformas e na “reciclagem” de sua elite, incluindo uma reestruturação de suas plataformas programáticas e dos parâmetros de liderança. Além disso, os anos 90 foram um período de estabilidade econômica, declínio de inflação e crescimento cumulativo. A crise atual, que acarreta uma mudança drástica desse cenário, começou a ser sentida depois da eleição de 1999 e explodiu em 2002.

Paradoxalmente, esse sucesso revelou-se custoso e o apoio eleitoral ao bloco declinou sistematicamente. No ano em que o FA apareceu (1971), o PC e o PN juntos conquistaram 80% dos votos (antes de 1966, costumavam atingir cerca de 90%). No final da ditadura (1984), totalizaram 76%. Três eleições depois (1999), o apoio combinado aos dois foi de 55%.

“dilema eleitoral” social-democrático (PRZEWORSKI, 1985) – eleitorado trabalhista versus crescimento diversificado.

²⁰ “Na Terceira República, os franceses deslizaram para a esquerda, é certo; mas a esquerda deslizou igualmente no sentido dos franceses: ela fez a metade do caminho” (NT).

Tabela 8
Apoio eleitoral aos blocos (%) – 1971-1999.

	Partido Colorado + Partido Nacional	Frente Amplio	Frente Amplio + Nuevo Espacio
1971	81	18	18
1984	76	21	21
1989	69	21	30
1994	63	30	35
1999	55	40	44

Fonte: Instituto de Ciência Política - Banco de Dados.

Dois fatores relacionados pesaram nessa tendência. Em primeiro lugar, a reforma do Estado e a liberalização da economia alteraram a natureza secular dos partidos “de Estado” de corte “keynesiano” e isso causou uma certa redução de seus recursos de poder, em particular no que diz respeito ao alcance, à forma e à discricionariedade política na alocação de bens públicos. Isso modificou o sistema de ligações (“*linkages*”) com os cidadãos, agentes econômicos e grupos sociais. Em segundo lugar, as novas diretrizes para competição e cooperação geradas pelo surgimento do Frente Amplio e reforçadas pelo sistema eleitoral estabelecido em 1996.

Desse modo, pode-se dizer que o declínio eleitoral dos partidos tradicionais ocorre, em parte, como consequência de suas próprias estratégias, seja em termos da ofensiva neoliberal que realizam; seja em termos das reações defensivas adotadas diante do crescimento da esquerda (cooperação política e coligações, mudança nas regras eleitorais).

Está claro que esses fatores funcionaram num cenário marcado pelo surgimento do FA: a transformação da esquerda e suas estratégias de competição são elementos centrais para explicar o realinhamento eleitoral²¹. Mas não é menos verdade que, nessa “conjuntura crítica”, os partidos tradicionais, mediante ação ou

²¹ De outro modo, a transição liberal poderia ter levado a evoluções políticas diferentes, como ocorreu em outros países latino-americanos, dependendo exatamente das características e da solidez do sistema partidário, da genealogia dos partidos na direção do processo e dos esforços da esquerda, bem como dos traços dos modelos de desenvolvimento anterior e das condições concretas do ajuste e das reformas.

reação, afetaram os pilares sobre os quais seu domínio se baseou durante todo o século XX.

No que diz respeito à primeira dimensão mencionada, os “males da época” desempenharam um papel que é evidente nos sistemas políticos contemporâneos e que são, com frequência, percebidos como causa do “declínio” dos partidos. Privatizações, reformas orientadas para o mercado e liberalização econômica, junto com o impacto da integração regional e da globalização, limitam a capacidade e a autonomia do Estado nacional, alterando as relações com a sociedade civil e o mercado interno. A política e os políticos não são mais o que costumavam ser. As atitudes dos cidadãos e dos atores econômicos com respeito à política e aos partidos estão mudando. O individualismo de mercado absorve energias sociais e diminui a ação coletiva. Como ocorreu em outras conjunturas históricas, há “anomia” e “*malaise*” social, certo desencanto com a política e indiferença em relação aos partidos.

As diretrizes de regulamentação mudam, a ajuda ao capital privado é enfraquecida e o fluxo de bens públicos declina. Muitos serviços que eram anteriormente prestados aos trabalhadores e cidadãos, como benefícios de bem-estar e mecanismos de integração social, são transferidos para agentes privados e, mesmo onde permanecem nas mãos do setor público, estão sujeitos a um fluxo de “mercantilização” que despreza a lógica de asignação ou atribuição política.

Em virtude das mudanças em andamento e em consequência de seus esforços reformistas, os partidos perdem os recursos que eram propiciados pela intervenção do Estado, durante a era keynesiana. Os poderes que surgem de sua participação direta como agentes públicos e através das conexões entre Estado e atores sociais se enfraquecem: tanto com respeito a prestações seletivas, por meio do clientelismo e das redes corporativas – que não desaparecem, mas mudam de forma e têm o alcance reduzido – quanto, de modo mais amplo, com respeito a programas universalistas e investimentos públicos, políticas reguladoras e distributivas, intermediação de interesses, arbitragem de conflitos, criação de empregos etc²².

Os partidos de Estado – mais keynesianos – cuja organização e conjunto de funções dependiam do controle do aparelho estatal, estão limitados em suas capacidades políticas, precisam ajustar-se às mudanças e geram novos padrões para a regulamentação econômica e social. Estes, por sua vez, exigem nova *expertise* e novos recursos institucionais. Ademais, os partidos encontram dificuldades para reformular sua organização, assumir tarefas de representação, renovar suas funções políticas, padrões de liderança e conexões.

²² Para uma discussão sobre as mudanças atuais em partidos e “*linkages*”, ver Lawson (1988); Katz (1990) e Kitschelt (2000).

No caso uruguaio, esses processos têm uma incidência importante mas, ao mesmo tempo, são relativamente limitados, devido às características da transição liberal e por motivos que têm a ver com o desempenho de cada bloco partidário, com os padrões de competição e com a vitalidade do sistema partidário como um todo.

Está claro que desde os anos 90, as mudanças no Estado e na economia caminham ao lado da transformação da autoridade política e das funções dos partidos, seus recursos de poder e as margens de discricionariedade que costumavam ter. Isso altera os padrões de ligação (*"linkage chains"*), as redes clientelistas e as relações corporativistas. Está claro também que a liberalização econômica e a reforma do Estado são um eixo privilegiado no conflito político e na competição partidária. É notável que, numa sociedade profundamente "estatista", as propostas de privatização sejam muito centrais e apareçam como um fator decisivo nos alinhamentos políticos²³.

Se esse conjunto de transformações contribui para explicar o declínio eleitoral dos partidos tradicionais²⁴, por outro lado, há fatores que mitigam ou compensam seus efeitos.

Em primeiro lugar, os partidos tradicionais assumiram a liderança nos processos de mudança e mantiveram eleitores mediante propostas ideológicas renovadas e ligações de tipo programático. Essa reciclagem os levou a agir de modo bastante eficaz como partidos de opinião e agentes de governo, baseados numa alteração da "gramática" da política e legitimação, que potencializa a oposição mas, ao mesmo tempo, alcança aceitação num segmento considerável da cidadania.

²³ Cálculos baseados nas estatísticas do Latinobarómetro 1995-2002 (LANZARO e LUNA, 2002) confirmam que, no Uruguai, a clivagem Estado-mercado e a opinião pública sobre privatizações constituem os melhores indicadores de intenção de voto. Com um eleitorado que possui um alto nível de sentimento pró-Estado, os eleitores do FA são mais Estado-cêntricos do que os do PC, PN e NE. De modo análogo, enquanto o FA é associado consistentemente com a defesa do Estado, os partidos tradicionais estão assumindo posições mais centradas no mercado.

²⁴ Valeria a pena fazer uma análise separada para investigar a "racionalidade" que inspira esses comportamentos, o que levaria a um debate mais geral, em referência à América Latina e outras regiões. Há uma vasta literatura normativa em apoio do modelo liberal, mas sabe-se menos sobre as causas concretas que levam os partidos a "amarrar suas mãos" e aplicar as "receitas" ou "pacotes" que acarretam uma redução de seus próprios recursos políticos e implicam amiúde uma reviravolta em relação a suas práticas normais: causas endógenas e exógenas, constrangimentos internacionais e pressões de organizações multilaterais, crises econômicas e fiscais, "revolução cultural", disputa ideológica e "efeito de contágio", a força das "idéias" e a competição política, bem como tipos de partidos e sistemas partidários, traços da forma de Estado anterior e modos de desenvolvimento.

Em segundo lugar, tendo em vista a ausência de uma crise aguda – causa da deflagração de ajustes mais abruptos em outros países – e, em especial, como consequência da dinâmica política equilibrada, o impulso liberal foi “amortecido”²⁵. As reformas do Estado foram graduais e moderadas. A privatização e o “recuo” dos serviços públicos e do bem-estar não atingiram a magnitude evidente em outros países. O emprego público formal foi reduzido, mas não drasticamente cortado, e apareceram modalidades “laterais” de contratos estatais e para-estatais, muitas vezes com novas formas de clientelismo. A década de crescimento econômico foi acompanhada por políticas sociais que reduziram a pobreza e mitigaram as desigualdades, conseguindo uma certa melhora na distribuição de renda²⁶.

As privatizações, terceirizações e organizações não-governamentais reformularam o sistema de mediações (“*linkages*”) que existia há muito tempo entre o Estado, o mercado e a sociedade civil. Mas algumas empresas e os serviços sociais continuam nas mãos do Estado, embora não gozem mais da situação de monopólio. Dentro do setor público, há um impulso “de mercado” e uma penetração da lógica privada e de uma “nova gestão pública” (privatização “suave”, “mercantilização”). A influência dos gerentes e da tecnocracia está crescendo, estabelecendo novos termos para a velha dicotomia entre política e administração. Contudo, os partidos permanecem na direção da gestão pública, mantendo seus cargos nos conselhos das empresas estatais e outros órgãos do governo. Assim, mesmo com limites mais apertados, há ainda margem para condução política e para antigas e novas formas de clientelismo.

Implicações para a clivagem esquerda-direita

As ações do Frente Amplio causaram um grande impacto sobre esses aspectos e em relação à consistência do sistema político. Seu poder de oposição – além dos movimentos de resistência que surgiram no interior dos partidos do *establishment* – contribuiu para evitar que as reformas tivessem uma inclinação liberal mais pronunciada, limitando as iniciativas de privatização ou bloqueando-as por meio de referendos populares.

²⁵ A crise que iniciou em 2000 e atingiu seu clímax em 2002 pode ter dado origem a um impulso mais radical. Porém, embora a crise tenha levado a ajustes muito rígidos, um tom moderado continua a predominar com respeito às medidas econômicas, políticas sociais e privatizações: em função dos equilíbrios políticos o gradualismo uruguaio *epppure si muove ... !*

²⁶ Nos anos 90, o Uruguai foi o único país latino-americano que viu a distribuição de renda melhorar com o aumento do PIB. De acordo com relatórios disponíveis (CEPAL, PNUD), os indicadores sociais do país mostram uma evolução favorável, conquistando posições elevadas no Índice de Desenvolvimento Humano e no Índice de Pobreza.

Seu desenvolvimento como partido emergente, com crescentes frutos eleitorais, abrange as forças de oposição e tende a monopolizá-las, evitando a fragmentação e propiciando uma estrutura receptiva para os grupos que desertam dos partidos tradicionais.

Esse desenvolvimento provoca expectativas de alternância e mudança no curso do governo, que canaliza o “descontentamento” e serve para conter, enquadrar ou retardar as ações dos sindicatos e movimentos sociais, bem como o surgimento de novas formas de organização e de protesto “espontâneo” ou “selvagem”. Embora o peso dos sindicatos tenha diminuído e o controle partidário seja mais frouxo, a “fraternidade” dos setores de esquerda com os trabalhadores e outros grupos entra em jogo. A influência do FA tende mesmo a se ramificar, abrangendo velhas e novas questões (cooperativas, feminismo, direitos humanos etc.). Suas ações no governo de Montevidéu também são importantes. A expansão dos serviços públicos e das políticas sociais, confiadas a órgãos municipais, centros comunais descentralizados e ONGs politicamente afins produziram resultados eleitorais que renovaram as redes de clientela e “parentela”.

Esses laços diretos combinaram-se com repercussões “indiretas” que surgem não como resultado de afinidades, mas de dissenso. As posições cada vez mais moderadas da esquerda reduziram o “potencial de ameaça” que o FA poderia significar para os empresários e as associações empresariais. As últimas amenizaram a resistência, iniciando relações com líderes da esquerda (foram realizadas algumas aproximações notáveis) e, diante de uma eventual vitória eleitoral do FA, tendem, no máximo, a fechar fileiras com os partidos tradicionais. Também de modo indireto, a pressão da oposição contribui para a manutenção da integridade do sistema partidário e de sua capacidade de agregação.

A nova composição do sistema partidário mantém a polaridade e “atração” da competição política. Mesmo sem polarização, dentro de um quadro de distâncias ideológicas moderadas e de batalha pelo centro, a clivagem esquerda-direita serve de eixo para a competição interpartidária e para o alinhamento eleitoral²⁷. O reconhecimento explícito e a diferenciação da elite partidária e dos eleitores seguem esse espectro, baseado em discursos e programas, bem como em atitudes relacionadas com valores e questões estratégicas da agenda política, especialmente a reforma do Estado e as privatizações²⁸.

²⁷ No segundo turno das eleições presidenciais de 1999, o candidato vencedor – Jorge Battle - obteve a maioria dos votos da direita (93%) e da centro-direita (89%). O candidato do Frente Amplio – Tabaré Vázquez - monopolizou a esquerda (97%) e a centro-esquerda (93%). O voto dos centristas inclinou-se mais para Battle (52%) do que para Vázquez (36%). Ver Canzani (2000).

²⁸ O Uruguai – juntamente com o Chile – é um dos países latino-americanos onde a clivagem ideológica esquerda-direita mostra significação consistente e é aceita como tal nas pesquisas de opinião pública e surveys de cultura política, com relação à identidade e a auto-identificação da elite e dos cidadãos (LANZARO e LUNA, 2002).

Essa tendência contribui para recriar o padrão de competição da era do bipartidarismo tradicional entre as posições mais conservadoras do PN e o liberalismo social do PC, dentro do qual o “progressismo” das frações “batllistas”²⁹ pesa muito. Essa mudança sugere um novo padrão de bipolaridade, que o regime eleitoral estabelecido pela reforma constitucional de 1996 ajudou a consolidar.

Na medida em que o FA cresce, blancos e colorados – que foram rivais ao longo da história uruguaia – passam por um processo de “convergência”. Arquitetam compromissos e coalizões, compondo um pólo político e uma família ideológica com proximidade mútua e uma relativa falta de diferenciação³⁰. Em consequência da sobreposição ideológica e da associação política, encontram dificuldades para cultivar suas identidades e tradições ou para articular opções diferentes e competir entre eles mesmos. Também diminui a diferenciação interna assim como as possibilidades de arregimentação de votos propiciadas pela coexistência de alas de direita e de esquerda dentro dos partidos tradicionais. A diversidade persiste no interior de ambos e a dissidência interna impõe compromissos e obstrui certas iniciativas políticas. Mas, dado o estreitamento do apoio eleitoral e da representação parlamentar, a competição com o FA e os deveres de governo promovem uma convergência maior entre frações e a necessidade de uma maior disciplina partidária. A bipolaridade gerou fenômenos de concentração interna e prejudicou as alas mais progressistas dos dois partidos tradicionais.

O regime eleitoral estabelecido pela reforma de 1996 alimenta essas complicações e impõe novas exigências. Embora a eleição presidencial por maioria de votos pudesse ter um efeito de rede, a competição no primeiro turno das eleições e a representação parlamentar proporcional estão abertas à pluralidade partidária. Mas isso exige que os partidos vizinhos tenham um certo peso político e sua própria linha para competir com eficácia. O novo limite de apresentação de um candidato presidencial por partido reduz a possibilidade da diferenciação política entre as frações partidárias, obrigadas a se alinhar com o vencedor das eleições primárias, o que afeta o perfil individual de cada setor interno, reduzindo a capacidade de arregimentação de votos.

²⁹ Referência às frações históricas mais progressistas do Partido Colorado. Uma linha que teve seu momento originário no início do século XX – com a figura do seu fundador José Batlle y Ordóñez (Presidente 1903-07 e 1911-15: “primeiro batllismo”) – e foi seguida por Luis Batlle Berres (Presidente 1947-50 e 1954-58: “segundo batllismo”). O filho deste último, o atual presidente Jorge Batlle (2000-2005), tem ignorado a tradição estatista do “batllismo” e é um dos paladinos do neoliberalismo vernáculo.

³⁰ A superposição entre o PC e o PN, que em 1984 era de 77% do eleitorado, atingiu 90% em 1999. No mesmo período, a distância ideológica entre os dois caiu de 12% para 3,3%. De acordo com os critérios de Sartori, desenha-se um círculo de família, uma vez que a superposição ultrapassa a marca dos 85% e a distância é menor do que 5% (cálculos baseados em pesquisas de Equipos-Mori e Cifra).

Nesse cenário, os dois partidos do *establishment* e mesmo sua combinação perderam votos. Porém, o pólo político que eles formam encontra um fulcro na estrutura de competição direita-esquerda. O desenvolvimento do FA como partido desafiante fornece os elementos de vitalidade ao sistema partidário e, mesmo subtraindo votos do bloco tradicional, pode também, paradoxalmente, servir de incentivo para sua reprodução.

A evolução de cada partido, as relações entre eles e o perfil do bloco que compõem – a possibilidade de reter votos e até de reverter o declínio eleitoral, que não é um destino inevitável – dependem da produtividade que desenvolverem nesse quadro competitivo, da sua reorganização, de suas plataformas políticas e de suas alternativas de liderança.

Frente Amplio: as contradições do sucesso

O FA é um partido bem sucedido, mas se defronta com desafios que surgem do próprio crescimento e dos parâmetros de competição. Estes são semelhantes aos enfrentados pelos partidos de oposição – em especial se são “novatos” e, em particular, os partidos de esquerda com aspirações a conquistar o governo – quando agem no quadro da democracia competitiva, dentro de um sistema institucionalizado e consistente, sem extremos de polarização.

A acumulação do FA baseou-se na lógica da oposição, combinada com moderação ideológica e suas outras evoluções como partido “*catch-all*”. O FA alcançou “função governamental” por meio de certas ações políticas, do trabalho parlamentar e da administração municipal. Mas, na competição com os partidos tradicionais e as coligações governantes, à medida em que suas chances eleitorais aumentam, ele tem tido mais incentivos para se opor do que para cooperar. A “*perseguição por políticas*” perdeu terreno para a “*perseguição por votos*”, que favorece o confronto, sem postura radical, mas com um “antagonismo” que se intensifica em relação às reformas estruturais. Fortalece-se uma cultura de oposição baseada, em larga medida, em “princípios” e posições defensivas.

Essas premissas de acumulação deram resultados e certamente continuarão a dar. Porém, os constrangimentos da competição e a dinâmica do próprio desenvolvimento político exigem que o FA também refine a combinação de oposição e moderação ideológica, melhorando sua projeção como ator de governo, ampliando a confiança política e as iniciativas “positivas”. Com relação a isso, a crise que começou em 2000 pode melhorar suas chances, mas também apresenta demandas maiores num horizonte repleto de dificuldades.

Nesse sentido, um fator-chave está nas regras institucionais. A eleição presidencial majoritária impõe *ex profeso* uma barreira mais alta para conquistar a presidência. Ademais, embora reforce a bipolaridade política, esse regime não conduz necessariamente à polarização ideológica. Ao contrário, resulta geralmente numa competição centrípeta, quando não numa convergência programática, voltada para as preferências moderadas de um cidadão “médio” e, em particular, dos eleitores centristas, que se tornam decisivos.

Por fim, não devemos esquecer as mudanças provocadas pela atual transição histórica da economia, do Estado e da política. Em oposição aos partidos que lideram essa “modernização”, o FA tem cultivado a “lógica da diferença”, com um pé nos valores tradicionais, e tem se beneficiado com isso. Mas esses movimentos promovem um certo nível de assimilação cultural que pesa sobre as fileiras do FA e sobre os segmentos de eleitores “modernos”, seu alvo na batalha pelo centro. Há novos valores e disciplinas, constrangimentos internos e internacionais, exigências de responsabilidade política que estabelecem condições não só para o governo, mas também para aqueles que buscam conquistá-lo.

Se vier a ocorrer alternância no poder, o FA terá de encarar essas condições e os partidos tradicionais tornar-se-ão oposição, num cenário que levará à reformulação das coordenadas do sistema político, resultando em outros desafios e novas questões.

Nesse caso, pode-se apostar que o FA terá de fazer ajustes sensíveis em sua direção ideológica e nas suas orientações políticas. Ademais, dada a composição do sistema de partidos e as regras constitucionais, é muito difícil que o FA possa governar sem compromissos e acordos parlamentares com setores dos outros partidos. A experiência poria à prova a capacidade de agregação do FA, seu formato de organização e a “colagem” de frações políticas que o compõem, assim como os vínculos com o movimento sindical.

O diagrama de relações e o sistema político que o próprio FA conforma têm resultados efetivos para atuar na oposição e na fase de acumulação eleitoral. Eventualmente, será necessário observar em que medida esse sistema mantém sua vigência e que transformações experimenta, no caso de o FA ter de enfrentar as tarefas de governo. Nessa perspectiva, a trajetória dos partidos de esquerda que chegaram ao poder no Chile e no Brasil proporciona um ponto de referência significativo.

Bibliografia

ABRANCHES, Sérgio H. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. **Dados**, Rio de Janeiro, nº 1, 1988.

ALCÁNTARA, Manuel & FREIDENBERG, Flavia. **Los partidos políticos en América Latina**. Salamanca: Universidad de Salamanca, 2001.

CANZANI, Agustín. Mensajes en una botella: analizando las elecciones de 1999-2000. In **Elecciones 1999-2000**. Montevideo: Instituto de Ciencia Política, Ediciones de la Banda Oriental.

CASTLES, Francis e WILDENMANN, Rudolf (eds.). **The Future of Party Government**. Berlim: de Gruyter, 1986.

CHASQUETTI, Daniel. **La renovación del Parlamento, 1985-1999**. Montevideo: Instituto de Ciencia Política, Working Paper, 2000.

COLLIER, David e COLLIER, Ruth Berins. **Shaping the Political Arena**. Princeton: Princeton University Press, 1991.

COPPEDGE, Michael. Latin American Parties: Political Darwinism in the Lost Decade. In DIAMOND, Larry & GUNTHER, Richard (eds.). **Political Parties and Democracy**. The Johns Hopkins University Press, 2002.

DAHL, Robert. **A Preface to Democratic Theory**. Chicago: University of Chicago Press, 1956.

_____. **Polyarchy: Participation and Opposition**. New Haven: Yale University Press, 1971.

DOWNS, Anthony. **An Economic Theory of Democracy**. New York: Harper Collins, 1957.

DUVERGER, Maurice. **Les partis politiques**. Paris: Armand Colin, 1951.

GONZÁLEZ, Luis E. Los partidos establecidos y sus desafiantes. In **Los partidos políticos uruguayos en tiempos de cambios**. Montevideo: Universidad Católica, 1999.

GRAMSCI, Antonio. **Note sul Machiavelli, sulla politica e sullo stato moderno – Quaderni del Carcere**. Roma: Editori Riuniti, 1971.

GUNTHER, Richard & DIAMOND, Larry. Species of Political Parties: A New Typology. **Party Politics** – 9/2, 2003.

KATZ, Richard. Party as linkage: A vestigial function?. **European Journal of Political Research**, 18, 1990.

KATZ, Richard e MAIR, Peter. Changing Models of Party Organization and Party Democracy. The Emergence of the Cartel-Party. **Party Politics**, 1-1/1995.

KITSCHOLT, Herbert. Linkages between Citizens and Politicians in Democratic Polities. **Comparative Political Studies**, 33 - 6/7, 2000.

KIRCHHEIMER, Otto. The Transformation of Western European Party System. In LAPALOMBARA, Joseph e WEINER, Myron (eds.). **Political Parties and Political Development**. Princeton: Princeton University Press, 1966.

LANZARO, Jorge. **Parties, State and Politics in Uruguay (1985-1993)**. Barcelona: Institut de Ciències Politiques i Socials, Working Papers 90, 1994.

_____. **La izquierda uruguaya: de la adscripción corporativa al desarrollo de un partido de nuevo tipo**. Montevideo: Instituto de Ciencia Política, Working Paper, 1996.

_____. **La "segunda" transición en el Uruguay. Gobierno y partidos en un tiempo de reformas**. Montevideo: Fundación de Cultura Universitaria, 2000a.

_____. El Frente Amplio: entre la lógica de oposición y la lógica de gobierno. **Revista Uruguaya de Ciencia Política** 12, 2000b.

_____. **Tipos de presidencialismo y coaliciones políticas en América Latina**. Buenos Aires: Clacso, 2001.

LANZARO, Jorge e LUNA, Juan Pablo. Uruguay: las claves de crecimiento del Frente Amplio. Trabajo presentado no seminário "Democracia y Opinión Pública en América Latina". Buenos Aires, Latinobarómetro-Clacso, 2002.

LAWSON, Kay. When Linkage Fails. In LAWSON, Kay e MERKL, Peter (eds.). **When Parties Fail: Emerging Alternative Organizations**. Princeton: Princeton University Press, 1988.

LIJPHART, Arendt. Consociational Democracy. **World Politics**, XXI/2, 1969.

_____. **Democracies**. New Haven: Yale University Press, 1984.

MAINWARING, Scott. Presidentialism and Multipartyism: The Difficult Combination. **Comparative Political Studies**, 26, 1993.

MAINWARING, Scott e SCULLY, Timothy. **Building Democratic Institutions: Party Systems in Latin America**. Stanford: Stanford University Press, 1995.

MAIR, Peter. **Party System Change**. Nova York: Oxford University Press, 1997.

NEUMANN, Sigmund. Sistemas de partidos y grados de integración. In LENK, Kurt NEMANN, Franz (eds.). **Teoría y sociología críticas de los partidos políticos**. Barcelona: Anagrama, 1980.

PANEBIANCO, Angelo. **Modelli di partito. Organizzazione e potere nei partiti politici**. Bolonha: Il Mulino, 1982.

PIZZORNO, Alessandro. **I soggetti del pluralismo**. Bolonha: Il Mulino, 1980.

PRZEWORSKI, Adam. **Capitalism and Social Democracy**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

SARTORI, Giovanni. **Ingeniería Constitucional Comparada**. México: Alianza, 1994.

SOTELO, Mariana. La longevidad de los partidos tradicionales uruguayos. In **Los partidos políticos uruguayos en tiempos de cambios**. Montevideo: Universidad Católica, 1999.

Tradução do original em inglês de Pedro Maia Soares

Texto recebido em março de 2003

Texto aprovado para publicação em julho de 2003

O conservadorismo patronal da grande imprensa brasileira

Francisco Fonseca

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Fundação Getúlio Vargas – SP

Resumo

Através da análise da opinião dos editoriais dos quatro principais periódicos diários da grande imprensa, isto é, o Jornal do Brasil, O Globo, a Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo – aqui considerados “aparelhos privados de hegemonia” –, este artigo procura desvendar os posicionamentos adotados perante a ordem social na Constituinte de 1987/1988, que também contribuem para compreender a reação à Consolidação das Leis do Trabalho. Observa-se, além do mais, as estratégias utilizadas para sua consecução.

Conclui-se que, por mecanismos diversos, a grande imprensa contribuiu decisivamente para a introdução da agenda ideológica neoliberal no país, pois atuou de forma a “divulgar e vulgarizar” as idéias pertinentes a este ideário e de forma militantemente conservadora e patronal.

Palavras-chave: Conservadorismo, imprensa, hegemonia, neoliberalismo.

Abstract

Through opinion analysis of the editorials of the four main daily newspaper, that is, Jornal do Brasil, O Globo, Folha de S. Paulo and O Estado de S. Paulo – considered here as “private vehicles of hegemony” – this paper intends to show their positions related to the Constituent’s social order of 1987-88th, as long as we consider that it contributes to understand the reaction against the Labour’s Laws. We analyse, besides, the strategies used to accomplish them.

We concluded that through several mechanisms the great press has decisively contributed, in a combative way, as for the introduction of the neo-liberal ideas in the country – since it has acted so as to make them known and popular – as for the conservative and patronal ideas.

Key words: Conservantism, press, hegemony, neo-liberalism.

Introdução¹

A crescente prevalência da agenda neoliberal que, neste início do século XXI, aprofunda sua oposição aos direitos sociais assegurados historicamente no Brasil pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) é o que inspira este artigo sobre o posicionamento da grande imprensa brasileira perante dois temas atinentes à “ordem social” elaborados durante o Congresso Constituinte em 1987 e 1988, quais sejam, os direitos sociais e o direito à greve. Esses posicionamentos antecedem o debate contemporâneo acerca do conservadorismo patronal das elites brasileiras, expresso através de um de seus importantes representantes, a grande imprensa². Para além de expressar interesses sociais, os periódicos intermediam relações sociais, notadamente as referidas ao conflito de classe; daí a grande importância de observarmos a posição dos jornais, considerados neste trabalho como *aparelhos privados de hegemonia*³.

Um projeto constitucional explicita uma dada visão de mundo em relação a certos interesses, num contexto em que o embate ideológico torna-se ainda mais ostensivo. O tema “ordem social” implicou enorme controvérsia e a grande imprensa posicionou-se vigorosa e militantemente em relação a ele. Assim, através dos editoriais, que definem, simultaneamente, a linha editorial e ideológica de cada veículo, veremos como a grande imprensa operou nos debates constituintes, sobretudo quando os temas referiam-se aos direitos sociais⁴.

¹ Este artigo reflete conclusões de minha tese de doutoramento intitulada *Divulgadores e vulgarizadores: a grande imprensa e a constituição da hegemonia ultraliberal no Brasil*, defendida no Depto. de História da Universidade de São Paulo em junho de 2001. Esta tese foi viabilizada graças a recursos do Núcleo de Pesquisas e Publicação (NPP) da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo.

² Considerada aqui pelos jornais *Jornal do Brasil (JB)*, *O Globo (OG)*, *a Folha de S. Paulo (FSP)*, e *O Estado de S. Paulo (OESP)*.

³ Segundo Gramsci, *aparelhos privados de hegemonia* são instituições da sociedade civil (distintamente da sociedade política, o Estado, e autônomas em relação a ele) voltadas à sedimentação de um dado consenso, a hegemonia, no sentido de vitória de uma visão de mundo sobre outras, a ser conseguida através da ocupação de espaços ideológicos (GRAMSCI, 2000).

⁴ Este artigo não organiza os editoriais citados em estrita ordem cronológica, embora haja um sincronismo entre os mesmos, dado o **caráter temático** da análise; isto nos permite uma comparação mais sistemática seja (do conteúdo) das posições seja das “estratégias de convencimento” da grande imprensa.

A ordem social na Constituinte: o projeto da grande imprensa

Um primeiro aspecto importante a ser ressaltado quanto à introdução de novos **direitos sociais** na Constituição diz respeito ao seu impacto sobre os próprios órgãos de comunicação enquanto empresas. Os interesses representados pelos jornais os opõem a estes novos direitos. O interessante é que se trata, neste caso, de um argumento “particular”, critério paradoxal e ironicamente tão criticado pela grande imprensa em relação a seus adversários quanto a temas variados. As teses da *futilidade*, e sobretudo da *ameaça* e da *perversidade* (HIRSCHMAN, 1985)⁵, são aqui fartamente utilizadas, demonstrando todo o conservadorismo da grande imprensa, expresso por sua baixa propensão ou mesmo reação à introdução de novos direitos, com vistas à manutenção de seu *status quo*. Assim, alguns dos direitos sociais propostos, tais como a diminuição da jornada de trabalho, a ampliação da licença-maternidade, a licença-paternidade e o aumento do valor da hora-extra eram tratados como *catastróficos à produção*. Afirmava-se pois, que desestimulariam o capital de investimento e, em conseqüência, fariam crescer o desemprego. Eram, deste modo, o oposto ao que se desejava. Além do mais, *inócuos* (estéreis, portanto, fúteis), posto que não seriam respeitados pelo “mundo real” da economia; e *ameaçadores aos direitos anteriormente conquistados*, caso do mercado formal de trabalho. Como esses argumentos/imagens foram utilizados à exaustão pela grande imprensa no período, apresentamos a seguir uma amostra dos mesmos através de alguns editoriais⁶.

⁵ As três teses (ou construções retóricas) são assim definidas por HIRSCHMAN (1985):

- Em relação à *tese da perversidade*: “Não se afirma apenas que um movimento ou política não alcançará sua meta, ou ocasionará custos inesperados ou efeitos colaterais negativos: em vez disso, diz o argumento, a *tentativa de empurrar a sociedade em determinada direção fará com que ela, sim, se mova, mas na direção contrária*.” (p. 18, ênfases do autor).

- Quanto à *tese da futilidade*, esta estaria fundada no argumento retórico de que “(...) a tentativa de mudança é abortiva, que de um modo ou de outro qualquer suposta mudança é, foi ou será, em grande medida, de fachada, cosmética, e portanto ilusória, pois as estruturas ‘profundas’ da sociedade permanecerão intactas.” (p. 43).

- Por fim, no que tange à *tese da ameaça*: “(...) assevera que a mudança proposta, ainda que talvez desejável em si, acarreta custos ou conseqüências inaceitáveis de um ou outro tipo.” (p. 73). Além do mais, prossegue o autor: “*As conquistas e realizações mais antigas*, alcançadas a duras penas, não podem ser tomadas como certas, e *seriam ameaçadas pela nova reforma*.” (p. 75, ênfases nossas).

⁶ O papel da imprensa enquanto ator político/ideológico central deve ser observado em diversas esferas. Neste trabalho focamos nossa análise na relação Capital/Trabalho, mas é importante observar como, no que diz respeito por exemplo ao embate ideológico acerca do modelo de desenvolvimento, a imprensa, notadamente a sediada nos países de capitalismo central, posicionou-se em relação a um tema que afeta direta e indiretamente a todos, sobretudo na década de 1990, caso da ascensão do ultraliberalismo. Ao comparar a recepção do keynesianismo e do monetarismo (e da teoria do *supply-side*) nos Estados Unidos, Wayne Parsons enfatiza sobremaneira o papel da grande imprensa, sobretudo dos jornais financeiros, no que tange ao segundo (o monetarismo), em contraste ao caráter fortemente acadêmico dos adeptos das idéias de Keynes. Portanto, a capacidade espraidora da grande imprensa articula-se a iniciativas distintas e complementares, como nos casos dos EUA e da Inglaterra, lugares de onde partiram o *corpus* doutrinário e ideológico de teorias ultraliberais, sobretudo, em termos de teoria econômica, do *supply-side*. Este papel *divulgador e simplificador* apontado pelo

Para o JB, haveria uma “obsessão social” por parte dos constituintes: “A proposta de 40 horas é uma daquelas que criam uma espécie de garantia artificial que, na prática, quase ninguém vai respeitar (...)” (JB, 13/07/87, ênfases nossas). Trata-se aqui da tese da futilidade; mas será a tese da perversidade a mais utilizada pela grande imprensa:

“A Constituinte embarcou em um caminho de distribuição de benefícios sociais cujo produto só pode ser um e único: redução da taxa de investimentos, com o conseqüente atraso econômico. (...)” (JB, 28/02/88, ênfases nossas).

A negação dos novos direitos sociais ocorre por meio de uma retórica totalizante, com argumentos que afirmam desde a inadequação de se inserir tais direitos em uma Constituição até seus efeitos deletérios, *em franco contraste com o intuito dos constituintes*. Estes não estariam se preocupando com o principal, ou seja, a produção da riqueza:

“Por esse rumo, nunca se sai do *paternalismo*; e o povo continua eternamente *dependente*. É mais do que tempo de mudar essa *mentalidade*, que é a própria definição do *atraso*. (...) O ‘social’ também está ligado ao desenvolvimento. (...) Mas a visão primária do ‘social’ não pensa no desenvolvimento – intimamente ligado à livre iniciativa: pensa em criar restrições e ônus para a empresa privada.” (JB, 29/02/88, ênfases nossas).

Infere-se, portanto, que a distribuição da renda far-se-ia única e exclusivamente em função do desenvolvimento capitalista, isto é, seria tributária deste, pois dependente dos lucros obtidos pelo Capital. Em termos silogísticos, seria correto inferir-se também o contrário, caso a produção decrescesse. Expressa-se aqui, claramente, a visão de mundo patronal. Além do mais, o artigo demonstra ainda como a grande imprensa se opõe aos direitos sociais – com vistas à obtenção de uma nova hegemonia, ultraliberal – quando afirma que a “mentalidade atrasada” precisava ser substituída pela visão “moderna” do mundo, que valorizava a “iniciativa privada” pela via do “mercado livre”.

autor será fartamente desempenhado pela grande imprensa brasileira em relação a diversos temas, entre os quais o referente à relação Capital/Trabalho (PARSONS, 1990, p.152 e 165).

Já para o jornal *O Globo*, que apresenta-se como um vigoroso adepto da “ética do trabalho”⁷, os direitos sociais estariam:

“(…) na contramão da motivação fundamental e dos interesses do trabalhador; ou a Constituição ideal, na contramão do Brasil real. (...) Sorte pior [dados os efeitos negativos previstos] a experiência faz prever para o aumento (...) da licença remunerada à gestante: a esse aumento corresponderá uma restrição, a restrição do mercado feminino de trabalho. (...) Concessões feitas em total descompasso com os efeitos não prejudicarão apenas os trabalhadores. (...) [mas também a] estabilidade institucional.” (OG, 15/10/87, ênfases nossas).

A tese da perversidade é, portanto, igualmente defendida pelo jornal *O Globo* que, ademais, coloca-se na posição de conhecedor dos interesses dos trabalhadores. Trata-se aqui de uma antiga estratégia da grande imprensa de auto-nomear-se intérprete da sociedade, inclusive dos trabalhadores, e procurar interferir diretamente no conflito de classes. A imagem catastrófica é reiterada, à luz do que nos ensina Hirschman, constituindo-se num verdadeiro bombardeio retórico. Utilizam-se, para tanto, expedientes ao estilo cassandra, afirmando-se que o futuro certamente seria sombrio caso os novos direitos fossem introduzidos. Para *O Globo*:

“(…) A produtividade cairá, inevitavelmente. (...) Será lamentável que, por falta de informação e análise aprofundada das questões, venhamos a ter uma Constituição que, na ilusão do avanço, produza o retrocesso no campo das relações de trabalho.” (OG, 07/88, ênfases nossas).

Além da perversidade ocasionada pelos direitos sociais, haveria uma inversão do sentido dos direitos ao considerá-los “retrocesso”. Em outras palavras, tanto os adeptos da criação de direitos não seriam “progressistas” (consideração expressa em várias circunstâncias), como os direitos em si não seriam um avanço. Trata-se de uma sofisticada estratégia de **reformular o próprio vocabulário** presente na Constituinte e na sociedade, de tal forma que *ideologia* (agora ainda mais vigorosamente) seja apenas e tão-somente as propostas dos grupos à “esquerda” e

⁷ Embora expresse a adesão à ética do trabalho, o *Sistema Globo* como um todo, historicamente, beneficiou-se da aproximação com o poder, a ponto de obter vantagens em diversos aspectos, tais como financiamentos subsidiados, renegociação favorável de dívidas, dentre inúmeros outros, independentemente, portanto, do mérito e do esforço, que formam os pressupostos da referida ética. Logo, o que o *Sistema Globo* professa não é necessariamente o que pratica.

dos “populistas” que, por motivos diversos, agiriam em razão das “aparências” e não da “essência” do capitalismo “moderno”.

Como se observa, as diferenças de perfis ideológicos e editoriais não impedem a similitude de posicionamentos e projetos dos jornais. Assim, o liberal/conservador *OESP*, seu *similar doutrinário JB*, e também o *pragmático OG*⁸ usarão dos mesmos expedientes. Para *O Estado de S. Paulo*, por exemplo, “Retrocesso não é avanço”. Esse título de um de seus editoriais sintetiza sua histórica visão de mundo, e dever-se-ia indagar sobre o emprego da palavra “avanço”:

“(…) Porque se se cuida de reduzir aquela jornada [de trabalho] e premiar indistintamente todos os assalariados com uma estabilidade capaz de atingi-los como autêntico bumerangue, vitimando-os, ocorrerá, sim, autêntico retrocesso; (...) esta (...) palavra (...) [implica] conferir aos que qualifica[m] o demérito de se oporem a tudo o que signifique *progresso natural* da sociedade. Todos sabem que distribuir a estabilidade com tamanha generosidade nivelaria por baixo bons e maus funcionários (...)

Está claro que nisso existe condenável contra-senso. Quando se pensa em abrir a sociedade para facilitar a ascensão dos melhores e mais capazes, sejam quais forem, venham de onde vierem, procede-se em sentido inverso àquele trilhado (...) A justiça consiste em dar desigualmente aos desiguais – e não, evidentemente, em comprimi-los sob uma forma constrangedora a fim de igualá-los artificial e imerecidamente. (...) [Tal conjunto de direitos] acarretaria pernicioso desestímulo aos melhores.” (*OESP*, 18/06/87, ênfases do jornal, grifos nossos)

⁸ Caracterizamos, neste trabalho, os jornais do seguinte modo: o *JB* e *OESP* afirmam filiar-se a uma tradição doutrinária liberal, em termos políticos e econômicos. Embora aceitemos esta definição, observamos não apenas uma contradição estrutural em relação à aceitação do jogo de interesses, sobretudo dos trabalhadores, conforme ilustram as primeiras passagens que analisamos, como entendemos ser o *JB* um periódico “pouco conseqüente” em suas posições liberais e *OESP* um periódico “positivista”. Em relação ao *OG* e à *FSP*, os consideramos “pragmáticos”, isto é, desprovidos de uma doutrina a qual se filiem. *OG*, além do mais, tem como marca o “governismo”, isto é, a aproximação umbilical aos governos, e a *FSP* caracteriza-se por ser, em termos ideológicos ou doutrinários, “volátil” (FONSECA, 2001).

Ora, a introdução de direitos, paralelamente à *tese da perversidade* (expressa na imagem do bumerangue) e à *tese da ameaça* (através da imagem do retrocesso), conspiraria alguns dos valores essenciais da sociedade capitalista, vinculados fundamentalmente ao *mérito*. O mote “os melhores e mais capazes” sintetiza esta visão tradicional e hierárquica, mais próxima de um “darwinismo social”⁹, que pretende essencialmente estimular a competição entre a força de trabalho. O caráter conservador desta proposição – defendida há muito por *OESP* e compartilhada pelos outros jornais com a *relativa* exceção da *FSP* – reforça a dominação sobre o Trabalho ao incutir-lhe valores vinculados à ascensão social, meritocrática portanto. A defesa dos interesses vinculados ao Capital é notória, pois, além de implicar adestramento da força de trabalho¹⁰, objetiva principalmente impingir a imagem de que basta ao trabalhador esforçar-se para melhorar de vida, versão nacional do “self made man” norte-americano. Embora o conservadorismo de *OESP*, enquanto visão de mundo, esteja, de certa forma, na “vanguarda” de seus pares, as diferenças entre os jornais, quaisquer que sejam, obnubilam-se quando as questões em jogo referem-se seja aos interesses que os periódicos representam, seja, principalmente, à representação do *Capital Global*, seja ainda à *reprodução do sistema capitalista* pela qual se empenham¹¹. *OESP* reforçará o recurso à *tese da perversidade* ao afirmar que:

“(...) as novas disposições constitucionais irão chocar-se com seus interesses [dos operários]. (...) as medidas ‘sociais’ aprovadas (...) surtirão efeito bastante maléfico, pernicioso, antes de tudo, para a classe operária. (...) as medidas adotadas não concorrerão para aumentar a produtividade (...) mas para incrementar a automação. (...) o populismo é enganador...” (*OESP*, 01/03/88, ênfases nossas).

O “argumento” oscila entre a *tese da perversidade* e a “falsa” consciência da esquerda/populista. Tais justificações do jornal representam variantes de uma mesma raiz: a preservação do *status quo* no que diz respeito à relação Capital/Trabalho.

⁹ Nesse sentido, a posição conservadora de *OESP* vai ao encontro da ideologia ultraliberal, pois esta representa uma “releitura” do liberalismo clássico, na medida em que: “(...) reproduz um conjunto heterogêneo de conceitos e argumentos, ‘reinventando’ o liberalismo mas introduzindo formulações e propostas muito mais próximas do conservadorismo político e de uma sorte de darwinismo social distante pelo menos das vertentes liberais do século XX.” (DRAIBE, 1993, p.86).

¹⁰ Para uma análise histórica do adestramento da força de trabalho, ver BRAVERMAN (1981).

¹¹ Entende-se por *Capital Global* a defesa da reprodução do capital em si, independentemente de sua origem ou setor. As classes, contudo, relacionam-se com o Estado de maneira complexa. Por mais que a ideologia ultraliberal pregue a minimização do Estado, é papel do Estado capitalista promover a reprodução da sociedade capitalista através da existência de classes sociais (OFFE, 1984).

Mesmo a *FSP* que, dentre todos os jornais, manteve uma alegada preocupação com os interesses dos trabalhadores – pois seu mote “Menos Governo, Menos Miséria”, esgrimido pouco antes das eleições de 1989, enfatizava a necessidade de o Estado priorizar as áreas sociais ao retirar-se das atividades produtivas¹² –, aderirá a esta cantilena, embora talvez com menor vigor. Segundo o jornal:

“Propostas como a remuneração adicional (...) para o trabalhador em férias, o aviso prévio proporcional ao tempo de serviço e o limite de seis horas para a jornada em turnos ininterruptos, que as lideranças empresariais condenam, inscrevem-se no vasto conjunto de direitos sociais aprovados (...) sem nenhuma consideração mais séria sobre os custos que acarretam. (...) [Representam:] *novos custos para o conjunto da população* (...) [que] *nada mais serão do que o preço que a sociedade terá de pagar pela demagogia de seus representantes.*” (*FSP*, 08/07/98, ênfases nossas).

Reitere-se que, mesmo tendo mantido um discurso “social” paralelamente à agenda liberal referente às “reformas do Estado orientadas para o mercado”, a *FSP* também segue a estratégia de seus pares tanto ao utilizar a *tese da perversidade* como por considerar “demagogia” e “populismo” a adoção de novos direitos sociais quando afirma que seus propositores não se preocupariam com as conseqüências (negativas) da sua introdução. Porém, mais relevante ainda, é o fato de a grande imprensa como um todo, que criticara o Capital nacional por causa de sua baixa responsabilidade e ausência de visão de longo prazo quando da aplicação dos Planos de Estabilização (sobretudo o Plano Collor), adotar novamente posições confluentes às do Capital nacional, como o demonstra a passagem acima. Em outras palavras, além de atuar em uníssono, a grande imprensa enquanto “partido do Capital”¹³ e “aparelho privado de hegemonia” se “reconcilia”, em determinadas

¹² A série de reportagens especiais diárias denominadas “Menos Governo, Menos Miséria” procurou vincular ostensivamente a existência de graves desigualdades sociais no país – expressas no lema “menos miséria” – às alegadas e supostamente demonstradas mazelas do setor público, identificadas pela expressão “menos governo”; logo, menos miséria significaria menos governo. Conseqüentemente, todos os candidatos identificados com o “aumento” das funções do governo quereriam, mesmo que não soubessem/quisessem, mais miséria. As reportagens, que foram comentadas diariamente pelos editoriais, versaram sobre inúmeros temas, tais como: renúncias fiscais, monopólio estatal do Petróleo, índices sociais, burocracia, educação pública, estrutura tributária, subsídios e patrimonialismo, entre tantos outros. Todos os temas abordados procuraram demonstrar ostensivamente a inépcia governamental quanto à “questão social” em razão do atendimento privilegiado a segmentos, especialmente os burocráticos, corporativos e empresariais. É interessante notar que, quando do início da série, no começo de outubro de 1989, o jornal publicou um *editorial na primeira página* – com o referido título da série – como forma de demonstrar a gravidade do assunto. Tal estratégia é um artifício poucas vezes utilizado pela *FSP*, o que, por si só, é um indicativo de sua atuação ideológica.

¹³ Segundo Gramsci, em determinados momentos históricos, certas instituições atuam em nome das classes sociais, sobretudo das classes dominantes, fazendo o papel de partido político no sentido de conferir

circunstâncias, com o empresariado. E isto não apenas em razão dela própria ser proprietária do meio de produção jornalístico, mas sobretudo em virtude de que, neste momento, os interesses dos representantes e dos representados combinam-se. Trata-se de um interessante jogo de acomodações e reposicionamentos da grande imprensa em relação a determinados pólos de poder, sobretudo o Capital global que representa, embora, por vezes, de forma complexa e tensa.

O veto radical às greves¹⁴

No que tange ao papel da Constituição sobre o **direito à greve**, uma vez mais observamos uma incrível similaridade entre os periódicos, conforme as características acima apontadas, ou seja, a perspectiva patronal e a representação do Capital Global. Como se trata da *ordem legal*, é importante analisarmos qual o projeto acerca de um tema tão crucial em uma sociedade que se requer democrática, tal como afirmam os próprios jornais em foco. Segundo o *JB*, a “(...) *liberdade de greve* é um abuso conceitual (...)” (*JB*, 07/07/88, ênfases do jornal). Pode-se inferir, pois, que tal liberdade deveria ser refreada. O fato dos constituintes terem permitido a paralisação das atividades nos serviços públicos, *mesmo resguardadas certas condições ao seu funcionamento*, seria considerado um absurdo, conceitual inclusive, posto que denotaria perda de autoridade e mesmo fragilidade por parte do Estado¹⁵, *ameaçando* assim direitos adquiridos. A *FSP* afirmaria o mesmo ao considerar que os constituintes estavam permitindo o “direito irrestrito de greve”, inclusive nos serviços essenciais, o que, em verdade, era um exagero:

“(...) *Um instrumento legítimo de luta se transforma em chantagem contra toda a população*, concentra numa categoria específica de trabalhadores [os funcionários públicos] um poder absoluto sobre o conjunto das atividades produtivas do país, com a chancela (...) [da] constituinte (...) [são] artigos condenáveis (...)” (*FSP*, 15/07/88, ênfases nossas).

organicidade aos seus membros e de dirigir suas ações. Este parece ser, neste momento, o papel dos periódicos aqui analisados (GRAMSCI, 2000).

¹⁴ Sobre os papéis de “vetar” e “apoiar”, a mídia como um todo julga-se controladora da sociedade mas rejeita ser controlada (FONSECA, 2001).

¹⁵ Note-se que, mesmo que com uma *ênfase* um pouco menor por parte da *FSP*, os outros três jornais, dentre os quais *OG* e *OESP* com ainda mais vigor, valorizam a autoridade do Estado de forma *exponencial*, sobretudo o respeito à ordem quando a questão se refere à relação Capital/Trabalho e aos movimentos sociais.

O que a *FSP* diz ser um direito legítimo – a greve – o será apenas em tese, pois o veto contumaz à mesma será uma marca da grande imprensa como um todo. Ao vincular as greves ao exercício da chantagem por parte dos trabalhadores, o jornal expressa um posicionamento típico ao que está referenciado pela *tese da ameaça*. Isto implica, em consequência, uma crítica às leis, que supostamente facilitaríamos a paralisação do trabalho.

Mas serão *O Estado de S. Paulo* e *O Globo* os mais pronunciados radicais opositores das greves, e da organização do trabalho como um todo, estabelecidas na Constituição. Neste aspecto, evidenciar-se-ão fortemente seus posicionamentos patronais. Os referidos periódicos pareciam demonstrar uma ojeriza particular às greves no setor público, dada a ameaça à autoridade que significariam:

“As greves que irromperam em empresas estatais (...) mostram com clareza o quanto a sociedade é impotente diante dos resultados da intervenção do Estado na economia.

(...) São exércitos de empregados que agem com todas as regalias, direitos e mordomias de funcionários públicos, promovendo greves que se iniciaram com reivindicações salariais e ganham, hoje, aspectos nitidamente políticos e ideológicos, que levam à violência.

(...) Tudo isso mostra a incompetência do Estado empresário que, ao centralizar tudo em suas mãos, mostra fragilidade ao negociar com os trabalhadores que sabem ter um opositor incompetente, politicamente minado e, acima de tudo, contaminado pela praga do empreguismo.”
(OESP, 19/11/88, ênfases nossas)

A percepção acerca do mundo do trabalho estrutura-se sobre a suspeição intrínseca de que os trabalhadores são revolucionários e têm por trás de si “grupos radicais”. Trata-se também de uma construção imagética exagerada, dentre tantas outras produzidas estrategicamente pelo jornal que, dessa forma, intenta impedir toda e qualquer possibilidade das greves ocorrerem, sobretudo a partir do Estado, lugar de onde emana o poder político. Nesse sentido, o poder dos funcionários públicos significa uma *ameaça* ainda mais deletéria, em razão dos riscos tanto à liberdade do Capital como da sociedade.

OG também expressa sua radicalidade contra à aprovação do direito de greve, que classifica como “A porta da anarquia” (título de um importante editorial). Ademais, o direito de greve, uma vez que torna-se “irrestrito” “(...) para todas as categorias de trabalhadores, em todas as circunstâncias, sob quaisquer pretextos (...) significa a porta aberta à desordem e ao caos. (...) É uma abdicação em favor da anarquia.” (*OG*, 17/08/88, ênfases nossas).

Cabe ressaltar ainda, retomando, a estratégia de superestimar o poder conferido aos sindicatos ao formular-se a imagem de que estes estão nas mãos de “grupos radicais” desestabilizadores¹⁶. Além do mais, há a omissão deliberada dos constrangimentos interpostos à decisão dos trabalhadores quando estes declaram uma greve, tais como ameaças de demissão, agudizadas pelo desemprego, e a própria legislação, entre outros aspectos. Com isso, quer-se criar a imagem de que ao hiper-poder dos sindicatos corresponderia a pusilanimidade da lei e a fragilidade da sociedade, que estariam *ameaçadas* pela organização dos trabalhadores. A fronteira entre estratégia retórica e visão de mundo (conservadora, patronal e autoritária) é indecifrável. Por fim, o mesmo *OG* revela e sintetiza cabalmente o conservadorismo autoritário de toda a grande imprensa com a seguinte afirmação:

“No Capítulo ‘Dos Direitos Sociais’ existe duplicidade de tendências, ambas suficientemente perigosas e capazes de produzir efeitos desastrosos (...)

(...) A pretexto de garantir emprego, retroagimos ao paternalismo intervencionista (...) [caso da] estabilidade no emprego (...) no Art. 6 (...) bem como o regime de 44 horas [que] são a negação da liberdade de trabalho e a consagração do intervencionismo no mercado de mão-de-obra. Já no Art. 10 (...) dispõe-se o contrário, isto é, a não intervenção do Estado, quando se trata de liberdade de greve. (...)

Tudo é disposto de forma a permitir greves sem restrições (...) Os dirigentes da greve decidem e fixam a seu livre-arbítrio os limites da ação de greve. *Temos consagrada a contradição do excesso de intervenção do Estado no Art. 6 e da ausência do poder dos governos, no caso de greve. Vedada pelo projeto só a greve de iniciativa empresarial. Dois pesos e duas medidas.*” (*OG*, 11/10/87, ênfases nossas).

Sem meias palavras, o jornal propugna o “*livre mercado*” quanto à *força de trabalho e o Estado repressor em relação às greves*. Em nome do “bem comum”, evidencia-se, na verdade, a defesa dos interesses do Capital, seja pela forma como os direitos dos trabalhadores (em sentido amplo) eram concebidos, seja pela demanda de que também o empresariado pudesse, no limite, paralisar a produção (*lockout*) – demanda meramente retórica e fictícia, pois os interesses empresariais opõem-se a qualquer paralisação das atividades produtivas. Portanto, *OG* – na verdade, também os demais periódicos, embora com ênfases distintas – quer antepor limites à *organização do trabalho*, sendo a greve o alvo mais importante, em

¹⁶ A imagem de que pequenos “grupos radicais” invariavelmente comandam e manipulam as greves pretende desqualificar qualquer movimento grevista, de antemão, pois lhe retira a legitimidade. Seja por razões estratégicas seja por constituir-se em visão de mundo do jornal, ou ambas, o fato é que tal posicionamento revela a *retórica da ameaça*.

contraposição a uma espécie de “laissez faire” no *mercado de trabalho*, o que explica cabalmente a oposição radical a toda e qualquer greve concreta.

A atuação militante conservadora dos periódicos

Vejamos, agora, um outro aspecto da atuação da grande imprensa como *aparelho privado de hegemonia* e como *ator político/ideológico* na Constituinte, à medida em que procurava claramente orientar, *dirigir* os constituintes, no sentido de conformar os interesses de um capitalismo liberal e conservador. Estes papéis implicam estratégias diversas, entre as quais opor uma suposta maioria liberal – existente seja na sociedade, seja na Constituinte, via “Centrão”¹⁷, embora tida como silenciosa e pouco organizada – a uma minoria considerada radical e extremamente organizada, a minoria de esquerda. Esta, contudo, teria hegemonia na Constituinte, sobretudo na Comissão de Sistematização, sendo suas ações deletérias à sociedade brasileira.

Embora jamais tivesse mostrado qualquer dado que mensurasse esta relação entre maioria e minoria, a grande imprensa como um todo – mesmo havendo uma menor incidência no caso da *FSP* – formulou esta imagem com o objetivo tanto de concitar os parlamentares liberais e conservadores (e suas respectivas bases de representação) como o de formar a opinião de seus leitores. Podemos sintetizar esta dicotomia da seguinte forma:

“(...) *A maioria quer* uma sociedade aberta, com liberdade de criar e produzir, com menor regulamentação estatal. *A maioria não tem* medo de manter e cultivar o relacionamento internacional (...) *a maioria quer* um sindicalismo livre, sem paternalismo restritivo do mercado de trabalho e sem a anarquia do grevismo.” (OG, 14/08/87, ênfases nossas).

Como se observa, o jornal sabe tanto o que a “maioria” deseja como o que ela rejeita. A alegada confluência entre os dois movimentos por parte da grande imprensa – pois a generalização é perfeitamente observável – com esta suposta “maioria” nada mais era do que um recurso retórico/ideológico. Esta auto-requerida onisciência e o descompromisso quanto à demonstração de dados que comprovassem tal dicotomia demonstravam que a contenda político-ideológica superava a preocupação com qualquer mensuração, pois o que importava era a obtenção da hegemonia (ultraliberal), ameaçada fortemente com as cláusulas

¹⁷ O “Centrão” foi assim denominado por aglutinar forças muito distintas que se intitulavam de “centro”, mas, em verdade, representava um *centro bem expandido*, sobretudo à direita.

sociais aprovadas. Afinal, o Brasil era: “(...) Uma nação de pensamento centrista e conservador (...)” (JB, 03/04/87) e este viés teria sido, portanto, desrespeitado pela esquerda, sobretudo o PMDB, que nomeara “esquerdistas” para as principais comissões temáticas encarregadas de comandar o processo constituinte. Mais ainda:

“Entre as duas formas em que se explicita a representação do PMDB (esquerda e moderada), *disfarça-se a grande maioria que (...) é também a expressão da grande maioria dos brasileiros. É aí que se encontra o centro de gravidade política brasileira, a grande classe média. A representação política de centro (...) sente-se incomodamente sem condições de externar suas convicções (...) [devido ao] patrulhamento ideológico [da esquerda]*” (JB, 05/02/87, ênfases nossas).

Este editorial fecha o círculo, pois a “maioria” é então a *classe média*, setor também fortemente representado pela grande imprensa. É claro que a maior parte desta classe, embora proletarizada, sobretudo desde 1964, possui valores mais próximos às classes dominantes e por ser leitora de jornais torna-se, portanto, alvo da grande imprensa.

Por outro lado, o fato dos constituintes à esquerda, e ligados a causas populares e nacionais, terem conseguido vitórias importantes para seus pontos de vista fez com que a grande imprensa reagisse de dois modos concomitantes: procurando desqualificar as idéias, interesses e mesmo as pessoas componentes destes agrupamentos, e concitando os “liberais” – eufemismo para toda a sorte de interesses patronais e conservadores – a agirem e a organizarem-se com vistas a derrotar os adversários¹⁸. Não raro os empresários, nacionais e estrangeiros, e o próprio governo federal foram chamados ao combate, isto é, deveriam exercer todo o seu poder de influência (em sentido amplo) com vistas a barrar a “esquerdização” do país, o que significava, portanto, uma clara e aberta contenda. Tal clareza e ostensividade foram freqüentes e os editoriais são uma síntese desta verdadeira disputa ideológica. A própria linguagem assumia este caráter belicoso, mesmo no que respeitava ao chamamento dos aliados. Segundo o JB:

“(...) Ou o pensamento da empresa privada e das tendências políticas liberais se articulam para produzir um modelo melhor que o modelo autárquico, ou estaremos abrindo o caminho para o fogo que os sopradores das brasas isolacionistas querem acender.” (JB, 08/06/87).

¹⁸ A beligerância retórica da grande imprensa quanto à organização do Trabalho faz com que a fronteira entre o jogo democrático e o tratamento dado aos adversários torne-se pouco distinguível.

Embora esteja se referindo às restrições ao Capital estrangeiro, este chamamento é extensível a todos os temas-chave identificados pelo jornal. Indiretamente remete-se aqui à *tese da ameaça*, agora relacionada ao âmbito econômico. A articulação entre Capital e liberalismo é reveladora, mesmo que na grande maioria das vezes o liberalismo esteja genericamente associado à “maioria”. O “Centrão”, que, na verdade, fora requerido pela grande imprensa, quando surge é saudado como um verdadeiro acontecimento histórico, pois selaria o encontro do “Brasil real” com sua representação. Contudo, toda vez que este agrupamento votou teses próximas aos nacionalistas, por razões diversas, sobretudo corporativas, fora também criticado pelos jornais, que, desta forma, chamavam-lhe a atenção, procurando com isso “corrigir seus erros”, isto é, *dirigi-lo*. A FSP, mesmo que por vezes tenha criticado o caráter conservador do “Centrão”, o apoiou em razão da discussão ideológica maior com a esquerda. Além disso, acreditava que boa parte das medidas aprovada por influência da esquerda, entre as quais as restrições ao capital estrangeiro, seria nociva ao país:

“A defesa de um desenvolvimento equilibrado se deturpa (...) o ímpeto nacionalista se distorce numa defesa da estagnação. São estes os riscos que (...) apresentam-se com especial nitidez. *Resta saber se o Congresso constituinte saberá afastá-los, num clima de consenso e ampla sustentação da opinião pública*, ou se a opção pela xenofobia e pelo atraso estará (...) consagrada no novo texto constitucional.” (FSP, 24/04/88, ênfases nossas)¹⁹.

Portanto, a mesma dicotomia aparecia na auto-requerida “moderna” FSP²⁰. A própria idéia de que o “consenso” deveria ser alcançado a partir de sua estruturação na “opinião pública”²¹ implicava um círculo vicioso, pois tanto o “consenso” era sinônimo de hegemonia como a opinião “pública” era, em verdade, privada, ou seja, referente a seus formadores, os *aparelhos privados de hegemonia*.

¹⁹ Ao falar de “riscos” o jornal estava professando, em verdade, mesmo que indiretamente, a *tese da ameaça*.

²⁰ O termo “modernidade” foi utilizado largamente pela grande imprensa como um todo, e em particular pela FSP como forma de produzir uma dicotomia com o “atraso”, entendido como a intervenção do Estado e a igualdade socialmente induzida.

²¹ A expressão **opinião pública** é invocada pelos jornais, em inúmeras situações, simplesmente para identificar *sua própria opinião*, que, embora privada, pretende passar-se por “pública”. Além do mais, segundo Pierre Laborie, deve-se repelir o uso indiscriminado (e popularizado) desta expressão, na medida em que representa uma verdadeira “armadilha”. “Opinião pública” implica movimento, dinamismo, transformação, e não cristalização de uma dada opinião. Em razão das influências dos grupos que formam a opinião “dominante”, o seu caráter “público” quer dizer, em verdade, expressão desta dominância, e não discussão descompromissada de temas com vistas a extrair a “melhor posição”(LABORIE, 1991).

Esta equação, embora particularmente cara à *FSP*, era válida para todos os periódicos.

Mas a linguagem beligerante encontrava em *OG* e em *OESP* seus representantes máximos. Observemos como as concitações são peremptórias, o que indica o papel político-ideológico dos jornais: no caso de *OG*, seu governismo inveterado imiscuía-se à defesa do caráter patronal/conservador que requeria para a Constituição, pois tanto o apoio ao presidencialismo como ao mandato de Sarney (tal como este o pretendia, isto é, 5 anos) foram militantemente pressionados pelas *Organizações Globo*. Quando da redução do mandato para 4 anos, apenas posteriormente mudada, *OG* assim se posicionou: “*Vamos ao plenário; se necessário contra um golpe de Estado, vamos às urnas.*” (*OG*, 17/11/87, ênfases nossas). Ir às urnas seria extinguir a Constituinte e buscar uma (supostamente ausente) legitimação popular dos constituintes via eleições. Para além do casuísmo da proposta e do governismo histórico do jornal, importa-nos observar sua participação política, expressa na afirmação através da primeira pessoa do plural, o que, aliás, lhe é comum em determinadas circunstâncias. Quanto aos temas cruciais das ordens econômica e social, pôde-se observar o mesmo tom. Por exemplo, quando o “*Centrão*” estruturou-se, com a divisão do PMDB, e conseguiu algumas vitórias importantes, *OG* o concitou a uma vitória total sobre a esquerda/nacionalistas ao afirmar que:

“Não cabe aos moderados colocarem panos quentes, contempORIZANDO em questões da gravidade (...) [como a] concessão de estabilidade no emprego após três meses (...) A divisão [do PMDB] já existe (...) Só resta consagrá-la. (...) Que os moderados do PMDB assumam a divisão para o restabelecimento da Aliança Democrática (...)” (*OG*, 07/07/87).

Como se observa, o jornal pressiona, veta, *orienta, dirige*. Numa palavra, procurava organizar interesses, funcionando como uma espécie de *intelectual coletivo do establishment*. Sobretudo nos momentos de derrota, mesmo que parcial, assim como nas circunstâncias em que a base governista se dispersou (por motivos diversos), a linguagem e o clima tornavam-se mais exuberantes e candentes, pois:

“*Não há outro caminho senão o de todos nos unirmos pondo acima de superadas divergências ideológicas ou de futuras disputas eleitorais os supremos objetivos da Nação.*” (*OG*, 05/05/88, ênfases nossas).

A clareza meridiana desta passagem sintetiza o papel da grande imprensa. Este editorial não apenas fora publicado em primeira página como ocupou largamente a sua parte superior (a área mais nobre e visível do periódico), além de ter sido assinado pelo próprio Roberto Marinho e intitulado justamente “Os supremos objetivos da Nação”, sinônimo dos interesses defendidos pelos periódicos. Trata-se da velha estratégia de universalização dos interesses particulares, perfeitamente possível nas entidades unilaterais como a grande imprensa. Para além deste aspecto, percebe-se também claramente como *OG* chama a atenção dos aliados, cobrando-lhes unidade.

Ora, se este expediente foi utilizado por periódicos pragmáticos, o que dizer então do tradicionalista *OESP*? Este conclamaria os “liberais” à luta com maior incisividade ainda. A cada passo da Constituinte, a grande imprensa foi se posicionando, ora recuando, ora avançando, ora abrindo espaços à negociação. Acompanhar a movimentação dos periódicos nesse momento decisivo da elaboração da nova Constituição encerra muitas lições, dada a importância dos temas a serem votados num espaço de tempo relativamente curto.

Para *OESP*, portanto,“(…) A hora é de os liberais acordarem – porque depois será tarde.” (*OESP*, 05/02/87). Afinal, houve inúmeras batalhas no Congresso Constituinte: a eleição de membros à Comissão de Sistematização, a modificação do Regimento, as votações nos dois turnos, dentre inúmeras outras. À medida em que os projetos considerados prejudiciais iam sendo aprovados, sobretudo quanto aos direitos sociais, o atônito *OESP* posicionava-se com vistas a reagrupar as forças aliadas:

“A votação espelha a falta de governo e o caos mental que corroem o Brasil; a incapacidade de os empresários se articularem, de maneira ordenada (...) a indecisão de muitos constituintes, que não sabiam como votar assunto dessa magnitude [os direitos sociais] porque as lideranças empresariais ou políticas não souberam transmitir instruções precisas.” (*OESP*, 11/10/87, ênfases nossas).

De certa forma, este editorial faria uma espécie de *mea culpa*, pois, aparentemente, a grande imprensa demonstrara inabilidade para *dirigir, orientar* os parlamentares e os empresários. Para além desse aspecto, era clara a postura de *OESP* no sentido de cobrar, repreender, instigar, sem jamais “jogar a toalha”, pois, tal como em uma luta de boxe, por mais que o lutador esteja perdendo, é papel do treinador orientar-lhe e dar-lhe estímulo. É isso que sobretudo *OESP* fez exaustivamente, acompanhado contudo pelos seus pares. Para aquele jornal:

“(...) os liberais brasileiros têm diante de si ingente tarefa; se não se organizarem para combater o populismo estatizante (...) o Brasil corre o risco de regredir (...)” (OESP, 20/11/87, ênfases nossas).

Aqui, a *tese da ameaça* apresenta-se em toda a sua dimensão, acompanhada pela *tese da perversidade*, em razão dos efeitos deletérios que os novos direitos trariam à “sociedade brasileira”.

Conclusão

Pode-se concluir, através de um editorial de OESP, como a grande imprensa compreende seu próprio movimento homogeneizante. Ao comentar os conflitos entre o empresariado paulista e o Governo Sarney, logo no início do processo constituinte, em que o presidente fizera críticas à grande imprensa nacional, afirmava OESP que:

“(...) O que a imprensa faz é assinalar os erros (e devem ser muitos e tão evidentes para que se note quase *unanimidade na apreciação editorial dos fatos*) (...)” (OESP, 21/07/87, ênfases nossas)²².

Ora, embora estivesse se reportando a um episódio específico, esta passagem expressa em boa medida a atuação da grande imprensa, que em diversas

²² Como os temas da “liberdade de imprensa” e da introdução de eventuais mecanismos de controle da sociedade sobre os meios de comunicação também estiveram em pauta durante a Constituinte, é interessante observar como foram retratados pelos jornais. Em uma matéria de OESP sobre o posicionamento das associações patronais num encontro específico dos representantes dos meios de comunicação para debater a questão, os presidente da Associação Nacional de Editores de Revistas (Aner), José Antonio do Nascimento Brito (do *Grupo Jornal do Brasil*), e da Associação Nacional de Jornais (ANJ), Roberto Civita (do *Grupo Abril*), assim se posicionaram:

[Para o presidente da Aner] “(...) [É] grande engano (...) [os] que pensam que 'os meios de comunicação dirigidos por famílias ou pequenos grupos acionistas produzem jornais antidemocráticos, pois o leitor não é burro e é um erro de qualquer publicação achar que pode enganá-lo por muito tempo.' (...) [Já] “Para o presidente da ANJ, é essencial a defesa da liberdade de iniciativa, privilegiando o talento individual e a economia privada, ‘base verdadeira de uma sociedade que ambicione ser politicamente aberta e materialmente rica.’” (OESP, 29/04/87, Editorial de Política, seção Constituinte, p.2).

As duas falas expressam, cada qual a seu modo, como a grande imprensa permaneceu requerendo liberdade mas sem qualquer preocupação quanto à responsabilidade pelo seu exercício. Os proprietários dos meios de comunicação pretenderam continuar com a prerrogativa de falar em nome do público e desprovidos de qualquer controle democrático por parte da sociedade, embora fossem órgãos privados.

circunstâncias, sobretudo as que envolveram os interesses do Capital Global, a relação Capital/Trabalho e, a partir das crises dos planos de estabilização da “Nova República”, o papel do Estado, posicionou-se em uníssono. *OESP* apenas corrobora esta conclusão. Uma vez mais as diferenças de perfis editoriais/ideológicos não foram suficientes para que houvesse divergências tanto em relação à *forma de atuação* como no que tange ao *objetivo do projeto político/constitucional* ou, numa palavra, no teor da democracia brasileira a vigorar a partir do reordenamento do marco legal, a nova Constituição. Tudo isso apenas confirma o caráter não plural, autoritário e conservador, voltado à vulgarização e à divulgação de idéias da grande imprensa em determinados momentos tidos como críticos. Sua visão de democracia segue historicamente a das elites brasileiras, nas quais a própria imprensa se insere: a *democracia autoritária*, no sentido de restrita, parcial²³. Os exemplos analisados neste artigo, sobretudo a relação Capital/Trabalho, são decisivos para esta conclusão, pois demonstram os *limites do projeto democrático* dos grandes periódicos nacionais.

²³ Democracia *parcial, restrita* ou *autoritária* tem aqui o sentido conferido por ALMINO (1980), isto é, uma democracia retoricamente universalista, mas efetivamente particularista, pois voltada aos interesses de determinados grupos ou classes.

Bibliografia

- ALMINO, João. **Os Democratas Autoritários**. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e Capital Monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- COCKETT, Richard. **Thinking the Unthinkable: Think-Tanks and the Economic Counter-Revolution, 1931-1983**. London: HarperCollins, 1995.
- DAHL, Robert. **Polyarchy: Participation and Opposition**. New Haven: Yale University, 1972.
- DRAIBE, Sônia. As Políticas Sociais e o Neoliberalismo. **REVISTA USP: Dossiê Liberalismo/Neoliberalismo**, nº 17, março/abril/maio, 1993.
- DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO. Centro de Pesquisa e Documentação da FGV/RJ (CPDOC), 2002.
- EAGLETON, Terry. **Ideology – An Introduction**. Oxford, 1991.
- FONSECA, Francisco C. Pinto da. 1994. **A Imprensa Liberal na Transição Democrática (1984-1987): Projeto Político e Estratégias de Convencimento**. Unicamp, Departamento de Ciência Política, Campinas, 1994.
- _____. 2001. **Divulgadores e vulgarizadores: a grande imprensa e a constituição da hegemonia ultraliberal no Brasil**. Tese de Doutorado em História. Departamento de História, USP, São Paulo, 2001.
- _____. A democracia virtual: a mídia sem freios e contrapesos. In IANNI, Octavio *et al.* (org). **Desafios da Comunicação**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- GENTILI, Pablo e SADER, Emir (orgs.). **Pós-Neoliberalismo – As Políticas Sociais e o Estado Democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere** (5 Vols.) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- HIRSCHMAN, Albert. **A Retórica da Intransigência**. São Paulo: Cia. das Letras, 1985.
- IANNI, Octávio *et. al.* (orgs.). **Desafios da Comunicação**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- LABORIE, Pierre. Histoire politique et histoire des représentations mentales. In PESCHANSKI, Denis *et al.* (orgs.). **Histoire Politique et Sciences Sociales. Paris, Editions Complexe**. Paris: Editions Complexe, 1991.

OFFE, C. **Problemas Estruturais do Estado Capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

PARSONS, Wayne. **The Power of the Financial Press**. New Jersey: Rutgers University Press, 1990.

Texto recebido em maio de 2002

Texto aprovado para publicação em dezembro de 2002

A eleição de 2002

Rubens Figueiredo
Ciro Coutinho

CEPAC – Pesquisa e Comunicação

Resumo

O artigo analisa a campanha presidencial de 2002 a partir dos resultados das pesquisas de intenção de voto divulgadas na mídia, da propaganda eleitoral gratuita na televisão e do contexto político que resultou na vitória do candidato do Partido dos Trabalhadores, Luís Inácio Lula da Silva.

Palavras-chave: eleições, pesquisas de opinião, propaganda eleitoral, televisão.

Abstract

The article analyses the 2002 presidential campaign considering the results of electoral polls published in mass media, the electoral advertising, defined by law on television, and the political context that have resulted in the victory of Labor's Party candidate, Luís Inácio Lula da Silva.

Key words: elections, public opinion polls, electoral advertising, television.

Nenhuma eleição brasileira gerou tamanha quantidade de pesquisas como a disputa pela Presidência da República em 2002. Entre janeiro e início de outubro, foram divulgados nada menos que 70 resultados de levantamentos realizados pelos principais institutos de pesquisa do país: 23 do Ibope, 15 do Datafolha, 12 do Instituto Sensus e 20 do Vox Populi. Evidentemente, cada divulgação foi devidamente acompanhada de análises, “projeções” e comentários de jornalistas, sociólogos, cientistas políticos, economistas, publicitários, políticos e, às vezes, até de psicanalistas.

Além disso, conforme observaram alguns analistas, como por exemplo Jânio de Freitas, do jornal *Folha de S. Paulo*, as pesquisas também podem ter desempenhado outro papel nestas eleições: fornecer informações privilegiadas para que alguns bancos e corretoras pudessem tomar decisões em relação a seus investimentos na Bolsa de Valores (FREITAS, 2002). Esta suspeita fez com que, em 16 de julho de 2002, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) criasse uma legislação específica para regular a divulgação de sondagens realizadas a pedido de instituições do mercado financeiro.

Outro destaque da campanha eleitoral de 2002 foi a enorme cobertura realizada pela televisão. Além da propaganda gratuita partidária e do horário eleitoral gratuito, velhas conhecidas dos eleitores, as emissoras ofereceram um grande espaço aos principais candidatos: até abril, Luís Inácio Lula da Silva (Partido dos Trabalhadores), José Serra (Partido da Social Democracia Brasileira), Anthony Garotinho (Partido Socialista Brasileiro) e Ciro Gomes (Partido Popular Socialista) apareceram em mais de 20 ocasiões em atrações de entretenimento, como o programa “*Domingo Legal*” do SBT e, entre maio e outubro (apenas antes do primeiro turno, portanto), mais de 70 vezes em programas de caráter predominantemente jornalístico (MATTOS, 2002). A Rede Globo, por exemplo, inovou em sua cobertura, realizando entrevistas individuais ao vivo no Jornal Nacional, que atingiram uma média de 40 pontos na medição de audiência realizada pelo Ibope, ou seja, cerca de 2,1 milhões de telespectadores por minuto em todo o Brasil.

Tomando por base as pesquisas e a cobertura da imprensa, este artigo procura analisar como se desenvolveu esta campanha, quais foram as estratégias dos principais candidatos e como as pesquisas e a propaganda eleitoral gratuita interferiram nos acontecimentos que culminaram com a eleição do presidente Luís Inácio Lula da Silva.

Opinião pública: o desgaste do governo FHC e o desejo de mudança

A análise do contexto em que se desenvolveu a eleição de 2002 deve considerar que o Brasil vinha de duas eleições decididas em primeiro turno a favor de Fernando Henrique Cardoso (PSDB). Em parte devido ao extenso período no poder, a popularidade de seu governo foi corroída no segundo mandato, quando ocorreram, em 1999, a crise cambial, com a conseqüente desvalorização do Real e, em 2001, o racionamento de energia, criando um cenário difícil para o candidato tucano José Serra na disputa eleitoral. De acordo com o Instituto *Datafolha*, em outubro de 2002 a avaliação positiva (respostas “ótimo/bom”) do governo FHC era de 23%, bem inferior à obtida em setembro de 1998, de 43%, pouco antes de sua reeleição.

Apesar do cenário predominantemente desfavorável, os números das sondagens não traziam apenas notícias ruins para o governo. Em junho, uma pesquisa realizada pelo Ibope a pedido da Confederação Nacional da Indústria (CNI) mostrava que uma parcela expressiva da população reconhecia que, após a implantação do Real, a situação havia melhorado “*um pouco/muito*” na educação (53%), na saúde (45%) e nos transportes (42%).

Ainda assim, 65% dos brasileiros consideravam que a geração de emprego havia piorado “*um pouco/muito*” e, na questão da segurança, 54% avaliavam negativamente o governo. Outra questão desta mesma sondagem revelava este clima dominante na opinião pública nacional: 52% dos entrevistados disseram que *não votariam de jeito nenhum* em um candidato que representasse a continuidade da política de FHC; 44% afirmaram que *certamente votariam ou poderiam votar*; 5% não responderam. Este desejo de mudança estava claro pela liderança de Lula nas pesquisas de todos os institutos e na estratégia de todos os principais candidatos, inclusive do candidato oficial do governo, José Serra, que, de forma inequívoca, não assumiu sua condição de candidato governista.

A vontade de mudança no final do governo Fernando Henrique era, entretanto, diferente daquela que existia no término do governo Sarney, em 1989. Naquele ano, o país enfrentava índices mensais de inflação de dois dígitos e realizava sua primeira eleição presidencial direta desde 1961. A aprovação ao Executivo era de apenas 9%, a desaprovação atingia 56% e a expectativa de que fosse eleito alguém capaz de mudar radicalmente a situação e “salvar” o país era enorme. Este quadro culminou com a eleição de Fernando Collor de Mello.

A gestão de Fernando Collor de Mello, no entanto, foi uma decepção para os brasileiros e os escândalos de corrupção em seu governo fizeram com que, apenas dois anos e meio depois de assumir, o ex-governador de Alagoas fosse avaliado negativamente pela maioria da população¹. A crise política terminou com sua renúncia e com a posse do vice-presidente, Itamar Franco, que realizou um governo bem avaliado, sobretudo pela implantação do Plano Real, conduzida pelo então Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso.

Tabela 1
Avaliação presidencial para o período 1990-2002

Presidente	Avaliação		
	<i>Ótimo/bom</i>	<i>Regular</i>	<i>Ruim/péssimo</i>
José Sarney (mar/90)	9%	34%	56%
Fernando Collor (set/92)	9%	21%	68%
Itamar Franco (dez/94)	41%	48%	8%
FHC (set/98)	43%	37%	17%
FHC (out/02)	23%	42%	32%

Fonte: Instituto Datafolha.

Diferentemente, em 2002, o governo Fernando Henrique apresentava uma avaliação predominantemente negativa, mas algumas conquistas de seu governo, como a estabilidade econômica, eram reconhecidas não apenas pela população, mas por analistas políticos e econômicos (LAMOUNIER e FIGUEIREDO, 2002). Além disso, as pesquisas mostravam que, comparativamente, a imagem pessoal do presidente era melhor do que a imagem dos presidentes anteriores e dos principais candidatos que concorreram à sua sucessão. O Ibope, por exemplo, em pesquisa realizada em setembro de 2002, detectou que 71% dos brasileiros achavam que o presidente FHC tinha “habilidade política”; 81%, que tinha “inteligência”; 68% julgavam que tinha “preparo” e 70% consideravam que o presidente possuía “respeito internacional”. Estes percentuais eram ainda superiores aos dos quatro principais candidatos ao Planalto, que também foram avaliados segundo estes aspectos de sua imagem pessoal pelos entrevistados.

¹ Segundo o Instituto Datafolha, 68% avaliavam Fernando Collor como “ruim ou péssimo”.

Tabela 2
Avaliação de FHC e dos candidatos à Presidência – IBOPE- CNI, 2002

Atributo/ Político	Habilidade Política			Inteligência			Preparo			Respeito Internacional		
	Tem	Não tem	NS /NO	Tem	Não tem	NS /NO	Tem	Não tem	NS /NO	Tem	Não tem	NS /NO
FHC	71%	20%	9%	81%	13%	6%	68%	24%	8%	70%	19%	11%
Lula	57%	32%	11%	66%	25%	9%	50%	38%	12%	43%	39%	18%
José Serra	64%	22%	13%	77%	14%	9%	61%	27%	12%	58%	23%	19%
Garotinho	50%	34%	16%	64%	24%	12%	44%	41%	15%	35%	42%	23%
Ciro Gomes	57%	29%	14%	68%	20%	12%	53%	33%	14%	42%	35%	22%

Pergunta: “Pensando em (nome do candidato), queria que o(a) sr(a) me dissesse, para cada atributo, se ele tem ou não tem cada um deles?”

Fonte: Pesquisa Ibope-CNI, setembro de 2002.

Outra pesquisa, realizada pelo *Datafolha* após a eleição, em dezembro de 2002, mostrou que 18% dos brasileiros apontavam espontaneamente FHC como o melhor presidente que o país já teve, uma porcentagem próxima, mas mais elevada, à avaliação obtida por Getúlio Vargas (14%). Mesmo considerando o fato de que o presidente “tucano” estava em evidência, os números mostram que sua imagem pessoal foi preservada, apesar das crises que enfrentou e das críticas da oposição que, uma vez vitoriosa, tentou desfazer a idéia de caos que havia ajudado a criar durante o período eleitoral.

O clima da opinião pública mostrava, portanto, um governo relativamente desgastado, mas um presidente altamente prestigiado. Pode-se dizer, neste sentido, que a população queria mudanças, mas não desprezava os avanços que haviam sido conseguidos pelo governo FHC. Lula e sua equipe entenderam o recado e souberam dizer na campanha presidencial o que o eleitorado queria ouvir.

A propaganda institucional partidária alavanca candidaturas

Como já foi destacado anteriormente, a imprensa brasileira realizou uma cobertura abrangente das eleições em 2002. No caso da televisão, isto ocorreu de modo ainda mais intenso. O espaço dedicado aos candidatos em programas de entretenimento e de jornalismo ajudou os eleitores a conhecerem melhor os políticos e suas propostas. Entretanto, foram o horário partidário e o horário eleitoral gratuito que causaram alterações significativas nos percentuais de votos dos candidatos e aumentaram o interesse pelas pesquisas na campanha.

Foram 16 horas de publicidade institucional ocupadas pelos partidos com representação no Congresso Nacional no primeiro semestre do ano. Depois, os 18.151 candidatos que disputavam as 1.600 vagas nos Executivos e Legislativos federal e estaduais tiveram mais 87 horas e trinta minutos no rádio e na televisão durante o período oficial de campanha.

A partir das propagandas partidárias gratuitas, observou-se a ascensão de Roseana Sarney, pré-candidata pelo Partido da Frente Liberal. Na época governadora do Maranhão, ela havia começado a aparecer nos comerciais do partido em setembro de 2001, apresentando a imagem de uma mulher moderna, sensível aos problemas sociais e com alta aprovação da população maranhense à sua gestão. Sem apresentar propostas ou assumir explicitamente ser candidata à Presidência nas primeiras aparições, a filha do ex-presidente José Sarney tornou-se capa das principais revistas semanais e alvo de críticas como as do jornalista Eugênio Bucci: *“Já que tudo é imagem, alguém deveria proclamar, de uma vez, que a publicidade suplantou o jornalismo na função de mediar os debates públicos. Sem publicidade, não há democracia. Pelo menos, não há eleição. O tal ‘fator’ Roseana está aí para comprovar. Algumas centenas de inserções de comerciais do PFL na TV transformaram a governadora do Maranhão na nova marca registrada da campanha presidencial. Não que ela seja uma liderança carismática. Todos sabem que o feito de sua própria marca não é dela, mas dos filminhos publicitários”* (BUCCI, 2001, p.2).

A imagem pessoal de Roseana unia beleza, tranquilidade no falar, um sobrenome conhecido e circunstâncias favoráveis. Era uma novidade política no âmbito nacional e poderia ser o rosto da mudança tão desejada pelos brasileiros. Além disso, segundo pesquisa *Ibope-CNI* de dezembro de 2001, quando se tratava de política, havia uma imagem muito favorável à atuação das mulheres em comparação à dos homens (Tabela 3). Por fim, ressaltou-se ainda que Roseana era uma candidata que dependia fortemente do eleitorado feminino, obtendo naquela pesquisa 61% de votos entre as mulheres.

Tabela 3
Avaliação da atuação de homens e mulheres, segundo o eleitorado, IBOPE, 2001.

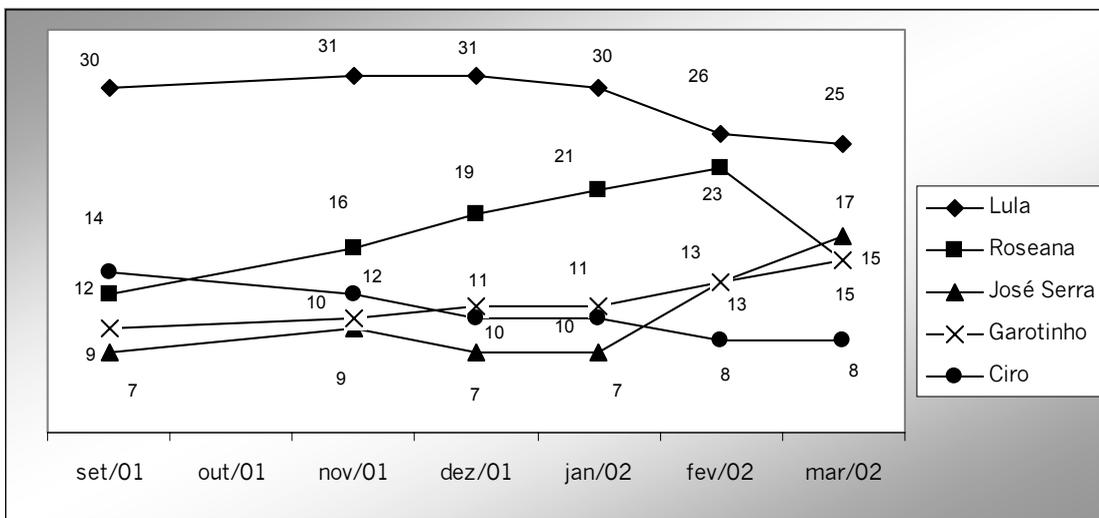
Característica	Mulheres	Homens	ambos/nenhum	NS/NO
Mais sensível aos problemas sociais	72%	15%	8%	5%
Mais organizado	59%	24%	12%	6%
Mais honesto	59%	12%	20%	8%
Mais determinado	48%	37%	10%	5%
Mais realizador	47%	34%	12%	7%
Mais competente	44%	30%	20%	6%
Negocia melhor	36%	47%	11%	6%

Pergunta: "Pensando nas diferenças entre as formas dos homens e das mulheres agirem na política e pelo que o(a) sr(a) sabe ou ouve falar, na sua opinião, qual deles costuma ser:"

Fonte: CNI-Ibope, dezembro de 2001.

Não obstante ter sido considerada um "fenômeno" pela imprensa, e chegando a estar tecnicamente empatada com Lula nas pesquisas de intenção de voto do período, a candidatura de Roseana Sarney terminou quando foram descobertos R\$ 1,5 milhão em dinheiro no escritório da empresa Lunus, da qual ela era sócia, dinheiro que foi considerado recurso de campanha. A imagem dos pacotes de R\$ 50,00, caprichosamente dispostos em uma mesa, destacada em revistas e na televisão, gerou uma sucessão de versões estapafúrdias para explicar a origem do dinheiro e levantou suspeitas a ponto da governadora desistir da candidatura em abril de 2002.

Gráfico 1
Pesquisa Datafolha
Intenção de voto estimulada e única (em %)



Obs: apenas os candidatos mais citados.

A história da candidatura Roseana Sarney destaca-se por mostrar a clara dependência eleitoral dos políticos frente à mídia, qual seja, um político com uma imagem bem construída na televisão e com espaço na mídia pode credenciar-se para disputar um cargo importante, como é o de Presidente da República. Não obstante, o episódio mostra ainda que apenas isso não basta, pois uma crise de grande proporção na mídia põe fim a qualquer candidatura ou político. Em outras palavras, o “episódio Roseana” representou um exemplo de candidatura “midiática”, surgida em função de uma necessidade do eleitorado, mas que também revelou a força do marketing político em um país de partidos fracos, eleitores pouco escolarizados e com uma televisão capaz de criar (e destruir) ídolos da noite para o dia.

Por outro lado, este episódio seria apenas o primeiro de uma série de ascensões e quedas dos principais candidatos – em razão das propagandas partidárias gratuitas – na disputa pelo segundo lugar. Todos os candidatos sentiram os efeitos da veiculação de sua imagem pelas propagandas eleitorais. Anthony Garotinho passou de 12% a 18%, após aparecer nos dias 05 e 12 de fevereiro; Serra, de 16% para 22%, depois do programa em 06 de março; Lula subiu de 32% para 43% das intenções de voto, após seu programa em 09 de maio; e Ciro foi de 11% a 22%, após sua aparição em 06 de junho (*Ibope* e *Valor Econômico*, 08/07/2002).

Uma medição através de um índice denominado *Gross Rating Point (GRP)*, que leva em consideração o tempo das propagandas e a audiência de acordo com os horários em que são exibidas, confirma as oscilações dos candidatos nas pesquisas de intenção de voto após suas aparições na televisão, conforme mostram os gráficos a seguir:

Gráfico 2
Gross Rating Points X Intenção de voto em Lula

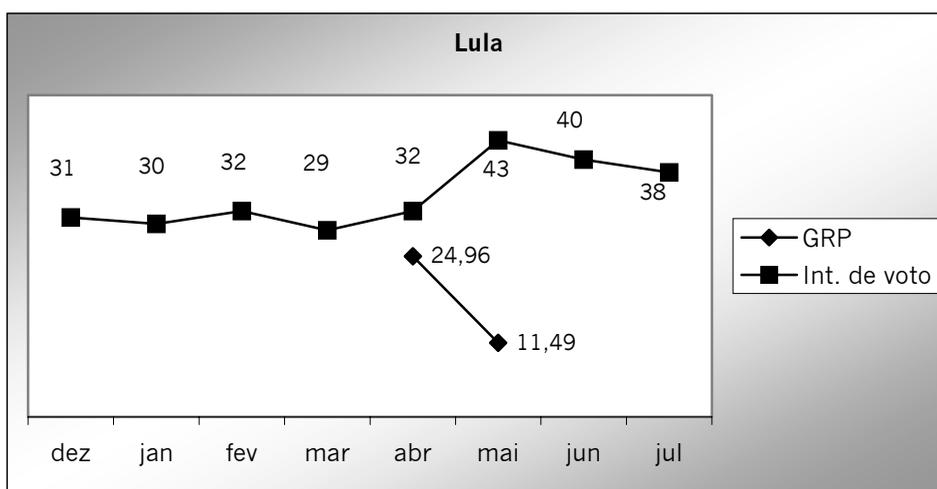


Gráfico 3
Gross Rating Points X Intenção de voto em Serra

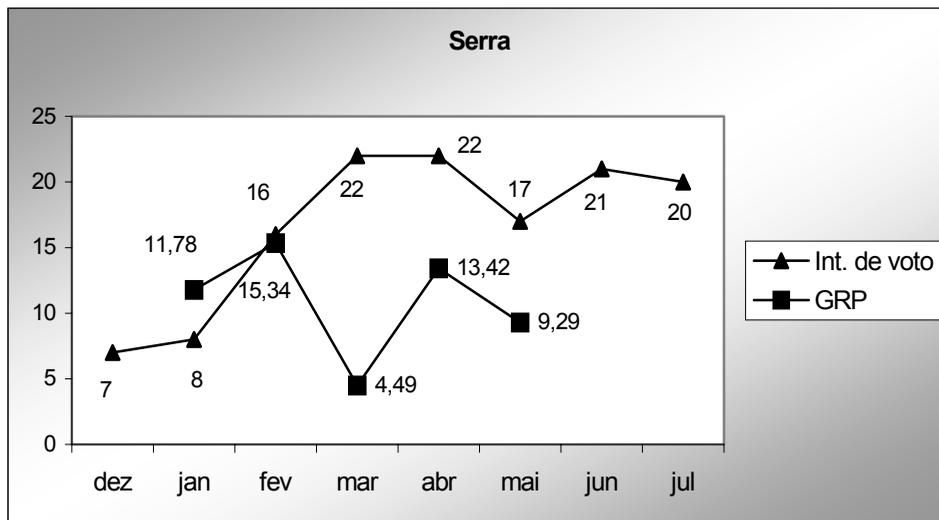


Gráfico 4
Gross Rating Points X Intenção de voto em Garotinho

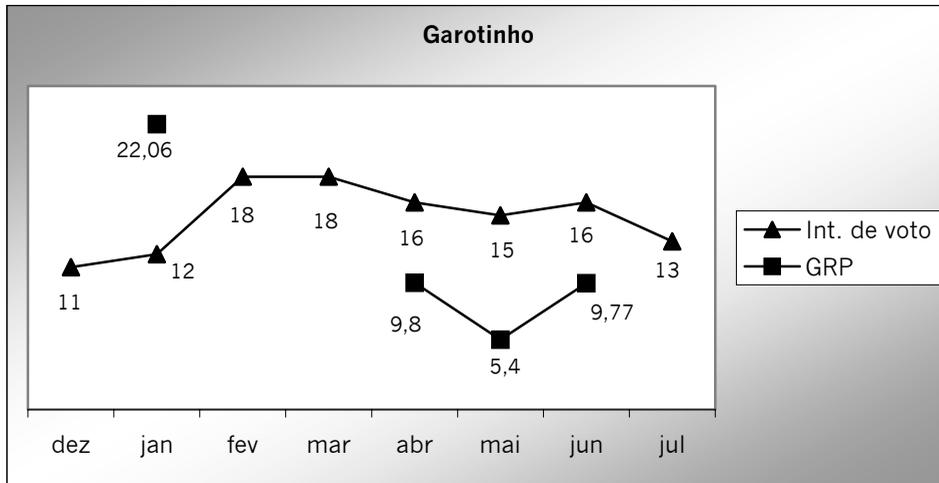
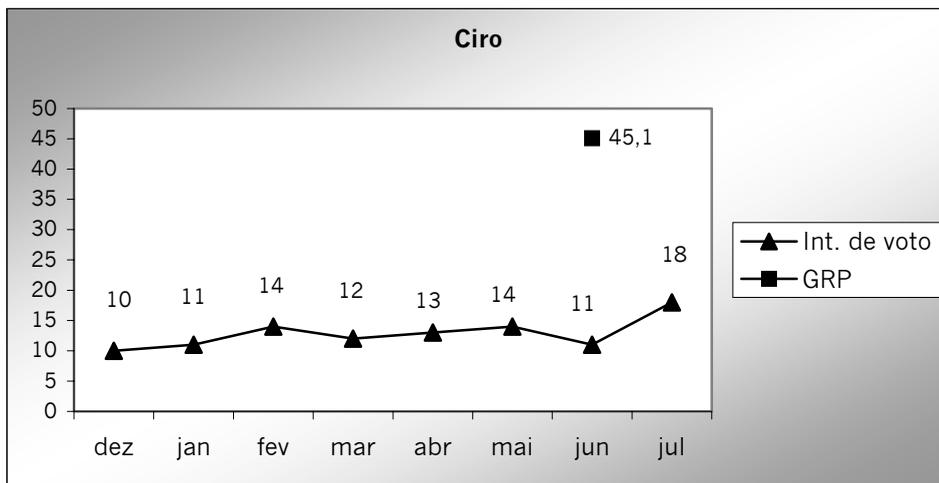


Gráfico 5
Gross Rating Points X Intenção de voto em Ciro



O grande poder exercido pela televisão e seus possíveis efeitos sobre a política têm gerado inúmeros debates na literatura especializada. Um dos aspectos que tem sido abordado dentro deste campo investiga especificamente a influência exercida pela televisão nos processos eleitorais. Lourenço (2001), por exemplo, analisa o horário eleitoral gratuito e sua relação com os percentuais de intenção de voto na disputa presidencial e pelo governo do Estado de São Paulo em 1998 e conclui que o efeito das propagandas é maior sobre os eleitores indecisos. Já Mungham (1996), abordando especificamente o caso da Grã-Bretanha, afirma que o comportamento dos partidos alterou-se em busca de uma adequação ao formato televisivo e à sua audiência. Embora nenhum dos dois autores mencione especificamente o índice GRP, que é um medidor de audiência mais sofisticado, abordam de maneira aprofundada como a televisão influencia o comportamento político na atualidade.

No caso brasileiro, a abrangência da televisão é muito maior do que a dos demais meios de comunicação, em razão do perfil dos 115,2 milhões de eleitores. Mais da metade do eleitorado, 58%, tem até oito anos de estudo e renda familiar de até cinco salários mínimos, 70% (Tabela 4). A televisão cobre 99,86% do território nacional e está presente em 87,7% dos domicílios, de acordo com o *Mídia Dados 2001*. O grande interesse pela televisão reflete o fato de ser ela a única opção de lazer e informação para parcela expressiva da população. Se comparada com as tiragens de revistas (a maior revista semanal, *Veja*, consegue vender pouco mais de 1,1 milhão) e dos maiores jornais (em torno de 400 mil exemplares), sua capacidade de influência fica ainda mais visível. No que diz respeito à concorrência entre as redes, o poder da Rede Globo é notável: 44% dos brasileiros (de um universo de 40,5 milhões de domicílios que possuem o aparelho no país) costumam assistir aos programas da emissora.

Tabela 4
Perfil da amostra para pesquisa quantitativa, IBOPE 2002

<i>Nível educacional</i>	
Até 4ª série do fundamental	33%
5ª a 8ª série do fundamental	25%
Ensino médio	32%
Superior e mais	10%
<i>Renda</i>	
Até um salário mínimo	15%
Mais de um a dois salários mínimos	23%
Mais de dois a cinco salários mínimos	32%
Mais de cinco a dez salários mínimos	15%
Mais de dez salários mínimos	9%
Não declarada	5%
<i>Distribuição Geográfica</i>	
Norte/Centro-Oeste	13%
Nordeste	27%
Sudeste	45%
Sul	15%
<i>Porte do Município</i>	
Até 20.000 habitantes	30%
Mais de 20.000 a 100.000 habitantes	20%
Mais de 100.000 habitantes	50%

Fonte: Ibope.

Essa disseminação da televisão tem implicações sobre os comportamentos social e político. A televisão impõe muitas limitações à comunicação e pode construir a realidade de modo a ocultar o que é realmente importante (BOURDIEU, 1997). As restrições em relação ao que é mostrado pelas emissoras também são abordadas por Thompson (1998), que argumenta que os receptores não têm nenhum controle sobre o que é mostrado, o que pode causar distorções.

Em relação a seus efeitos sobre a política, pode-se retomar Mungham (1996), para quem a presença das câmeras é capaz de mudar o comportamento dos políticos e partidos, visto que estes são plenamente conscientes da força das imagens veiculadas pela televisão. A força televisiva evidencia que ingressamos na

era do “videopoder” (SARTORI, 1995) ou ainda no que Rubim (1994) denomina como sendo a era de uma “televidência”. Destacam-se, nestes exemplos, os possíveis efeitos da televisão na esfera social. Dentro desta perspectiva, aquilo que não é mostrado na televisão não ganha relevância social e nem é percebido pelos indivíduos em seu conjunto.

Essas análises contribuem para compreender a força e influência da televisão nas eleições brasileiras de 2002, a partir da expressiva movimentação havida depois dos programas partidários e após o início do horário eleitoral gratuito.

Propaganda eleitoral e pesquisas

A propaganda eleitoral gratuita marcou, de um lado, a consolidação da liderança de Lula, que esteve próximo de vencer no primeiro turno e, de outro lado, a disputa ferrenha entre José Serra e Ciro Gomes pelo segundo lugar. Além disso, foi acompanhada por uma novidade trazida pela *Folha de S. Paulo*, qual seja, a divulgação de pesquisas que mostravam como os eleitores estavam avaliando o que assistiam pela televisão.

De acordo com pesquisas realizadas pelo Instituto *Datafolha*, o interesse pelo horário eleitoral entre os brasileiros havia aumentado. Em 1998, 57% diziam que pretendiam assisti-lo e 33% diziam que este era muito importante para decidir o voto para presidente. Em 2002, estes percentuais subiram para 68% e 44%, respectivamente.

O horário gratuito político eleitoral (HGPE) foi veiculado em dois períodos (de 20 de agosto a 03 de outubro, antes do 1º turno, e de 14 a 25 de outubro, antes do 2º turno). O critério para a divisão do tempo de cada candidatura na TV foi o da representação das coligações na Câmara dos Deputados. Neste aspecto, José Serra levava nítida vantagem sobre os demais, ficando com quase metade do horário destinado aos candidatos.

Tabela 5
Distribuição do uso do tempo dos candidatos na televisão

Candidato	Coligação	Deputados	Tempo	Comerciais*
José Serra	PSDB-PMDB	182	10,23 min	225
Lula	PT-PL-PC do B-PMN	80	5,19 min	115
Ciro Gomes	PPS-PTB- PDT	59	4,17 min	93
Garotinho	PSB-PST-PDC	19	2,13 min	49

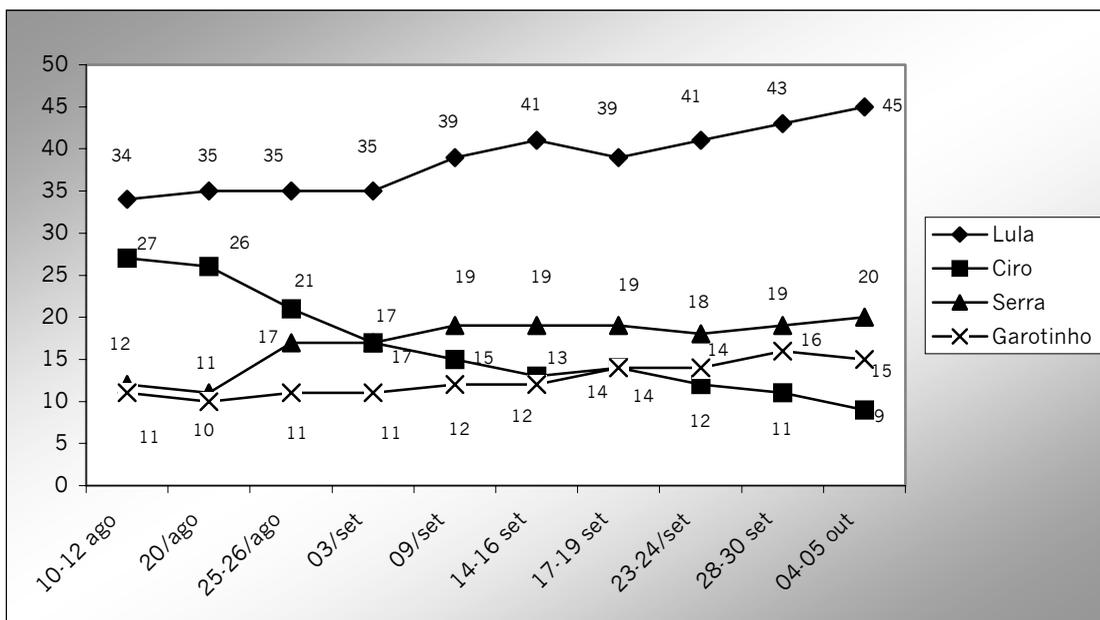
Fonte: TSE e *Folha de S. Paulo* (18/08/2002). * Inserções de 30 segundos em horários diversos da programação regular das emissoras de rádio e televisão.

Mais uma vez, o horário eleitoral influenciou muito na decisão dos eleitores. As oscilações de intenção de voto após o início da propaganda gratuita foram notáveis. De 20 de agosto a 05 de outubro de 2002, Lula cresceu 11 pontos percentuais, Serra cresceu 8 pontos, Garotinho 4 pontos, enquanto Ciro Gomes teve uma queda de 18 pontos.

Tabela 6
Oscilação da pontuação dos candidatos no HGPE

Candidato	Oscilação no H.G.P.E. (20/08 a 4-5/10)
Lula	+ 11
Ciro	- 18
Serra	+8
Garotinho	+4

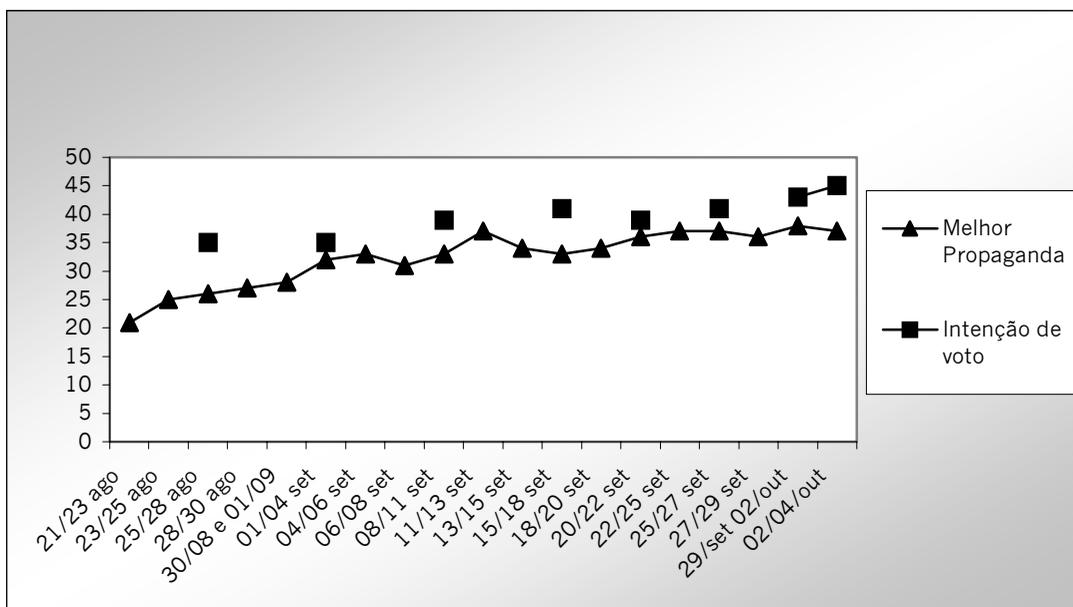
Gráfico 6
Intenções de voto para os candidatos à Presidência no período do HGPE (%)



Fonte: Ibope

A medição da opinião dos brasileiros sobre as propagandas foi realizada pelo Instituto *Datafolha* de duas maneiras. A primeira perguntava tão-somente como os eleitores² avaliavam os comerciais (*ótimo, bom, regular, ruim ou péssimo*). A segunda forma de medição baseou-se em três índices: Índice de Aprovação da Propaganda (IAP), Índice de Imagem Positiva (IIP) e de Melhor Propaganda (MP). Ao todo, o jornal *Folha de S. Paulo* divulgou 19 de cada um dos índices. Essas avaliações seguiram, em largos traços, as oscilações dos principais candidatos nas sondagens de intenção de voto, conforme observamos a seguir, no cruzamento das informações das pesquisas de intenção de voto do Ibope e dos índices de Melhor Propaganda (MP), aferidos pelo Datafolha.

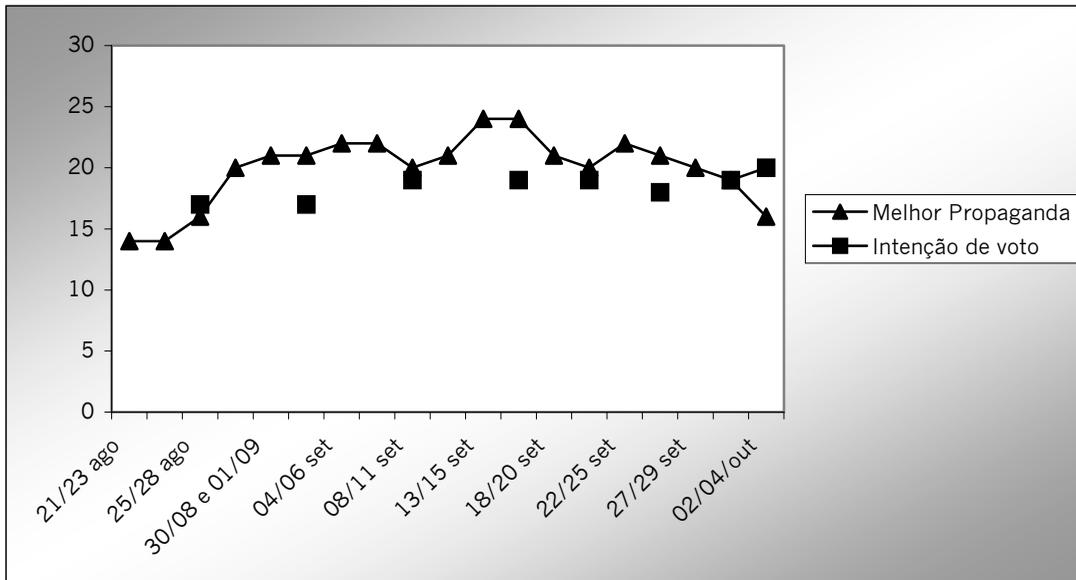
Gráfico 7
Avaliação da Propaganda x Intenção de voto em Lula (%)



Fontes: Datafolha e Ibope.

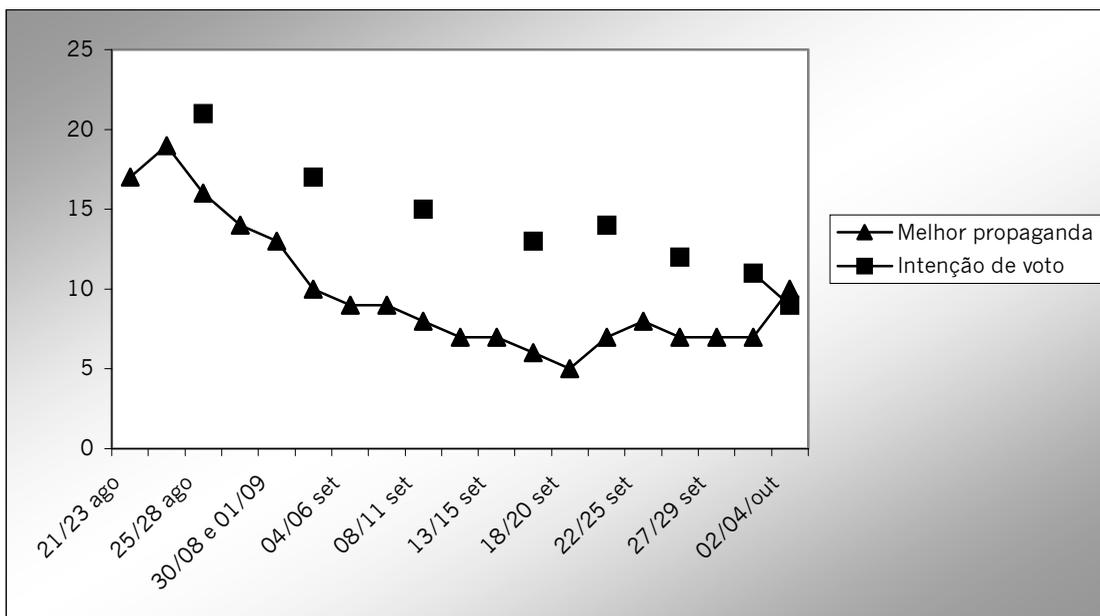
² Os respondentes desta pesquisa eram os eleitores que possuíam linha telefônica fixa, ou seja, 54% do eleitorado.

Gráfico 8
Avaliação da propaganda x Intenção de voto em Serra (%)



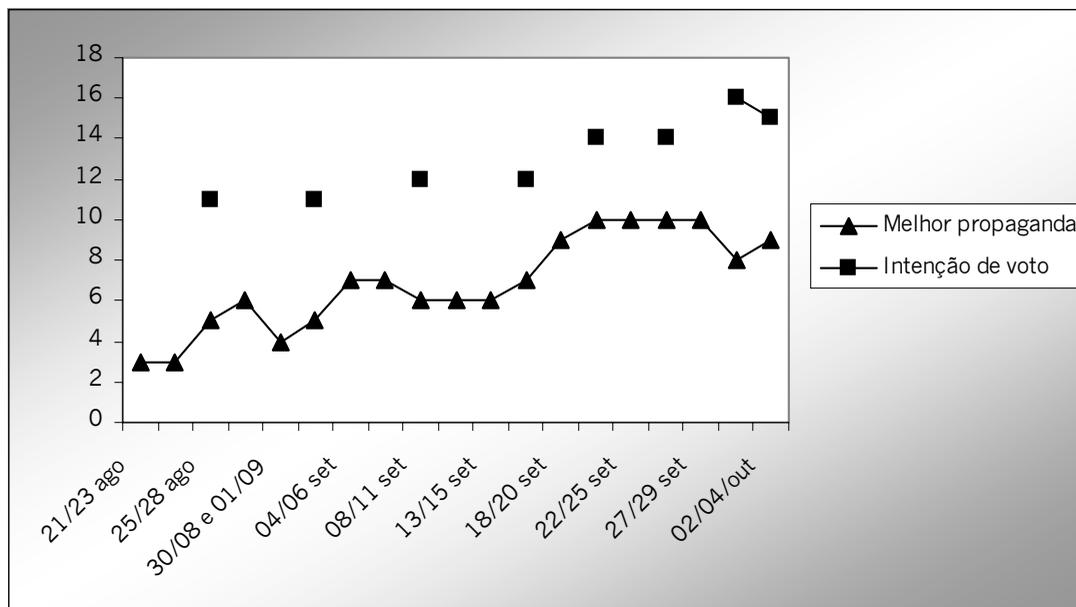
Fontes: Datafolha e Ibope.

Gráfico 9
Avaliação da propaganda x Intenção de voto em Ciro (%)



Fontes: Datafolha e Ibope.

Gráfico 10
Avaliação da propaganda x Intenção de voto em Garotinho (%)



Fontes: Datafolha e Ibope.

O candidato Lula começou bem avaliado em todas as medições e melhorou ainda mais no decorrer dos períodos de propaganda eleitoral gratuita. Na média, manteve seus programas avaliados como “ótimos/bons” por cerca de 70% dos entrevistados durante todo o primeiro turno. José Serra conseguiu sair do incômodo terceiro lugar a partir do momento em que sua propaganda passou a ser melhor avaliada do que a de Ciro Gomes. Este, por sua vez, não conseguiu reagir e terminou a eleição em quarto lugar. Anthony Garotinho não teve variação expressiva na avaliação de sua propaganda que, apenas nos últimos dias, passou a apresentar uma aprovação semelhante à do candidato do PPS.

O caderno *Folha Eleições* e a controvérsia sobre a publicação de pesquisas

O efeito sobre as escolhas eleitorais causado pela publicação de pesquisas é objeto de controvérsias entre os analistas. Steinberger, por exemplo, acredita que a publicação de resultados de sondagens pode influenciar o voto da parcela indecisa do eleitorado. Ela afirma que “*as pesquisas são o instrumento para fomentar o jogo das torcidas*” e que, dependendo das circunstâncias, a mídia pode “*fabricar*” a vitória de certos candidatos (STEINBERGER, 1998, p.40).

Silveira (1998) relativiza esta importância e destaca que existem outros fatores de influência sobre o voto, além das pesquisas eleitorais. Este autor questiona, inclusive, o fato de que os eleitores de menor renda e escolaridade sejam mais crédulos em relação às sondagens do que outros segmentos da população. Em relação à mídia, ele afirma que esta, “*através de seus agentes, faz uma leitura da realidade, ao selecionar fatos considerados relevantes e ao interpretar estes fatos. Essa leitura da realidade veiculada pela mídia é, por sua vez, lida e interpretada, reconstruída pelos eleitores, de acordo com suas referências valorativas e simbólicas*” (SILVEIRA, 1998, p.113).

Muitas vezes, mais do que pelo *resultado* efetivo da pesquisa, o eleitor é influenciado pela *forma* através da qual ele é divulgado. A imprensa, de maneira geral, tem fascinação por resultados de sondagens que apresentem alterações significativas no posicionamento dos candidatos. Desta forma, oscilações dentro da margem de erro em índices de intenção de voto podem, eventualmente, ser divulgadas como grandes quedas ou ascensões. Outro aspecto é que os programas eleitorais gratuitos dos candidatos, que têm altíssima audiência, também divulgam os resultados dos levantamentos com o objetivo de dar grande publicidade a eventuais dados positivos (CAVALLARI e OLSEN, 1993). A partir desses elementos, pode-se especular também se existe uma relação entre o posicionamento dos candidatos nas sondagens e o espaço que a imprensa lhes proporciona.

O caderno *Folha Eleições*, publicado pelo jornal *Folha de S. Paulo* entre 18 de agosto e 29 de outubro de 2002, pode fornecer algumas pistas a este respeito. Foram ao todo 72 edições, sendo 4 delas duplas (dos dias 5, 6 e 27 e 28 de outubro): nos dias das votações, um suplemento dedicado à cobertura do pleito presidencial e outro ao estadual, com as previsões dos institutos e nos dias seguintes às eleições, os primeiros resultados apurados, publicados novamente em dois suplementos.

Entre os dias 18 de agosto e 6 de outubro, data de realização do primeiro turno das eleições, as primeiras 50 edições do suplemento destacaram em suas manchetes da primeira página os seguintes temas: 1) resultados de pesquisas (11 chamadas, sendo 6 sobre a sucessão presidencial e 5 sobre a estadual em São Paulo); 2) Lula e o PT (9 referências); 3) governo Fernando Henrique e o cenário para seu sucessor (8); 4) disputa entre Ciro Gomes e José Serra (7); 5) campanha do candidato Ciro Gomes (5); 6) disputa entre Lula e Serra (5); 7) campanha de José Serra (3); 8) sucessão estadual no Acre (1) e 9) propaganda eleitoral na televisão (1). É claro que, em alguns casos, as matérias abordavam mais de um destes temas simultaneamente³. Essa classificação serve como um índice dos assuntos mais freqüentes abordados pelo caderno conforme os temas aqui analisados⁴.

Ainda sobre o formato e os temas tratados pelo suplemento *Folha Eleições*, devemos destacar a presença dos candidatos nas principais matérias da primeira página. Somadas aquelas sobre as campanhas dos candidatos e as que tratavam de suas disputas com os adversários (excluindo-se as que abordam os resultados de pesquisas, que são um caso à parte na cobertura), José Serra teve seu nome mencionado em 15 matérias, Lula em 14 e Ciro Gomes em 12. Garotinho só apareceu em duas delas, e de forma secundária. Também pôde-se perceber que a aparição de Ciro Gomes nas manchetes foi mais freqüente enquanto o candidato estava bem posicionado nas pesquisas. Após ser ultrapassado por José Serra nas sondagens, o ex-governador do Ceará sumiu das manchetes principais do *Folha Eleições*. Em resumo, 31 das 50 manchetes principais do caderno (até dia 6 de outubro) traziam notícias sobre os candidatos, o que significa 62% do total.

O papel das pesquisas enquanto instrumento também foi objeto de destaque do caderno. Foram 11 manchetes destacando as sondagens, além da colocação, nas páginas internas do caderno, de tabelas detalhando alguns dos segmentos pesquisados e os resultados das pesquisas do *Datafolha* e de outros institutos, como *Sensus*, *Vox Populi* e *Ibope*. Quanto ao destaque dado aos candidatos à Presidência, o fato de apenas alguns serem mencionados no caderno, ou seja, apenas aqueles com maiores intenções de voto, demonstra a relação positiva entre resultados das pesquisas e o espaço obtido pelos candidatos na imprensa.

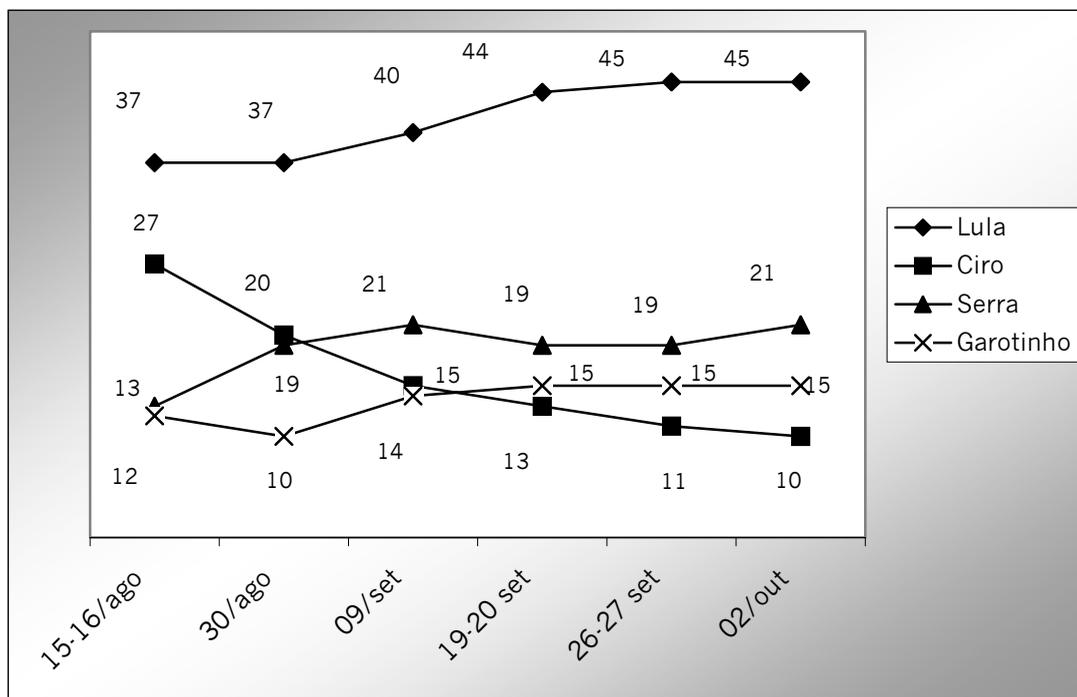
³ É preciso ressaltar que o jornal *Folha de S. Paulo* conta com um instituto de pesquisa próprio, o *Datafolha*. A linha editorial privilegia a divulgação e análise dos resultados das pesquisas deste Instituto.

⁴ As 22 manchetes restantes (de 07 a 29 de outubro) não são tratadas por este artigo porque se referem ao segundo turno, onde já havia uma polarização definida entre Lula (PT) e Serra (PSDB), o que restringiu as possibilidades de abordagem da campanha a estes candidatos e partidos.

O impacto dos resultados das pesquisas sobre as menções aos candidatos nas manchetes principais do caderno mostrou três tendências: a presença constante de notícias envolvendo José Serra; a grande frequência de aparições do nome de Ciro Gomes enquanto este ocupou o segundo lugar e a presença irregular de noticiário sobre Lula. Vale lembrar que o candidato Ciro Gomes ganhou espaço também em razão de uma série de declarações polêmicas.

Isso sugere que as pesquisas não influenciaram apenas a estratégia das campanhas e o voto dos eleitores (embora, neste último caso, não se possa comprovar em que grau isso ocorre), mas também influenciaram os jornalistas e a cobertura da mídia. A Tabela 7, a seguir, mostra a variação no número de aparições dos candidatos no caderno *Folha Eleições* nos dias posteriores à divulgação dos números do Instituto Datafolha.

Gráfico 11
Intenção de voto para os candidatos à Presidência (%)



Fonte: Datafolha.

Tabela 7
Número de menções aos candidatos nas manchetes dos dias posteriores à divulgação das pesquisas

Data de divulgação da pesquisa	Serra (PSDB)	Ciro (PPS)	Lula (PT)
18/08/02	6	9	1
01/09/02	3	4	2
10/09/02	4	2	5
22/09/02	2	0	2
29/09/02	1	0	1
03/10/02	1	0	2

Fonte: Folha Eleições.

Em que pese a influência das pesquisas, os principais destaques do caderno *Folha Eleições* parecem confirmar a idéia de que os jornalistas são construtores da realidade pública e não apenas meros espectadores que retransmitem os fatos tal “como eles são” (ALSINA, 1989). Nesse sentido, o jornalista deve ser compreendido como produtor da realidade social, o que se choca frontalmente com a idéia tradicional de objetividade jornalística.

A estratégia dos candidatos e o marketing político

O destaque conferido às estratégias de marketing político ajudou a reforçar ainda mais o papel das pesquisas nas campanhas dos principais candidatos, como já havia acontecido nas eleições presidenciais anteriores. O “marketeiro” de Lula sabia disso⁵ e, aparentemente, soube utilizar melhor este recurso para transformar seu candidato no grande vencedor.

Conforme as pesquisas indicavam, a maior parte do eleitorado estava disposta a votar em um candidato que representasse uma mudança nos rumos políticos do país. Este clima de opinião favorecia os candidatos de oposição, em especial Lula, que havia mantido uma posição crítica em relação ao governo FHC durante os 8 anos desta gestão.

⁵ Ver, a respeito da importância das pesquisas numa campanha eleitoral, MENDONÇA (2001).

Entretanto, apenas isso não bastaria para assegurar a vitória ao candidato do PT. Lula, que já havia sido derrotado em três eleições presidenciais sucessivas e era por isso estigmatizado – como também por sua inexperiência administrativa, por sua imagem solidificada como líder radical de esquerda, promotor de greves e por não ter diploma de ensino superior – precisava ainda mostrar como pretendia governar o Brasil num cenário complexo, marcado por crises sucessivas nos mercados financeiros internacionais.

A estratégia de marketing político do candidato encontrou como solução mostrar um Lula conciliador, trajado de modo elegante e amparado por uma equipe de estudiosos e técnicos de grande qualidade. O candidato Lula mostrava-se disposto a continuar com as linhas principais da política econômica⁶ e cumprir contratos assumidos com investidores estrangeiros; mostrava ainda que saberia ser flexível e negociar tudo que fosse necessário para o bem do país. Tudo isso com o auxílio de especialistas do partido que, de certa forma, compensariam a falta de preparo acadêmico e prático do próprio candidato. Além disso, segundo pesquisas qualitativas indicavam, os eleitores viam em Lula alguém que poderia dar atenção aos temas sociais e governar com mais “garra” e “emoção” (CARRO e FELÍCIO, 2002).

Esta estratégia deu certo não apenas porque conseguiu diminuir a rejeição ao candidato, mas também porque Lula quase não foi atacado antes do primeiro turno. A briga entre Serra e Ciro pelo segundo lugar e a garantia de que o petista iria ao segundo turno não apenas poupavam Lula como o ajudaram a quase vencer na primeira votação.

José Serra, por sua vez, realizou um percurso bem mais tortuoso até chegar ao segundo turno das eleições de 2002. Primeiro, teve que vencer as disputas internas de seu partido, o PSDB, e por não ser unanimidade, recebeu críticas e perdeu apoio interno. Apesar disso, contava com aspectos favoráveis: a aliança com o PMDB garantiu-lhe o maior tempo no horário eleitoral, o candidato tinha simpatia de grande parte do empresariado, melhor preparo acadêmico do que Lula e experiência administrativa adquirida após a passagem por vários cargos executivos, entre eles o Ministério da Saúde. Deste último, saiu reconhecido pela população como corajoso e realizador, por ter conseguido implantar a legislação sobre os medicamentos genéricos no país e por fazer do Brasil referência internacional no tratamento da AIDS.

⁶ Nas eleições de 1994, o PT havia classificado o Plano Real como estelionato eleitoral.

As pesquisas qualitativas detectavam, porém, dois pontos negativos com relação a José Serra: o fato do político não transmitir simpatia e representar a continuidade do governo FHC (CARRO e FELÍCIO, 2002). É possível que esta constatação das sondagens tenha norteadado a campanha de Serra e feito com que ele se apresentasse como o “candidato da mudança”, discurso que se revelou pouco convincente, já que o eleitorado identificava o tucano com o governo. Se alguém mudaria o país, esse alguém seria Lula.

Outra dificuldade de Serra foi ter que disputar, não sem desgaste para sua candidatura, o segundo lugar com Ciro Gomes. O ex-colega de partido tinha, segundo o *Ibope*, 15 pontos de vantagem sobre o tucano quando a propaganda eleitoral começou. Neste caso, porém, a estratégia foi bem sucedida. A campanha do PSDB conseguiu mostrar Ciro como um político emocionalmente desequilibrado, inábil para negociar, que explicava mal suas propostas e se contradizia com frequência.

Após estabilizar-se no segundo lugar, José Serra passou a atacar Lula em seus pontos fracos. Assim, no curto espaço de tempo até o segundo turno, a estratégia do tucano concentrou-se em afirmar que Lula não queria debater porque não tinha preparo e tentar incentivar um certo temor sobre possíveis conseqüências da vitória do PT, tais como a fuga de investimentos estrangeiros, o descontrole da inflação etc. Estes ataques não tiveram, porém, o efeito desejado e o petista quase venceu as eleições no primeiro turno.

Ciro Gomes, o último a aparecer nas propagandas partidárias gratuitas na televisão antes do início oficial da campanha, tinha a imagem de um político experiente, preparado intelectualmente e firme nas decisões. Os ataques de Serra, entretanto, contribuíram para que o eleitorado mudasse de opinião. Suas explicações empoladas e técnicas sobre seu plano de governo – incompreensíveis para uma parcela expressiva da população de baixa escolaridade – e a reação agressiva às críticas que sofria contribuíram para solidificar a imagem de um político de “pavio curto”. Ciro perdeu apoios políticos, caiu nas pesquisas e terminou em quarto lugar.

Anthony Garotinho, por fim, trocou uma reeleição certa como governador do Rio de Janeiro pela disputa presidencial. A concentração de seus votos em seu estado natal, o relativo desconhecimento em nível nacional, o uso excessivo da religião na campanha, a falta de espaço na imprensa e a perda de apoio dentro de seu próprio partido desde o início do ano dificultaram sua performance. Nos últimos dias, com o desgaste de Serra e a queda acentuada de Ciro, a campanha de Garotinho alcançou maior destaque e fez com que ele terminasse a disputa presidencial em terceiro lugar.

Quando se observam as estratégias utilizadas pelos candidatos durante o horário eleitoral gratuito e também o que as pesquisas indicavam, a vitória de Lula nos dois turnos não foi surpresa. O candidato do PT obteve 46,4% dos votos válidos no primeiro turno, enquanto os institutos de pesquisa previam uma votação entre 48% e 50% dos votos e, no segundo turno, obteve 61,3% dos votos válidos, sendo que a previsão era de 63%.

Bibliografia

ALSINA, Miquel Rodrigo. La construcción de la noticia. **Paidós Comunicación**, Barcelona/Buenos Aires/México, 34, 1989.

BORDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. São Paulo: Jorge Zahar Editor, 1997, p. 19-24.

BUCCI, Eugênio. A metapublicidade e Roseana Sarney. **Folha de S. Paulo**, *TV Folha*, São Paulo, p.2, 18 nov. 2001.

CARRO, Rodrigo e FELÍCIO, César. Qualitativas norteiam horário eleitoral. **Jornal Valor Econômico**, São Paulo, p. A-8 ,22 ago.2002.

CAVALLARI NUNES, Marcia; OLSEN, Ölján; STRAUBHAAR, Joseph. O uso de pesquisas eleitorais em decisões de voto. **Opinião Pública**, Campinas, vol. I, nº2, p. 47-96, dez. 1993.

FREITAS, Jânio de. A nova trapaça. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p.A-5, 21 jul. 2002.

LAMOUNIER, Bolivar e FIGUEIREDO, Rubens (orgs.). **A era FHC – um balanço**. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2002.

LOURENÇO, Luiz Cláudio. HGPE e Intenção de voto: observações sobre as eleições de 1998 ao governo de São Paulo e à Presidência da República. In: XI Congresso dos Sociólogos do Estado de São Paulo, 04 out. 2001, São Paulo. **Paper**, PUC-SP.

MATTOS, Laura. A festa é nossa. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p.E-1, 30 out.2002.

MENDONÇA, Duda. **Casos & coisas**. São Paulo: Globo, 2001.

MUNGHAM, Geoff. A batalha pelo controle da agenda: a mídia, os políticos e o processo eleitoral na Grã-Bretanha. **Comunicação e Política**, vol. III, nº2, CEBELA, mai-ago. 1996.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Mídia, política e democracia. **Textos de Cultura e Comunicação**. Salvador, Fase II, números 31-32, 1994.

SARTORI, Giovanni. Videopoder. In **Elementos de Teoria Política**. Madrid: Alianza Editorial, p. 305-316, 1995.

SILVEIRA, Flávio Eduardo. **A decisão do voto no Brasil**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

STEINBERGER, Margarethe Born. Desmidiatizar o pensamento. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, 12(4),1998.

THOMPSON, J.B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

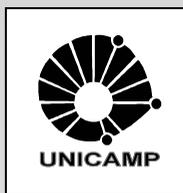
Texto recebido em Julho de 2003

Texto aprovado para publicação em Setembro de 2003

TENDÊNCIAS

Ano 9, nº2

ENCARTE
DA
REVISTA
DO
CESOP



Tendências apresenta ao leitor dois conjuntos de dados sobre questões atuais da política brasileira. O primeiro conjunto está dedicado às opiniões sobre as reformas constitucionais: com base em pesquisas realizadas no primeiro semestre de 2003, o **Encarte de Dados** traz as opiniões do público brasileiro sobre as propostas de mudanças apresentadas pelo governo eleito em 2002 para o Sistema de Previdência Social e para o Sistema Tributário, as duas principais reformas que em 2003 definem os debates nas duas casas legislativas.

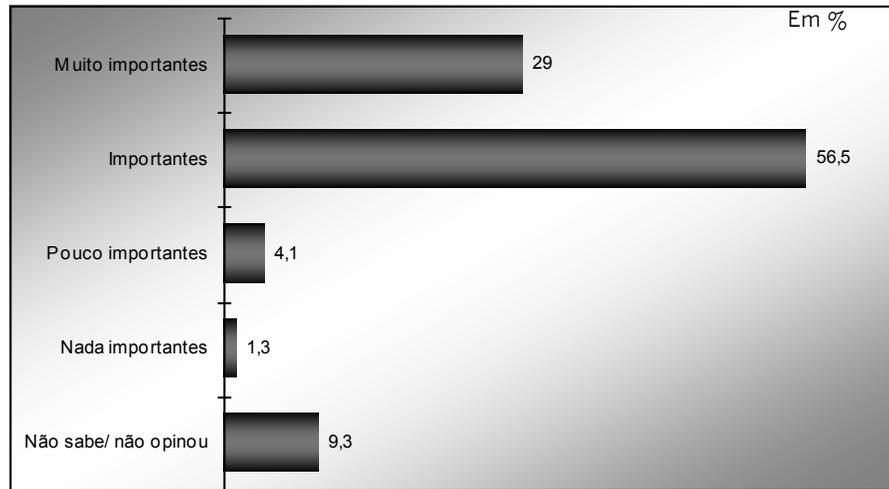
Também constam desse conjunto opiniões gerais sobre as mudanças constitucionais coletadas durante os anos 90, quando variadas propostas foram apresentadas pelos governos do momento, sobretudo as questões que compõem a discussão da Reforma Política. Para esses dados, destacamos a série de informações sobre o apoio ao voto obrigatório e sobre a escolha do sistema de governo e as opiniões sobre alterações nas regras eleitorais em 2002.

O segundo conjunto de dados reapresenta as pesquisas sobre as opiniões do eleitorado brasileiro sobre o candidato Lula na campanha presidencial de 2002 e as expectativas sobre o desempenho do futuro presidente.

Com essa reapresentação, *Tendências* corrige o equívoco ocorrido no **Encarte de Dados da Revista do CESOP**, vol.9, nº1, em que essas pesquisas foram registradas ao leitor com outra fonte. Os dados que apresentamos anteriormente e agora republicamos foram produzidos pela *Criterion - Pesquisas de Opinião Pública e Avaliação de Políticas Públicas*. Neste presente **Encarte**, contudo, as informações foram reorganizadas e o leitor tem novas indicações sobre o tema.

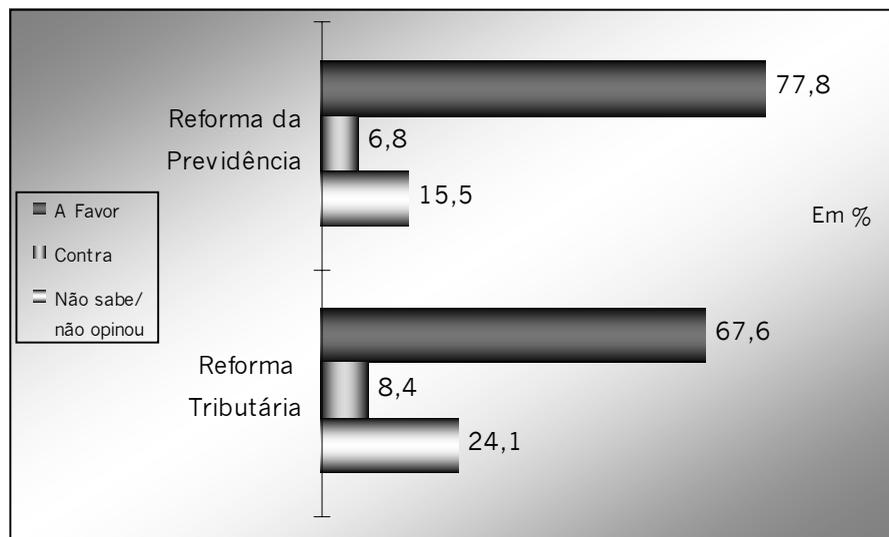
As Reformas em 2003

Dados de pesquisa realizada em maio de 2003 mostram que mais de 85% dos entrevistados davam importância às reformas encaminhadas ao Congresso.



A pesquisa também mostra um forte apoio à Reforma da Previdência apresentada pelo Governo Federal: quase 78% dos entrevistados aprovavam a Reforma.

Para a Reforma Tributária, a aprovação era de quase 68%.



Fonte: IBOPE; IBO/BRO3.MAI-1837

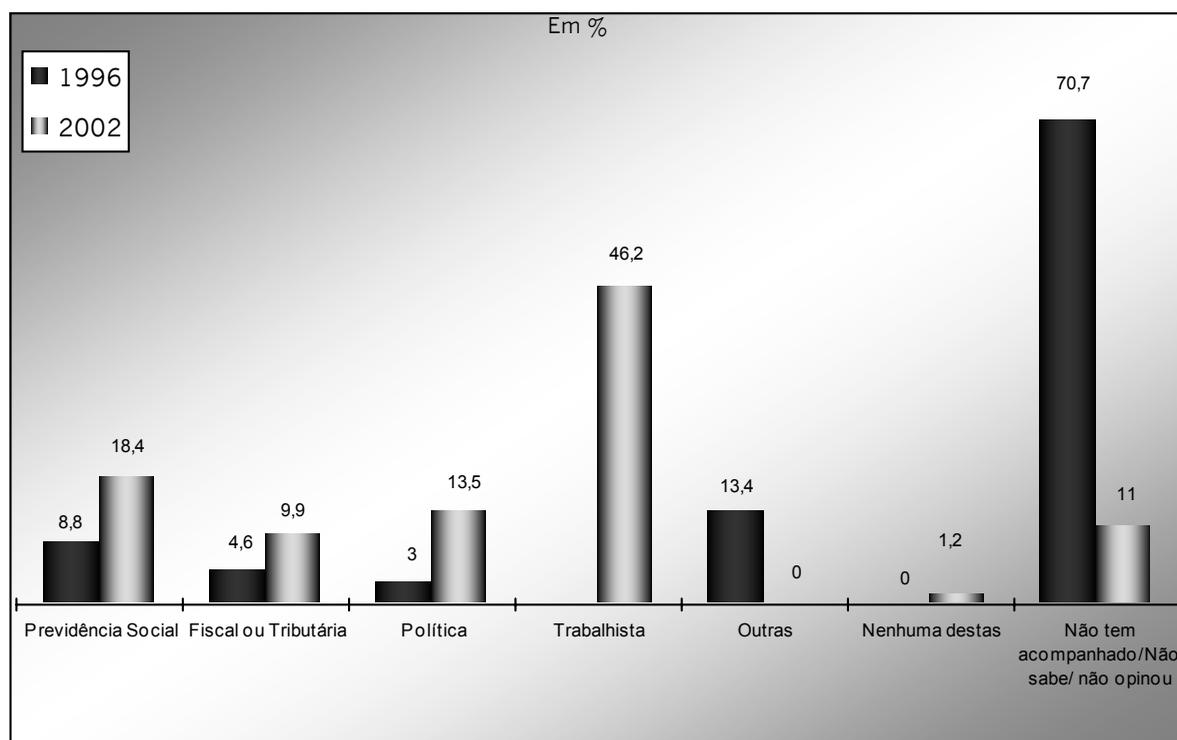
Pergunta: O Governo Lula está propondo e vai enviar para discussão no Congresso várias Reformas. De uma maneira geral, o(a) sr(a) acha que essas reformas são muito importantes, importantes, pouco importantes ou nada importantes para o país? (UMA OPÇÃO)

Pelo que o(a) sr(a) sabe ou ouviu falar, o(a) sr(a) diria que, de uma maneira geral, é a favor ou contra: "A Reforma da Previdência"/ "A Reforma Tributária"

As Reformas mais importantes em 1996 e em 2002

É muito significativa a diferença dos graus de informação e acompanhamento das Reformas Constitucionais para os dados de 1996 e de 2002:

Em 1996, mais de 70% dos entrevistados não tinham conhecimento ou não acompanhavam o tema. Em 2002 essa proporção cai para 11%.



Fontes: IBOPE; IBO/BR96.FEV-01189; IBO/BR02.NOV-01811

Perguntas: Na sua opinião, qual destas Reformas é a mais importante para o país? Qual deveria ser realizada primeiro?

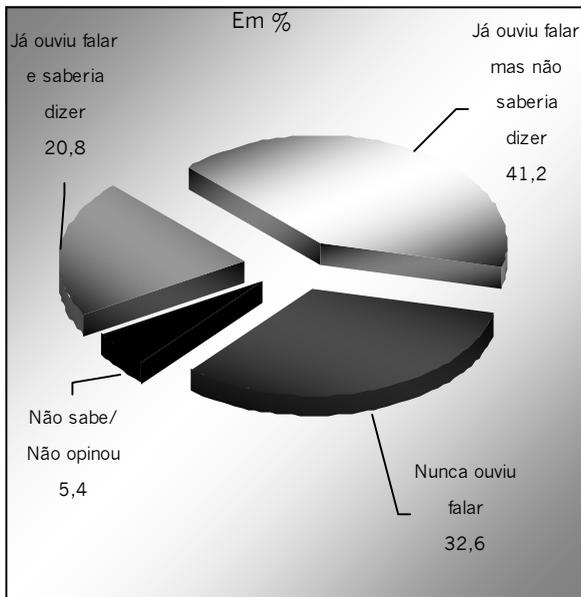
Obs.: Em 1996, a pesquisa não incluía a Reforma Trabalhista.

Sobre a ordem de importância das Reformas Constitucionais, em 2002 quase a metade dos entrevistados (46,2%) apontou a Reforma Trabalhista como a mais importante, seguida da Reforma da Previdência Social (18,4%) e da Reforma Política (13,5%). Em 1996, a pequena proporção de entrevistados que acompanhavam essa questão apontou a Reforma da Previdência Social como a mais importante (8,8%).

As Reformas em 1996

Grau de conhecimento

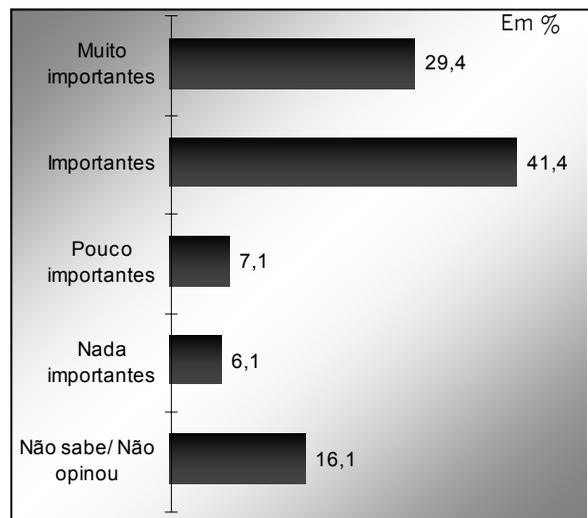
Em 1996, o desconhecimento das Reformas Constitucionais era muito elevado, 41,2% tinham ouvido falar mas não sabiam explicar do que se tratava, enquanto mais de 30% também nunca tinham ouvido falar sobre o assunto. Dentre as pessoas destes dois grupos, a maioria tinha cursado no máximo até a 4ª série do antigo primário.



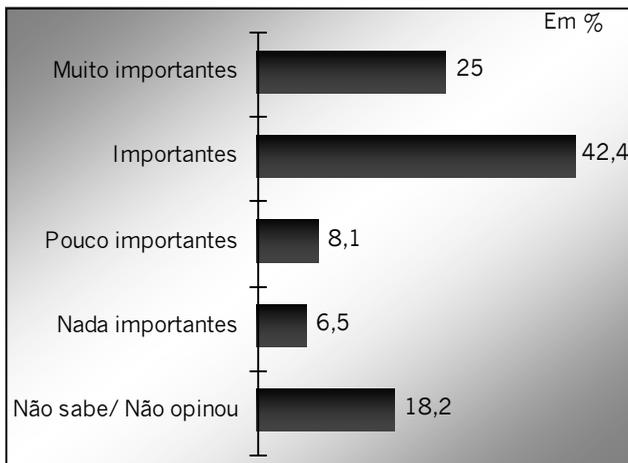
Fonte: IBOPE; IBO/BR96.MAI-01191

Perguntas: O(a) sr(a) já ouviu falar nas Reformas Constitucionais? (caso sim) E o(a) sr(a) saberia dizer do que tratam estas Reformas?

Importância das Reformas para o país



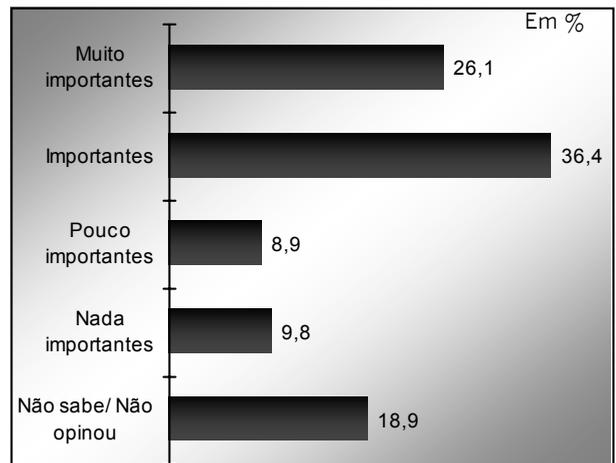
Importância das Reformas para o controle da inflação



Fonte: IBOPE; IBO/BR96.MAI-01191

Perguntas: A Reforma da Previdência Social, a Reforma Fiscal ou Tributária e a Reforma Administrativa são projetos que compõem a chamada Reforma Constitucional. Pelo que tem conhecimento, estas Reformas são muito importantes, importantes, pouco importantes ou nada importantes para: o país? O controle da inflação? Diminuir o desemprego?

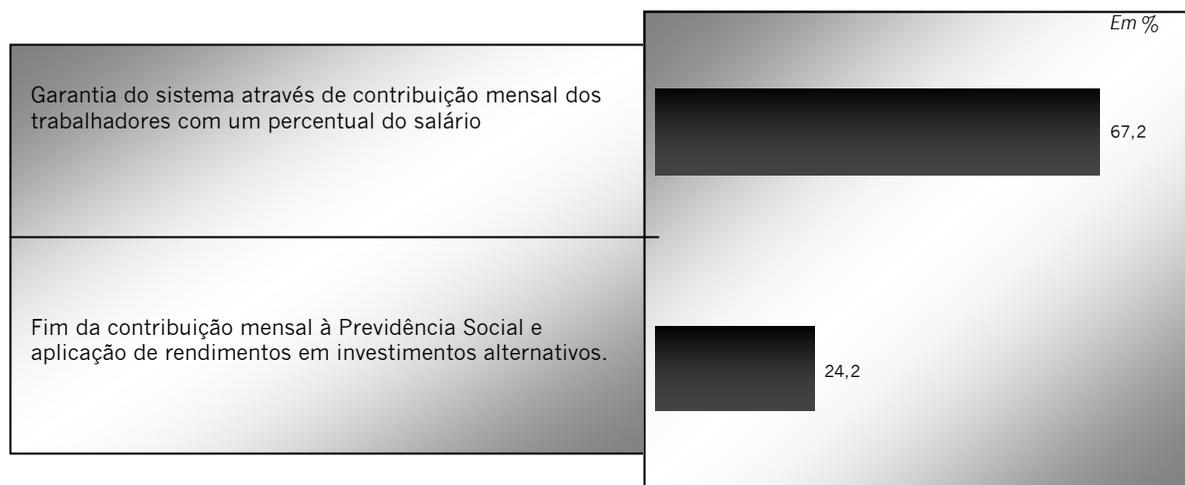
Importância das Reformas para diminuir o desemprego



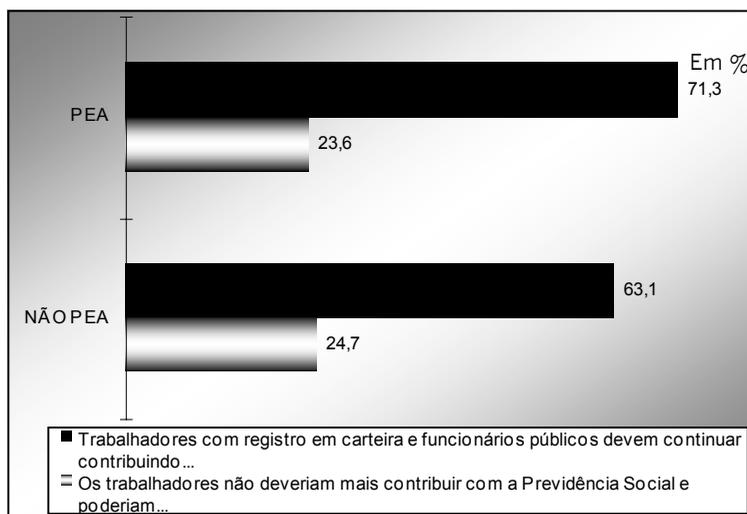
2003 – Reforma da Previdência

As mudanças do sistema previdenciário do funcionalismo público foram as primeiras discussões encaminhadas ao Congresso Nacional pelo Governo Federal em 2003. Foi também uma das mais polêmicas questões travadas entre o Congresso e setores do funcionalismo, bem como internamente ao partido do Governo, o Partido dos Trabalhadores.

Pesquisa realizada em junho de 2003 mostrava a aprovação dos brasileiros do modelo vigente de funcionamento do sistema previdenciário: 67% eram favoráveis à manutenção da contribuição mensal, pelos trabalhadores, com percentual de seus salários para a garantia do sistema previdenciário a todos os trabalhadores brasileiros. Esse percentual é um pouco maior entre os incluídos na população economicamente ativa.



Opinião sobre o funcionamento do sistema segundo trabalhadores e não-trabalhadores.

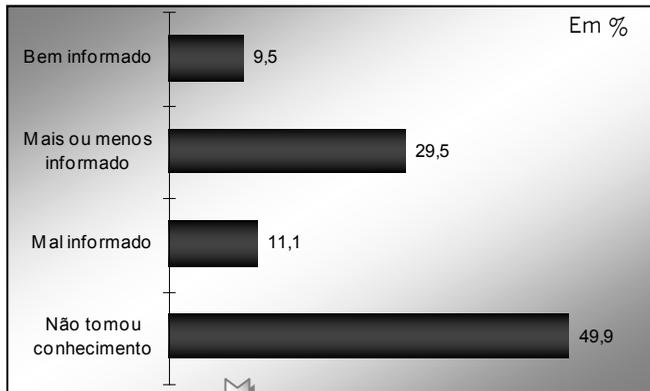


Fonte: Datafolha DAT/BR03.JUN-1836
Perguntas: Em relação à aposentadoria, com qual das seguintes frases você concorda mais: "trabalhadores com registro em carteira e funcionários públicos devem continuar contribuindo mensalmente com um percentual de seus salários para a Previdência Social, garantindo assim as aposentadorias de todos os trabalhadores brasileiros, como é hoje" ou/ "os trabalhadores não deveriam mais contribuir com a Previdência Social e poderiam decidir como se preparar para a aposentadoria, aplicando um percentual de seus rendimentos em uma poupança ou em outro tipo de investimento, mesmo que com isso não garanta a aposentadoria de todos os trabalhadores brasileiros?" / Atualmente, você trabalha? **(SE SIM)** Qual é a sua ocupação principal? **(SE NÃO)** Você só estuda, é aposentado, é dona-de-casa ou está desempregado? **(SE DESEMPREGADO)** Está procurando emprego ou não?

2003

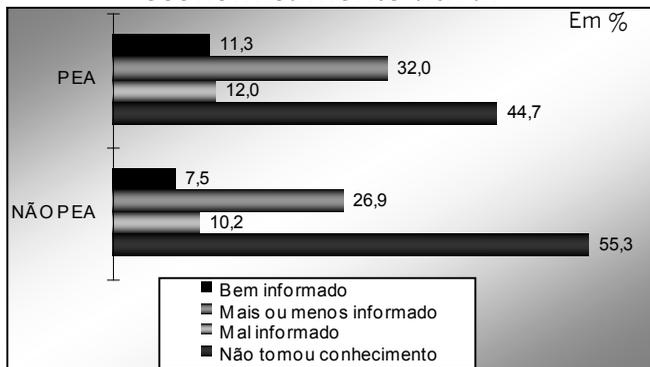
A Reforma da Previdência para o funcionalismo público

Grau de informação sobre as mudanças.



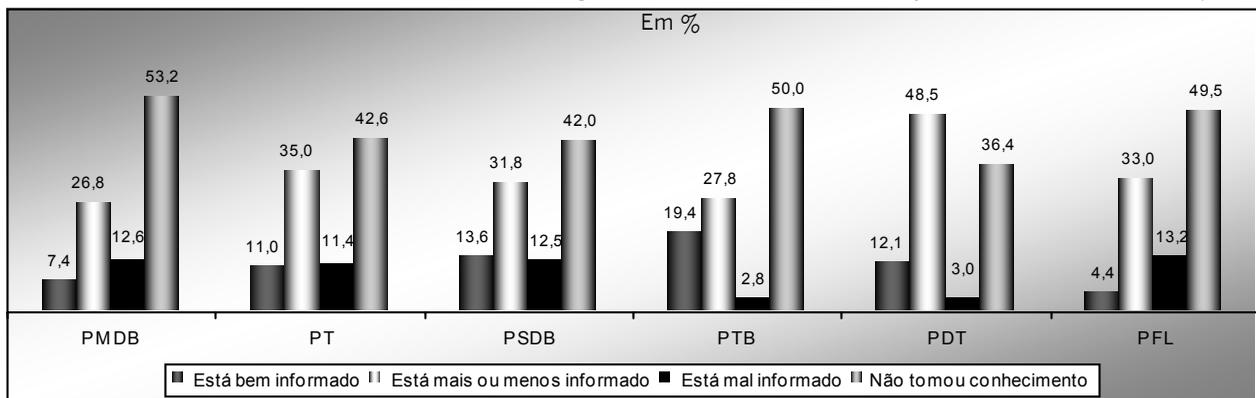
Os dados de junho de 2003 mostram que predominava a desinformação sobre a reforma da Previdência para o funcionalismo público: metade dos entrevistados afirmava não ter tomado conhecimento sobre o assunto e apenas 9,5% diziam estar bem informados a respeito.

Segundo a participação na população economicamente ativa.



Entre os entrevistados que se identificam com os principais partidos, são os petebistas (PTB) que mais se consideram bem informados sobre as mudanças. Para os identificados com o partido do governo, o PT, 35% se consideram mais ou menos informados e 11%, bem informados.

Conhecimento das mudanças, segundo identificação partidária



Fontes: Datafolha DAT/BR03.JUN-1836

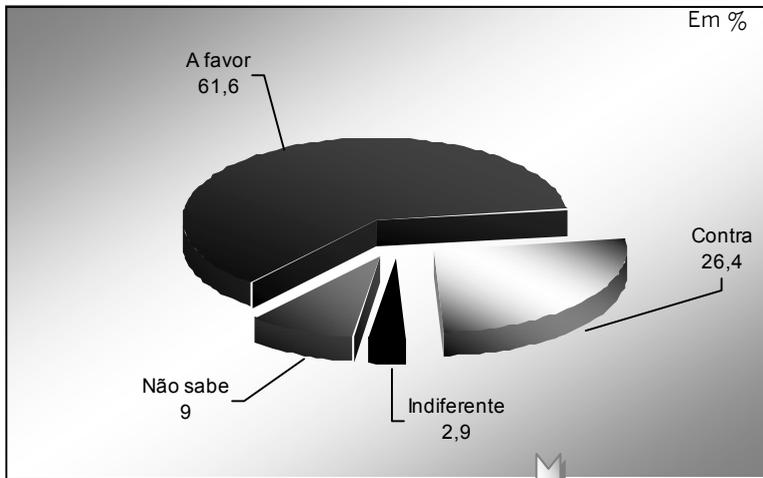
Perguntas: Você tomou conhecimento das mudanças que o governo pretende realizar no sistema de aposentadoria dos funcionários públicos? (SE SIM) Você diria que está bem informado, mais ou menos informado ou mal informado sobre essa proposta de mudanças no sistema de aposentadoria dos funcionários públicos? Atualmente, você trabalha? (SE SIM) Qual é a sua ocupação principal? (SE NÃO) Você só estuda, é aposentado, é dona-de-casa ou está desempregado? (SE DESEMPREGADO) Está procurando emprego ou não? Qual a sua escolaridade? Qual o seu partido de preferência?

2003

A Reforma da Previdência para o funcionalismo público

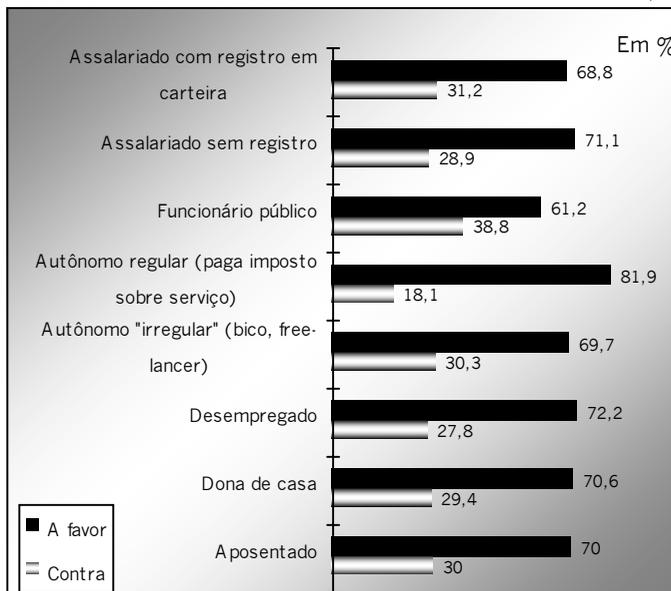
Dados de pesquisa mostram que a maior rejeição às propostas do governo concentrava-se entre os funcionários públicos.

Opinião sobre o teto de aposentadoria



A definição de um limite máximo para a aposentadoria dos funcionários públicos foi o item de maior aprovação pela população geral: mais de 60% aprovavam a proposta do governo.

Segundo a participação na população economicamente ativa.



O setor dos funcionários públicos foi o que apresentou a mais acentuada rejeição à aposentadoria. A maior aprovação esteve com os trabalhadores autônomos regulares

Fonte: Datafolha DAT/BR03.JUN-1836

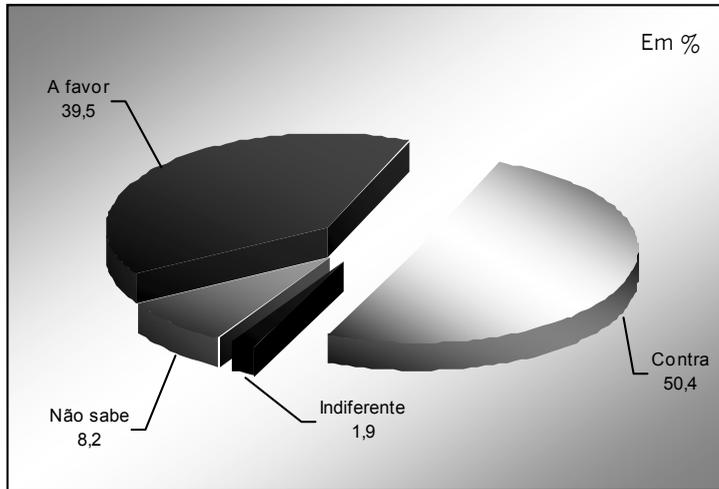
Perguntas: Hoje em dia, os funcionários públicos, quando se aposentam, recebem aposentadoria de valor equivalente ao último salário que recebiam quando trabalhavam. Para os trabalhadores do setor privado, isto é, aqueles que trabalham em empresas que não são do governo, a aposentadoria é de no máximo R \$ 1.561,00. Pela proposta do governo, esse valor máximo para a aposentadoria passará a ser de R\$ 2.400,00, tanto para os trabalhadores do setor privado quanto para os funcionários públicos. Você é a favor ou contra que os funcionários públicos deixem de receber aposentadoria de valor equivalente ao último salário, passando a ter o mesmo limite dos trabalhadores do setor privado?

Atualmente, você trabalha? **(SE SIM)** Qual é a sua ocupação principal? **(SE NÃO)** Você só estuda, é aposentado, é dona-de-casa ou está desempregado? **(SE DESEMPREGADO)** Está procurando emprego ou não?

2003

A Reforma da Previdência para o funcionalismo público

Opinião sobre a contribuição dos inativos



Em relação à contribuição previdenciária dos inativos, a maioria, não absoluta, dos entrevistados é contrária a ela. Deve-se destacar, contudo, os quase 40% que são favoráveis.

Segundo a participação na população economicamente ativa



Também esteve entre os funcionários públicos a maior rejeição à proposta de contribuição dos trabalhadores aposentados, seguidos dos trabalhadores assalariados registrados e donas-de-casa.

Fontes: Datafolha DAT/BR03.JUN-1836

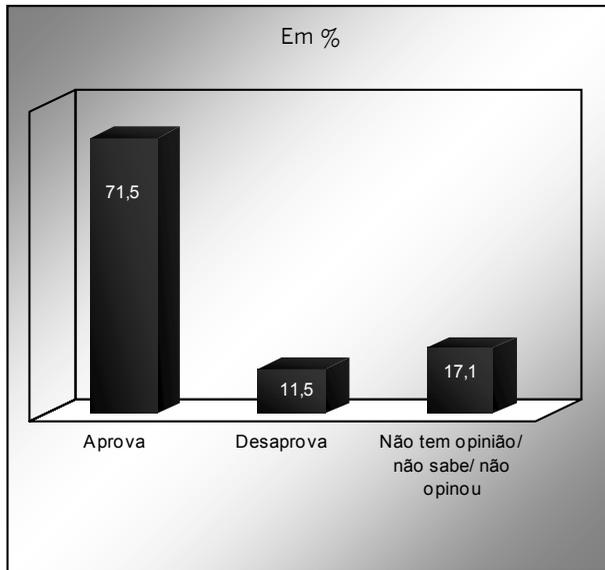
Perguntas: Você é a favor ou contra que os funcionários contribuam para a Previdência depois de aposentados?

Atualmente, você trabalha? (SE SIM) Qual é a sua ocupação principal? (SE NÃO) Você só estuda, é aposentado, é dona-de-casa ou está desempregado? (SE DESEMPREGADO) Está procurando emprego ou não?

2003 - Reforma tributária

Aprovação da proposta de redução do número de alíquotas de ICMS

O Governo Federal instalado em 2003 também apresentou ao Congresso Nacional e aos governadores dos Estados uma proposta de Reforma Tributária.



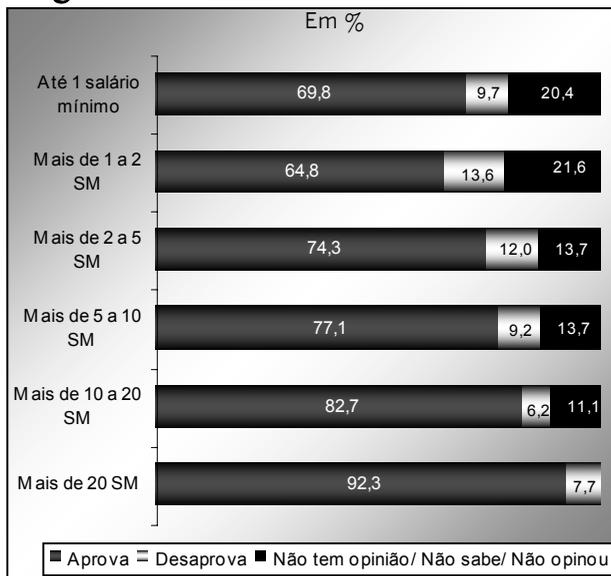
Na pesquisa realizada em junho de 2003 as duas principais questões aplicadas abordavam o ICMS, Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, e a CPMF, Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira.

A proposta de criação de uma lei federal única para reduzir o número de alíquotas de ICMS existentes tinha a aprovação de mais de 70% dos entrevistados.

A tendência de aprovação aumenta conforme aumenta a faixa de renda dos entrevistados: a menor aprovação está entre os que ganhavam de 1 a 2 salários mínimos (64,8%) e para os de maior renda, 92,3%.

Quanto às opiniões por região, é no Nordeste que se observa a maior aprovação, com 74,7%.

Segundo a Renda Familiar



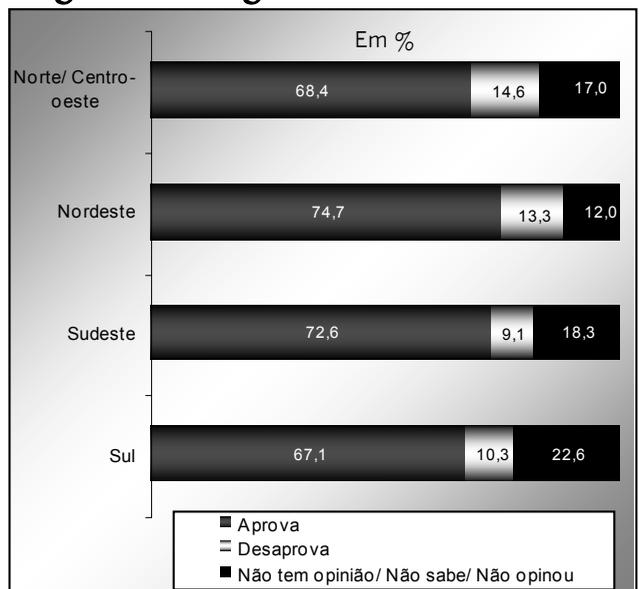
Fontes: IBOPE, IBO/BRO3.MAI-1837

Perguntas: Agora, eu vou ler algumas das principais propostas da Reforma da Previdência e Tributária que o governo Lula está encaminhando ao Congresso e gostaria que o(a) sr(a) me dissesse, para cada uma, se aprova, desaprova ou não tem opinião formada a respeito: "Hoje, o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) tem uma legislação diferente em cada estado do país. A proposta é de que haja uma única lei federal e que seja feita a redução das 44 alíquotas atuais para 4".

E em qual destas faixas está a renda total da sua família no mês passado, somando as rendas de todas as pessoas que moram com o(a) sr(a), inclusive a sua?

Região

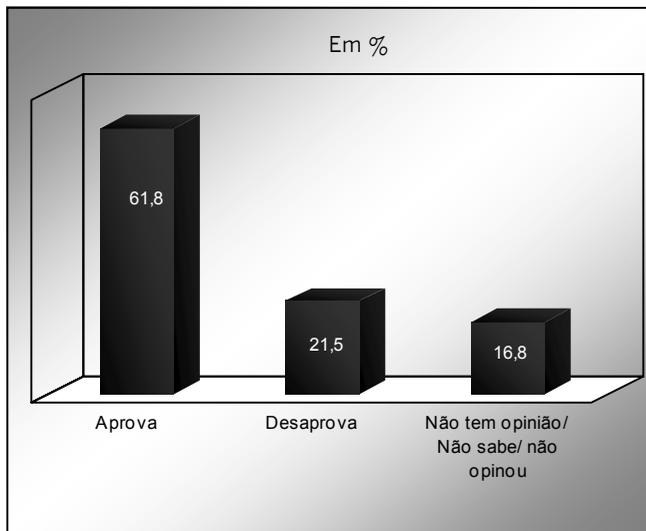
Segundo a Região



2003 - Reforma Tributária

Opinião sobre a proposta de tornar a CPMF permanente

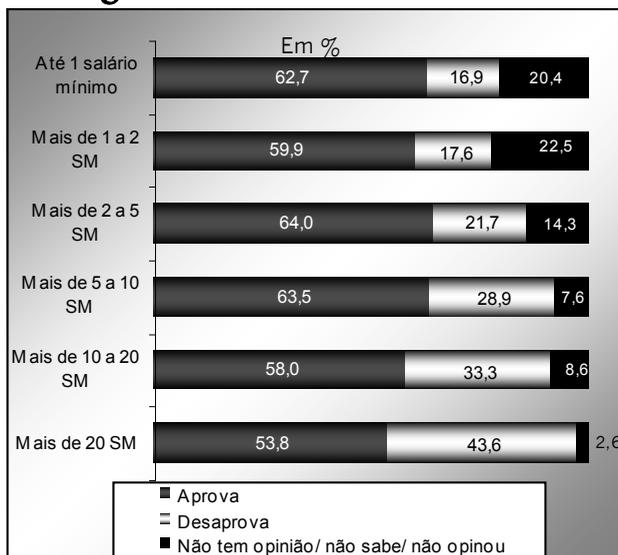
A CPMF foi introduzida em 1997 sob caráter provisório, com o objetivo original de aumentar a arrecadação de recursos para a área de saúde. Desde então, seu tempo de vigência e seu uso foram ampliados, e em 2003, a proposta de reforma tributária incluía a definição de sua natureza permanente.



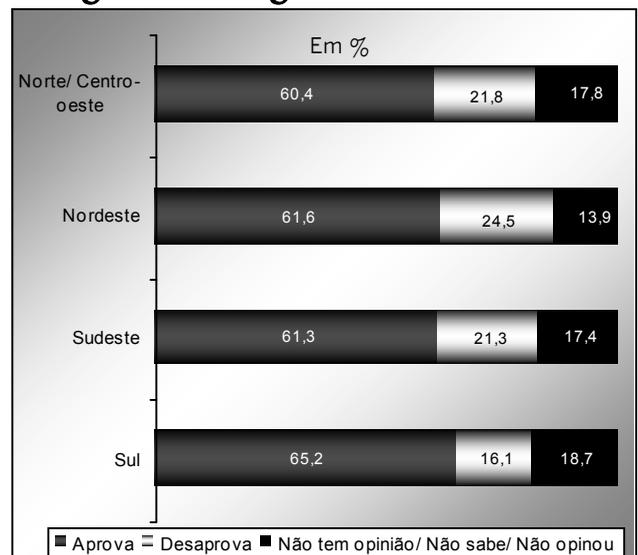
Em junho de 2003, a proposta de tornar a CPMF uma contribuição permanente e com possibilidade de redução progressiva da alíquota até 0,08% tinha aprovação de mais de 60% dos entrevistados.

Considerando a renda familiar, os dados mostram uma tendência decrescente conforme aumenta a faixa de renda a que pertencem os entrevistados: 62,7% entre os de menor renda e 53,8% entre os de maior renda. Entre as Regiões do país não há uma diferença significativa: em todas, o nível de aprovação está acima dos 60% com uma ligeira vantagem para a região Sul, que apresenta 65,2%.

Segundo a Renda Familiar



Segundo a Região



Fonte: IBOPE, IBO/BR03.MAI-1837

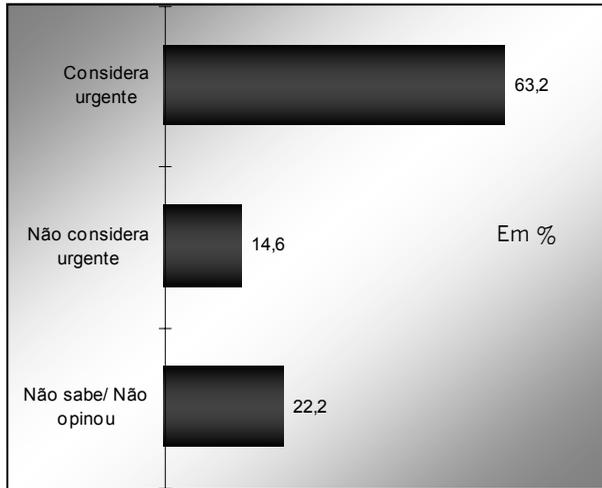
Perguntas: Agora, eu vou ler algumas das principais propostas da Reforma da Previdência e Tributária que o governo Lula está encaminhando ao Congresso e gostaria que o(a) sr(a) me dissesse, para cada uma, se aprova, desaprova ou não tem opinião formada a respeito: "Hoje, a CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira) é de 0,38% e tem caráter provisório. A proposta é torná-la permanente, com a alíquota máxima de 0,38%, mas com previsão de reduzir aos poucos até 0,08%".

E em qual destas faixas está a renda total da sua família no mês passado, somando as rendas de todas as pessoas que moram com o(a) sr(a), inclusive a sua?
Região?

A Reforma Tributária em 1999

Em 1999 a Reforma Tributária foi também pauta da agenda do segundo governo de Fernando Henrique Cardoso.

Urgência da Reforma



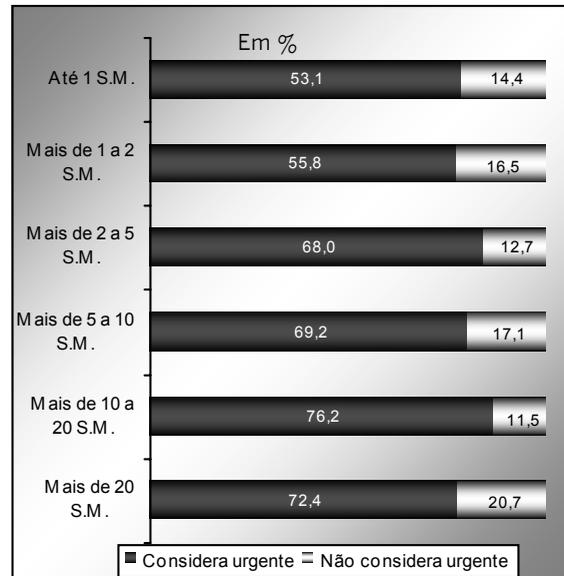
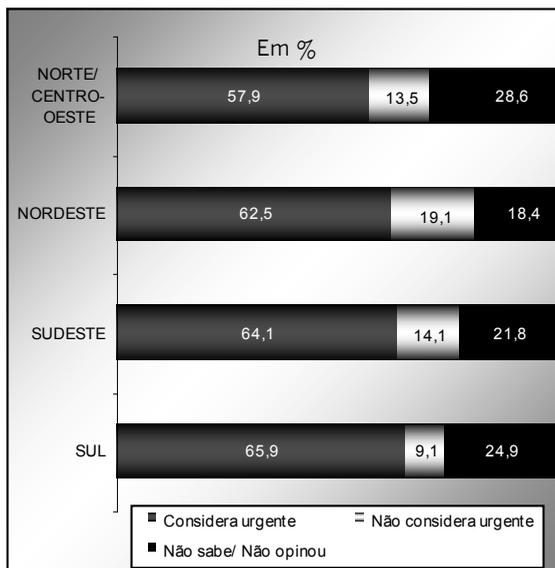
Dados de pesquisa nacional realizada em 1999 mostravam que mais de 63% dos entrevistados consideravam a Reforma Tributária uma realização urgente.

Segundo a Renda Familiar

Segundo as faixas de renda familiar, eram os entrevistados com renda entre 10 e 20 salários mínimos os que mais apontavam a urgência da reforma (76,2%).

Segundo a Região

Em todas as regiões do país a maioria dos entrevistados considerava a reforma urgente, com certo destaque para a região Sul.



Fontes: IBOPE, IBO/BR99.NOV-01265

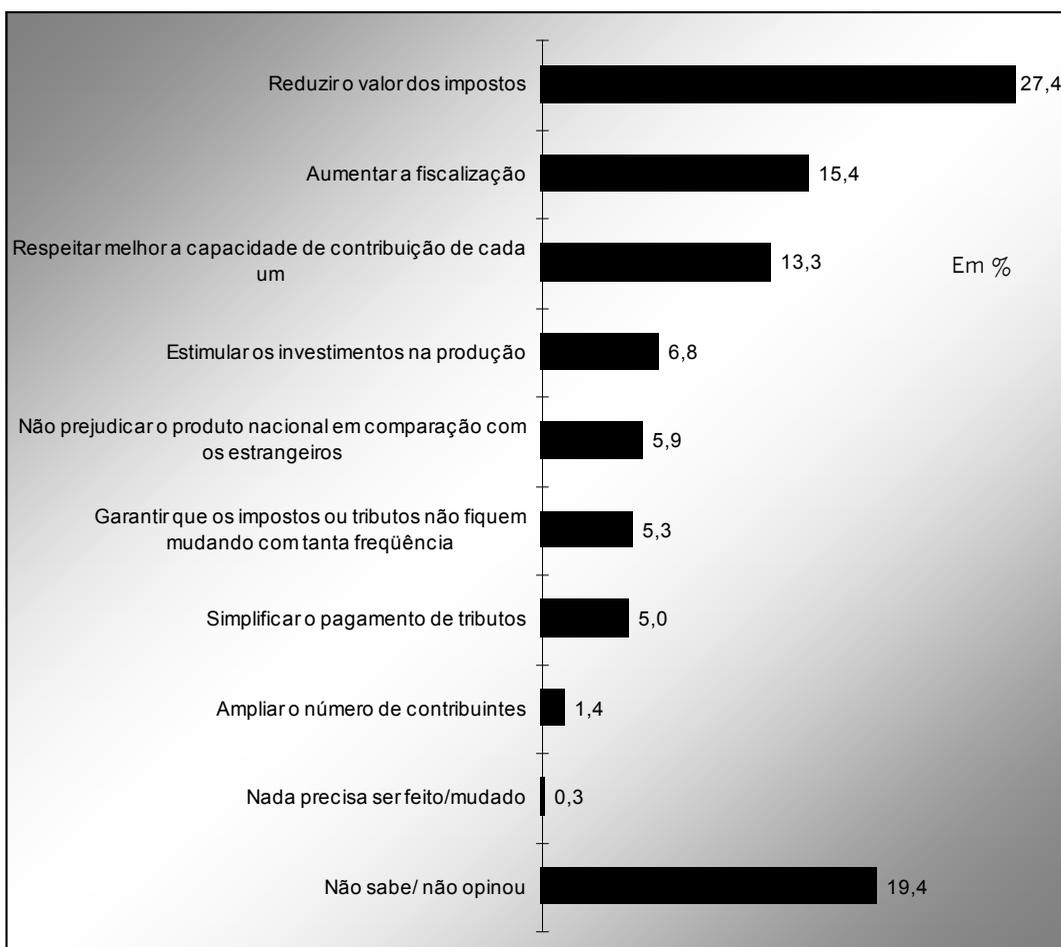
Perguntas: O Congresso está discutindo uma reforma no sistema tributário. O(a) sr(a) considera urgente que esta reforma seja feita, ou não considera urgente?

Região
Renda familiar (em Salários Mínimos)?

A Reforma Tributária em 1999

Mudanças necessárias para o sistema tributário

Sobre as mudanças mais necessárias para o sistema, as principais opções dos entrevistados apontaram para a alta carga de tributos e para as falhas do funcionamento do sistema:



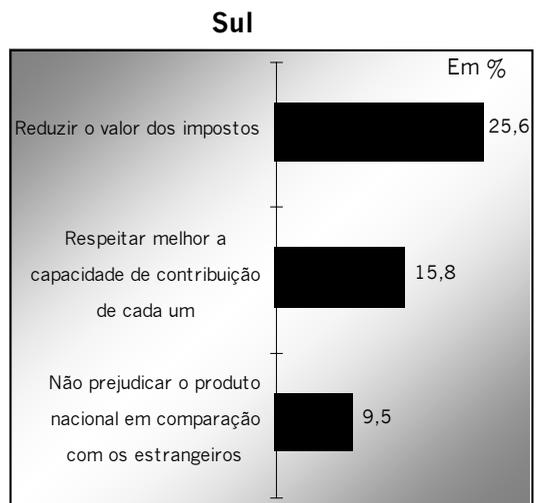
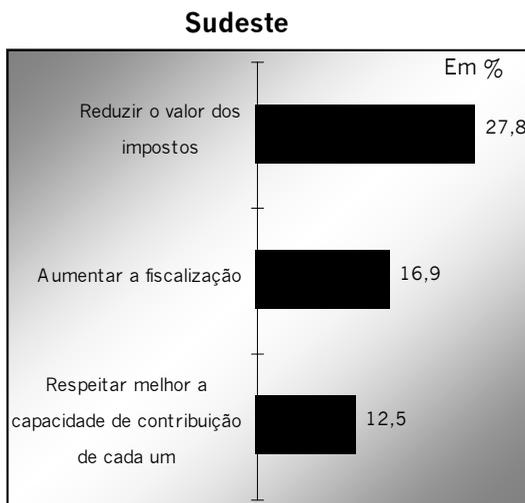
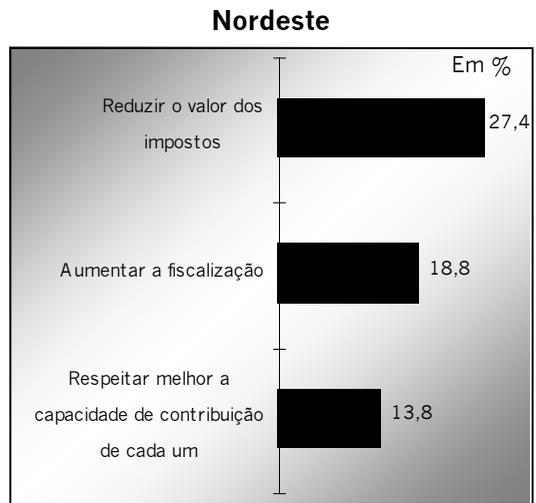
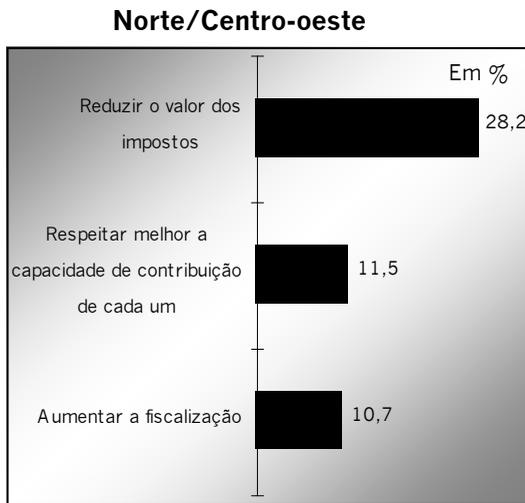
Fontes: IBOPE, IBO/BR99.NOV-01265

Perguntas: Na sua opinião, o que é mais necessário que seja feito ou mudado no sistema tributário atual, ou seja, com os impostos e tributos que são cobrados pelo Governo: "Respeitar melhor a capacidade de contribuição de cada um"/ "Aumentar a fiscalização"/ "Simplificar o pagamento de tributos"/ "Ampliar o número de contribuintes"/ "Não prejudicar o produto nacional em comparação com os estrangeiros"/ "Garantir que os impostos ou tributos não fiquem mudando com tanta freqüência"/ "Reduzir o valor dos impostos"/ "Estimular os investimentos na produção"/ "Nada precisa ser feito/ mudado"/ "Não sabe/ não opinou"

A Reforma Tributária em 1999

Mudanças necessárias para o sistema tributário, segundo a Região

Entre os três itens mais citados, a distribuição por região se comportava de maneira semelhante no Nordeste e no Sudeste, acompanhando o índice geral. Na região Sul, houve uma inversão entre o segundo e o terceiro item mais citado em relação ao índice geral; no Norte/ Centro-oeste também,



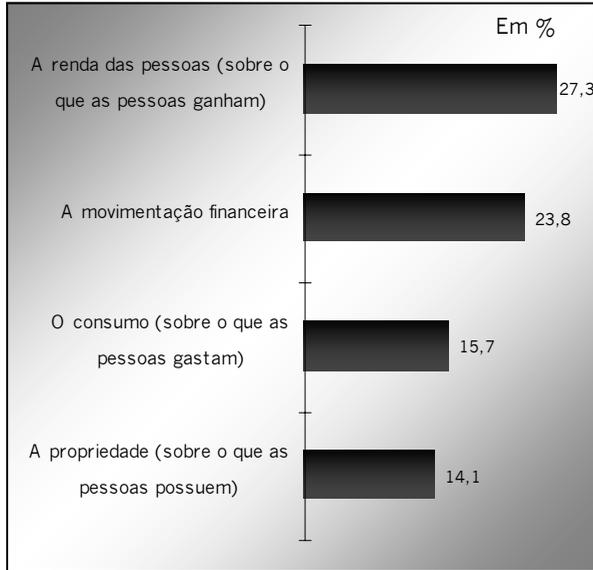
Fontes: IBOPE, IBO/BR99.NOV-01265

Perguntas: Na sua opinião, o que é mais necessário que seja feito ou mudado no sistema tributário atual, ou seja, com os impostos e tributos que são cobrados pelo Governo: "Respeitar melhor a capacidade de contribuição de cada um"/ "Aumentar a fiscalização"/ "Simplificar o pagamento de tributos"/ "Ampliar o número de contribuintes"/ "Não prejudicar o produto nacional em comparação com os estrangeiros"/ "Garantir que os impostos ou tributos não fiquem mudando com tanta frequência"/ "Reduzir o valor dos impostos"/ "Estimular os investimentos na produção"/ "Nada precisa ser feito/mudado"/ "Não sabe/ não opinou"
Região.

A Reforma Tributária em 1999

A pesquisa de 1999 apurou a opinião sobre os itens sobre os quais os impostos e tributos deveriam incidir.

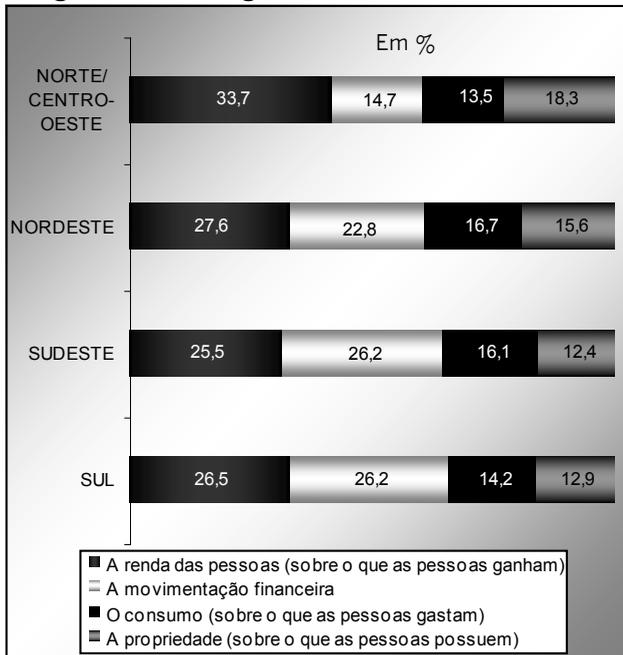
Os itens que deveriam ser taxados



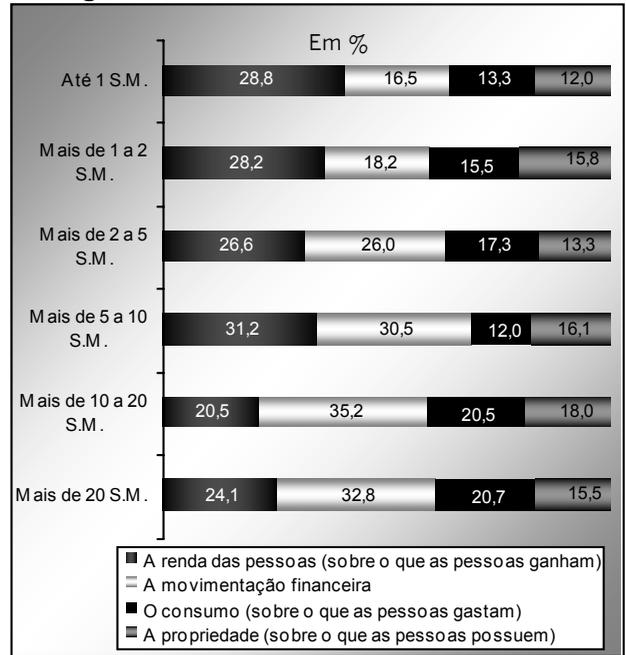
O principal item mencionado foi a renda dos indivíduos, e o último item, a propriedade.

A definição dos itens segundo faixas de renda familiar mostra um dado interessante: para todas as faixas é baixa a indicação da taxaço de propriedade.

Segundo a Região



Segundo a Renda Familiar



Fontes: IBOPE, IBO/BR99.NOV-01265

Perguntas: Na sua opinião, os impostos e tributos em geral deveriam ser cobrados PRINCIPALMENTE sobre qual destes itens: "A renda das pessoas (sobre o que as pessoas ganham)"/ "O consumo (sobre o que as pessoas gastam)"/ "A propriedade (sobre o que as pessoas possuem)"/ "A movimentação financeira (sobre o dinheiro que as pessoas aplicam)"/ "Não sabe/ Não opinou"

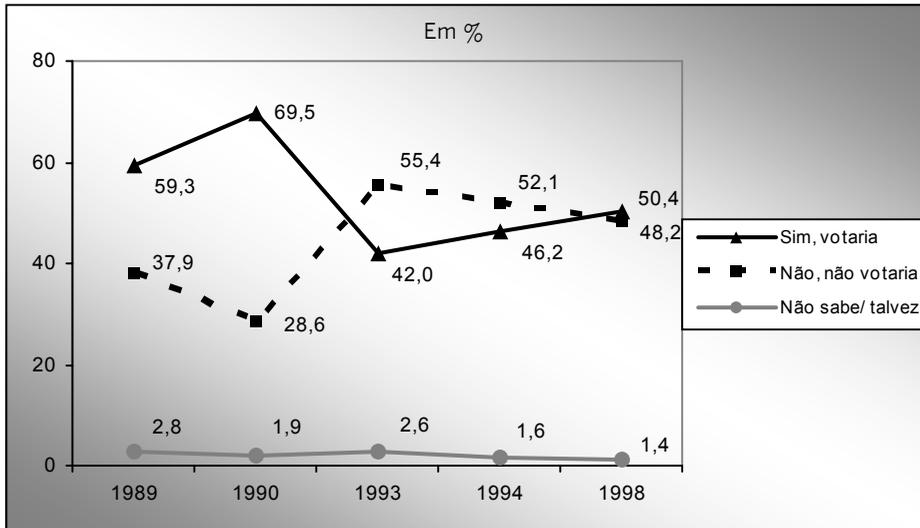
Região

Renda familiar (em Salários Mínimos)?

Reforma Política

Opinião sobre o voto obrigatório

Evolução da disposição para votar:



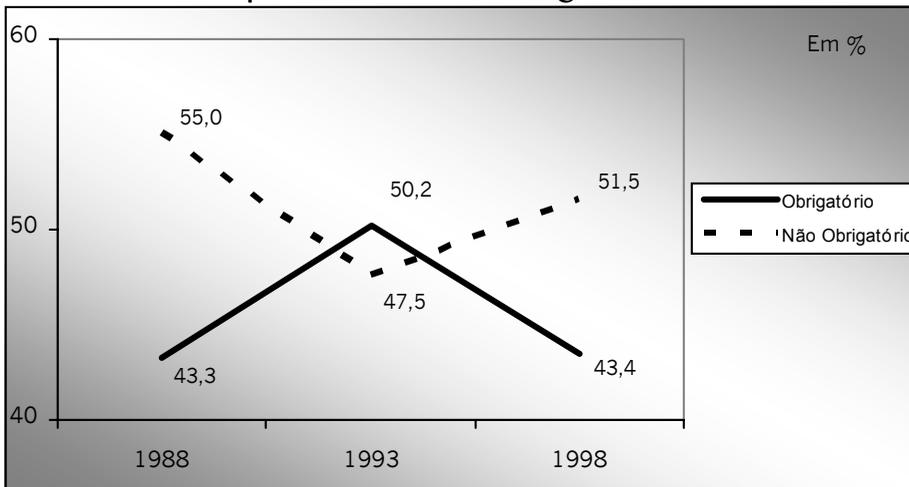
Fonte: Datafolha DAT/BR89.SET-00186, DAT/BR90.MAR-00219, DAT/BR93.ABR-00327, DAT/BR94.AGO-00368, DAT/BR98.AGO-00864

Perguntas: Se o voto não fosse obrigatório, você votaria nas próximas eleições?

Entre 1989 e 1998 a disposição para votar, mesmo na situação do voto facultativo apresenta oscilações importantes.

Durante as eleições presidenciais de 1989, quase 60% dos entrevistados afirmavam que votariam mesmo que o voto não fosse obrigatório. Essa disposição sobe em 1990, para 69,5%, e em seguida, em 1993, cai bruscamente para 42%. Em 1998, as disposições para votar e não votar são praticamente as mesmas entre os entrevistados.

Evolução da opinião sobre a obrigatoriedade do voto:



Fonte: Datafolha, DAT/CAP88.JAN-00070, DAT/BR93.JUN-00329, DAT/BR98.AGO-00864

Perguntas: Na sua opinião, o voto deve ser obrigatório ou não?

Atualmente o voto em eleições é obrigatório para cidadãos entre 18 e 70 anos de idade. Na sua opinião, o voto deve ou não continuar sendo obrigatório?

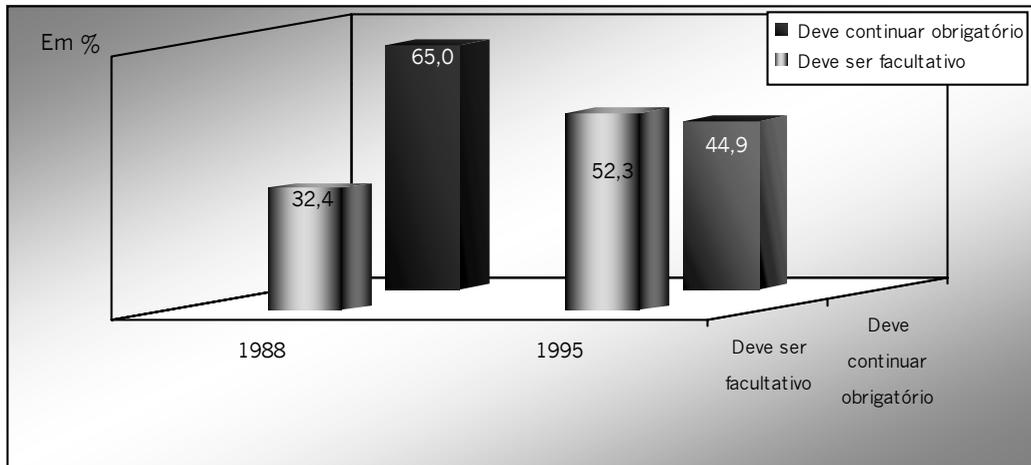
No Brasil o voto é obrigatório por lei. Você é a favor ou contra o voto obrigatório?

Entre 1988 e 1998 apenas uma pequena maioria apóia o voto obrigatório.

Reforma Política

O voto obrigatório no Congresso Nacional

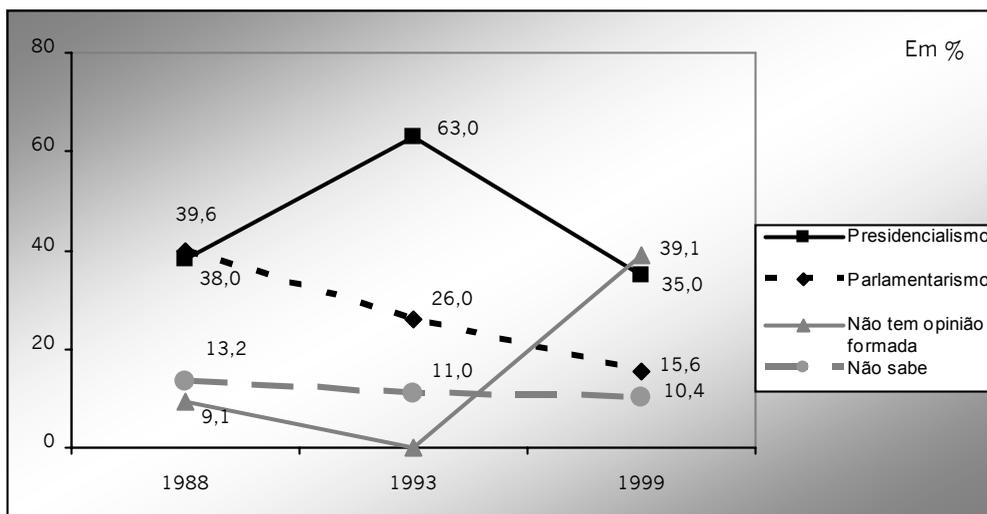
Entre 1988 e 1995 as opiniões dos parlamentares se inverteram: o apoio ao voto obrigatório caiu de 65% para 45%.



Fonte: Datafolha DAT/CONGRESSONACIONAL88.JAN-00069; DAT/CONGRESSONACIONAL95.MAR-00400

Perguntas: Se a votação no plenário fosse hoje, como o(a) sr(a) votaria as seguintes questões: "Obrigatoriedade do voto". Na sua opinião, o voto: "Deve continuar sendo obrigatório" / "deve ser facultativo"

Preferência pelo sistema de governo (1988-1999)



Fonte: Datafolha DAT/CAP88.JAN-00070, DAT/BR93.ABR-00327, DAT/CONGRESSONACIONAL88.JAN-00069;

IBOPE, IBO/BR99.NOV-01265

Perguntas: O Congresso Constituinte irá definir que sistema de governo o Brasil terá com a nova Constituição. Você é a favor: / Se o plebiscito sobre sistema de governo fosse hoje, você votaria a favor do parlamentarismo ou do presidencialismo? / Na sua opinião, qual o melhor sistema para governar um país como o Brasil: Presidencialismo, Parlamentarismo, ou o(a) sr(a) não tem opinião formada a respeito?

A opção entre o presidencialismo e o parlamentarismo foi um dos temas mais presentes nas agendas da elite política e do eleitorado do país durante os anos 90. Depois de acentuada preferência pelo presidencialismo à época do plebiscito de 1993, os dados de pesquisa sugerem uma significativa perda de clareza sobre o tema pelos eleitores: em 1999, 6 anos após o plebiscito, quase 40% dos entrevistados afirmavam não ter opinião formada sobre o assunto.

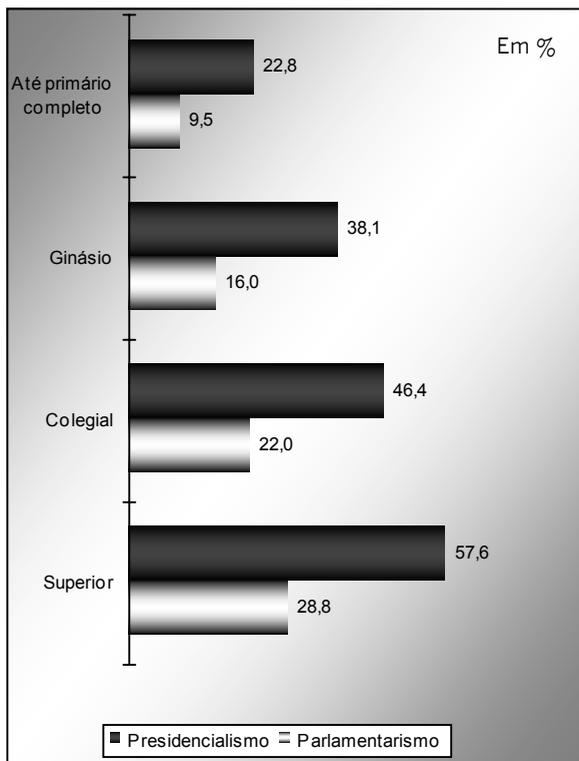


1999

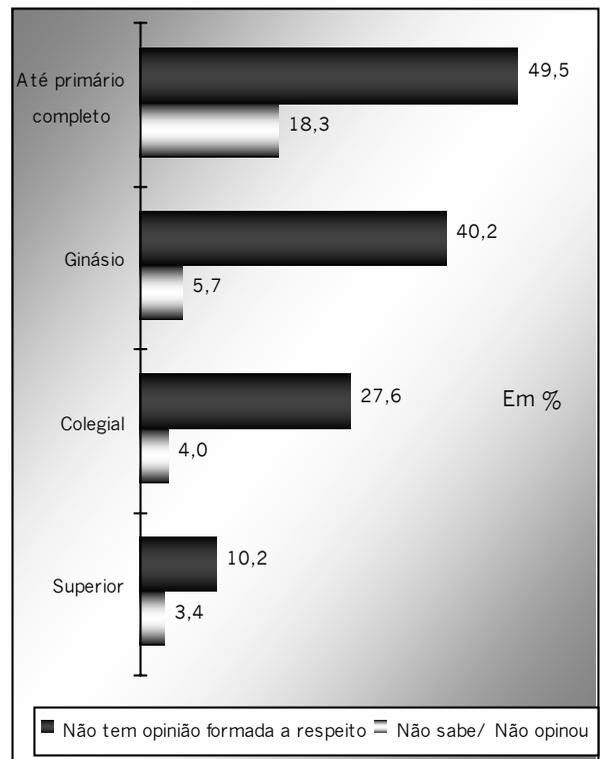
Preferência pelo Sistema de Governo, segundo grau de escolaridade

Em 1999 o posicionamento sobre o tema, bem como a acentuada preferência pelo presidencialismo acompanham o grau de escolaridade.

% dos que preferem um dos dois tipos de sistema de governo



% dos que não sabem ou não têm opinião sobre os tipos de sistema de governo.



Fonte: Datafolha DAT/CAP88.JAN-00070, DAT/BR93.ABR-00327, DAT/CONGRESSONACIONAL88.JAN-00069; IBOPE, pesquisa IBO/BR99.NOV-01265

Perguntas: O Congresso Constituinte irá definir que sistema de governo o Brasil terá com a nova Constituição. Você é a favor:

Se o plebiscito sobre sistema de governo fosse hoje, você votaria a favor do parlamentarismo ou do presidencialismo?

Na sua opinião, qual o melhor sistema para governar um país como o Brasil: Presidencialismo, Parlamentarismo, ou o(a) sr(a) não tem opinião formada a respeito?

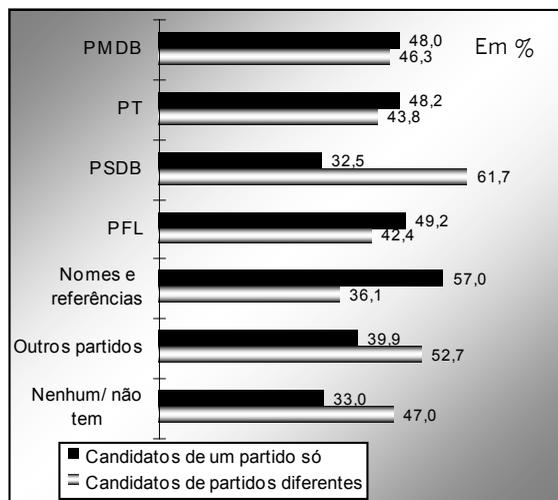
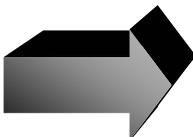
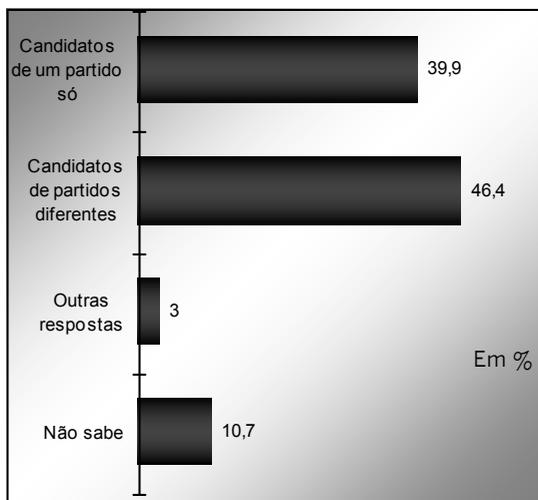
Até que ano da escola você estudou?

Opinião sobre a verticalização do voto

Em 2002, a legislação eleitoral definiu normas de vinculação partidária para o voto em candidatos.

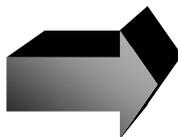
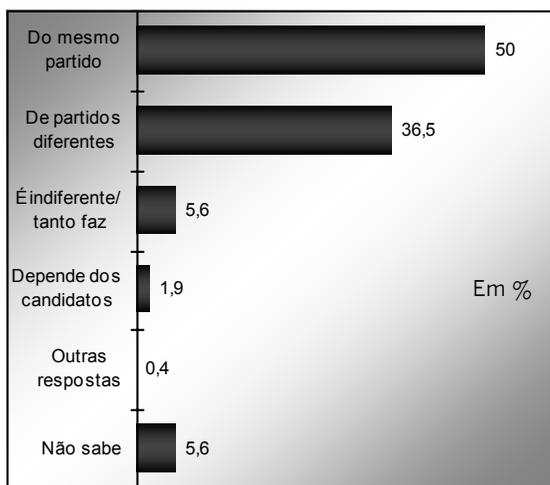
Dados de pesquisa mostram certa preferência do eleitor pela flexibilidade da escolha entre candidatos de partidos diferentes.

Preferência pelo voto em candidatos de um mesmo partido

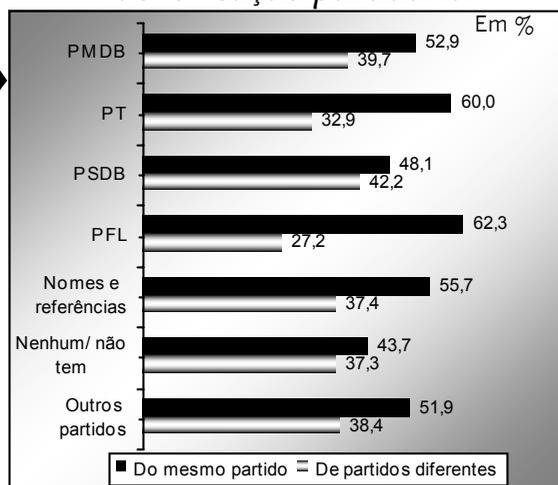


Os dados também mostram a preferência pelo voto verticalizado para a eleição de cargos majoritários, como o voto para Presidente e Governador.

Vinculação do voto para Presidente e Governador



Vinculação do voto para Presidente e Governador segundo identificação partidária



Fonte: Datafolha DAT/BRO2.FEV-01601

Perguntas: Este ano, nas eleições para presidente da República, governador do estado, senadores, deputados federais e deputados estaduais, você pretende votar em candidatos de um partido só ou combinar candidatos de partidos diferentes?

Na sua opinião, para os cargos de presidente e de governadores o que é melhor: eleger candidatos de um mesmo partido ou de partidos diferentes?

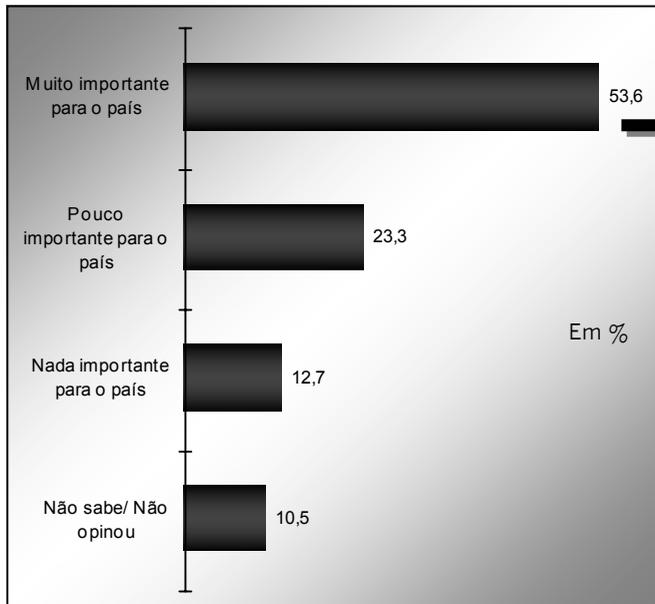
Você é a favor ou contra que os partidos sejam obrigados a se aliarem, nas eleições para governadores, senadores e deputados, aos mesmos partidos aos quais se aliaram para a eleição presidencial?

Obs: A diferença para 100% é de "outras respostas" e "não sabe/ não respondeu".

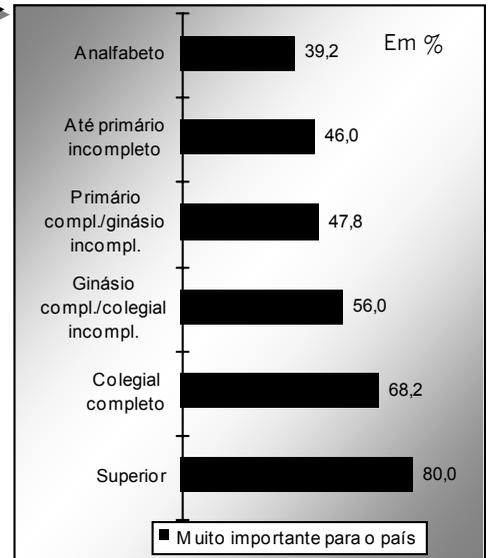
1999

Importância da Reforma Política para o país

Dados de pesquisa realizada em 1999 mostravam que mais da metade dos entrevistados consideravam a reforma política uma discussão importante para o país. Entre estes havia uma tendência crescente em relação ao nível de escolaridade: 39,2% entre os analfabetos e 80% entre os de nível superior.



Grau de escolaridade para os que consideram a Reforma Política muito importante para o país

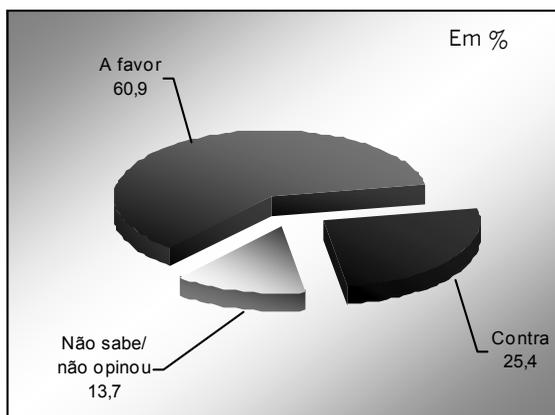


Fonte: Ibope IBO/BR99.MAR-01261

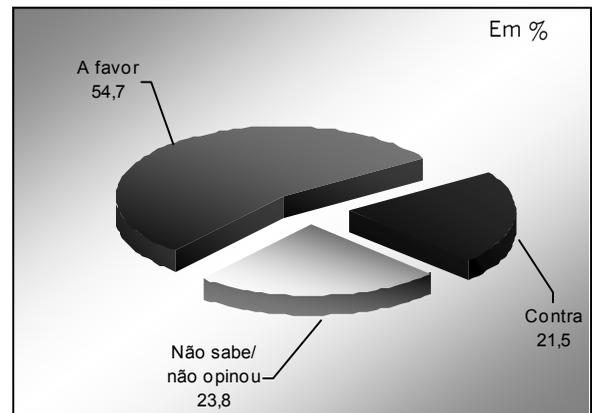
Perguntas: O Congresso Nacional deve começar a discutir as reformas políticas da Constituição. Na sua opinião, a Reforma Política é: Qual a sua escolaridade?

A mesma pesquisa mostrava uma tendência majoritária dos entrevistados em apoiar medidas de fortalecimento dos partidos e do Congresso.

Apoio à fidelidade partidária



Apoio à cláusula de barreira



Fonte: Ibope IBO/BR99.MAR-01261

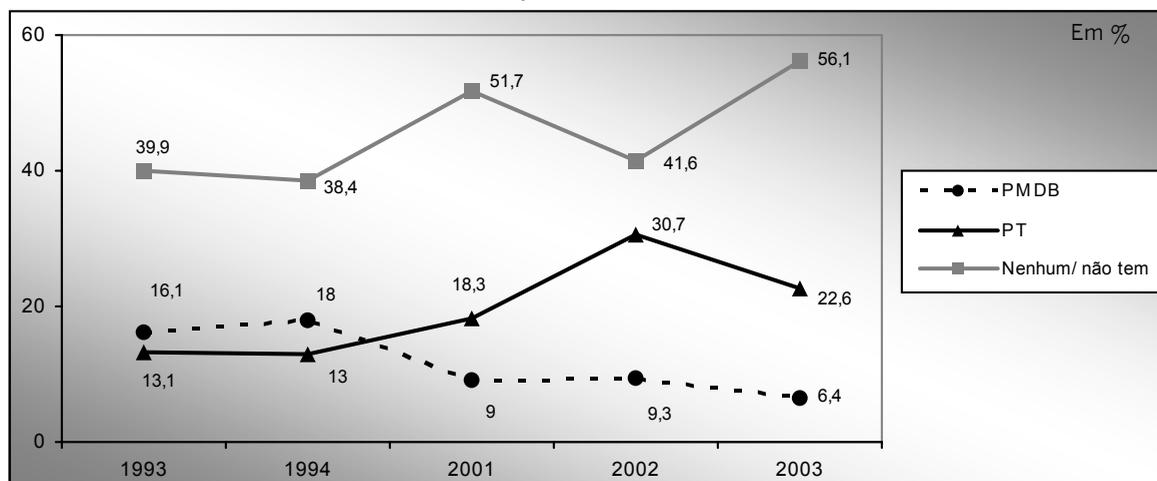
Perguntas: A reforma política prevê a adoção da fidelidade partidária, isto é, os políticos eleitos por um partido não podem trocar de partido durante o mandato, e além disso, no caso dos Deputados, Senadores e Vereadores, devem votar conforme a opinião do partido como um todo, e não mais isoladamente. De uma maneira geral, o(a) sr(a) é a favor ou contra a fidelidade partidária?

A reforma política deve estabelecer ainda a cláusula da barreira, isto é, um partido, para ter representantes no Congresso Nacional, deve ter um certo número de votos em vários Estados do país. De uma maneira geral, o(a) sr(a) é a favor ou contra a cláusula da barreira?

Identificação Partidária

A discussão sobre a reforma política e as medidas de fortalecimento do sistema representativo devem fazer referência ao nível de identificação do eleitorado com os partidos. Nos dez anos entre 1993 e 2003, PT e PMDB foram as agremiações que mais se destacaram como partidos com maior identificação.

Evolução do nível de identificação partidária de 1993 a 2003



No conjunto dos demais partidos é o PSDB que apresentou maior crescimento.

Qual é o seu partido político de preferência? (em %)	1993	1994	2001	2002	2003
PMDB	16,1	18	9	9,3	6,4
PT	13,1	13	18,3	30,7	22,6
PDS/ PPR (PPB)	4,4	2,3	0,8	1,1	0,7
PSDB	2,2	4,9	3,5	5,1	3
PTB	1,3	0,8	1,3	1	1,2
PDT	7,1	2,7	1,7	1,5	1,1
PSB	0,4	0,4	0,7	1,2	0,3
PFL	4,1	3,8	4,7	3,5	3,1
PL	0,8	0,4	0,4	0,4	0,5
Outros partidos	1,7	1,4	1,6	1,6	0,6
Nomes/ referências	2,5	6,3	6,2	—	4,3
Nenhum/ não tem	39,9	38,4	51,7	41,6	56,1
Não sabe	6,4	7,9	—	3,3	—
Total	100	100	100	100	100

Fonte: Datafolha DAT/BR93.ABR-00327, DAT/BR94.AGO-00364, DAT/BR01.DEZ-01599
IBOPE, IBO/BR02.NOV-01811

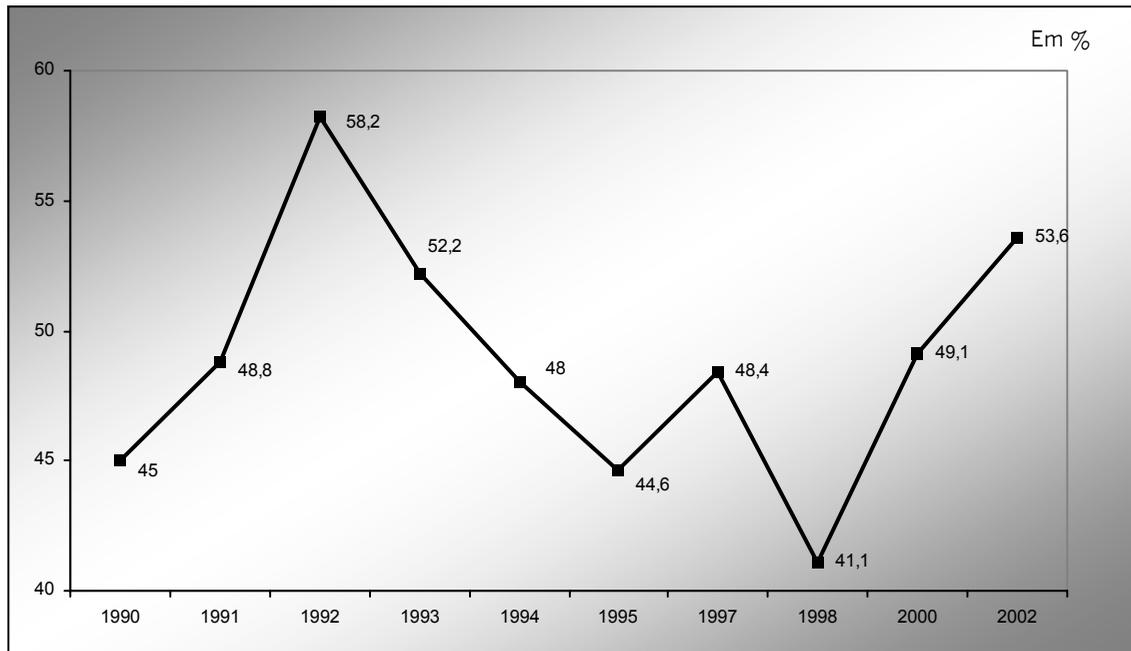
Perguntas: Qual é o seu partido político de preferência?

Por qual destes partidos políticos o(a) sr(a) tem maior simpatia ou preferência?

Identificação Partidária

Evolução do nível de identificação partidária entre 1990 e 2002

No período de 12 anos, entre 1990 e 2002, houve fortes oscilações no nível de identificação dos eleitores com partidos. Os principais marcos estão em 1992 e 2002.

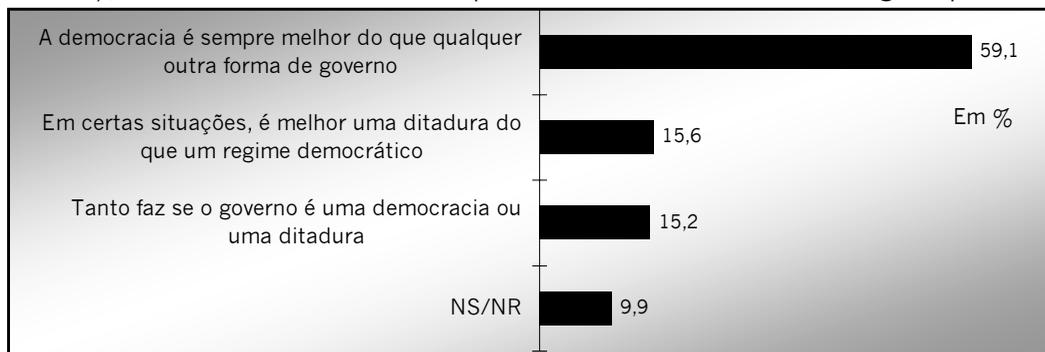


Fonte: Instituto Datafolha e IBOPE, banco de dados do CESOP/ UNICAMP

Em pesquisa realizada em 2002 pela Criterium, foram apuradas as opiniões do eleitorado sobre aspectos da democracia e seu funcionamento.

A preferência pelo regime democrático

Em pesquisa realizada em agosto de 2002, 17 anos após o início da democratização de 1985, quase 60% dos entrevistados afirmam preferir a democracia a outro regime político.

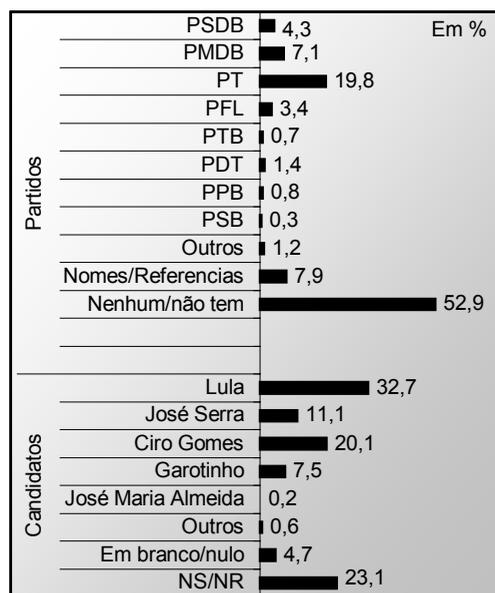


Fonte: CRIT/BR02.AGO-01820

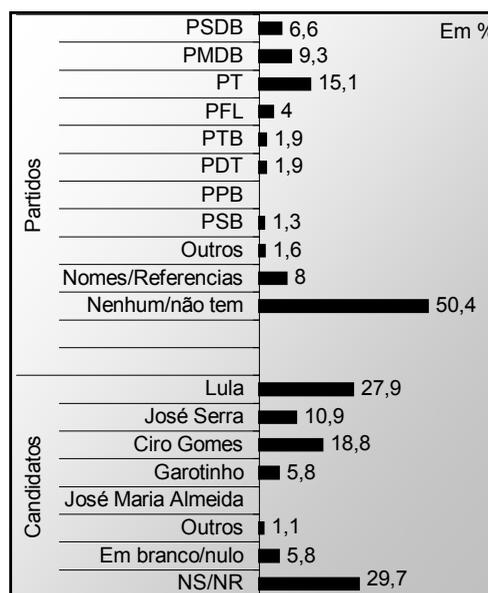
Pergunta: Agora gostaria que você me dissesse qual das três frases seguintes se aproxima mais do que você pensa. (Estimulada e única)

Observados segundo a preferência partidária, os identificados com o PT são os que mais apóiam incondicionalmente a democracia:

“A democracia é sempre melhor do que qualquer outra forma de governo”



“Em certas situações, é melhor uma ditadura do que um regime democrático”



Fonte: CRIT/BR02.AGO-01820

Pergunta: Agora gostaria que você me dissesse qual das três frases seguintes se aproxima mais do que você pensa. (Estimulada e única)

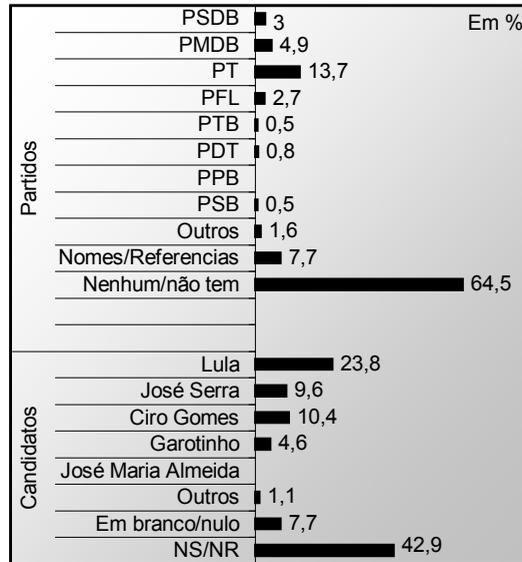
Qual é o partido político que você prefere? (Espontânea e única)

Pergunta: Se as eleições fossem hoje, em quem você gostaria de votar para presidente do Brasil? (Espontânea e única)

Pergunta: Qual é o partido político que você prefere? (Espontânea e única)

Os que não consideram as diferenças entre democracia e ditadura são também os que menos se identificam com algum partido político, e os que menos sabiam em quem votar para presidente em 2002:

Tanto faz se o governo é uma democracia ou uma ditadura



Fonte: CRIT/BR02.AGO-01820

Pergunta: Agora gostaria que você me dissesse qual das três frases seguintes se aproxima mais do que você pensa. (Estimulada e única)

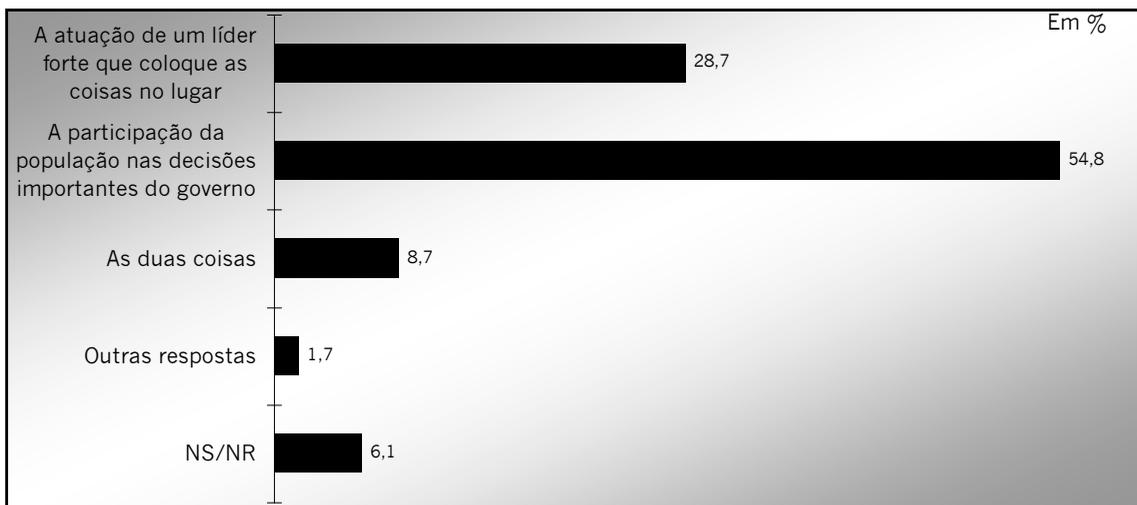
Qual é o partido político que você prefere? (Espontânea e única)

Pergunta: Se as eleições fossem hoje, em quem você gostaria de votar para presidente do Brasil? (Espontânea e única)

Pergunta: Qual é o partido político que você prefere? (Espontânea e única)

Sobre os problemas do país, a maioria dos entrevistados concorda que a melhor solução para o Brasil está no envolvimento da população nas decisões de governo:

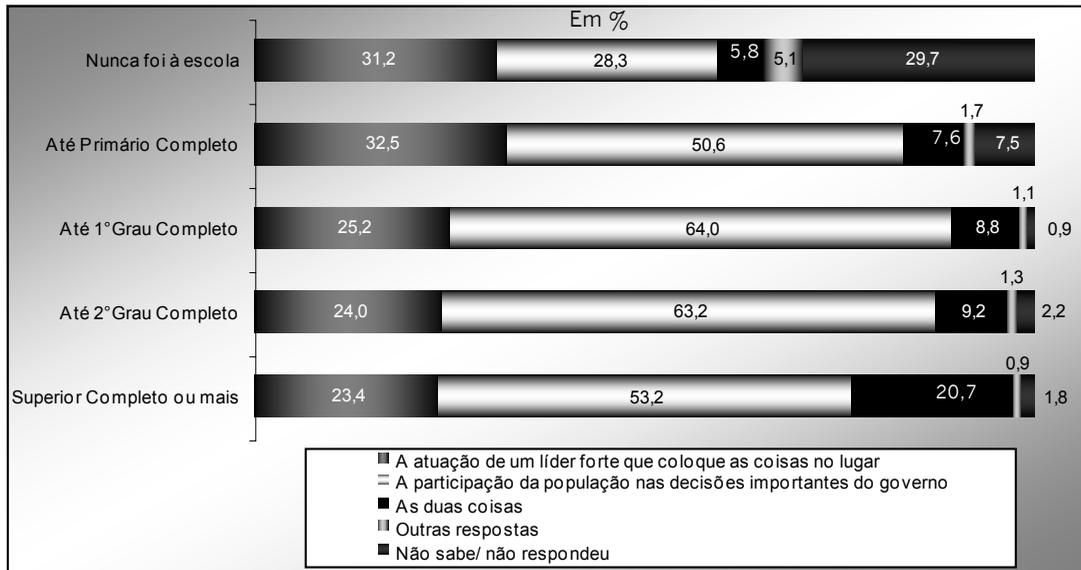
Para resolver os problemas do país, é melhor:



Fonte: CRIT/BR02.AGO-01820

Pergunta: Na sua opinião, o que seria melhor para resolver os problemas do Brasil: (Estimulada e única)

Os dados indicam uma importante maioria entre os entrevistados com maior escolaridade que preferem um modelo mais participativo de democracia.

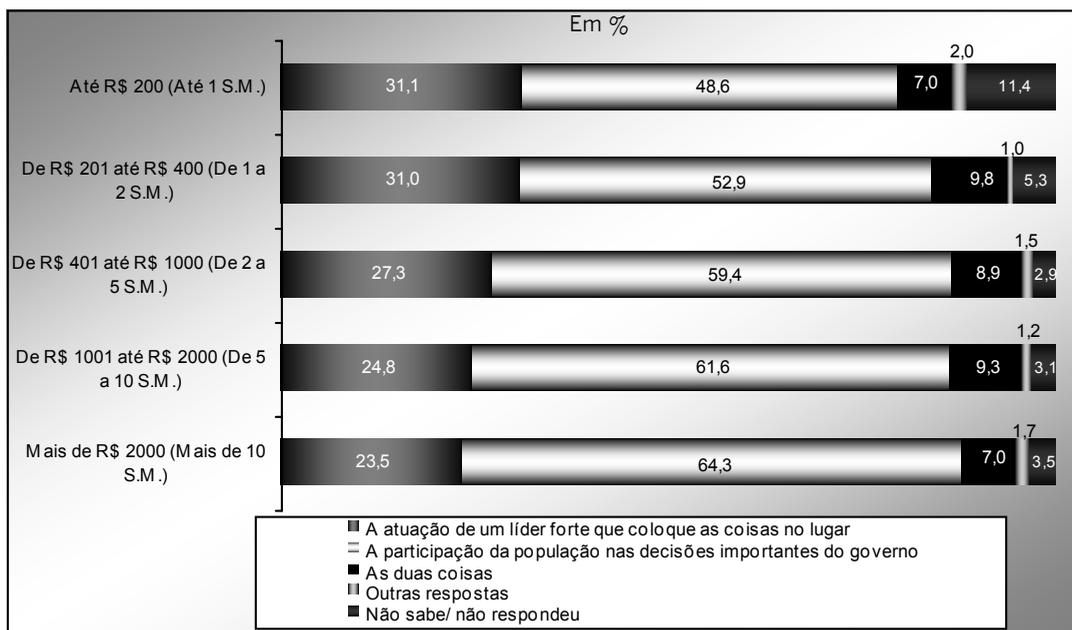


Fonte: CRIT/BR02.AGO-01820

Pergunta: Na sua opinião, o que seria melhor para resolver os problemas do Brasil: (Estimulada e única)

Pergunta: Até que ano de escola você estudou?

“A participação da população nas decisões importantes do governo” é, também, a opção preferida da maioria dos entrevistados em todas as faixas de renda familiar, e apresenta uma tendência crescente em relação ao aumento da renda.

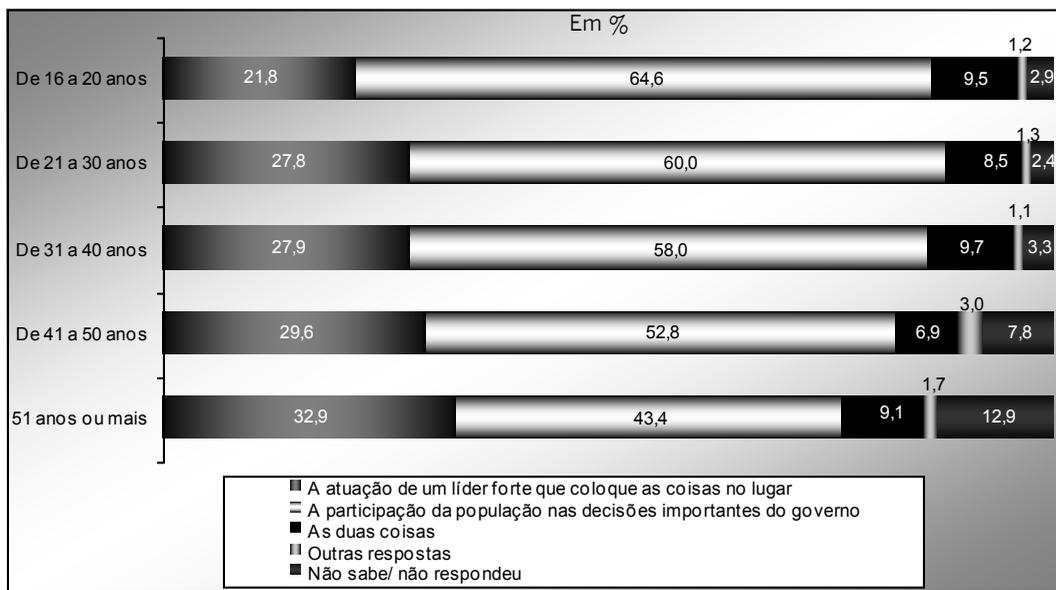


Fonte: CRIT/BR02.AGO-01820

Pergunta: Na sua opinião, o que seria melhor para resolver os problemas do Brasil: (Estimulada e única)

Pergunta: Somando a sua renda com a renda das pessoas que moram com você, de quanto foi aproximadamente a renda familiar em sua casa no mês passado? (Estimulada e única)

Os mais jovens são os que mais preferem um modelo participativo de democracia. Essa tendência marca todas as faixas de idade até os 50 anos.

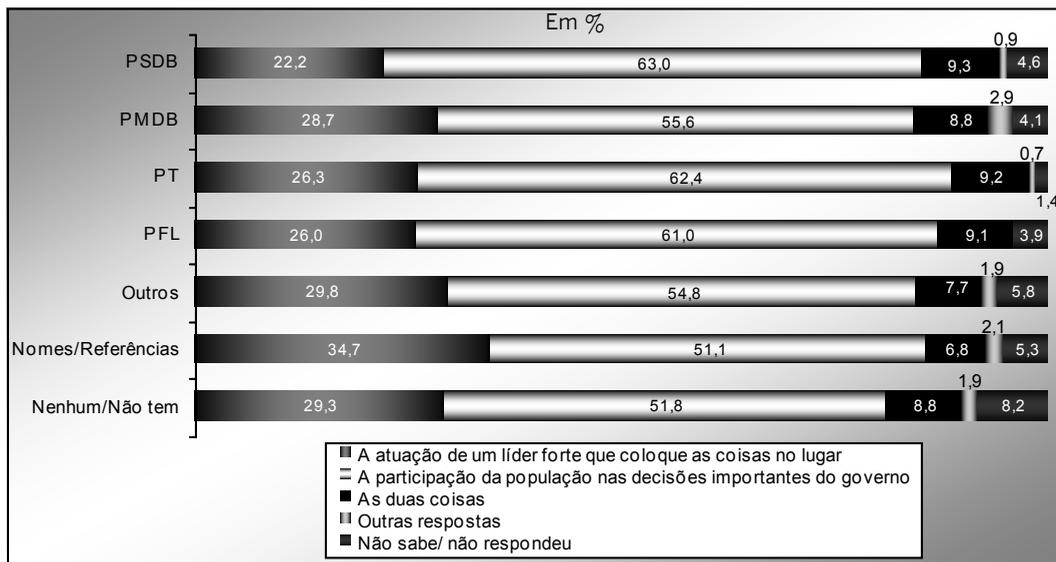


Fonte: CRIT/BR02.AGO-01820

Pergunta: Na sua opinião, o que seria melhor para resolver os problemas do Brasil: (Estimulada e única)

Pergunta: Qual a sua idade?

Para todos os entrevistados identificados com partidos, a democracia com participação maior da população é a opção preferida: PSDB, PFL e PT são os partidos daqueles que mais afirmaram essa opção.



Fonte: CRIT/BR02.AGO-01820

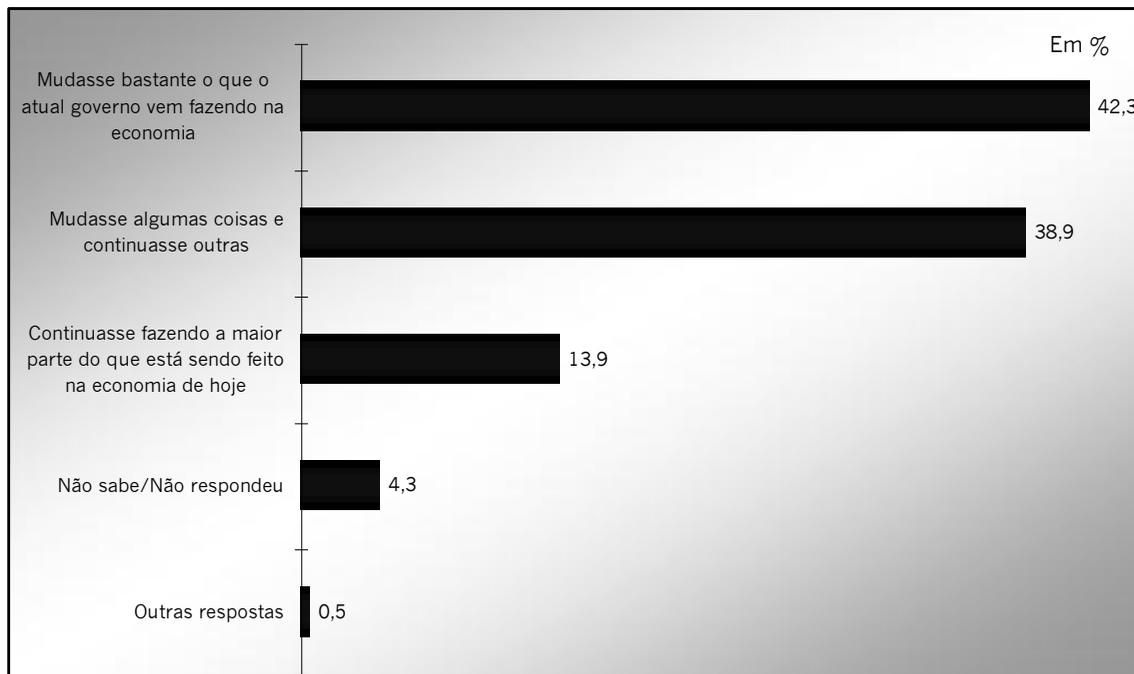
Pergunta: Na sua opinião, o que seria melhor para resolver os problemas do Brasil: (Estimulada e única)

Pergunta: Qual é o partido político que você prefere? (Espontânea e única)

Opiniões sobre o futuro desempenho na economia do presidente eleito em 2002

Os dados da pesquisa mostram que em agosto de 2002 predominava a expectativa de mudança na política econômica do futuro governo.

Para os entrevistados, seria bom que o futuro presidente ...



Fonte: CRIT/BR02.AGO-01820

Pergunta: Pensando no que o próximo presidente da república deveria fazer com a economia do país, com qual das seguintes frases você concorda mais. Seria bom que o próximo presidente: (Estimulada e única)

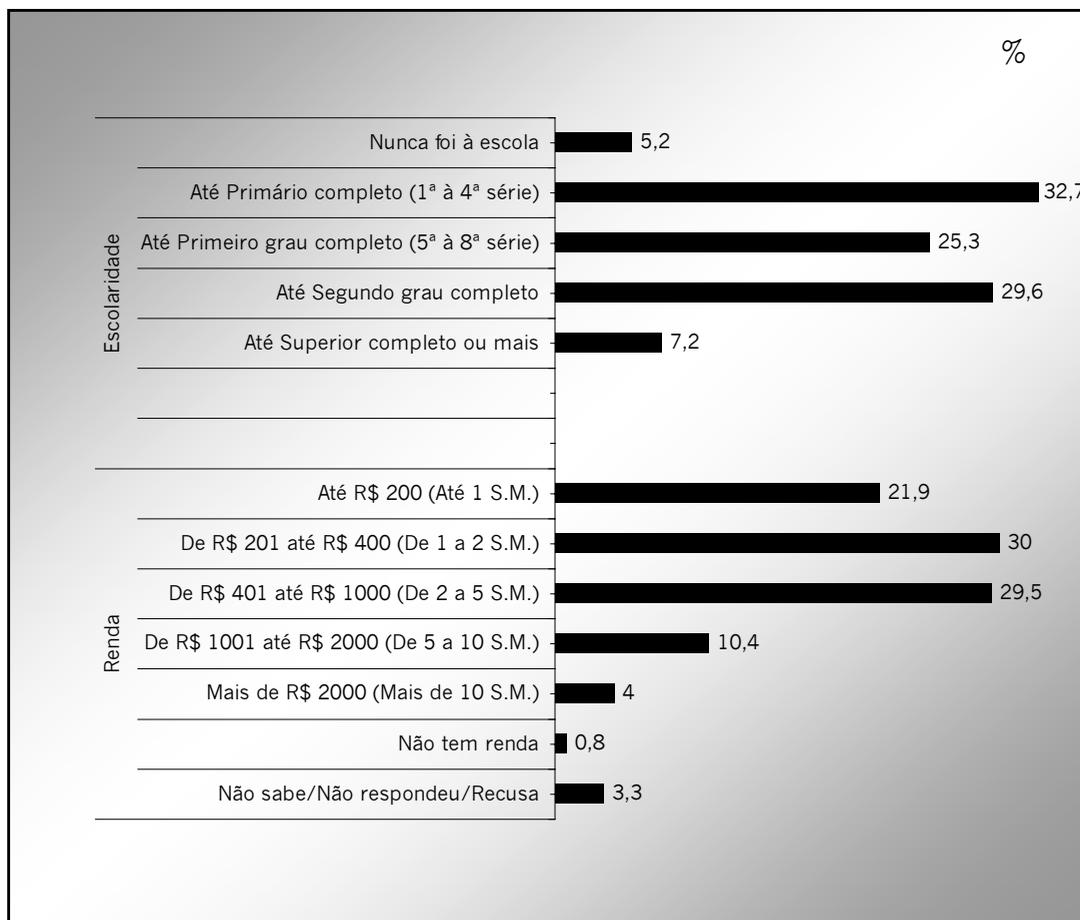
Dentre aqueles que afirmaram preferir a continuidade da maior parte da política econômica, destacam-se os de menor renda (até 2 salários mínimos) e de baixa escolaridade (até 1º grau completo).

É o que mostram os gráficos seguintes



Perfil socioeconômico
dos que gostariam que o próximo presidente ...

“Mudasse bastante o que o atual vem fazendo na economia”



Fonte: CRIT/BR02.AGO-01820

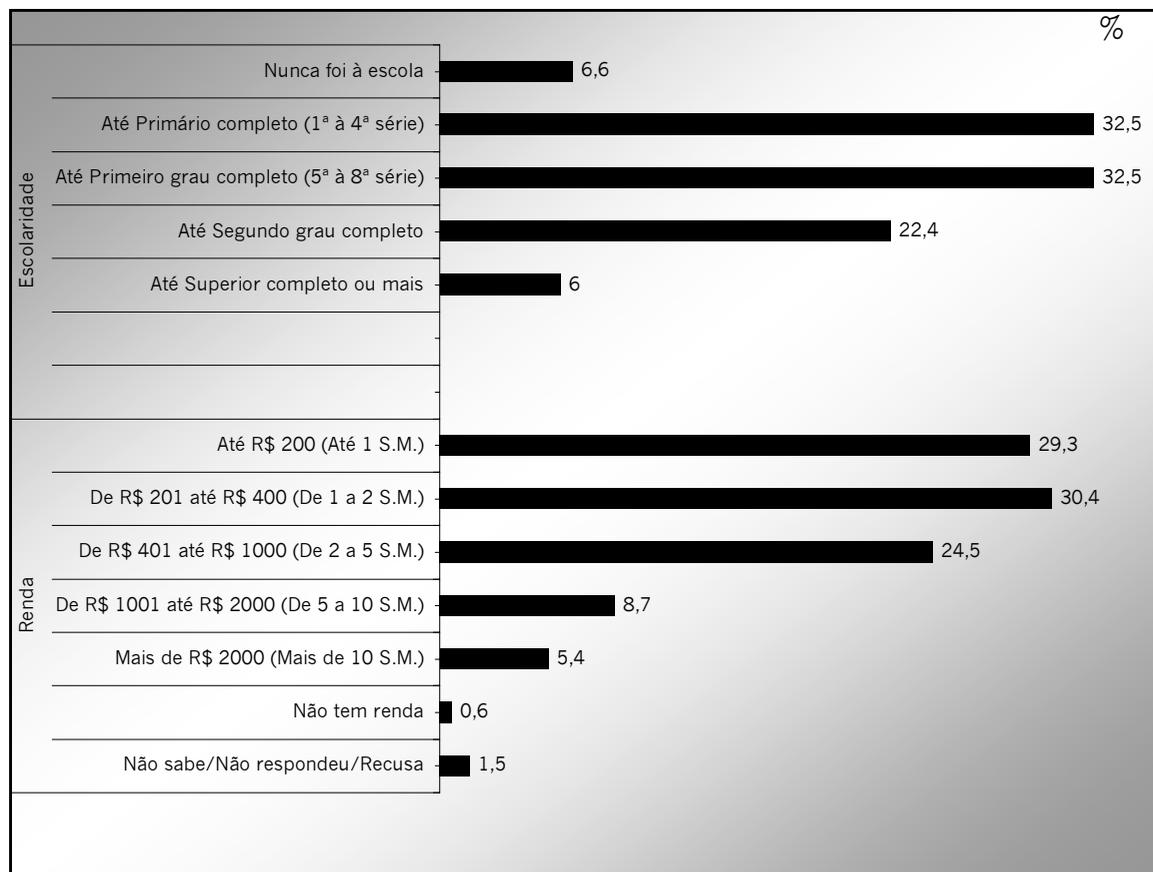
Pergunta: Pensando no que o próximo presidente da República deveria fazer com a economia do país, com qual das seguintes frases você concorda mais. Seria bom que o próximo presidente: (Estimulada e única)

Pergunta: Até que ano de escola você estudou?

Pergunta: Somando a sua renda com a renda das pessoas que moram com você, de quanto foi aproximadamente a renda familiar em sua casa no mês passado? (Estimulada e única)

*Perfil socioeconômico
dos que gostariam que o próximo presidente*

“Continuasse fazendo a maior parte do que está sendo feito na economia”



Fonte: CRIT/BR02.AGO-01820

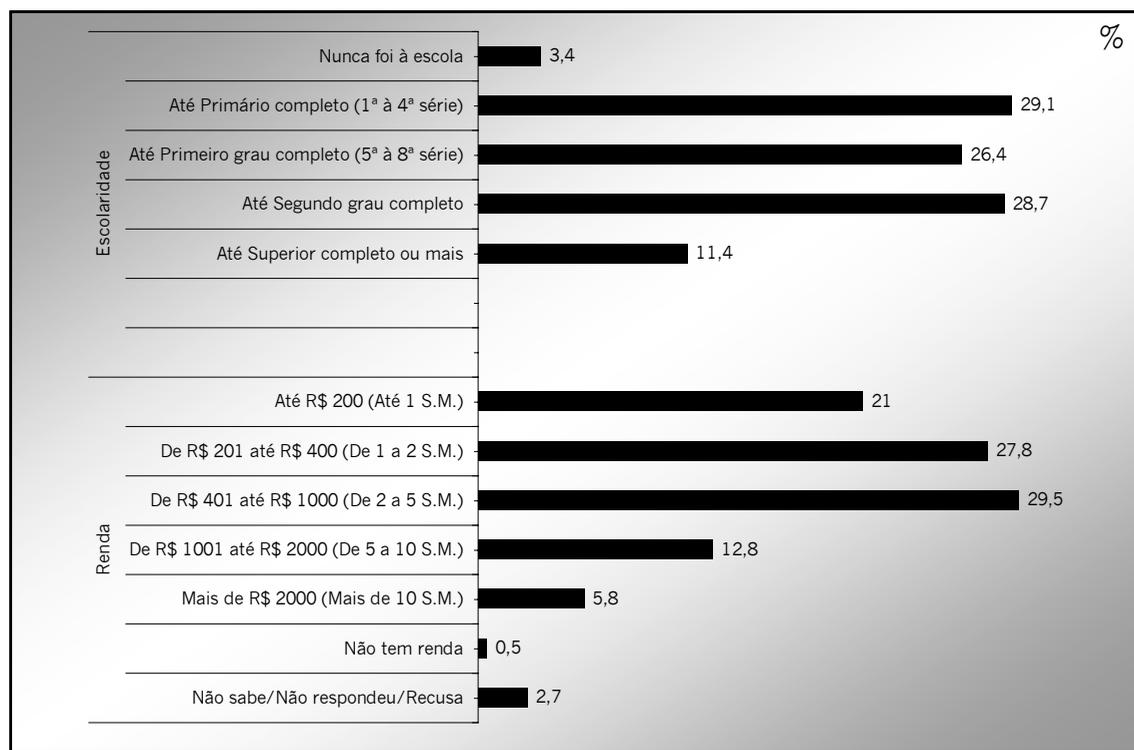
Pergunta: Pensando no que o próximo presidente da República deveria fazer com a economia do país, com qual das seguintes frases você concorda mais. Seria bom que o próximo presidente: (Estimulada e única)

Pergunta: Até que ano de escola você estudou?

Pergunta: Somando a sua renda com a renda das pessoas que moram com você, de quanto foi aproximadamente a renda familiar em sua casa no mês passado? (Estimulada e única)

Perfil socioeconômico
dos que gostariam que o próximo presidente ...

“Mudasse algumas coisas e continuasse outras”



Fonte: CRIT/BR02.AGO-01820

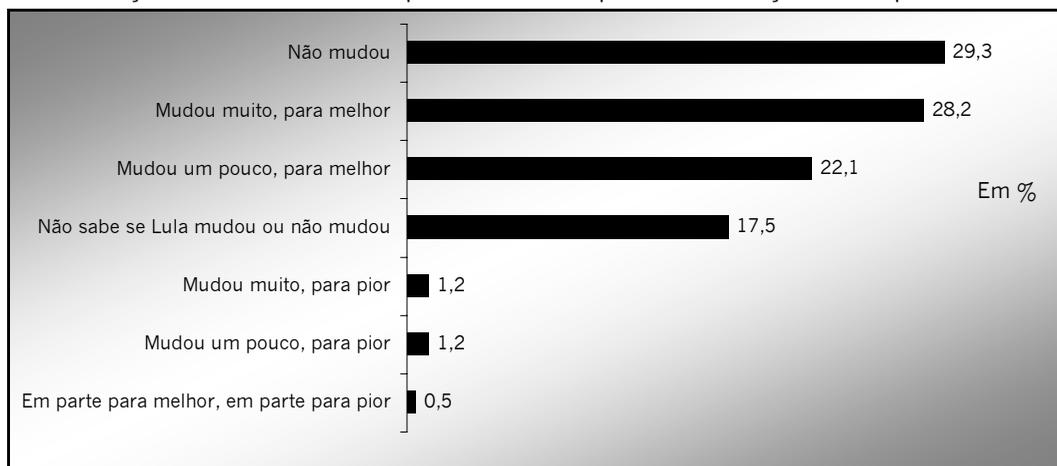
Pergunta: Pensando no que o próximo presidente da República deveria fazer com a economia do país, com qual das seguintes frases você concorda mais. Seria bom que o próximo presidente: (Estimulada e única)

Pergunta: Até que ano de escola você estudou?

Pergunta: Somando a sua renda com a renda das pessoas que moram com você, de quanto foi aproximadamente a renda familiar em sua casa no mês passado? (Estimulada e única)

A mudança de Lula

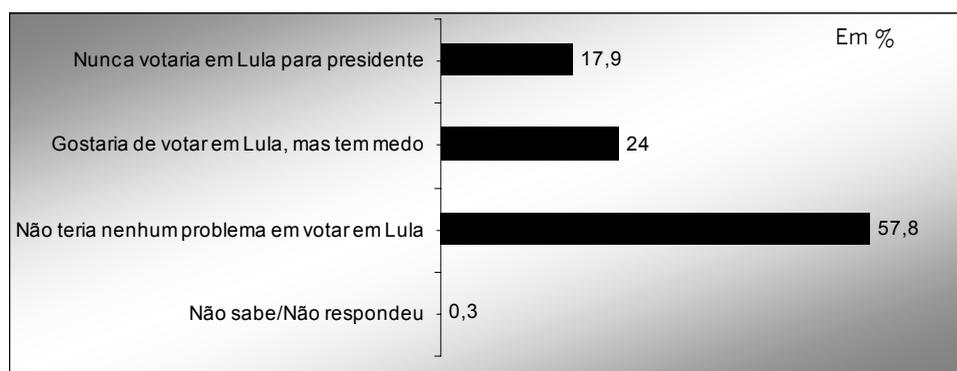
Em pesquisa realizada em Setembro de 2002, mais de 50% dos entrevistados percebiam mudanças em Lula. A maior parte avaliava que as mudanças eram positivas.



Fonte: CRIT/BR02.SET-0121

Pergunta: De quando você conhece o Lula até hoje, você diria que o Lula mudou de lá para cá ou não mudou? Muito ou pouco? Para pior ou melhor? (Estimulada e única)

A opinião sobre votar em Lula

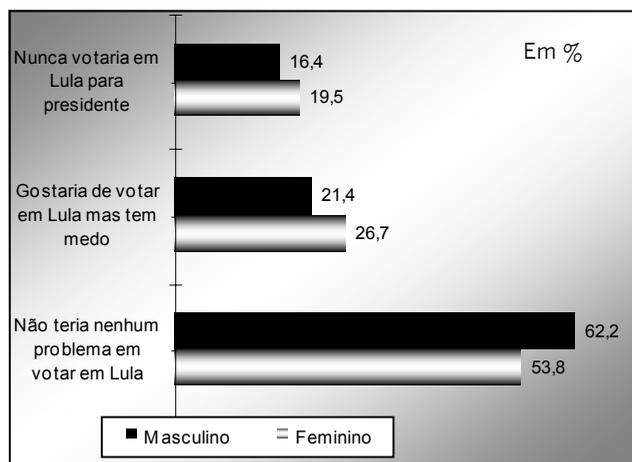


Na mesma pesquisa, a grande maioria dos entrevistados – mais de 80% – mostravam disposição em votar em Lula. Destes, 24% declaravam medo.

Fonte: CRIT/BR02.SET-01821

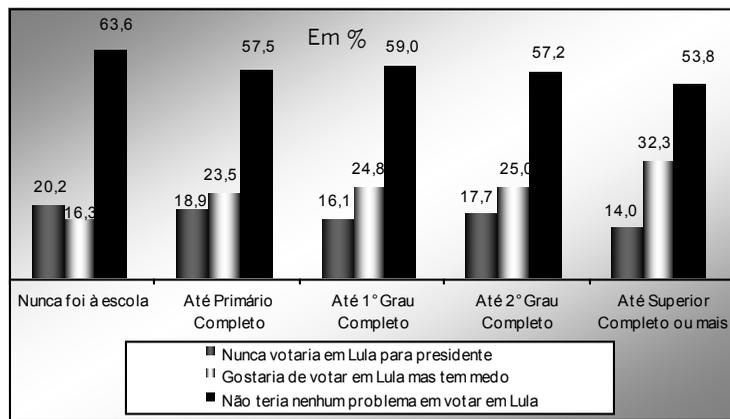
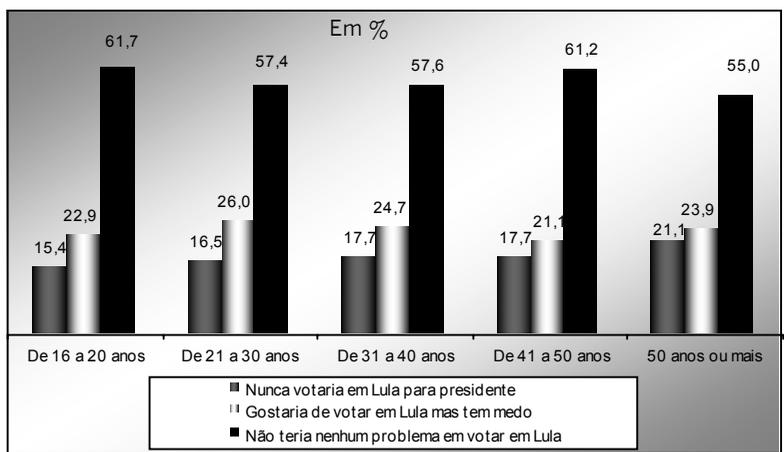
Pergunta: Qual dessas frases mais se aproxima de sua opinião sobre votar em Lula?(Estimulada e única)

Entre os entrevistados, as mulheres e os mais velhos afirmavam medo ou recusa em votar em Lula. Vejamos o perfil dos entrevistados para cada diferente opinião.



Os dados de setembro de 2002 mostram que os homens são os que mais afirmavam a disposição em votar em Lula, 62,2% contra 53,8% das mulheres. As mulheres são as que mais afirmavam nunca votar e as que mais tinham medo.

Para todas as faixas de idade a maioria dos entrevistados afirmava votar em Lula. A rejeição aumentava ligeiramente entre os que tinham 50 anos ou mais, enquanto a maior aceitação estava entre os que tinham até 20 anos de idade.



Com relação ao grau de escolaridade, destaca-se a disposição dos não escolarizados em votar em Lula: mais de 63%. Destaca-se ainda que os mais escolarizados, com nível superior ou mais, são os que mais declaravam medo: mais de 32%.

Fonte: CRIT/BR02.SET-01821

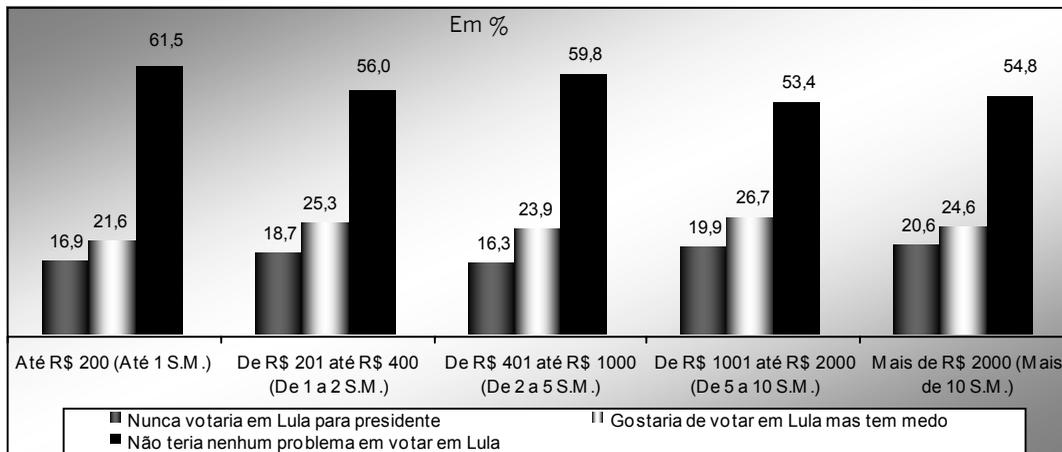
Pergunta: Qual dessas frases mais se aproxima da sua opinião sobre votar em Lula: (Estimulada e única)

Pergunta: Qual a sua idade?

Pergunta: Até que ano da escola você estudou?

A opinião sobre votar em Lula segundo o perfil socioeconômico dos entrevistados

Assim como para os entrevistados não escolarizados, são os entrevistados com renda familiar de até 1 salário mínimo os mais dispostos a votar: 61,5%. São as maiores faixas de renda que apresentam as 2 maiores porcentagens de entrevistados que declaram total rejeição ao candidato.

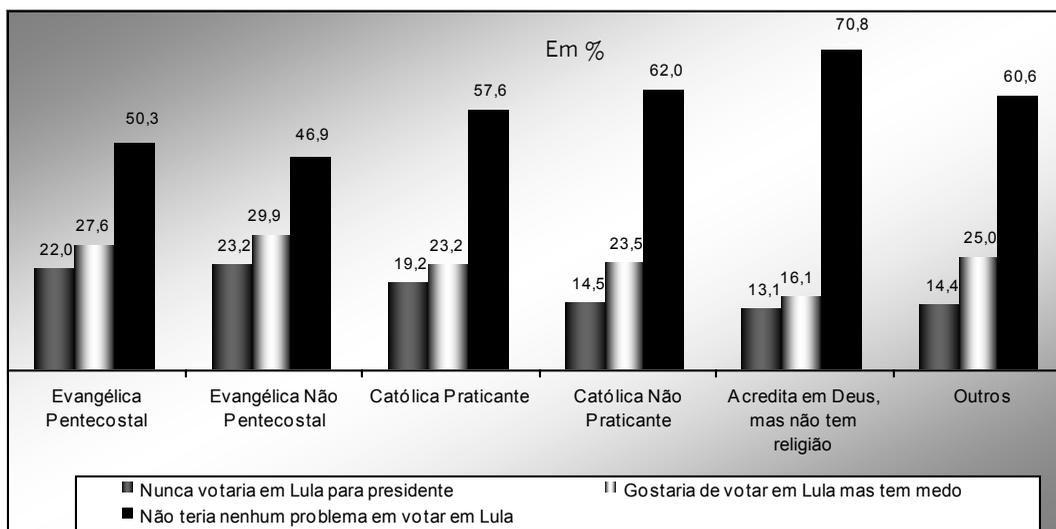


Fonte: CRIT/BRO2.SET-01821

Pergunta: Qual dessas frases mais se aproxima da sua opinião sobre votar em Lula: (Estimulada e única)
Pergunta: Somando a sua renda com a renda das pessoas que moram com você, de quanto foi aproximadamente a renda familiar em sua casa no mês passado? (Estimulada e única)

Na distribuição dos dados por religião, os entrevistados com menor disposição de voto em Lula são os evangélicos (pentecostais e não pentecostais). Estes são, também, os que estão com os maiores índices de rejeição e de medo em votar no candidato.

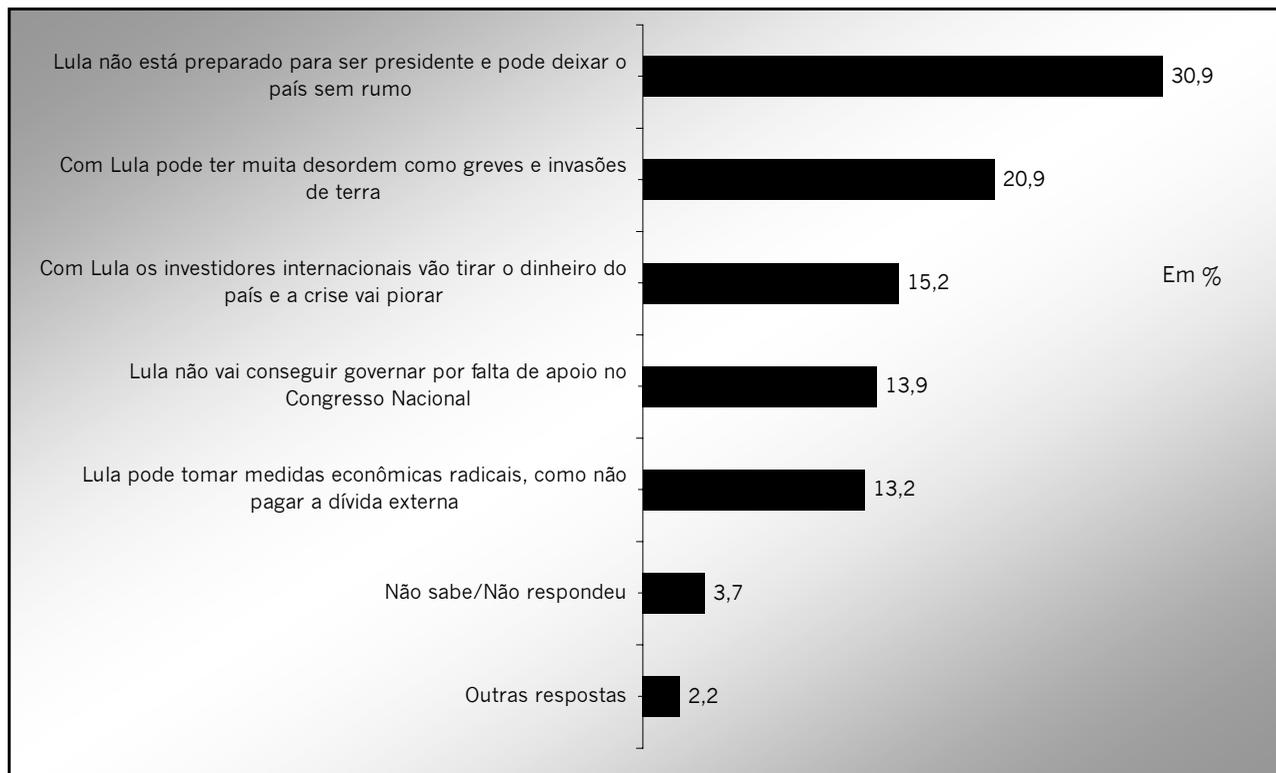
São os que declaram não ter religião e acreditar em Deus os que apresentam a maior disposição de voto, 70,8%



Fonte: CRIT/BRO2.SET-01821

Pergunta: Qual dessas frases mais se aproxima da sua opinião sobre votar em Lula: (Estimulada e única)
Pergunta: Perfil de Amostra, quanto à religião e cor/raça. (Espontânea)

Os motivos para nunca votar em Lula:

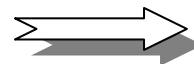


Fonte: CRIT/BR02.SET-01821

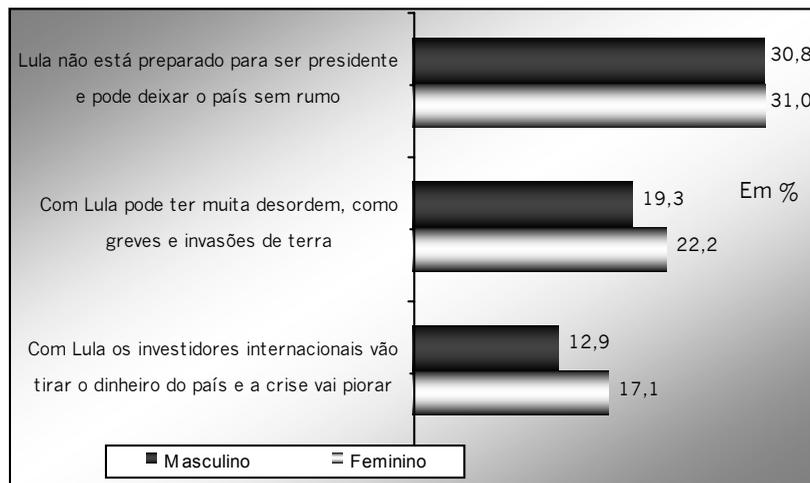
Pergunta: E qual dessas frases explica melhor porque você nunca votará em Lula:
E qual dessas frases explica melhor seu medo de votar em Lula: Em 1º lugar. (Estimulada e única)

O despreparo do candidato, a possibilidade de desordem e a perda de confiança de investidores são as principais idéias que, para os entrevistados, justificam a rejeição de votar em Lula.

Vejamos como é o perfil dos eleitores representados nestes 3 principais motivos



Os motivos para nunca votar em Lula segundo o perfil socioeconômico dos entrevistados: sexo e escolaridade

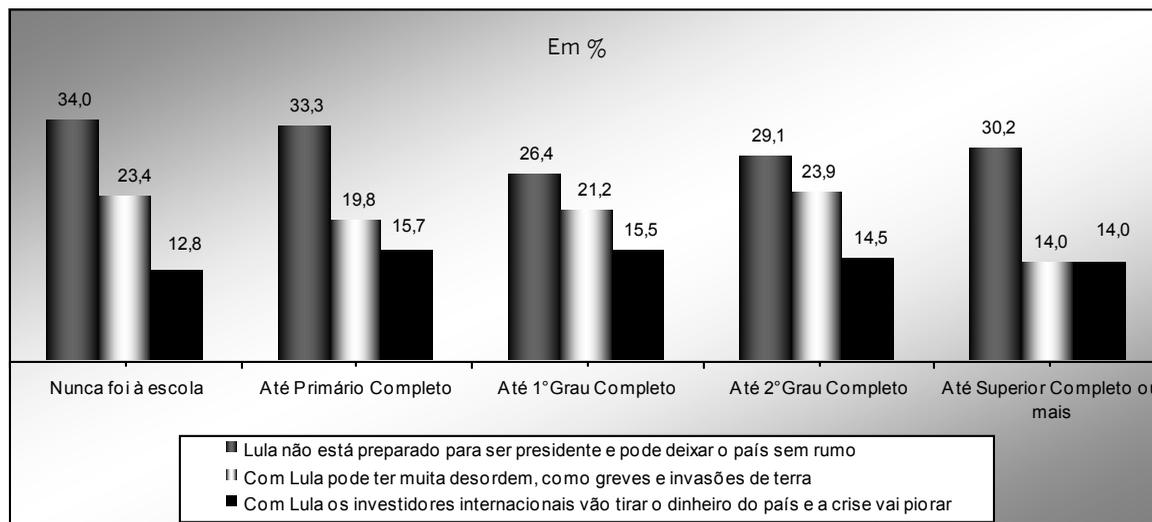


A distribuição por sexo mostra que as mulheres estavam em número ligeiramente superior aos homens em todos os três motivos mais citados para nunca votar em Lula.

Fonte: CRIT/BR02.SET-01821

Pergunta: Qual dessas frases explica melhor porque você nunca votará em Lula. E qual dessas frases explica melhor o seu medo de votar em Lula: Em 1º lugar (Estimulada e única)

Considerando a escolaridade dos entrevistados, a rejeição a Lula tem uma distribuição semelhante em todas as faixas. São os não-escolarizados os que mais afirmam o despreparo de Lula para ser presidente como justificativa.



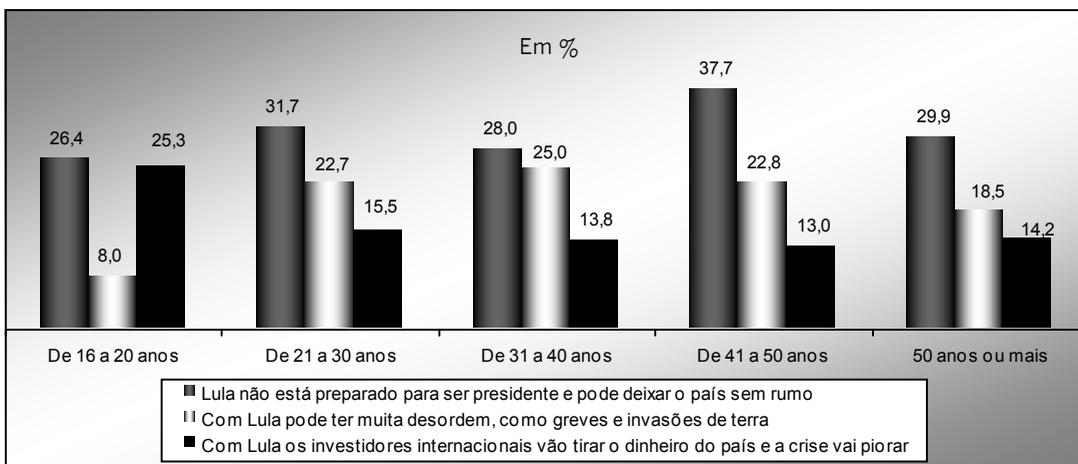
Fonte: CRIT/BR02.SET-01821

Pergunta: Qual dessas frases explica melhor porque você nunca votará em Lula. E qual dessas frases explica melhor o seu medo de votar em Lula: Em 1º lugar (Estimulada e única)
 Pergunta: Até que ano da escola você estudou?

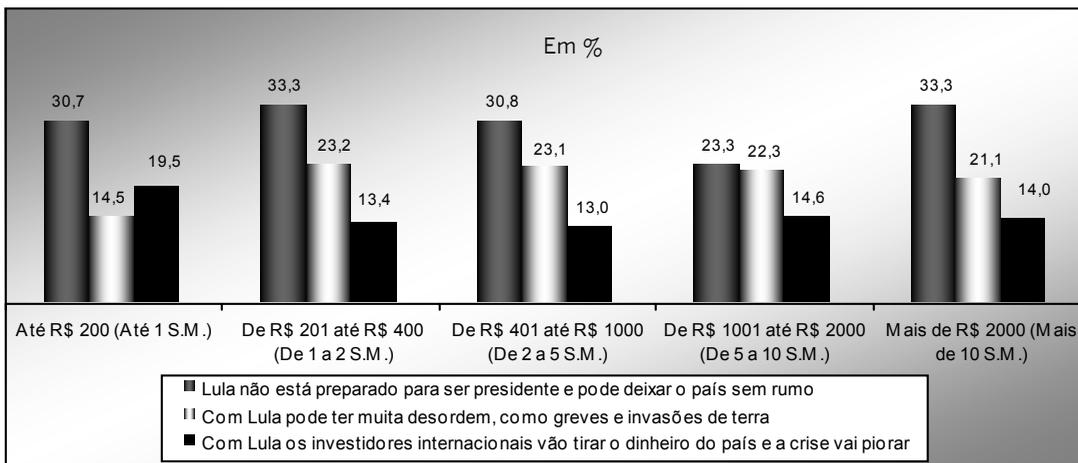
Os motivos para nunca votar em Lula segundo o perfil socioeconômico dos entrevistados: idade e renda

Na distribuição por faixas de idade, aqueles que tem entre 41 e 50 anos são os que mais apontaram o despreparo de Lula como principal motivo à rejeição: quase 40%.

Os mais jovens, até 20 anos de idade, são os que menos apontam o risco da desordem como motivo: apenas 8%.



São também os entrevistados com a menor renda familiar os que menos apontam o risco da desordem como motivo para a rejeição a Lula: 14,5%.



Fonte: CRIT/BRO2.SET-01821

Pergunta: Qual dessas frases explica melhor porque você nunca votará em Lula.

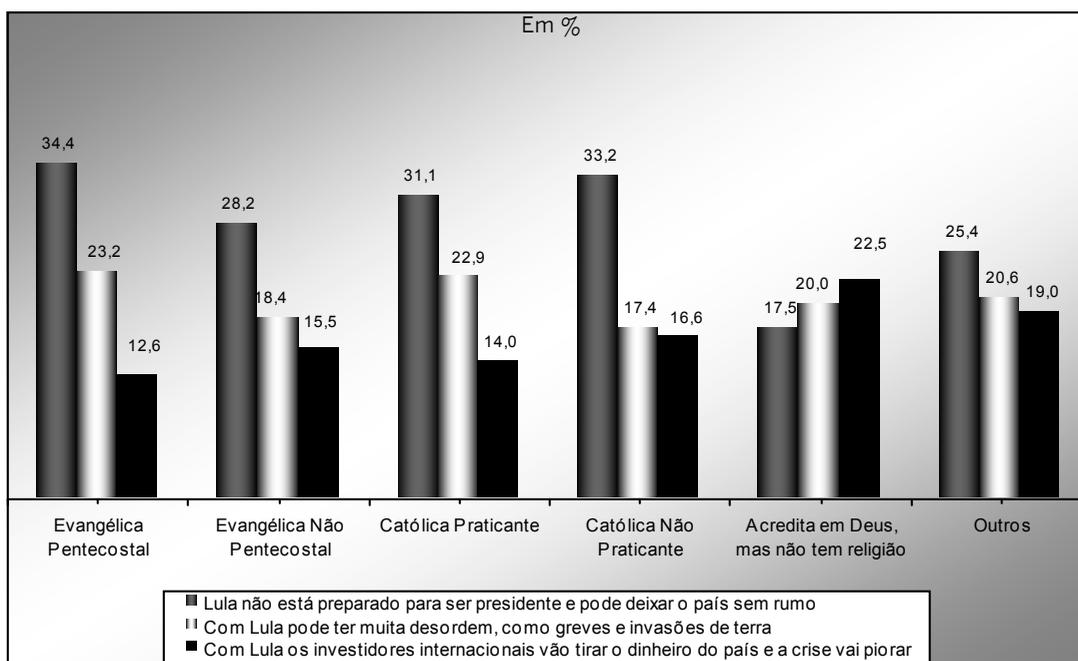
E qual dessas frases explica melhor o seu medo de votar em Lula: Em 1º lugar (Estimulada e única)

Pergunta: Somando a sua renda com a renda das pessoas que moram com você, de quanto foi aproximadamente a renda familiar em sua casa no mês passado? (Estimulada e única)

Os motivos para nunca votar em Lula segundo o perfil socioeconômico dos entrevistados: religião

Os evangélicos pentecostais são os que mais apontam o risco da desordem e o despreparo de Lula como motivos para rejeição ao candidato.

Os que acreditam em Deus sem religião apontam como principal motivo o perigo para os investidores internacionais e acentuação da crise.



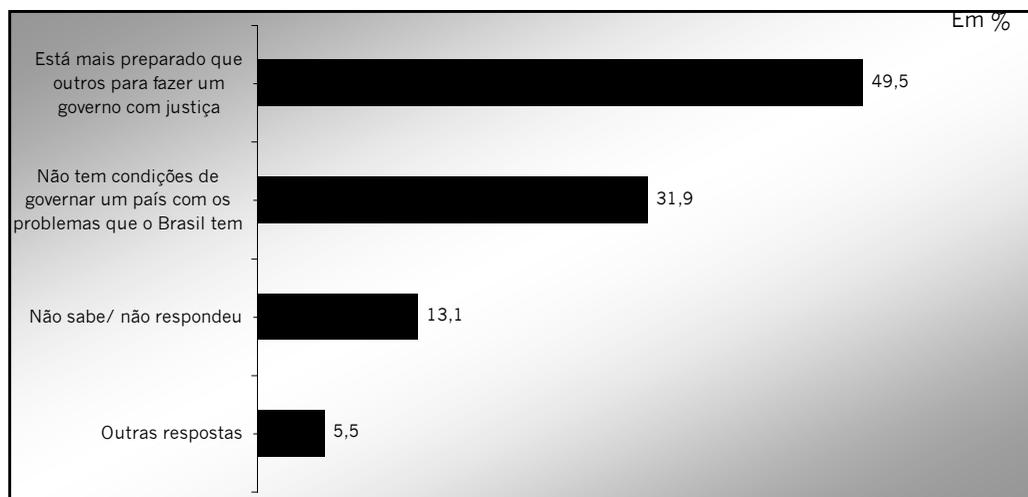
Fonte: CRIT/BR02.SET-01821

Pergunta: Qual dessas frases explica melhor porque você nunca votará em Lula.
 E qual dessas frases explica melhor o seu medo de votar em Lula: Em 1º lugar (Estimulada e única)
Pergunta: Perfil de Amostra, quanto à religião. (Espontânea)

O preparo do candidato

O passado de Lula faz diferença?

Para quase metade dos entrevistados o passado operário e a trajetória de liderança sindical e política são aspectos que tornam Lula preparado para governar.

Devido à sua história, Lula...

Fonte: CRIT/BR02.SET-01821

Pergunta: O Lula teve origem humilde, foi operário e não fez faculdade, tornando-se um dirigente sindical e líder político. Por essa história o Lula:

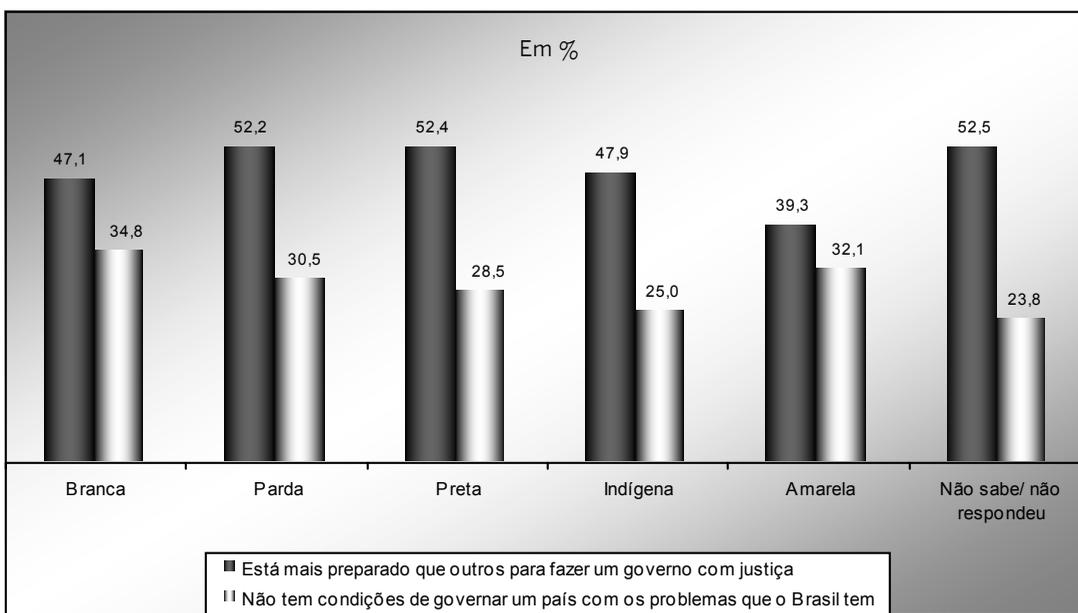
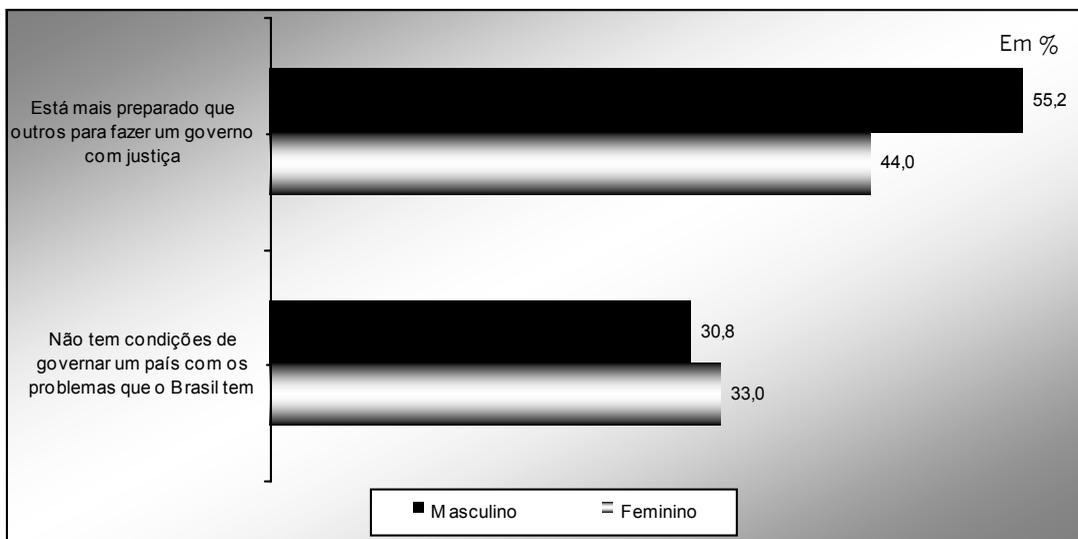
Dentre os que consideram Lula mais preparado que outros candidatos para governar com justiça, destacam-se os homens (55,2%), aqueles que têm renda familiar entre 2 e 5 salários mínimos (53,7%) e os que têm escolaridade até primeiro grau completo (53,9%).

Dentre os que consideram que Lula não tem condições para governar o país, destacam-se as mulheres (33%), aqueles que têm renda familiar acima de 10 salários mínimos (37,3%) e os que têm escolaridade superior (37,6%).

Vejamos os gráficos a seguir



Opiniões por sexo e cor para os que afirmaram que Lula...

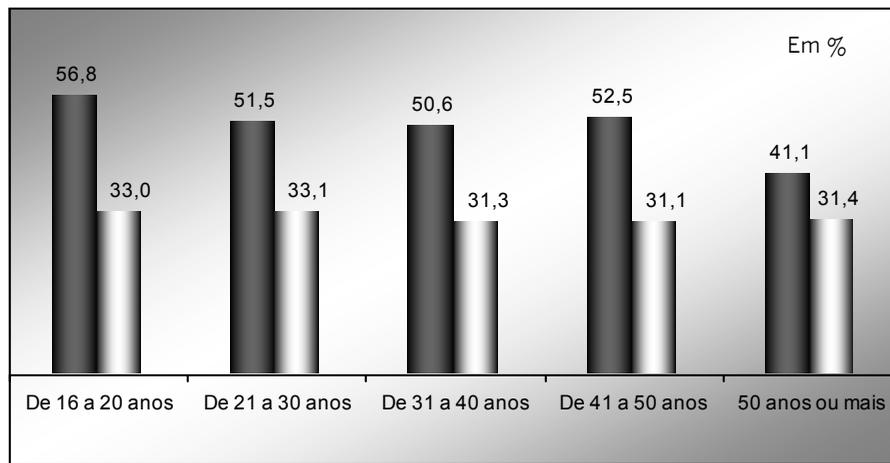


Fonte: CRIT/BR02.SET-01821

Pergunta: O Lula teve origem humilde, foi operário e não fez faculdade, tornando-se um dirigente sindical e líder político. Por essa história o Lula: (Estimulada e única)

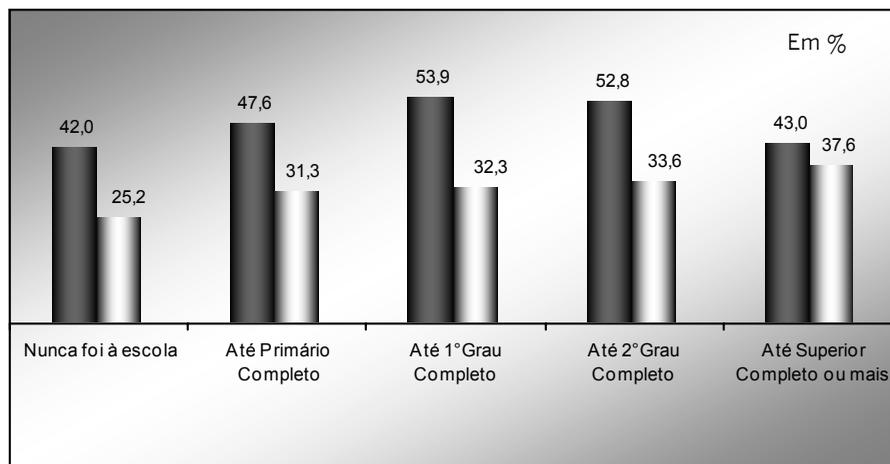
Pergunta: Perfil de Amostra, quanto à cor/raça. (Espontânea)

Opiniões por idade, escolaridade e renda para os que afirmaram que Lula...



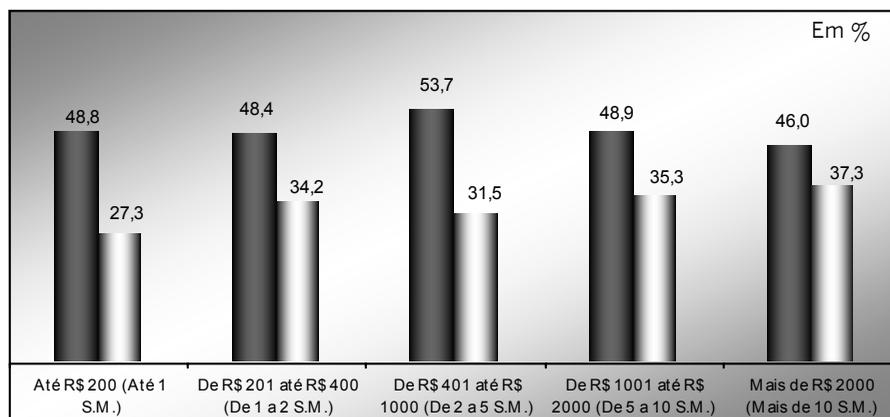
■ Está mais preparado do que outros para fazer um governo com justiça

■ Não tem condições de governar um país com os problemas que o Brasil tem



■ Está mais preparado do que outros para fazer um governo com justiça

■ Não tem condições de governar um país com os problemas que o Brasil tem



■ Está mais preparado do que outros para fazer um governo com justiça

■ Não tem condições de governar um país com os problemas que o Brasil tem

Fonte: CRIT/BR02.SET-01821

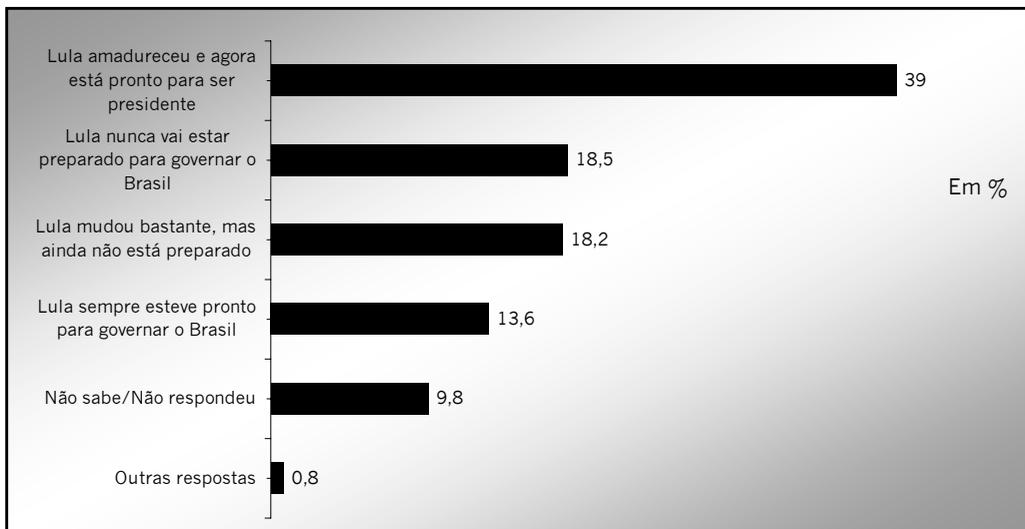
Pergunta: O Lula teve origem humilde, foi operário e não fez faculdade, tornando-se um dirigente sindical e líder político. Por essa história o Lula: (Estimulada e única)

Pergunta: Qual a sua idade? / Até que ano da escola você estudou? / Somando a sua renda com a renda das pessoas que moram com você, de quanto foi aproximadamente a renda familiar em sua casa no mês passado?

Afinal, Lula estaria preparado para governar?

Na pesquisa realizada em Setembro de 2002, próximo às eleições presidenciais, para quase 46% dos entrevistados Lula havia amadurecido e, portanto, estava pronto para governar.

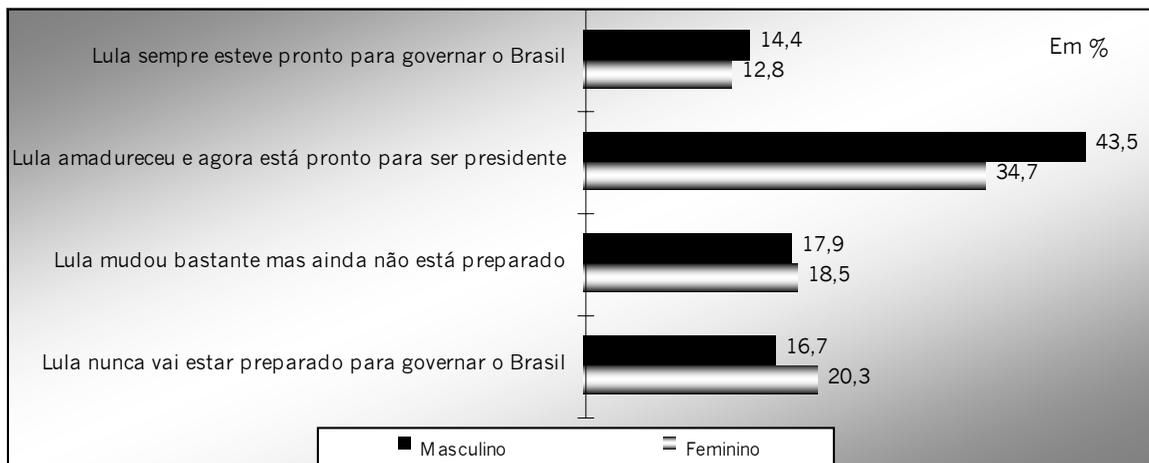
Considerações dos entrevistados sobre o preparo de Lula para governar:



Fonte: CRIT/BR02.SET-01821

Pergunta: Em relação ao preparo de Lula, com qual das seguintes frases você concorda mais? (Estimulada e única)

Para as quatro afirmações apresentadas, os homens e os eleitores de menor faixa de renda familiar (até um salário mínimo) destacam-se nas opiniões positivas, enquanto as mulheres destacam-se nas opiniões negativas.

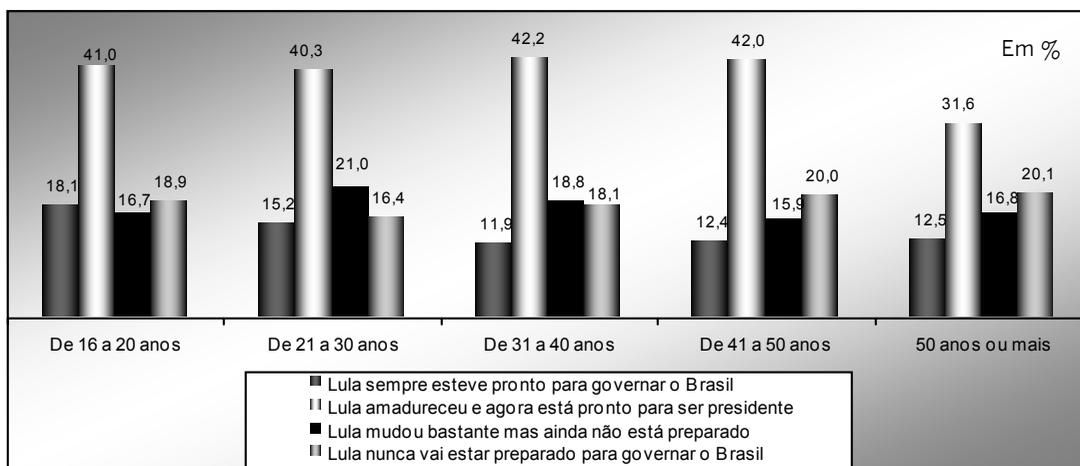


Fonte: CRIT/BR02.SET-01821

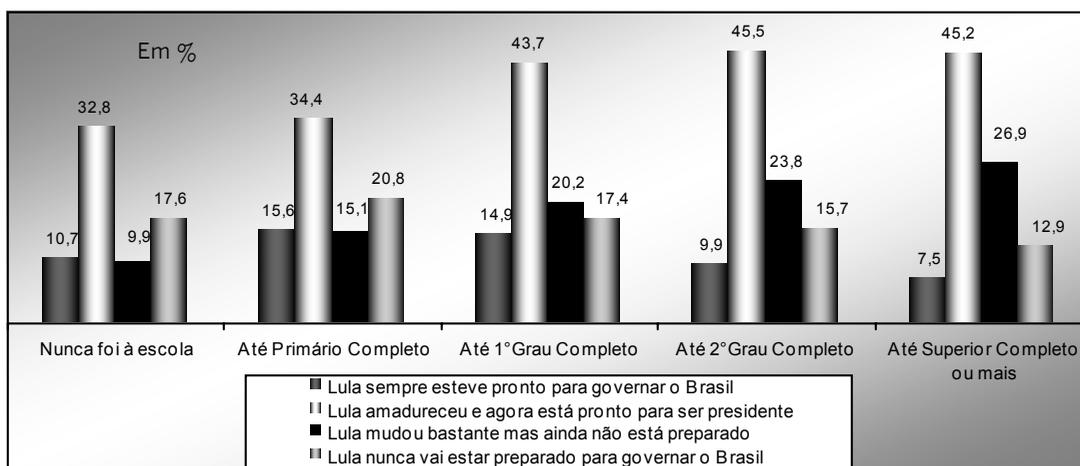
Pergunta: Em relação ao preparo de Lula, com qual das seguintes frases você concorda mais? (Estimulada e única)

Há pouca diferença entre as opiniões segundo as faixas de idade dos entrevistados, mas são os mais jovens os que mais afirmam o preparo de Lula desde antes para ser presidente, e os mais velhos (com mais de 50 anos) os que mais afirmam o despreparo irremediável do candidato.

Opiniões por idade e escolaridade para os que afirmaram que...



O despreparo irremediável de Lula é apontado também pelos menos escolarizados e os que nunca foram à escola. Mas são os entrevistados com nível superior ou mais os que afirmam que a mudança do candidato não o preparou para o cargo de presidente.

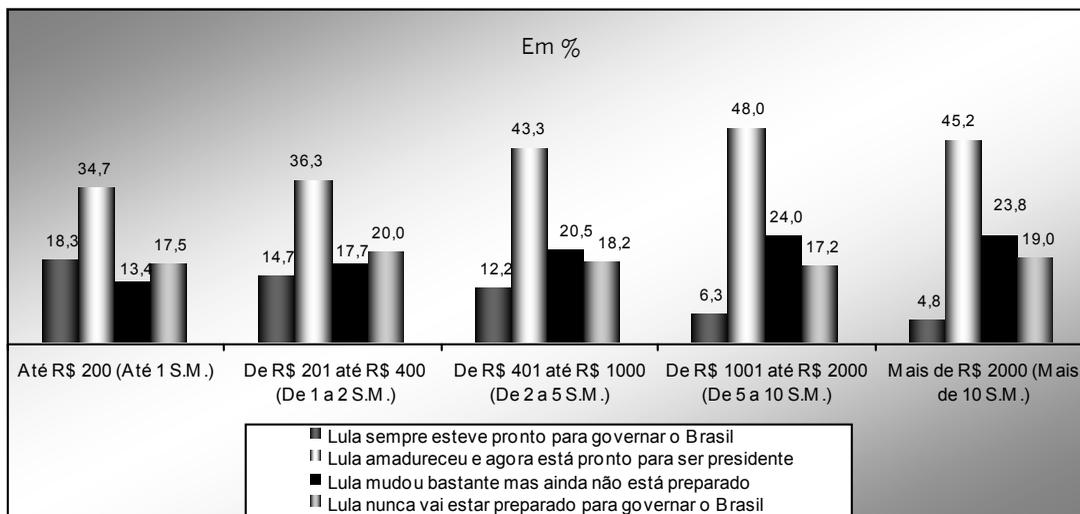


Fonte: CRIT/BR02.SET-01821

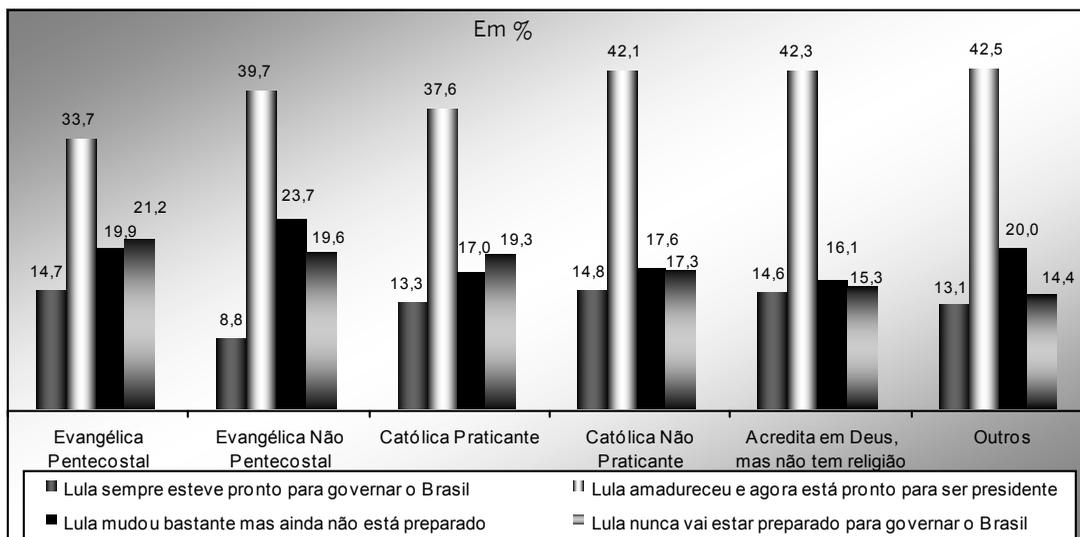
Pergunta: Em relação ao preparo de Lula, com qual das seguintes frases você concorda mais? (Estimulada e única)
 Pergunta: Qual a sua idade? / Até que ano da escola você estudou?

A opinião dos acham que Lula sempre esteve pronto para governar cai na medida em que aumenta o nível de renda familiar dos entrevistados. Para aqueles com renda nas maiores faixas predomina a opinião de que o amadurecimento de Lula promoveu seu preparo para a Presidência.

Opiniões por renda e religião para os que afirmaram que...



Os evangélicos são os mais negativos com relação ao preparo de Lula. Das opiniões negativas, são os evangélicos pentecostais os que mais opinaram que Lula nunca vai estar preparado para governar o Brasil. Os evangélicos não pentecostais são os que mais acham que Lula mudou muito, mas ainda não está preparado.



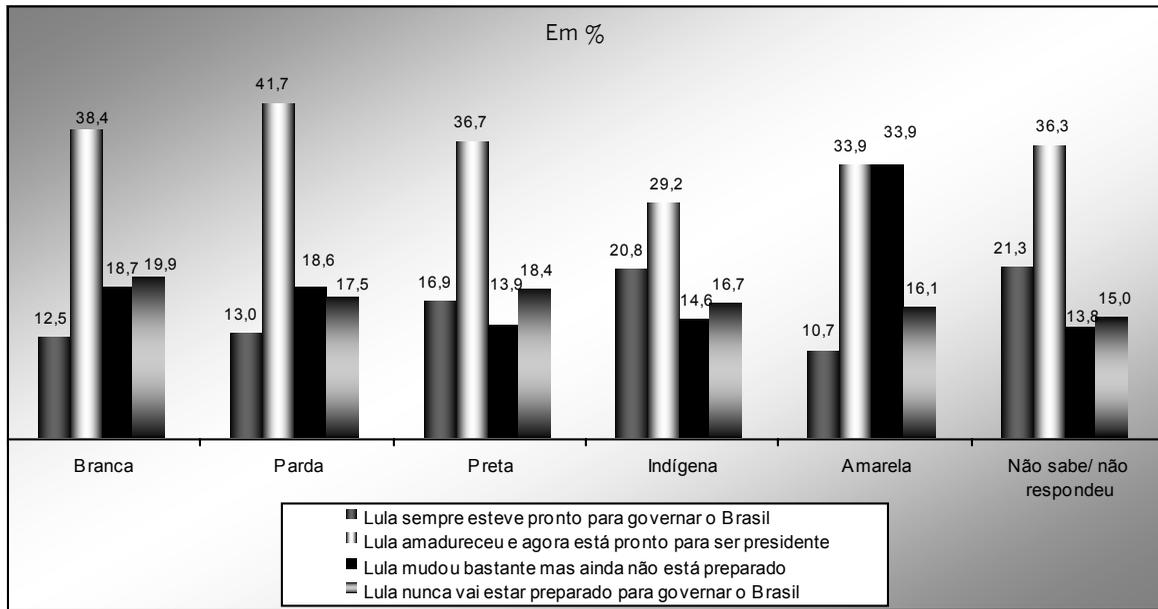
Fonte: CRIT/BRO2.SET-01821

Pergunta: Em relação ao preparo de Lula, com qual das seguintes frases você concorda mais? (Estimulada e única)
 Pergunta: Somando a sua renda com a renda das pessoas que moram com você, de quanto foi aproximadamente a renda familiar em sua casa no mês passado?

Pergunta: Perfil de Amostra, quanto à Religião. (Espontânea)

As opiniões sobre o preparo de Lula segundo a cor dos entrevistados aponta que os de cor amarela são os mais negativos com relação ao candidato. Os entrevistados da cor preta, parda e os indígenas são os mais positivos.

Opiniões por cor para os que afirmaram que...



Fonte: CRIT/BR02.SET-01821

Pergunta: Em relação ao preparo de Lula, com qual das seguintes frases você concorda mais? (Estimulada e única)

Pergunta: Perfil de Amostra, quanto à cor/ raça. (Espontânea)

FICHAS TÉCNICAS

Pesquisa	Data	Universo	Tipo de amostra	N.º de entrevistas
DAT/CONGRESSONACIONAL88.JAN-00069	20 a 29/janeiro 1988	Deputados Federais e Senadores	Entrevista pessoal nas dependências do Congresso Nacional	509
DAT/CAP88.JAN-00070	22 e 23/janeiro 1988	10 capitais– São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Salvador, Recife, Fortaleza, Belém e Brasília	Tipo de abordagem: ponto	5.228
DAT/BR89.SET-00186	2 e 3/setembro 1989	População urbana e rural acima de 16 anos do Brasil	Cotas de sexo e idade estratificada por região e nível sócio econômico com sorteio aleatório dos domicílios, abordagem: entrevista pessoal em domicílios	2.083
DAT/BR90.MAR-00219	3 e 4/março de 1990	Eleitorado do país – 145 municípios	Amostragem estratificada, com sorteio aleatório. Tipo de abordagem: ponto	2.480
DAT/BR93.ABR-00327	14/abril de 1993	Conjunto da população adulta do país – 121 municípios	Amostragem estratificada, com sorteio aleatório, por zona geográfica e nível sócio-econômico	2.595

FICHAS TÉCNICAS

Pesquisa	Data	Universo	Tipo de amostra	N.º de entrevistas
DAT/BR93.JUN-00329	15 junho de 1993	Conjunto da população adulta do país – 121 municípios	Amostragem estratificada, com sorteio aleatório, por zona geográfica e nível sócio-econômico	2.612
DAT/BR94.AGO-00364	8 e 9/agosto 1994	Eleitores do Brasil	Amostragem estratificada, com sorteio aleatório, por zona geográfica e nível sócio-econômico	20.610
DAT/BR94.AGO-00368	16 e 18/agosto 1994	Eleitores do Brasil	Amostragem estratificada, com sorteio aleatório, por zona geográfica e nível sócio-econômico	10.459
DAT/CONGRESSONACIONAL95.MAR-00400	21/02 a 14/março de 1995	Congresso Nacional – Deputados Federais e Senadores	Entrevistas nas dependências do Congresso Nacional	472
DAT/BR98.AGO-00864	12 a 14/agosto de 1998	População acima de 16 anos do Brasil	Amostragem estratificada, com sorteio aleatório, por zona geográfica e nível sócio-econômico	10.290

FICHAS TÉCNICAS

Pesquisa	Data	Universo	Tipo de amostra	N.º de entrevistas
DAT/BR01.DEZ-01599	12 a 14/dezembro 2001	População acima de 16 anos do Brasil	Amostragem estratificada, com sorteio aleatório, por zona geográfica e nível sócio-econômico	12.126
DAT/BR01.FEV-01601	20 e 21/fevereiro 2001	População acima de 16 anos do Brasil	Amostragem estratificada, com sorteio aleatório, por zona geográfica e nível sócio-econômico	3.857
DAT/BR03.JUN-01836	24 e 25 junho 2003	População acima de 16 anos do Brasil	Amostragem estratificada, com sorteio aleatório, por zona geográfica e nível sócio-econômico	2.630
IBO/BR96.FEV-01189	Fevereiro de 1996	População Adulta do Brasil	.	2.000
IBO/BR96.MAI-01191	Maio de 1996	População Adulta do Brasil	.	2.000
IBO/BR99.MAR-01261	Março de 1999	População Adulta do Brasil	.	2.000
IBO/BR99.NOV-01265	Novembro de 1999	População Adulta do Brasil	.	2.000
IBO/BR02.NOV-01811	14 a 17 novembro de 2002	Conjunto de eleitores de 16 anos ou mais	.	2.000
IBO/BR03.MAI-01837	1 a 4 maio de 2003	Conjunto de eleitores de 16 anos ou mais	Amostras representativas, estratificadas com alocação proporcional à população de cada estrato.	2.000

FICHAS TÉCNICAS

CRIT/BR02.AGO-01820	24 a 25/agosto 2002	Eleitorado brasileiro	Entrevistas pessoais e domiciliares, estratificadas em quotas de sexo, idade e distribuição geográfica, em 137 municípios de 24 estados, de todas as regiões do país.	2.414
CRIT/BR02.SET-01821	7 e 8/setembro 2002	Eleitorado brasileiro	Entrevistas pessoais e domiciliares, estratificadas em quotas de sexo, idade e distribuição geográfica, em 137 municípios de 24 estados, de todas as regiões do país	2.415

OPINIÃO PÚBLICA

Outubro de 2003

Vol. IX, nº2

CONTENTS

	<i>Pág.</i>
<i>On the communication in the big cities</i> Mabel Piccini	01
<i>Dimensions of Cyberculture in Brazil</i> Fabián Echegaray	20
<i>Uruguayan Parties: the transition inside the transition</i> Jorge Lanzaro	46
<i>The patronal conservatism of the Brazilian press</i> Francisco Fonseca	73
<i>The 2002 Elections</i> Ciro Coutinho e Rubens Figueiredo	93
TENDÊNCIAS <i>Encarte de Dados de Opinião Pública - Ano 9, nº 2</i>	119



OPINIÃO PÚBLICA
Campinas
Vol. IX, nº 2 - p. 1-276
Outubro 2003
ISSN 0104-6276





ISSN 0104-6276